

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

SIMONE CRISTINA DE SANTANA

**O GÊNERO *NOTÍCIA* NAS COLEÇÕES DIDÁTICAS INDICADAS PELO
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

MARINGÁ - PR
2012

SIMONE CRISTINA DE SANTANA

**O GÊNERO *NOTÍCIA* NAS COLEÇÕES DIDÁTICAS INDICADAS PELO
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo

MARINGÁ
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S232g Santana, Simone Cristina de
O gênero notícia nas coleções didáticas indicadas pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos / Simone Cristina de Santana. -- Maringá, 2012.
216 f. : figs. col.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2012.

1. Notícia (Gênero do discurso). 2. Livro Didático. 3. Educação de Jovens e Adultos. I. Romualdo, Edson Carlos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 21.ed. 401.41

GVS-00402

SIMONE CRISTINA DE SANTANA

O GÊNERO *NOTÍCIA* NAS COLEÇÕES DIDÁTICAS INDICADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

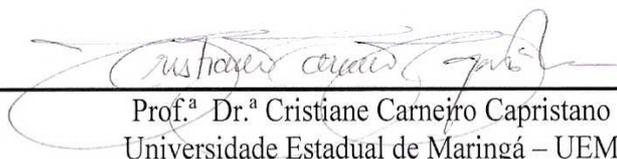
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovado em **05 de março de 2012.**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Prof.ª Dr.ª Cristiane Carneiro Capristano
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof.ª Dr.ª Vanderci de Andrade Aguilera
Universidade Estadual de Londrina – UEL/Londrina-PR

A todos aqueles que tiveram negado o direito ao acesso ou à conclusão da Educação Básica na idade própria.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom e misericordioso Deus, que me ajudou a tirar as pedras que surgiram no caminho ao longo desses dois anos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, exemplo de seriedade e profissionalismo, por acreditar neste trabalho, sempre atuando como interlocutor atento, por confiar em meu potencial e por contribuir imensamente para minha evolução acadêmica e profissional.

À Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera e à Prof.^a Dr.^a Cristiane Carneiro Capristano, pelas valiosas contribuições apresentadas no Exame de Qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, pelos conhecimentos partilhados.

À minha querida amiga Rita, pelo companheirismo e carinho maternal.

À Érica Antonia, pelo incentivo e pela amizade sincera.

Aos meus pais, Vanilda e Osmar, por, mesmo eventualmente contrariados, compreenderem e apoiarem as renúncias que tive de fazer para poder me dedicar ao Mestrado.

Ao Leandro, pelo incentivo constante e por sempre me acalantar com sua doce voz.

À Preta e ao Jorginho, por me comoverem todos os dias com o seu olhar inocente e sapeca.

À Andrea, secretária do PLE, por todos os serviços prestados.

À Capes, pela Bolsa de Estudos que me foi concedida.

SANTANA, S. C. **O gênero notícia nas coleções didáticas indicadas pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos**. 2012. 216f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

RESUMO

Embora objeto de inúmeras críticas, o livro didático (LD) continua sendo considerado um instrumento fundamental no processo de escolarização. Entretanto, ao contrário do que se verifica nas turmas de ensino Fundamental e Médio regulares, a circulação de obras didáticas de grandes editoras na Educação de Jovens e Adultos (EJA) só passou a ser comum a partir do ano de 2011, quando o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) começou a contemplá-la. Diante da ampliação dessa política de distribuição de obras didáticas, das propostas pedagógicas oficiais que regulamentam a adoção do texto como unidade e dos gêneros do discurso como objeto de ensino, das especificidades do público atendido pela EJA e das novas diretrizes norteadoras desses cursos, as quais preconizam que todo o currículo escolar fundamente-se em uma proposta interdisciplinar, procuramos verificar de que maneira as duas coleções didáticas indicadas pelo PNLD EJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental propõem o estudo do gênero notícia, o qual possui grande relevância social. Como os documentos oficiais preconizam que a interdisciplinaridade seja um eixo articulador do processo ensino-aprendizagem e as referidas coleções são multidisciplinares, isto é, concentram os conteúdos de todas as disciplinas de cada série em um único volume, nesta pesquisa, de natureza qualitativo-interpretativa, optamos por verificar de que maneira o gênero em questão é abordado não só no componente curricular de Língua Portuguesa (LP), mas também em todos os demais, visto que o texto e, conseqüentemente, os gêneros, não constituem uma exclusividade da área de LP. Para a constituição de nosso arcabouço teórico, baseamo-nos nos documentos oficiais que regulamentam o ensino no Brasil, em trabalhos que apresentam o histórico da EJA em nosso país, em autores que abordam a produção de material didático para essa modalidade de ensino, em estudos sobre o gênero notícia na esfera jornalística e nos postulados de Bakhtin sobre os gêneros do discurso. As análises desenvolvidas demonstraram que, em LP, uma das coleções permite a formação de um leitor crítico, mas em nenhuma delas o estudo da notícia favorece o desenvolvimento de práticas de produção de textos totalmente coerentes com as propostas pedagógicas oficiais para a EJA. As condições de produção e circulação da notícia, por sua vez, são resgatadas em poucos momentos em ambas as coleções. As funções do gênero nos demais componentes curriculares, por fim, são variáveis: em alguns momentos ele é abordado como um simples ponto de partida para discutir algum assunto pertinente, em outros, funciona como um elemento de comprovação de importantes fatos históricos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Livro didático. Notícia.

SANTANA, S. C. **The genre news in the didactic collection indicated by National Schoolbook Program and Young's and Adults' Education.** 216f. 2012. Dissertation (Master of Letters) - State University of Maringa, Maringá, 2012.

ABSTRACT

Though it has been object of countless critics, the schoolbook is still being considered a fundamental instrument in the educational process. However, in opposition to what is observed in the Elementary and Secondary School classes, the circulation of didactic books from big publishers on the Young's and Adults' Education became common from 2011 on, when the National Schoolbook Program started to contemplate it. Due to the amplification of this books distribution politics, the official pedagogic proposals that settle the adoption of the text as unit and the speech genres as teaching object, the specificities of the target audience served by the Young's and Adults' Education and the new guidelines of these courses which recognize that all the school curriculum must be based in an interdisciplinary proposal, we tried to verify what is the way that the two didactic collection indicated by National Schoolbook Program and Young's and Adults' Education to the second segment of the Elementary School propose the study of the news item, a speech genre, that has an enormous social relevance. As the official documents recognize that the interdisciplinarity is an axis which articulate the teaching – learning process and the referred collections are multidisciplinary, they concentrate the contents of all the subjects from each grade in one volume, in this research, of interpretative – qualitative nature, we opted to verify in which manner the speech genre studied is tackled not only in the curricular component of Portuguese Language, but also in all the others, because the text and, consequently, the speech genres, do not constitute an exclusive area of Portuguese Language. In order to form our theoretical basis, we were based on the official documents that regulate the teaching in Brazil, in papers that present the historic of Young's and Adults' Education in our country, in authors that tackle the production of didactic material for this modality of teaching, in studies about the news item as a speech genre at the journalistic sphere and in the Bakhtin postulate about the speech genres. The analyses developed showed that, in Portuguese Language, one of the collections permits the formation of a critic reader, although none of them the study of the news item favors the development of writing of texts totally coherent with the official pedagogic proposals to the Young's and Adults' Education. The production and circulation conditions of the news item are presented in few moments in both collections. The genres functions in the other curricular components, eventually, are invariable: in some moments it is tackled as a simple starting point to discuss some pertinent subject, in others, it works as an element of confirmation of important historical facts.

Keywords: Young's and Adults' Education. Schoolbook. News item.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capas dos livros didáticos analisados: <i>Coleção Tempo de Aprender</i>	75
Figura 2	Capas dos livros didáticos analisados: <i>Coleção Viver, Aprender</i>	75
Figura 3	Notícia sobre o assassinato de Dorothy Stang	84
Figura 4	Boxe contendo os conceitos de notícia e reportagem	90
Figura 5	Notícia sobre assaltos a igrejas em São Paulo.....	95
Figura 6	Comentários sobre o gênero notícia	100
Figura 7	Exercício sobre linguagem objetiva.....	106
Figura 8	Quadro sobre ordenação das informações no lead	108
Figura 9	Reprodução da primeira página do <i>Jornal da Cidade</i>	111
Figura 10	Reprodução da primeira página do jornal <i>O Dia</i>	112
Figura 11	Especificações sobre lead, foto e legenda.....	117
Figura 12	Segunda reprodução da primeira página do jornal <i>O Dia</i>	118
Figura 13	Reprodução da primeira página do jornal <i>A Tarde</i>	122
Figura 14	Notícia sobre os índices mundiais de desigualdade.....	127
Figura 15	Texto sobre falta de saneamento básico no Brasil	162
Figura 16	Notícia sobre queda no índice de fumantes brasileiros.....	164
Figura 17	Notícia sobre descoberta arqueológica nos Estados Unidos.....	170
Figura 18	Notícia sobre a execução de um cidadão saudita.....	173
Figura 19	Reprodução da primeira página do jornal <i>Folha da Manhã</i>	174
Figura 20	Notícia sobre a compra de votos em Centro do Guilherme (MA)...	176
Figura 21	Notícia sobre Congresso de Pediatria realizado em Curitiba	181
Figura 22	Atividade sobre conflitos mundiais em curso.....	183
Figura 23	Notícia sobre a realização do Fórum Social Mundial	185
Figura 24	Notícia sobre lista brasileira de animais em extinção.....	189
Figura 25	Trechos de notícias sobre o MST.....	192
Figura 26	Leads de notícias sobre personalidades brasileiras	198
Figura 27	Notícia sobre o caso Jean Charles de Menezes.....	200

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EJA: UMA HISTÓRIA DE DESCONTINUIDADES.....	20
1.1 MOMENTOS SIGNIFICATIVOS DA EJA NO BRASIL.....	20
1.2 A PRODUÇÃO DIDÁTICA PARA A EJA ANTERIOR AO PNLD.....	29
1.3 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: DO PNLD AO PNLD EJA.....	36
CAPÍTULO 2 – O GÊNERO <i>NOTÍCIA</i>.....	43
2.1 GÊNEROS DO DISCURSO: A ABORDAGEM DO CÍRCULO DE BAKHTIN.....	43
2.1.1 Gêneros do discurso no contexto escolar.....	51
2.2 A ESFERA JORNALÍSTICA.....	54
2.3. CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO <i>NOTÍCIA</i>	57
2.3.1 Conteúdo temático.....	59
2.3.2 Estilo de linguagem.....	63
2.3.3 Construção composicional.....	69
CAPÍTULO 3 - O GÊNERO <i>NOTÍCIA</i> NO COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	75
3.1 APRESENTAÇÃO DAS COLEÇÕES.....	75
3.2 O GÊNERO <i>NOTÍCIA</i> NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	81
3.2.1 Apresentação e caracterização do gênero.....	82
3.2.2 Valorização do jornal impresso enquanto suporte textual.....	110
3.3 PRATICANDO A TEORIA EXPOSTA SOBRE O GÊNERO.....	124
3.3.1 Leitura.....	124
3.3.2 Escrita.....	136
3.3.3 Oralidade.....	143

3.3.4 Análise linguística.....	148
--------------------------------	-----

CAPÍTULO 4 - O GÊNERO *NOTÍCIA* NOS DEMAIS COMPONENTES

CURRICULARES.....	158
--------------------------	------------

4.1 INTERDISCIPLINARIDADE.....	158
--------------------------------	-----

4.2 MATEMÁTICA.....	161
---------------------	-----

4.3 HISTÓRIA.....	169
-------------------	-----

4.4 GEOGRAFIA.....	177
--------------------	-----

4.5 CIÊNCIAS NATURAIS.....	187
----------------------------	-----

4.6 LÍNGUA INGLESA.....	190
-------------------------	-----

4.7 ARTES.....	202
----------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	209
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A educação, ao longo da História, constituiu-se como um dos fatores essenciais à ascensão e apropriação política, econômica, social e cultural dos indivíduos. A partir da década de 1940, de modo especial, a valorização desse direito do cidadão estimulou diversas gestões governamentais a tentarem promover a inclusão social por meio da erradicação do analfabetismo e, conseqüentemente, da abertura das portas das instituições educacionais não só a todas as crianças e jovens em idade escolar, mas também àqueles que não tiveram a oportunidade de concluir a Educação Básica na idade própria.

Para atender a esse último grupo foram criados e disseminados pelo país, com o passar dos anos, o que hoje conhecemos como cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que concentram em um curto período de tempo os conteúdos curriculares característicos dos ensinos Fundamental e Médio regulares. Boa parte dos alunos matriculados nessa modalidade educacional visa a um objetivo claro: atender às exigências do mercado de trabalho, visto que a educação formal tem sido cada vez mais valorizada como requisito para a manutenção e/ou ascensão profissional.

Durante o período de graduação, interessados em conhecer com mais detalhes a EJA, em especial os livros utilizados como apoio pedagógico nessa modalidade educacional, desenvolvemos um Projeto de Iniciação Científica (PIC)¹ que tinha o objetivo de analisar a proposta de ensino de gramática presente no material didático de Língua Portuguesa (LP) adotado pelo Centro Estadual de Ensino Básico para Jovens e Adultos (CEEBJA) de Maringá (PR). Ao entrar em contato com a referida instituição de ensino para coletar esse material, tivemos acesso a apostilas em preto e branco, produzidas há pelo menos uma década, sendo usadas como instrumentos de ensino.

Concluídas a graduação e a iniciação científica, já com conhecimentos sobre os programas federais de distribuição de livros didáticos e sobre as tendências das pesquisas acadêmicas voltadas para o ensino de LP, tivemos uma visão clara da posição marginal em que a EJA se encontrava no que diz respeito aos livros adotados como apoio pedagógico, mesmo após o aperfeiçoamento dos documentos oficiais que a regulamentam. Diante disso, ingressamos na pós-graduação ainda com ânsia de

¹ Projeto intitulado “O ensino de gramática na Educação de Jovens e Adultos: estudo do material didático do CEEBJA de Maringá (PR)”, processo n.º 7905/2008.

aprofundar nossos conhecimentos nessa área, quando fomos surpreendidos com a notícia da criação do primeiro Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), com início previsto para 2011, uma iniciativa do Governo Federal que tem por objetivo ofertar, às instituições de ensino que mantêm cursos de EJA, gratuitamente, livros didáticos direcionados a esse público.

Os estudos desenvolvidos durante o ensino superior nos permitiram um conhecimento exaustivo a respeito das pesquisas acadêmicas voltadas para a questão dos gêneros do discurso², que, após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), têm se tornado, embora nem sempre de forma satisfatória, o foco do ensino de língua portuguesa³ e, conseqüentemente, ocupado as páginas dos livros didáticos. Deparamo-nos, então, com uma nova inquietação, pois, diante das atuais diretrizes educacionais para a EJA, as quais preconizam que a interdisciplinaridade deve ser um dos nortes do projeto pedagógico das escolas, e da tentativa de estabelecer a equidade entre os subsídios oferecidos a diferentes modalidades de ensino, sentimo-nos instigados a investigar de que maneira estaria sendo proposto o estudo de gêneros do discurso nos materiais didáticos destinados à Educação de Jovens e Adultos⁴.

Como uma pesquisa de qualquer natureza carece de certas delimitações, principalmente em virtude do tempo disponibilizado para sua conclusão, visando chegar a uma resposta para esse questionamento, optamos por restringir nosso trabalho à abordagem do gênero *notícia* apresentada pelas duas coleções didáticas indicadas pelo PNLD EJA para o trabalho com alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), uma vez que esse gênero possui grande relevância social. Sob essa perspectiva, buscamos verificar não só de que maneira o gênero é contemplado em

² Para este trabalho, faremos uso exclusivamente da expressão “gênero do discurso”, uma vez que, no intuito de ser coerente com a teoria de Bakhtin (2003), consideramos, no momento das análises, não só a materialidade textual, mas também a situação de produção dos enunciados e os aspectos sócio-históricos a eles circunscritos.

³ Nesta pesquisa, não concebemos as expressões “ensino de língua materna” e “ensino de língua portuguesa” como sinônimos, pois, conforme menciona Bagno (2001), a língua materna é apreendida pelo falante antes do processo de escolarização, o que se faz na escola é ensiná-lo a variedade linguística mais prestigiada socialmente. Sendo assim, optamos por empregar, em todo o trabalho, a designação “ensino de língua portuguesa”.

⁴ Temos consciência de que o uso que cada professor faz do livro didático, no contexto de sua sala de aula, influencia muito o processo ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Entretanto, fazemos questão de deixar claro que esta pesquisa focaliza a materialidade dos LDs indicados pelo PNLD EJA, com o objetivo de verificar o que está sendo considerado adequado pelo Programa para ser trabalhado com turmas dessa modalidade de ensino, já que a seleção de textos, os encaminhamentos propostos nas atividades de leitura, produção e análise linguística representam um papel prioritário no posterior uso do livro em sala de aula.

Língua Portuguesa, mas também nos demais componentes curriculares, pois, além de multidisciplinares, os materiais em questão são orientados por um projeto político-pedagógico interdisciplinar, tal qual propõem as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica (PARANÁ, 2008), que caracterizam a interdisciplinaridade como o diálogo entre conceitos, teorias e práticas oriundos de diferentes áreas do conhecimento. Essa proposta, vale ressaltar, não é difícil de ser colocada em prática quando pensamos nos gêneros do discurso, pois o texto não é uma unidade de ensino exclusiva da área de língua portuguesa.

A seleção dessas coleções didáticas deve-se, em primeiro lugar, ao ineditismo do contexto em que elas surgiram: a criação de um PNLD, ou seja, de uma política nacional especificamente voltada para a EJA; ao fato de que esse material apresenta projeto gráfico de qualidade significativamente superior ao comumente encontrado nas apostilas adotadas como apoio pedagógico em uma parcela significativa das turmas de Educação de Jovens e Adultos espalhadas pelo país; e à inexistência de obras listadas para o Ensino Médio, pois o PNLD EJA não atende a essa etapa da educação. Os livros indicados para séries que antecedem o 3º e o 4º ciclos do Ensino Fundamental, por sua vez, apesar de adotarem a perspectiva dos gêneros do discurso, o fazem em caráter introdutório, portanto, menos pormenorizado, o que desestimulou a escolha destes como foco da pesquisa.

A motivação para a escolha da esfera jornalística e do gênero notícia, em particular, como objeto de análise decorre de vários fatores. Um dos papéis atribuídos ao professor em sua vida profissional é estreitar os laços existentes entre a escola e a sociedade, e não há modo melhor de fazê-lo do que levando os acontecimentos cotidianos para dentro da sala de aula por meio do jornal, uma fonte de informação que registra diariamente uma versão da História, reflete valores e, nesse sentido, transforma-se em uma ponte que integra o aluno aos problemas sócio-culturais de sua região e do mundo.

Há de se considerar, também, que o desenvolvimento de boas atividades em torno do jornal atua como princípio elementar na formação do leitor crítico, no aperfeiçoamento de suas capacidades intelectuais, uma vez que esse periódico veicula diversas ideologias nos variados gêneros que o constituem e, como lembra Cavalcanti (1999), suscita comentários, debates, troca de opiniões. Além disso, todo bom jornal

emprega a variedade culta da língua, oferecendo ao aluno a possibilidade de lidar com ela em seu cotidiano; ajuda o educando a relacionar seus conhecimentos prévios aos conteúdos presentes nas notícias; a adquirir novos conhecimentos e a (re)formular conceitos, bem como a perceber a distância existente entre o fato ocorrido e a versão que a imprensa leva ao leitor (FARIA, 2003).

A opção pelo gênero *notícia* dentre os muitos que podem ser encontrados no jornal foi motivada, primeiramente, em virtude de nosso contato inicial com o material didático em questão ter revelado que esse gênero é frequentemente adotado como unidade de estudo não só na área de LP, mas também em outros componentes curriculares, o que confirma, a princípio, a proposta interdisciplinar que guia as obras. Em segundo lugar, enquanto matéria-prima do jornalismo, a notícia possui grande relevância social, dado todo o crédito atribuído à imprensa, principalmente a escrita, uma vez que esse tipo de mídia funciona como formadora de opinião. Por fim, não podemos deixar de considerar que uma das recomendações das diretrizes para a EJA é que esses cursos preparem o aluno para o ingresso no ensino superior, passagem que se efetua por meio do concurso vestibular, o qual tem contemplado inúmeros gêneros na prova de redação, inclusive a notícia, como ocorre atualmente no processo seletivo da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O interesse por esse *corpus* de pesquisa, por sua vez, surgiu da constatação de que, enquanto no ensino regular a presença de livros didáticos das grandes editoras circulando nas salas de aula é bastante comum, uma vez que o PNLD distribui anualmente obras didáticas às escolas, na EJA essa era uma realidade incomum em várias regiões do país, pelo menos até o ano de 2010, quando ainda não havia sido lançado o PNLD voltado a essa modalidade educacional. Da mesma maneira, uma visita rápida aos bancos de dissertações e teses dos mais variados programas de pós-graduação do país revela que as pesquisas dedicadas à EJA e, em especial, à questão dos materiais didáticos por ela adotados, não tem atraído a atenção dos pesquisadores.

Em linhas gerais, aqueles que se debruçam sobre o ensino de jovens e adultos preferem abordar aspectos relacionados à metodologia de ensino usada com esse público e relatos sobre experiências de alfabetização. Não é difícil, entretanto, identificar os motivos que levam a essa escassez de estudos sistematizados sobre

materiais didáticos para a EJA. O primeiro, e talvez mais importante deles, como aponta Mello (2010), é a dificuldade de localizar essa produção, dispersa geográfica e temporalmente, pois, nas localidades em que faltam iniciativas do poder público para a elaboração e distribuição desses materiais, sujeitos envolvidos com a Educação de Jovens e Adultos assumem o desafio de confeccionar as apostilas a serem usadas como apoio pedagógico durante as aulas, uma situação que se repete em boa parte dos estados brasileiros e que resulta em uma produção heterogênea e local de recursos didáticos, sem condições de distribuição em larga escala.

Uma das raras pesquisas que adotam como objeto de análise as investigações sobre livros didáticos destinados à EJA é a dissertação de mestrado de Takeuchi (2005), intitulada *Análise material de livros didáticos para a Educação de Jovens e Adultos*. Nesse trabalho, a autora confronta os dispositivos formais (número de páginas, elementos gráficos, tiragem, autores, seleção de conteúdos etc.) de dois dos poucos títulos existentes no mercado editorial dedicados a essa modalidade educacional em circulação naquele período, em relação aos livros didáticos de maior importância comercial, direcionados ao ensino regular. Ao fim de sua investigação, a pesquisadora conclui que as obras destinadas à EJA não foram elaboradas especificamente a esse público, mas constituem-se de recortes retirados de coleções didáticas de editoras consagradas no ramo da educação regular.

Outro pesquisador que contribuiu significativamente para o rompimento do silêncio sobre o tema é Mello (2010), que, em sua tese de doutorado, publicada sob o título de *Material didático para a Educação de Jovens e Adultos: história, formas e conteúdos*, investiga historicamente a produção de material didático voltado a esse público no período compreendido entre os anos de 1997 e 2007, em seus aspectos formais e de conteúdo, a partir dos sujeitos envolvidos nesse processo. No decorrer de seu estudo, o autor identifica uma produção heterogênea e regional de material destinado à referida modalidade de ensino, tocando em questões que revelam a marginalização da Educação de Jovens e Adultos.

Uma terceira pesquisadora que se propõe a trabalhar com os materiais didáticos destinados à EJA é Medeiros (2002), que, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Leitura, Literatura e a Educação de Jovens e Adultos*, procura verificar como se desenvolve o exercício de leitura literária nessa modalidade educacional e qual o seu

papel na formação de leitores. Após analisar os documentos oficiais destinados à EJA existentes naquele período, os materiais didáticos utilizados por uma instituição de ensino voltada para o trabalho com jovens e adultos e entrevistar alguns docentes que atuam na área, a autora conclui que, no discurso, as esferas governamentais reproduzem as mais atuais teorias sobre o trabalho com a literatura na escola, entretanto, na prática, como evidenciaram o material analisado e a fala dos professores entrevistados, os textos literários são explorados de forma tangencial, pois apesar de serem mencionados ao longo dos cursos, poucos são efetivamente lidos durante as aulas.

As pesquisas sobre gêneros, ao contrário, produzidas em larga escala, possuem vários representantes, como é o caso dos trabalhos de Santos (2007), Karwoski, Gaydeczka & Brito (2011), e Lopes-Rossi (2002). Em relação ao gênero notícia, de modo particular, podemos citar a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado de Walker (2006), intitulada *O gênero notícia no livro didático de Português*, na qual a autora investiga as diversas abordagens do gênero notícia nos livros de Língua Portuguesa aprovados no primeiro Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), e conclui que as obras em questão são marcadas pelo silenciamento de aspectos fundamentais à compreensão desse gênero.

Temos, portanto, dois grandes pólos nos quais se inserem os trabalhos mencionados: aqueles que se dedicam ao estudo da produção de materiais didáticos para a EJA, e aqueles que focalizam a questão dos gêneros do discurso nos livros didáticos de LP voltados para o ensino regular. Nenhum deles, porém, propõe a união entre esses dois extremos, viés por nós pretendido, que, além de tudo, adota como objeto de análise coleções didáticas multidisciplinares, interdisciplinares e inéditas.

Em linhas gerais, nosso trabalho fundamenta-se nas ideias sobre linguagem e interação, bem como na teoria dos gêneros do discurso, defendidas por Bakhtin e seu Círculo, uma vez que os pressupostos dessas ideias norteiam os documentos oficiais que regulamentam o ensino de língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, como a pesquisa reúne três diferentes campos – gêneros, EJA e jornalismo – adotamos referências correspondentes a cada um deles.

Considerando a situação delineada, pretendemos, nesta pesquisa, investigar como é proposta a abordagem interdisciplinar do gênero notícia nas coleções didáticas indicadas pelo primeiro PNLD EJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental.

Especificamente, tendo em vista as diretrizes oficiais da Educação de Jovens e Adultos, procuramos verificar:

- 1) Se a proposta de trabalho sugerida pelo componente curricular de Língua Portuguesa permite a instrumentalização necessária para que o aluno se torne leitor crítico desse gênero;
- 2) Se o estudo da notícia favorece o desenvolvimento de práticas de produção de textos coerentes com as propostas pedagógicas oficiais para a EJA;
- 3) Se os livros didáticos valorizam o primeiro suporte material em que o gênero notícia foi veiculado, isto é, o jornal impresso;
- 4) Se ao transformar a notícia em objeto de ensino, os livros didáticos procuram resgatar as condições de produção e circulação desse gênero enquanto atividade social;
- 5) Com qual objetivo os demais componentes curriculares incluem a notícia em seu conteúdo programático.

O trabalho organiza-se em seis seções, das quais a primeira é esta introdução. O primeiro capítulo a ela subsequente dedica-se à apresentação dos momentos mais importantes da EJA no Brasil, dos aspectos relacionados à produção didática direcionada a essa modalidade educacional no período que antecede o PNLD, e do percurso histórico desse programa de distribuição de obras didáticas, desde 1985 até o ano de 2010.

No capítulo dois, expomos algumas considerações básicas sobre os gêneros do discurso, que englobam desde a proposta teórica do Círculo de Bakhtin até sua inclusão no contexto escolar. Em seguida, apresentamos uma contextualização a respeito da esfera jornalística e as características do gênero notícia, organizadas de acordo com os três elementos básicos que o constituem: tema, estilo de linguagem e construção composicional.

A análise do gênero notícia nos livros didáticos é realizada em dois momentos. Primeiramente, verificamos de que maneira ele é incorporado ao componente curricular de Língua Portuguesa; conteúdo que constitui o terceiro capítulo. Em seguida, no capítulo quatro, investigamos com qual objetivo o gênero em questão é contemplado pelas demais disciplinas que constituem o currículo escolar da EJA. Para finalizar, são

apresentadas algumas considerações finais, nas quais retomamos e apresentamos respostas aos objetivos que nortearam a pesquisa.

CAPÍTULO 1

A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EJA: UMA HISTÓRIA DE DESCONTINUIDADES

Os materiais adotados como apoio na Educação de Jovens e Adultos não são concebidos, nesta pesquisa, como simples livros didáticos, mas como produtos culturais inseridos em determinado contexto político-educacional. Para bem compreender a complexa rede de fatores que concorrem para sua produção e circulação no ambiente escolar, apresentamos, neste capítulo, três questões fundamentais: momentos significativos da EJA no Brasil; aspectos da produção didática voltada a essa modalidade de ensino no período que antecede o PNLD EJA; e o percurso histórico de sistematização do PNLD desde sua criação, em 1985, até o ano de 2010.

1.1 MOMENTOS SIGNIFICATIVOS DA EJA NO BRASIL

Ao longo da história do Brasil, diversas iniciativas, idealizadas por diferentes sujeitos, ambicionaram encontrar uma saída para o problema do analfabetismo no país. Nesse contexto, a expressão comumente utilizada para referir-se a essa oferta educacional era “educação popular”, que designava, grosso modo, o ensino destinado a indivíduos que não tiveram a oportunidade de ingressar ou concluir a Educação Básica na idade própria, promovido por movimentos populares e realizado em espaços não escolares. Entretanto, para autores como Paiva (1987) e Beisiegel (1974), a educação popular envolve toda a educação destinada às classes populares, e não somente aquela realizada pelos referidos movimentos, nos espaços citados.

A partir do momento em que o Estado concebeu o analfabetismo como um problema nacional e assumiu a responsabilidade pela oferta gratuita da Educação Básica destinada à população adulta não escolarizada, criando cursos e espaços específicos para atendê-la, uma nova designação passou a ser utilizada para referir-se a essa modalidade de ensino: “Educação de Adultos”. Em meados da década de 1980, porém, os problemas relativos ao crescente número de jovens excluídos do sistema escolar começaram a chamar a atenção das Ciências Sociais, então, a expressão foi novamente alterada, passando a “Educação de Jovens e Adultos”, atualmente conhecida como EJA. Ainda

hoje, porém, é comum que todas elas sejam empregadas para fazer referência ao campo educacional cujo público alvo é a população que retoma ou inicia os estudos tardiamente⁵.

No fim do século XIX e início do século XX, a escolarização tornou-se um critério de ascensão social, visto que a Lei Saraiva, incorporada à Constituição de 1891, concedia o direito ao voto somente àqueles que soubessem ler e escrever. Diante da necessidade de aumentar o contingente eleitoral, foram criados, então, os cursos noturnos de Educação de Jovens e Adultos, regulamentados pelo Decreto nº.16.782/A, de 13 de janeiro de 1925, conhecido como *Lei Rocha Vaz*, ou *Reforma João Alves*. No âmbito das iniciativas legais, entretanto, a intenção de proporcionar o acesso ao ensino formal a todos os cidadãos, inclusive àqueles que não puderam frequentar ou concluir a Educação Básica, data, pelo menos, de 1824, ano da primeira constituição brasileira, a qual previa a garantia da instrução primária e gratuita, independente de faixa etária. Esse direito assegurado pela Constituição resistiu à ação do tempo e continuou fazendo parte da legislação nacional, entretanto, sua concretização nem sempre ocorreu de modo satisfatório.

A ação educativa junto a jovens e adultos no Brasil teve início ainda no período colonial, e ganhou certo respaldo legal no Império e na Primeira República, período marcado por diversas reformas educacionais. Entretanto, segundo Paiva (1987), foi somente ao final da década de 1940 que ela se firmou como um problema de política educacional, quando se reacenderam as discussões sobre os altos índices de analfabetismo no país, em virtude da publicação de pesquisas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criado em 1938, sobre o assunto. A partir disso, foi instituído, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, cujos recursos eram destinados à progressiva extensão da educação primária, inclusive a adolescentes e adultos excluídos do sistema escolar.

Dois outros fatores que ampliaram as dimensões do movimento em prol da EJA, de acordo com Haddad & Di Pierro (2000), foram a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, que denunciava as

⁵ No intuito de ser coerente com as terminologias atuais e englobar todos os sujeitos que frequentam cursos de ensino Fundamental e Médio acelerados, faremos uso exclusivamente da designação “Educação de Jovens e Adultos”, mesmo que isso eventualmente crie alguns problemas estilísticos, como é o caso da repetição de palavras.

profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que a educação deveria desempenhar no processo de desenvolvimento das nações; e a instalação do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEA), em 1947, um órgão do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, cuja finalidade era reorientar a coordenação do ensino voltado a esse público. Diversas atividades foram desenvolvidas em virtude da criação desse serviço, inclusive a produção e distribuição de material didático, processo que mobilizou governos estaduais e municipais e deu origem à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), estendida até 1950, cujos princípios e fundamentos foram discutidos no I Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Essa mobilização, entretanto, não conseguiu reduzir suficientemente os índices de analfabetismo no país.

O percurso que a Educação de Jovens e Adultos vinha trilhando mostrava que era necessário definir características e espaços específicos para o funcionamento dessa modalidade de ensino, visto que, até então, a atuação dos educadores reproduzia ações típicas da educação infantil. Nesse contexto, o ano de 1958, para Romão (2006, p.25),

Pode ser considerado como um divisor de águas, pois aí se realiza o II Congresso Nacional de Alfabetização de Adultos, no qual se discute a indissociabilidade da Educação de Jovens e Adultos com o processo de conscientização do educando, conferindo-lhe uma nova identidade [...]

De 1959 a 1964, impulsionados pelas novas concepções de EJA, diversas campanhas e programas voltados à escolarização de jovens e adultos foram criados. Dentre eles, destacam-se: o Movimento de Educação de Base (MEB), promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Movimento de Cultura Popular do Recife; a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; a Campanha de Educação Popular da Paraíba, que difundiu o método de alfabetização de Paulo Freire; e o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. Entretanto, com o golpe militar de 1964, as iniciativas educacionais que estimulavam ações políticas contrárias aos interesses do Estado foram interrompidas, o que impediu o funcionamento de uma série de cursos voltados para a EJA.

Enquanto essas ações repressivas aconteciam, optou-se por incentivar alguns programas de caráter conservador, visto que a escolarização de adultos não poderia ser abandonada, pois os baixos índices de instrução da população não condiziam com a proposta de construir um grande país, como propunham os militares (HADDAD & DI PIERRO, 2000). Nesse contexto, foi criada, em 1966, a Cruzada de Ação Básica Cristã, conhecida como Cruzada ABC, que tinha como objetivo inicial alfabetizar um milhão de adultos em cinco anos por meio das cartilhas “LER”, “SABER” e “ABC”, elaboradas três anos antes de o movimento ter início.

Segundo Paiva (1987), a Cruzada ABC teve sua origem em uma iniciativa de professores do Colégio Evangélico Agnes Erskine de Pernambuco que, em 1962, idealizaram um trabalho de Educação de Jovens e Adultos com sentido apostólico, implantado em bairros pobres da cidade de Recife, experiência que serviu de base para a expansão do projeto. Em face dos resultados positivos obtidos nessa experiência piloto, o programa passou a funcionar também em outros estados do Nordeste como Paraíba, Sergipe e Alagoas, com recursos provenientes de um acordo estabelecido entre a United States Agency Development (USAID), o Colégio Agnes de Recife e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A Cruzada ABC pretendia contestar política e pedagogicamente os programas anteriores de alfabetização de adultos e, apesar dos aspectos positivos que apresentava, o movimento não relacionava a imagem do aluno por ele atendido a um indivíduo marginalizado pelo sistema educacional, como ocorria até então, mas a um “parasita econômico” que, em virtude de não dominar o código escrito, nada produzia em favor da Nação. Dois anos depois de sua fundação, a Cruzada ABC começou a enfrentar sérias dificuldades financeiras, além de sofrer inúmeras críticas relacionadas ao material didático utilizado, a sua escassa rentabilidade e ao alto custo investido por aluno, problemas que culminaram em sua extinção em 1970.

Embora tenha funcionado por um curto período de tempo, a Cruzada ABC contribuiu decisivamente para a viabilização do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, cujo objetivo era erradicar o analfabetismo em todo o território nacional no período de dez anos. Ao MOBRAL caberia promover a escolarização de adultos analfabetos financiando 1/3 de

seu custo, cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada, além de financiar e orientar tecnicamente cursos de nove meses para analfabetos entre 15 e 30 anos.

Inicialmente, o MOBRAL apresentava uma subdivisão: o Programa de Alfabetização e o Programa de Educação Integrada (PEI), que correspondia a uma versão reduzida do curso de 1ª a 4ª série, subsequente à alfabetização. Tempos mais tarde, diversos outros programas foram criados pelo movimento em questão, todavia, em razão do endurecimento do regime militar, ele começou a se afastar de sua proposta pedagógica para atender aos objetivos políticos dos militares, o que gerou grande insatisfação e pôs em dúvida não só sua eficácia, mas também os critérios utilizados na verificação de aprendizagem e a confiabilidade dos indicadores de alfabetização produzidos.

A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 5.692 de 11 de agosto de 1971 trouxe novas mudanças para o campo educacional de adultos. O capítulo IV da referida Lei regulamenta o Ensino Supletivo, cujos fundamentos e características foram explicitados no Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 699, publicado em 28 de julho de 1972, e no documento intitulado “Política para o Ensino Supletivo”, entregue ao Ministério da Educação em 20 de setembro do mesmo ano, que atribuía a esse tipo de ensino a função de suprir a escolarização regular e promover a crescente oferta de educação continuada.

Esses documentos, segundo Haddad & Di Pierro (2000), estabeleciam três princípios para o Ensino Supletivo. O primeiro foi sua definição como um subsistema integrado, independente do Ensino Regular, porém, com este intimamente relacionado, compondo o Sistema Nacional de Educação e Cultura; o segundo foi o de colocar o Ensino Supletivo, assim como toda a reforma educacional do regime militar, voltado para o esforço do desenvolvimento nacional; e o terceiro referia-se ao fato de que ele deveria ter doutrina e metodologia apropriadas ao público atendido.

Complementando tais considerações, a introdução da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2002a, p.16) comenta que

Esse ensino poderia ser ministrado a distância, por correspondência ou por outros meios adequados. Os cursos e os exames seriam organizados dentro dos sistemas estaduais, de acordo com seus respectivos Conselhos de Educação. Já nesse período se afirmava a

necessidade de adequar o ensino ao “tipo especial de aluno a que se destina”, resultando daí uma grande flexibilidade curricular.

O Ensino Supletivo, desse modo, tinha a função maior de recuperar o atraso do sistema educacional e formar mão de obra qualificada que contribuísse com o desenvolvimento da Nação. Para tanto, ele foi organizado em quatro modalidades: a suplência, cujo objetivo era propiciar o acesso aos estudos àqueles que não puderam ingressar nele ou concluí-lo na idade própria; o suprimento, que tinha por finalidade proporcionar a atualização para aqueles que frequentaram apenas parte do ensino regular; a aprendizagem, a qual correspondia à formação centrada no trabalho; e a qualificação, que primava pela profissionalização dos alunos jovens e adultos.

Para que o Ensino Supletivo pudesse funcionar, professores atuantes no ensino regular receberam cursos de aperfeiçoamento para adaptar sua prática pedagógica ao novo público, uma vez que não havia profissionais com formação específica nessa área, entretanto, durante um longo período, a metodologia de ensino empregada na EJA refletiu especificidades típicas da educação regular. Além disso, foram criados os Centros de Ensino Supletivo (CES), unidades educacionais especificamente destinadas a atender ao público jovem e adulto.

Com o MOBRAL e o Ensino Supletivo, os militares pretendiam disseminar a ideia de que o sistema educacional se encarregaria de corrigir as desigualdades sociais existentes no país e, assim, reconstruir sua relação com as camadas populares. Entretanto, logo que o regime ditatorial teve fim, o MOBRAL não tinha condições políticas de sustentar-se, o que levou a sua substituição, em 1985, pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR). Logo que foi criada, a instituição tinha a responsabilidade de promover a formação de educadores, produzir material didático, supervisionar e avaliar as atividades desenvolvidas no âmbito dos programas voltados à EJA, além de articular o subsistema do Ensino Supletivo à política nacional de Educação de Jovens e Adultos (HADDAD & DI PIERRO, 2000).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, materializou-se efetivamente o reconhecimento social do direito à educação fundamental a jovens e adultos. Nesse período, a responsabilidade da oferta do ensino cabia ao Estado e a EDUCAR, apesar de, em certa medida, representar uma continuidade do MOBRAL, em virtude de ter herdado seus funcionários, estrutura burocrática, concepções e práticas

político-pedagógicas, apresentou mudanças significativas, como é o caso de sua subordinação ao MEC e consequente transformação em órgão de fomento e apoio técnico, em lugar de uma simples instituição de execução de políticas educacionais.

Em 1990, no entanto, logo no início do governo Fernando Collor de Mello, a EDUCAR foi extinta, e as atividades educativas por ela executadas passaram a ser responsabilidade de órgãos públicos municipais e entidades civis. Essa mudança foi acompanhada, pouco tempo depois, pela Lei de Diretrizes e Bases de número 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96), que integrou a EJA ao ensino básico comum. Nesse momento, os desafios impostos ao ensino de jovens e adultos eram: a) resgatar a dívida social gerada pelo analfabetismo por meio de sua erradicação; b) treinar os jovens e adultos para que eles tivessem condições de ingressar no mercado de trabalho; e c) criar oportunidades de educação permanente.

Um dos produtos da reforma educacional iniciada em 1995 foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) em cada estado brasileiro, que tinha por função administrar os recursos públicos destinados à educação. Entretanto, o que parecia um alívio para a EJA representou um problema, pois uma intervenção governamental impediu que as matrículas dessa modalidade educacional fossem computadas nos cálculos do órgão em questão, o que desestimulou sua expansão.

Esse problema só foi amenizado tempos mais tarde, quando foram concebidos três programas federais de Educação de Jovens e Adultos: o Programa Alfabetização Solidária (PAS), destinado ao público juvenil residente nos municípios e periferias urbanas; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cujo alvo era a alfabetização inicial de trabalhadores rurais assentados totalmente analfabetos, aos quais era oferecido um curso de um ano de duração; e o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), que visava conduzir os trabalhadores ao ingresso e/ou término da Educação Básica.

Nesse período, ocorreu um crescimento considerável da oferta escolar para jovens e adultos, porém, esse crescimento não foi acompanhado de melhorias na qualidade do ensino, processo que conferiu visibilidade a um novo problema: em substituição aos analfabetos absolutos, o sistema educacional passou a deixar em evidência um grande contingente de analfabetos funcionais – isto é, pessoas que, apesar

de terem frequentado a escola, apresentavam domínio precário da leitura, da escrita e do cálculo – grupo que já existia, porém, tornou-se socialmente perceptível somente após a ampliação da oferta educacional, que o fez crescer consideravelmente. Essa situação levaria, mais tarde, à emergência de uma nova concepção de alfabetização: para ser considerado alfabetizado, tornou-se necessário não apenas saber desenhar o nome, mas ter domínio suficiente das práticas de leitura e escrita para usá-las em diversas situações sociais (SOARES, 2004).

Ao final da década de 90, mesmo com todos esses programas criados, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – (BRASIL, 2003) revelou que a taxa de analfabetismo no Brasil ainda era alta, principalmente entre pessoas acima de 50 anos, pertencentes às camadas mais carentes da sociedade. Das cinco regiões do país, a Nordeste é apontada pelo estudo como a mais problemática, com 26,2% da população com 15 anos ou mais sem qualquer conhecimento da leitura e da escrita.

Um marco importante para a EJA nesse período foi a 5ª Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos (Confinteia), realizada em julho de 1997, em Hamburgo, na Alemanha, a qual foi precedida por uma Conferência Regional Preparatória da América Latina e Caribe, realizada no Brasil em janeiro do mesmo ano. Os principais objetivos da Conferência de Hamburgo foram manifestar a importância da aprendizagem de jovens e adultos e conceber compromissos regionais numa perspectiva de educação ao longo da vida que visasse facilitar a participação de todos no desenvolvimento sustentável e equitativo, além de construir uma relação sinérgica entre educação formal e não-formal. Os documentos produzidos na Confinteia demonstraram que a EJA deveria seguir novas orientações em virtude do processo de transformações socioeconômicas e culturais vivenciadas a partir das últimas décadas do século XX, “levando em conta que o desenvolvimento das sociedades exige de seus membros capacidade de descobrir e potencializar os conhecimentos e aprendizagens de forma global e permanente” (BRASIL, 2002a, p.19).

A partir de 2002, com a eleição de um presidente que emergiu das classes desfavorecidas, o Brasil adotou a proposta governamental de inclusão social das pessoas marginalizadas e reiterou o objetivo de erradicar o analfabetismo por meio da criação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Ainda em vigor, o PBA apresenta três vertentes: o

Projeto Escola de Fábrica, que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos; o PROJOVEM, voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior à 4ª série (atualmente o 5º ano), mas que não tenha concluído o Ensino Fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho; e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de Ensino Médio (FRIEDRICH et al, 2010). Com essas iniciativas, ressurgiram, então, os discursos de que a inclusão no sistema educacional é condição necessária para a ascensão política, econômica, social e cultural dos sujeitos, além de um dos meios de efetivação da cidadania, pois o analfabetismo, como afirma Soares (2004), fruto da exclusão social, concentra-se em camadas de baixa renda salarial, pobreza e mortalidade elevada.

Atualmente, a maioria dos cursos destinados à escolarização de adultos funciona nos Centros Estaduais de Ensino Básico para Jovens e Adultos (CEEBJA), antigos CES, instituições exclusivamente criadas para ofertar essa modalidade de ensino, e em determinadas escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual, no período noturno.

A LDB 9.394/96 caracteriza o público que frequenta esses cursos como aqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria, e estabelece as idades mínimas de 15 e 18 anos para matricular-se, respectivamente, nos ensinos Fundamental e Médio dessa modalidade educacional. A organização dos cursos de EJA varia de localidade para localidade, nas modalidades presencial e a distância, embora, normalmente, o aluno curse a carga horária de apenas uma disciplina por vez, momento em que faz uso de material didático organizado por módulos; após concluir esse processo, passa por uma prova que visa avaliar as competências por ele desenvolvidas, caso seja aprovado, inicia, então, as aulas de outra disciplina, e assim sucessivamente, até cumprir todo o currículo escolar.

Hoje, a fundamentação legal da EJA encontra-se na LDB 9.394/96, que destina uma seção inteira a essa modalidade de ensino, reafirmando o direito à educação a jovens e adultos; na Resolução 1/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a qual estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; na Proposta Curricular de cada disciplina ofertada por

essa modalidade de ensino e, no caso do Paraná, nas Diretrizes Curriculares Estaduais para a EJA (PARANÁ, 2006) e nas Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica (PARANÁ, 2008). Todo esse aparato, porém, não foi suficiente para que a Educação de Jovens e Adultos deixasse de enfrentar sérias dificuldades para manter-se em funcionamento, pois, como afirmam Friedrich et al (2010), apesar de a Constituição definir a educação como um direito de todos, o que observamos, quando se trata da Educação de Jovens e Adultos, são programas fragmentados com problemas de concepção pedagógica e metodológica.

Ao longo do tempo, em suma, a EJA foi compreendida como uma política compensatória coadjuvante no combate às situações de exclusão. A descontinuidade de políticas públicas a ela relacionadas, sem dúvida, possui estreita relação com as fragmentárias iniciativas de produção de material didático para essa modalidade de ensino, um problema que abordaremos com mais detalhes na próxima seção.

1.2 A PRODUÇÃO DIDÁTICA PARA A EJA ANTERIOR AO PNLD

Embora objeto de inúmeras críticas, o LD continua, com o passar do tempo, sendo considerado um instrumento fundamental no processo de escolarização. Sua presença no meio educacional constitui uma tradição tão forte que a imagem estilizada do professor apresenta-o sempre com um livro em mãos, pronto para garantir às novas gerações a aquisição de saberes escolares considerados imprescindíveis à inserção na sociedade.

Enquanto objeto de estudo sistemático, o LD é encarado sob três perspectivas, conforme comentam Oliveira & Guimarães (1984): a pedagógica, que estuda sua influência no processo ensino-aprendizagem; a econômica, relacionada à análise do livro enquanto mercadoria, cujos custos influenciam a possibilidade de acesso a esse produto; e a cultural, que o focaliza como meio de reprodução e representação de valores da sociedade.

Definir exatamente um conceito para este produto de múltiplas faces é, inicialmente, tarefa simples. Para Lajolo (1996, p.4), didático “é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar”, posição da qual partilha Silva (1996),

que o caracteriza como o livro destinado a informar, orientar e instruir o processo de aprendizagem. Assim, conforme sugere o adjetivo *didático*, esse tipo de obra deve ser usado de forma sistemática como ferramenta do processo ensino-aprendizagem de determinado conteúdo, normalmente consolidado como disciplina escolar.

Esse conceito, entretanto, não é suficiente quando pensamos na Educação de Jovens e Adultos, uma vez que, até alguns anos, poucos eram os livros produzidos por editoras especificamente voltados a esse público. Diante do fato, a expressão mais comum no contexto da EJA é a de *material didático*, que corresponde, segundo Mello (2010), a todo artefato utilizado para fins educativos, seja ele um caderno de atividades, jogos, material de áudio e vídeo, cartazes, livros de leitura, encartes apostilados, textos impressos ou xerocados, produzidos por editoras, Secretarias de Educação, organizações não-governamentais (ONGs), profissionais envolvidos com a EJA ou até mesmo pelos alunos que frequentam esses cursos.

Assim como a própria EJA, reconhecida por seu caráter plural, a produção de material didático voltado a essa modalidade educacional caracteriza-se por uma grande variedade de suportes e formatos, tendo em vista as especificidades do público atendido por esses cursos acelerados.

Bentes (2011), ao relatar sua experiência de elaboração de um LD para a EJA, revela que enfrentou dificuldades, pois havia internalizado uma estrutura típica de LDs destinados ao ensino regular, isto é, aqueles usados como apoio em um trabalho coletivo, realidade que nem sempre acontece na Educação de Jovens e Adultos:

Quando aceitei a proposta de elaborar um livro didático de linguagem para o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), acreditava que as principais tarefas seriam as de selecionar os textos, construir uma justificativa para essa seleção e elaborar atividades significativas de leitura e de produção de textos. No entanto [...] os livros fariam parte de uma coleção que tinha uma estruturação e um perfil diferenciado: esperava-se que os alunos pudessem ler em casa, no trabalho, com os amigos e em outros contextos que julgassem apropriados. Sendo assim, o livro não poderia apresentar a estrutura que eu havia imaginado [...] (BENTES, 2011, p.85).

É muito comum que a iniciativa de elaborar materiais didáticos para a EJA parta de membros da sociedade civil. Isso ocorre, em parte, porque, enquanto para uma parcela de educadores e pesquisadores de EJA a presença de materiais didáticos

padronizados representa um excelente apoio para o desenvolvimento das aulas e organização das atividades de ensino, para outra, ela pode representar a imposição de um modelo de escolarização inadequado a esse público, o que contraria o princípio educativo de respeito às singularidades locais; e, em parte, porque a falta de iniciativas oriundas do Estado que estimulem a produção didática destinada ao ensino de jovens e adultos dificulta o desenvolvimento desse ramo.

Takeuchi (2005), logo nas primeiras páginas de sua dissertação de mestrado, dedicada à análise de livros didáticos de grande circulação voltados para a EJA, comenta que uma de suas maiores dificuldades foi encontrar esse produto, porque, nesse período, as editoras comerciais não investiam nessa área. Diante disso e da constatação de que as obras existentes não foram elaboradas especificamente para esse público, a autora entrou em contato com Lafayette Megale, então editor da FTD, uma das editoras que apresentavam livros voltados para a Educação de Jovens e Adultos naquele período, na tentativa de compreender os motivos que levaram a essa situação. Em um trecho da entrevista concedida à pesquisadora por telefone, Megale afirma que

Partir de um projeto zero quilômetro para EJA, baseado nos Parâmetros (proposta curricular) é inviável, entre outros motivos, pelo tempo. É, por exemplo, o governo do estado do Pará que quer não sei quantos mil livros de EJA para tal período, e a gente corre para atender. O que se fez foi um material de uso imediato para escolas noturnas, com base nos livros de ensino fundamental, com método mais próximo do expositivo (In: TAKEUCHI, 2005, p.141).

Esse depoimento mostra claramente que a EJA não constituía um dos focos de atenção do mercado editorial de didáticos. Na falta de um programa sistematizado de produção de obras destinadas a essa modalidade educacional, com prazos específicos a serem cumpridos, faziam-se recortes de livros que circulavam no ensino regular com o objetivo de suprir a necessidade imediata de um ou outro Estado.

Mello (2010), por sua vez, em sua tese de doutorado, chega a resultados surpreendentes ao fazer um levantamento sobre a produção didática para a EJA no Brasil no período de 1997 a 2007. Para isso, o autor trabalhou com o material que compõe o *Acervo EJA*, de propriedade do MEC, constituído em 2007 no intuito de

ampliar o conhecimento das experiências formais e informais desenvolvidas e implementadas por instituições voltadas a essa modalidade educacional.⁶

Ao final de seu trabalho, confirmando a constatação de Takeuchi (2005), o autor revela que, de fato, no período que constitui o recorte de sua pesquisa, poucas eram as editoras de grande porte que possuíam livros didáticos dedicados à EJA. A maioria das editoras que investiram nesse ramo, dispersas em todas as regiões do país, era considerada de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, não distribuía suas obras em larga escala.

Uma das produções oriundas de editoras comerciais mais conhecidas no ramo da Educação de Jovens e Adultos mencionadas pelo pesquisador é a *Coleção Viver, Aprender*, fruto da parceria estabelecida entre a *Ação Educativa*, uma ONG que desenvolve ações de formação e assessoria a grupos, escolas e comunidades, além de pesquisas relacionadas a políticas públicas voltadas para a juventude e a Educação de Jovens e Adultos, e a Editora Global. Entretanto, como observa Takeuchi (2005) em sua análise, as obras em questão, quando chegavam aos cursos de EJA, eram entregues apenas ao professor, pois os alunos não dispunham de poder aquisitivo para adquiri-las e o Estado não possuía nenhuma política de distribuição de material didático a essa modalidade de ensino.

Embora tenha contabilizado um número considerável de obras produzidas por editoras de pequeno e médio porte destinadas à EJA (das quais, inclusive, a maioria é caracterizada como “decepcionante”, em virtude de seu baixo grau de qualidade), Mello (2010) mostra que as produções oriundas do meio escolar e das Secretarias de Educação são superiores àquelas. Os materiais concebidos no âmbito das secretarias, sejam elas municipais ou estaduais, normalmente estão relacionados à disponibilidade de recursos financeiros e à política local, especialmente em períodos nos quais ocorrem

⁶ Para constituir o *Acervo EJA*, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA), atual Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (DPEJA), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, solicitou a entidades e órgãos parceiros de diversos municípios, estados e instituições de ensino superior e a ONGs existentes no Brasil, o envio de material didático utilizado na alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Segundo Mello (2010), embora houvesse estimativa de que mais de oito mil obras tivessem sido enviadas pelos municípios, após as atividades de seleção e inclusão na base de dados foi cadastrado no sistema do Acervo um total de apenas 2.397 títulos e 5.979 exemplares, isto é, boa parte do material sequer foi classificado, pois não se apresentava em um suporte que se enquadrasse nos critérios de organização adotados.

reformulações curriculares, entretanto, essas iniciativas são marcadas pela descontinuidade de ações, porque, com a sucessão de governos e a consequente alteração no investimento em políticas dessa natureza, nem sempre os projetos iniciados na gestão anterior têm prosseguimento.

A maioria dos materiais encontrados pelo pesquisador em seu levantamento quantitativo refere-se a livros destinados à alfabetização, poucas são as produções voltadas ao primeiro e ao segundo segmento do Ensino Fundamental, e nulas as que se aplicariam ao Ensino Médio. Isso revela que, dentro do próprio sistema de produção de material de apoio, existe uma descontinuidade de ações, pois há uma ênfase na primeira etapa do processo, a alfabetização, porém, não se investe nas séries subsequentes. A impressão que se tem é a de que o papel da EJA é puramente alfabetizar, e não proporcionar a seu alunado a oportunidade de continuar os estudos.

Basicamente, os materiais produzidos por secretarias encontrados pelo pesquisador são elaborados na forma de livros, isto é, aqueles que possuem impressão nesse formato e dispõem de um projeto editorial e visual que contempla conteúdos organizados; e apostilas, ou seja, aqueles que apresentam acabamento em espiral. Entretanto, foram encontrados também livros de alfabetização com produções de alunos e coletâneas tematizadas, as quais reúnem textos de diferentes gêneros sobre um assunto comum.

Um exemplo claro desse tipo de iniciativa ocorreu no Paraná, entre os anos de 1995 e 1996, quando o Governo do Estado promoveu um programa para a elaboração de um material didático exclusivo para seus centros de EJA. Esse projeto envolveu a participação de inúmeros profissionais da área e seria usado no segundo segmento do Ensino Fundamental e nas séries correspondentes ao Ensino Médio da modalidade educacional em questão.

Para tanto, foram selecionados professores de todas as disciplinas que atuavam nos CEEBJA do Estado e as tarefas foram divididas. Cada região ficou responsável pela elaboração do material de uma disciplina, assim, formaram-se grupos de profissionais da área que se reuniam periodicamente para trabalhar no projeto. Essas equipes tinham um coordenador que se responsabilizava por orientar a elaboração das apostilas. Os professores selecionados para participar desse projeto tinham a carga horária a ser

cumprida em sala reduzida, sem diminuir, no entanto, sua remuneração, para que pudessem se dedicar ao programa.

Findo o trabalho de confecção das apostilas, o material foi apresentado em reuniões na capital do Estado com todos os profissionais envolvidos nesse programa, para que ele pudesse ser avaliado e disseminado para as demais escolas do Paraná que ofertam cursos de EJA. Assim, cada região elaborou o material de uma disciplina e, posteriormente, as apostilas foram trocadas entre os grupos e levadas para as instituições de ensino de todo o Estado.

Os CEEBJA pertencentes aos Núcleos Regionais de Educação (NRE) de Maringá e Londrina ficaram encarregados de elaborar o material de Língua Portuguesa dos ensinos Fundamental e Médio. A equipe contava com profissionais que atuavam em Maringá, Pitanga, Londrina, Guarapuava e Ponta Grossa, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera, docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL) na época.

Uma das propostas do projeto era que se aproximasse o máximo possível o conteúdo do material didático e a realidade dos alunos. Para tanto, nos exercícios propostos, inseriram-se exemplos que contemplam perfis de educandos de Maringá e dos municípios próximos, como é o caso de Sarandi, Ponta Grossa e Londrina. Entretanto, esse material só passou a ser usado no ano de 2004, quando o Governo Roberto Requião autorizou as instituições de ensino a recuperar as apostilas produzidas pelos professores havia quase dez anos. Segundo profissionais que atualmente trabalham no CEEBJA de Maringá, o material elaborado nesse programa ainda é usado em sala de aula, embora conte com o auxílio de apostilas complementares, pois boa parte de suas considerações já não está adequada às necessidades do novo contexto educacional. Esse material, entretanto, parece ter sido um daqueles que não foram contabilizados na catalogação do Acervo EJA, pois não há nenhuma menção a ele em toda a tese de Mello (2010).

Por meio dos apontamentos feitos pelo pesquisador, podemos notar que as produções do meio escolar, aquelas oriundas do esforço de sujeitos que atuam diretamente com EJA, são as que revelam aspectos mais surpreendentes e as que apresentaram maior dificuldade de descrição, pois algumas delas não possuíam sequer título ou marcas de autoria. Nesse caso, os materiais destinados à alfabetização também

superam, quantitativamente, aqueles voltados aos anos subsequentes da Educação de Jovens e Adultos.

No ramo da produção didática para a EJA, destacam-se, segundo o autor, dois tipos de materiais: os portfólios, nos quais o professor reúne um conjunto de produções de seus alunos, sejam elas textos ou imagens, que resultaram de seu trabalho em sala de aula, e os livros didáticos, em que ele atua como organizador dos textos oriundos de metodologias de produção escrita de diversos gêneros em sua prática docente, material usado, posteriormente, como livros de leitura coletivos. Além disso, Mello (2010) encontrou ainda cadernos e coletâneas de atividades, livros de disciplinas individuais, coletâneas de textos interdisciplinares e materiais fotocopiados, unidos por espiral. Esses materiais, segundo o autor, possuem características comuns: assuntos que apresentam proximidade com a realidade local em que vivem os alunos, precariedade das condições de legibilidade dos textos e ilustrações, e ausência de referência aos direitos de propriedade intelectual das obras fotocopiadas.

Dentre essas estratégias de produção de material para uso em situações de ensino, uma, em particular, nos chamou muito a atenção: um material sem título, numa encadernação espiral, que reúne produções de alunos registradas em diferentes formatos de papel, um deles, o verso de uma folha de cartão ponto de uma empresa, o que indica a dificuldade concreta da EJA em acesso a materiais escolares básicos.

Além das já mencionadas, também encontramos em nossa pesquisa algumas iniciativas do Estado voltadas para a produção de material didático para a EJA que tentaram ofertar esse produto a um número maior de entidades educacionais que oferecem essa modalidade de ensino, por meio de sua divulgação em versão eletrônica, em formato PDF. Duas delas são as que resultaram nas coleções *ENCCEJA* (Coleção do Exame de Certificação de Competências de Jovens e Adultos), elaborada em 2002, no Governo Fernando Henrique Cardoso, que se destina aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, e *Cadernos de EJA*, criada em 2006, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, e destinada aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, desde a alfabetização. Nenhuma delas, entretanto, alcançou ampla adesão por parte das instituições que ofertam a Educação de Jovens e Adultos, pois, além de terem liberdade para selecionar ou produzir os materiais com os quais desejam trabalhar, ficou claro a

esses centros de ensino que ambas não se enquadram no contexto de muitos cursos de EJA.

Após essa rápida descrição dos materiais didáticos encontrados nos cursos de Educação de Jovens e Adultos espalhados pelo Brasil, podemos notar que um traço marcante desse tipo de produção é a diversidade de composições, justamente destinada a atender as várias formas de organização da EJA em diferentes municípios. Essa característica, como se pode constatar facilmente, não é comum nos livros destinados ao ensino regular, os quais obedecem a uma padronização rígida, em virtude do sólido sistema que o ampara, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), atualmente estendido à Educação de Jovens e Adultos. Essa iniciativa do Estado, conforme veremos na próxima seção, ao mesmo tempo em que possibilita um padrão mínimo de qualidade das obras que chegam às escolas, funciona como um incentivo à ampliação da indústria da educação.

1.3 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: DO PNLD AO PNLD EJA

No Brasil, os atuais programas de material didático executados no âmbito do Ministério da Educação, destinados a prover as escolas de Educação Básica da rede pública de obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa, possuem como respaldo legal o Decreto nº.7.084, de 27 de fevereiro de 2010. Segundo o documento, esses programas têm por objetivo melhorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas; garantir o padrão de qualidade do material de apoio enviado às instituições de ensino; democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; incentivar a leitura e a atitude investigativa dos alunos, além de apoiar a atualização e o desenvolvimento profissional do professor.

Cada política de distribuição de material didático possui regras específicas de funcionamento. O PNLD, particularmente, segundo informações oferecidas no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁷, obedece a nove ações de execução: em primeiro lugar, ocorre a *inscrição das editoras* que desejam ter seus títulos inclusos no programa, processo que segue as normas de um edital publicado no Diário Oficial da União e no sítio do FNDE, o qual determina, também, um prazo para

⁷ <http://www.fnde.gov.br/> . Acesso em 15 abr. 2011.

que as empresas detentoras dos direitos autorais apresentem suas obras didáticas. Em seguida, há o período de *triagem/avaliação* das obras inscritas pelas editoras, para verificar se elas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital. Os livros aprovados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica, responsável pela avaliação pedagógica, que seleciona especialistas para analisar as obras e, em seguida, elaborar as resenhas daquelas que foram aprovadas, material que compõe o *Guia dos Livros Didáticos*.

Na terceira etapa do processo, esse Guia é publicado no sítio do FNDE e enviado às escolas cadastradas no censo escolar, para que professores e diretores *escolham* as obras mais adequadas à proposta pedagógica da instituição de ensino, o que constitui a quarta fase da seleção das obras. Nesse momento, é comum que representantes das editoras responsáveis pela edição dos livros sejam enviados às escolas para apresentar e entregar exemplares aos professores. Posteriormente, esses profissionais fazem o *pedido* dos referidos livros didáticos, para isso, há duas opções: de posse de uma senha enviada previamente pelo FNDE, os professores podem fazer sua escolha pela internet ou preencher um formulário impresso, remetido pelos correios.

Depois de compilados os dados dos formulários impressos e dos pedidos feitos pela internet, o FNDE inicia o processo de *negociação* com as editoras e, como a seleção das obras é feita pelos professores, esse processo não passa por licitação pública. Finalizada a negociação, começa a sétima fase do programa: a *produção* das obras, que é acompanhada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), responsável por coletar amostras e analisar a qualidade física dos livros. Nesse momento, o FNDE faz um contrato com as editoras, informando-lhes os quantitativos e localidades de entrega do material.

A penúltima fase da execução do PNLD é a *distribuição* dos livros, feita diretamente pelas editoras às escolas, por meio de um contrato firmado entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Por fim, há, então, o *recebimento* do material por parte das escolas, que ocorre entre outubro e o início do ano letivo. É importante ressaltar que, como os livros didáticos são utilizados por três anos, as compras integrais para alunos de 2^a a 4^a série e de 5^a a 8^a ocorrem alternadamente, a única série que recebe livros novos todos os anos é a 1^a, nos demais casos, nos

intervalos das compras integrais são feitas apenas reposições, em virtude de extravios ou perdas, além de complementações, em face do acréscimo de matrículas.

A preocupação com o estabelecimento de uma política governamental para o LD no Brasil não é nova. O PNLD foi criado em 1985, por meio da edição do Decreto nº. 91.542 de 19 de agosto, como uma iniciativa do poder público que tinha a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que deveria atuar em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e com órgãos municipais de ensino, além de associações comunitárias. Em 1992, entretanto, em virtude de certas limitações orçamentárias, o atendimento foi restrito somente aos alunos matriculados até a 4ª série.

No ano seguinte, os recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino aumentou, estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição desse produto. Em 1994, o PNLD voltou, então, à universalização da distribuição do material no Ensino Fundamental e, em 1995, foram contempladas as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Em 1996, a de Ciências e, em 1997, as de Geografia e História.

Ainda segundo dados oferecidos no sítio do FNDE, quando foram superadas as dificuldades financeiras, o PNLD passou a enfrentar um novo problema: boa parte dos livros distribuídos às escolas continha erros conceituais, marcas de desatualização, preconceito e discriminação. Essa falha só começou a ser corrigida em 1996, quando teve início o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997, o qual deu origem ao *Guia do Livro Didático*, uma espécie de manual que, além de apresentar somente as obras didáticas aprovadas pelo programa, contém resenhas avaliativas que apontam seus destaques e limitações.

Em fevereiro de 1997, com a extinção da FAE, a responsabilidade pela política de execução do PNLD foi transferida integralmente para o FNDE e o programa foi ampliado, passando a ofertar livros de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, História e Geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental público. A partir do ano 2000, o programa passou a distribuir, também, Atlas Geográfico, dicionários de LP para uso dos alunos de 1ª a 4ª série, bem como livros em Braille para estudantes portadores de deficiência visual. Nos três anos que se

seguiram, a abrangência do programa só fez aumentar, porém, ainda no âmbito do Ensino Fundamental.

Somente em 2003, com a Resolução FNDE nº. 38 de 15 de outubro, foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que previa a distribuição de obras didáticas para alunos do Ensino Médio público de todo o país. Inicialmente, o programa atendia apenas alunos matriculados na 1ª série dessa etapa da educação com livros das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Em 2006, a distribuição das obras referentes a esses componentes curriculares foi universalizada para as três séries do Ensino Médio de todo o país; em 2007, acrescentaram-se os livros de Biologia e, em 2008, pela primeira vez foram distribuídos livros de Geografia e de Física. Atualmente, além dos referentes a esses componentes curriculares, o programa distribui livros de História, Filosofia, Sociologia e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol).

Ao mesmo tempo em que o PNLEM se desenvolvia, o PNLD destinado ao Ensino Fundamental não parou de crescer, hoje, segundo dados publicados no sítio do FNDE, cerca de 120.531.766 alunos matriculados nessa etapa da Educação Básica são beneficiados com o programa. Todas essas iniciativas, entretanto, desenvolveram-se no âmbito do ensino regular. A EJA só passou a compor esse quadro no ano de 2007, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) por meio da Resolução nº. 18 de 24 de abril, que tinha a finalidade de distribuir, a título de doação, obras didáticas de alfabetização às entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

O PNLA, todavia, foi executado durante apenas três anos, em 2009 ele foi substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), instituído pela Resolução nº. 51 de 16 de setembro de 2009. Segundo o documento que a regulamenta, essa política educacional foi criada com o objetivo de prover as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado e as escolas federais de ensino fundamental ou das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal com livros didáticos direcionados ao público atendido pela EJA em suas etapas de alfabetização, primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental. Entretanto, sem dúvida, essa iniciativa não determina a estagnação da produção didática local destinada à Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com a própria resolução que o instituiu, o PNLD EJA foi criado em virtude de o Plano Nacional de Educação, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), determinarem a erradicação do analfabetismo, o progressivo atendimento a jovens e adultos pela rede pública de ensino, a universalização do acesso e a melhoria da qualidade da Educação Básica.

Ao analisarmos o contexto em que o programa surgiu, é inegável que a instituição dessa política tende a trazer inúmeros benefícios à Educação de Jovens e Adultos. Afinal, além de procurar estabelecer a equidade de direitos entre as diferentes modalidades de ensino vigentes no país, para participar do PNLD, as editoras interessadas deverão adaptar suas obras ao padrão de qualidade exigido pelo programa, e se readequarem periodicamente, procurando atender às necessidades da EJA.

Entretanto, se levarmos em consideração a criação do PNLD, em 1985, constataremos que a EJA demorou vinte e dois anos para ser incluída nas políticas educacionais de distribuição de LD, um atraso que demonstra a posição marginal imposta a essa modalidade de ensino ao longo dos anos. Em resposta à escassez de material criado por editoras observada há algum tempo, hoje, o PNLD EJA oferece indicação de quatorze obras didáticas para alfabetização, três para o primeiro segmento do Ensino Fundamental e duas para o segundo segmento da mesma etapa, uma situação motivada por razões claras: antes da criação desse programa, o mercado editorial de didáticos não possuía um comprador fixo para os livros destinados à EJA, pois o público atendido por essa modalidade educacional normalmente não dispõe de poder aquisitivo suficiente para adquiri-los.

Assim, diante da incerteza da obtenção de lucros, optava-se por não produzir livros didáticos destinados à Educação de Jovens e Adultos. Hoje, essa insegurança foi eliminada, visto que o Estado assumiu a função de comprador desse produto, o que, conseqüentemente, garante o retorno financeiro. Desse modo, fica claro que, apesar de realmente trazer vantagens para a EJA, se considerarmos que os livros distribuídos pelo Estado tendem a apresentar melhor qualidade que os materiais apostilados usados em várias regiões do país no período anterior ao PNLD EJA, a tentativa de padronizar as obras utilizadas como apoio à prática educativa em cursos acelerados revela, também,

que essa é uma forma de estimular o “meganegócio” da educação, o qual, em decorrência do PNLD, assumiu um caráter mercadológico muito forte⁸.

De acordo com informações divulgadas no sítio do FNDE⁹, em 2011, só no Paraná, nas 6.615 escolas de Ensino Fundamental e Médio atendidas, 1.958.153 alunos foram beneficiados com 6.992.695 livros didáticos. Essas obras custaram para o Governo Federal R\$ 50.914.728, 00, o nono valor mais alto encontrado nos dados, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul, respectivamente. O valor total do programa, sem dúvida, chama atenção: R\$1.022.564.752,98.

Ainda segundo dados divulgados no sítio do FNDE, as editoras FTD, Moderna, Ática e Saraiva, respectivamente, foram as que mais faturaram no exercício do PNLD 2011, mesmo tendo negociado seus títulos a valores muito abaixo do cobrado pelas mesmas obras no mercado privado de venda de didáticos, o que só comprova as vantagens de ter o Estado como comprador.

Filtrando ainda mais nossa busca, tivemos acesso aos valores gastos pelo Governo Federal com o PNLA, o primeiro programa de distribuição de obras didáticas de alfabetização à EJA, que funcionou até o ano de 2009, porém, distribuiu as obras ainda em 2010, visto que o PNLD EJA, ao qual ele foi incorporado, passou a funcionar apenas em 2011. Ao analisar os dados, é curioso notar o fato de que, enquanto para o PNLD destinado ao ensino regular vinte editoras foram selecionadas, para o PNLA esse número cai para cinco. Além disso, das cinco editoras em questão, três são as que mais faturaram com o PNLD: Ática, FTD e Moderna¹⁰. Essa diferença expressiva certamente não está relacionada apenas ao número de alunos atendidos pela EJA, menor que o de atendidos pelo ensino regular por razões óbvias, mas também à falta de editoras que possuam obras didáticas destinadas a essa modalidade educacional, o que, mais uma vez, revela a posição marginal ocupada por ela no país.

⁸ Segundo Cassiano (2005), o maior segmento do mercado editorial brasileiro é o de livros didáticos, justamente em virtude da realização do PNLD, pois, embora o Estado pague apenas 1/3 do valor de capa de cada obra, a quantidade de livros adquiridos é muito grande, o que, sem dúvida, gera um percentual considerável de lucros.

⁹ <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em 4 abr. 2011.

¹⁰ Ao discutir o assunto, Cassiano (2005) lembra um apontamento curioso feito por Hofling (2000): a constância na parceria do MEC, desde o início do PNLD, com as editoras Ática, Brasil, IBEP, FTD, Saraiva, Nacional e Scipione, as quais ainda se encontram na lista dos fornecedores do Governo. Algumas delas, como a FDT, a Ática e a IBEP, não só são três das maiores beneficiárias do programa, mas também estenderam sua abrangência ao PNLD EJA, o que demonstra uma grande concentração de livros no país vendidos por poucas editoras.

Em meados de 2011, o FNDE divulgou, também, os valores negociados com as editoras que tiveram suas obras incluídas no Guia dos Livros Didáticos referentes ao PNLD EJA¹¹. Analisando as informações disponibilizadas, em especial o número de editoras que tiveram seus títulos aceitos pelo PNLD EJA, verificamos um avanço em relação ao PNLA: enquanto este apresentava apenas cinco editoras, aquele apresenta onze, visto que, além de obras destinadas à alfabetização, o programa oferece também livros para o primeiro e o segundo segmentos do Ensino Fundamental. Das editoras em questão, a IBEP, a FTD, a Global e a Ática são as que tiveram maior número de títulos aceitos e, conseqüentemente, as que mais lucraram com a política.

Em relação ao PNLA, o valor total do PNLD EJA também apresentou um acréscimo considerável, de R\$18.406.999,90 para R\$140.605.140,89, o que significa que os cofres públicos gastaram, de um ano para outro, R\$ 122.198.140,99 a mais com a compra de livros didáticos. Diante de tais números, podemos observar, de fato, que a tentativa de padronizar os materiais de apoio à prática educativa nas salas de aula de EJA demonstra que não se trata apenas de uma política que visa à equidade entre as diferentes modalidades de ensino, mas também uma forma de ampliar a indústria da educação.

¹¹ <http://www.fnde.gov.br/> Acesso em 17 maio 2011.

CAPÍTULO 2

O GÊNERO *NOTÍCIA*

O interesse pelos gêneros do discurso, como afirma Marcuschi (2008), não é recente, mas está na moda. Considerando esse contexto, faz-se fundamental compreendermos os acontecimentos que impulsionaram tantas pesquisas na área, para isto, neste capítulo, apresentamos inicialmente um breve comentário sobre os estudos a respeito dos gêneros realizados pelo Círculo de Bakhtin que, posteriormente, fundamentaram as propostas pedagógicas direcionadas ao ensino de língua portuguesa no Brasil.

Em seguida, expomos uma sucinta referência à questão dos suportes dos gêneros do discurso e algumas considerações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN), da Proposta Curricular de Língua Portuguesa para a EJA (PCLP EJA), e das Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa para a Educação Básica (DCELP) relacionadas à adoção do texto como unidade e dos gêneros como objeto de ensino nas aulas de LP¹².

Na sequência, passamos a abordar as especificidades da notícia, que é, sem dúvida, o produto de um meio específico: a esfera jornalística. Partindo desse pressuposto, antes de apresentar as características desse gênero, distinguindo-o da reportagem – especificação necessária uma vez que, por apresentarem algumas semelhanças, às vezes ambos são confundidos – expomos breves considerações a respeito do referido campo da atividade humana, pois ele é o contexto sócio-histórico-ideológico que permite a emergência da notícia.

2.1 GÊNEROS DO DISCURSO: A ABORDAGEM DO CÍRCULO DE BAKHTIN

Até o século XX, a expressão *gêneros do discurso* era mais utilizada pela retórica e pela literatura, associada aos gêneros épico, lírico e dramático. A partir desse período, entretanto, o filósofo russo Mikhail Bakhtin (1985-1975) e os estudiosos que

¹² Embora as coleções didáticas analisadas sejam distribuídas a todo o Brasil, optamos por trabalhar unicamente com as DCELP do Paraná uma vez que o referido documento apresenta convergência teórica com os PCN, produzidos em âmbito nacional, e seria inviável utilizar as considerações de Diretrizes de todos os estados brasileiros, inclusive porque alguns não as possuem.

compunham seu Círculo empregaram essa expressão com um sentido mais abrangente, afirmando que todos os textos que circulam socialmente, sejam eles orais ou escritos, pertencem a determinado gênero. Nesse período, duas linhas teóricas dominavam o cenário do pensamento filosófico-linguístico: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato.

A primeira tendência, da qual Wilhelm Humboldt e a escola de Vossler são os mais notórios representantes, caracteriza-se por atribuir à psicologia individual do sujeito todas as leis da criação linguística. Nessa perspectiva, a língua é vista como um sistema acabado, no sentido da totalidade dos traços fônicos, lexicais e gramaticais que a compõem, e como uma atividade ininterrupta, materializada sob a forma de atos de fala individuais, pois, por meio da realização linguística, as formas abstratas da língua, comuns a todas as enunciações, são estilisticamente individualizadas a cada nova enunciação.

A segunda orientação do pensamento filosófico-linguístico, representada pela Escola de Genebra, de Ferdinand de Saussure, por sua vez, desconsidera a posição do sujeito falante e elege o sistema linguístico das formas fonéticas, lexicais e gramaticais da língua, aquelas que se apresentam idênticas em todas as enunciações, como o centro organizador dos fatos da língua, pois são elas que garantem a compreensão da palavra por todos os membros da comunidade linguística. Nessa concepção, a língua independe do ato criativo individual e configura-se como o produto de uma ação coletiva, isto é, um fenômeno social (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1988).

Para Bakhtin, entretanto, o verdadeiro objeto de estudo da Linguística não está no processo criativo individual do sujeito, nem no sistema imutável de normas que a constituem, mas em sua utilização em situações reais de fala, por meio da comunicação verbal. Na perspectiva do autor, esse processo envolve, além do sistema da língua e do sujeito criativo, as condições de produção, os interlocutores e o caráter sócio-histórico-ideológico da atividade languageira.

A partir das críticas levantadas a essas duas correntes de pensamento, conforme comenta Duran (2011), o filósofo russo propôs a teoria da interação verbal, que concebe a linguagem como um espaço de interação social, pois, para ele, a língua só se concretiza em determinado contexto, do qual participam sujeitos pertencentes a um grupo socialmente organizado. Sob essa perspectiva, o autor considera, em seus estudos,

a relação existente entre a língua e a sociedade, bem como as relações que o homem estabelece com sua historicidade, processo que o constitui como um sujeito sócio-histórico.

Dessa postura decorre um dos conceitos centrais da proposta teórica de Bakhtin: o dialogismo – intimamente relacionado à noção de interação –, considerado a base da produção dos discursos e, conseqüentemente, da linguagem, uma vez que “não existe a primeira nem a última palavra” (BAKHTIN, 2003, p.410), pois toda palavra responde a palavras anteriores, constitui-se por meio delas, e, a partir do momento em que é orientada em função do outro, permite que surjam novas respostas, ou seja, que outras palavras se constituam, em um ciclo contínuo. A enunciação, nesse sentido, conforme afirma Sobral (2009), ao recuperar os estudos do filósofo russo, além de ser direcionada a um interlocutor específico, sócio-historicamente situado, é uma réplica a enunciações anteriores e a possíveis enunciações futuras, processo que possibilita a manutenção da cadeia ininterrupta que constitui, em sentido amplo, a interação verbal.

A linguagem, nesse contexto, é marcada por relações dialógicas, uma vez que o sujeito a adquire por meio das situações sociais a que é exposto, desse modo, quando entra em contato com a língua, ela já está prenhe de sentidos produzidos anteriormente, em outros contextos, os quais se renovam a cada enunciação. Ao fazer uso da língua para manifestar-se em uma situação de interação comunicativa, considerando o lugar de onde fala e a posição do interlocutor, que participa ativamente do ato enunciativo, o locutor estabelece uma teia de relações com enunciados anteriores antes mesmo de enunciar qualquer palavra, ou seja, responde não só à situação imediata em que está inserido, mas a inúmeras outras dispersas no tempo e no espaço.

Cabe ressaltar, entretanto, que o dialogismo não se resume ao diálogo face a face, embora este represente uma de suas formas mais evidentes no campo da materialidade discursiva (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1988). Em sentido estrito, o diálogo representa a forma clássica da comunicação verbal, pois cada enunciado possui um acabamento que instiga o interlocutor a produzir uma resposta, a qual suscitará uma nova enunciação e outra conseqüente réplica, em um processo interativo contínuo e sucessivo. Porém, ele não é suficiente para abordar a amplitude do dialogismo, que pressupõe uma teia de relações responsável por interligar as enunciações produzidas em diferentes contextos sócio-históricos.

O caráter responsivo e dialógico da linguagem é intrínseco à noção de interação, que pode ocorrer no nível do discurso, quando consideramos as conexões existentes entre as diversas enunciações, e no nível mais imediato da produção de determinado enunciado, no âmbito das relações que o indivíduo estabelece com seu exterior, com o meio social. Essa última perspectiva leva em consideração o fato de que a palavra é sempre orientada em função do outro, ou seja, do interlocutor: ela parte de um sujeito, que possui um projeto de discurso específico, ou seja, um objetivo para seu dizer, e dirige-se a alguém, a um destinatário definido – que não precisa fazer-se fisicamente presente –, de modo que se constituam, nessas circunstâncias, os elos contínuos da comunicação verbal.

Em face dessas considerações, Bakhtin/Volochinov (1988) caracterizam a enunciação como o ato enunciativo que envolve formas linguísticas utilizadas em um contexto do qual participam sujeitos sócio-historicamente situados, ou seja, ela é o produto da interação que se estabelece entre esses indivíduos. O enunciado, por sua vez, segundo Fiorin (2006), corresponde a uma unidade da comunicação que só existe quando concebido no âmbito das relações dialógicas que o constituem, caso elas sejam desconsideradas, ele torna-se uma frase, que, nas palavras de Bakhtin (2003), pertence ao domínio da língua, ou seja, do sistema de formas imutáveis que possuem uma significação fixa.

As unidades da comunicação verbal refletem as condições de seu contexto de produção e, conseqüentemente, a organização da sociedade, que ocorre por intermédio dos usos que se fazem da linguagem em determinados campos que a constituem, os quais são denominados esferas da atividade humana, conforme destaca Bakhtin (2003, p.261): “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Essas esferas, em função de suas especificidades, possibilitam o surgimento de textos típicos, aos quais o filósofo russo atribui a designação de gêneros do discurso: “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (Ibid., p.262).

A esfera jurídica, por exemplo, produz textos como petições, ordens de prisão, habeas corpus; a jornalística, notícias, reportagens, relatos; a médica, prontuários,

receitas; a literária, contos, crônicas, poemas; e assim sucessivamente. A escolha pela produção de um desses enunciados depende não só da esfera em que o locutor está situado, mas também de seu projeto de discurso, ou seja, do que ele pretende dizer, e do papel desempenhado pelo interlocutor, afinal, no contexto de uma mesma esfera há gêneros semelhantes, mas que atendem a objetivos distintos. É o caso do bilhete e da carta pessoal: ambos pertencem ao cotidiano familiar, mas o primeiro destina-se a transmitir um recado rápido a alguém que mantém certo grau de proximidade física com o locutor; que convive com ele na mesma casa, por exemplo; o segundo, por sua vez, além de ser mais extenso, normalmente dirige-se a um interlocutor distante espacialmente e pode atender a inúmeros objetivos: simplesmente trocar informações, fazer um convite, um pedido etc.

De acordo com a teoria bakhtiniana, os gêneros refletem não só as condições específicas, mas também as finalidades dos campos aos quais pertencem por meio de seu conteúdo temático, do estilo de linguagem empregado e da construção composicional e, embora necessitem de certa regularidade para que sejam reconhecidos, não são marcados pela imutabilidade extrema. Bakhtin (2003, p.262) os considera “relativamente estáveis” porque, em menor ou maior grau, cada um de seus elementos é passível de alterações: nem todo tema pode ser abordado em qualquer gênero; o estilo de linguagem varia de acordo com o interlocutor ao qual o texto se destina; e a construção composicional, embora seja responsável pelo reconhecimento visual do enunciado, também pode sofrer mutações brandas.

As discussões do autor a respeito do conteúdo temático aparecem fortemente marcadas no sétimo capítulo de *Marxismo e filosofia da linguagem* (1988), intitulado *Tema e significação na língua*. Nesse texto, Bakhtin caracteriza o tema como o sentido completo, único, individual e não reiterável da enunciação, “ele se apresenta como a expressão que deu origem à enunciação” (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1988, p.131) e, nesse sentido, se renova a cada situação de uso. Cereja (2005), ao propor uma releitura dos estudos do Círculo, comenta que, para identificar o tema de determinado enunciado, é necessário considerar não apenas o sentido potencial do signo, aquele comum a todas as enunciações, isto é, sua significação, mas o sentido que ele assume em uma situação concreta de uso da língua em determinado momento histórico, além de elementos extra

verbais que participam da construção desse sentido, como é o caso da finalidade do ato enunciativo e do papel dos interlocutores.

Para Rojo (2005), o tema corresponde aos conteúdos ideologicamente formados que se tornam dizíveis por meio do gênero, ou seja, ele diz respeito àquilo de que se fala, àquilo que o enunciado produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Cada gênero, em função de suas particularidades e do contexto sócio-histórico-ideológico em que está inserido, define o que pode e/ou deve ser dito, pois a temática é sempre ligada à circulação social do enunciado, aos interlocutores, que possuem um horizonte de expectativas em relação a ela. Assim, causaria estranhamento, por exemplo, que uma conferência internacional destinada à discussão de metas para diminuir o aquecimento global tratasse de dicas de moda. Dentro de suas possibilidades, além de delimitar *o quê* deve ser enunciado, o gênero define também *o quanto* sobre esse tema será dito, isto é, seu tratamento exaustivo.

Ao discutir sobre os elementos constitutivos dos gêneros, Sobral (2009) destaca que não se deve confundir tema e assunto, pois diversos assuntos podem ser abordados nos limites de um único tema. De acordo com o autor, o primeiro corresponde a um elemento que, para ser identificado, deve levar em consideração a observação de vários textos pertencentes ao mesmo gênero. É o caso, por exemplo, do editorial, que tem como tema a manifestação de determinado posicionamento sobre um assunto específico, mas pode abordar inúmeros tópicos, como é o caso da construção de usinas nucleares, de reservas ambientais, decisões políticas etc. O tema de um gênero, sob essa perspectiva, refere-se àquilo que é intimamente relacionado à sua esfera de circulação, constante nele, o elemento que sofre alterações são os tópicos que ele aborda.

Além disso, o conteúdo temático também possui estreita relação com o estilo de linguagem do enunciado, que diz respeito à “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2003, p. 261), isto é, às marcas linguísticas características de cada gênero. Essas marcas correspondem às configurações específicas das unidades de linguagem, e variam de acordo com a situação concreta em que o enunciado está inserido, bem como de acordo com o perfil do destinatário e o grau de formalidade existente entre locutor e interlocutor, ou seja, o estilo é permeado por relações dialógicas, pois se define a partir da interação estabelecida entre os sujeitos participantes da enunciação.

Nesse contexto, o filósofo russo destaca que nem todos os gêneros são igualmente propícios ao estilo individual, isto é, nem todos eles permitem que o locutor faça uso de recursos que possam imprimir no texto marcas de sua posição enunciativa. Isso acontece, de modo especial, com os textos literários, os quais manifestam o estilo de quem os escreveu. Os gêneros menos suscetíveis a essa expressão da individualidade, por outro lado, são aqueles que, nas situações cotidianas, requerem uma forma padronizada, tal qual ocorre com documentos oficiais, com as cartas comerciais, ordens militares, notas de serviço etc. Isso significa que, quanto mais formal for o gênero, menos o estilo individual tende a ficar em evidência.

Para Brait (2007), o estilo é o produto da interação entre locutor, interlocutor e o tema do enunciado, que se materializa em escolhas linguísticas específicas feitas pelo enunciador, respeitando as particularidades típicas do gênero e de sua esfera. Sob essa perspectiva, ele é visto como o modo de o autor do texto realizar seu projeto de discurso respeitando o conteúdo abordado (delimitado em função da esfera em que o texto circula), o destinatário e, também, as formas de composição do gênero, as quais se materializam a partir do tema e do estilo que lhe são típicos.

A construção composicional, por fim, constitui a forma de gênero na qual a intenção discursiva do falante se aplica e adapta: “nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas” (BAKHTIN, 2003, p.282). Todo falante aprende a adaptar seu discurso a determinada estrutura composicional e quando ouve o discurso alheio já pressupõe seu gênero, pelas primeiras palavras reconhece o volume, a composição desse enunciado.

A composição, desse modo, refere-se aos traços da estrutura organizacional que podem ser encontrados em um conjunto de textos pertencentes ao mesmo gênero, o que faz dela um elemento mais fixo do que o tema e o estilo, os quais, em virtude de serem vinculados diretamente à enunciação, assumem uma natureza mais flexível. Para Sobral (2009), entretanto, não se deve falar em uma única forma rígida, mas em formas de composição de cada gênero, pois ela pode ser alterada em função do projeto de discurso de cada enunciador. Partindo desse ponto de vista, o autor considera a existência de uma forma mais cristalizada que permite o reconhecimento do gênero, entretanto, admite também a existência de diferentes formas arquitetônicas, as quais dizem respeito

ao modo como cada autor organiza o texto no interior dessa estrutura relativamente fixa do gênero, processo que lhe permite mobilizar recursos, em função de sua intenção comunicativa, que alterem parcialmente essa estrutura.

Para verificar o funcionamento dessas formas arquitetônicas, segundo o autor, basta analisar a mesma narrativa contada por diferentes sujeitos: todas elas apresentarão elementos comuns (espaço, tempo, personagens, narrador etc.), entretanto, serão distintas entre si, pois cada locutor a organizará a seu modo. Isso nos remete à ideia de estilo, o qual permite que o locutor mobilize, em função do tema, do interlocutor e da esfera em que está inserido, certos recursos linguísticos para materializar seu projeto enunciativo. Diante de tais considerações, podemos verificar que nenhum desses elementos – tema, estilo e composição – constitui isoladamente um gênero.

Ao se disseminarem, essas ideias desenvolvidas por Bakhtin e seu Círculo influenciaram diversos teóricos, que, além de incorporá-las a seus estudos, acrescentaram-lhes novas considerações. No Brasil, por exemplo, em lugar de “gêneros do discurso”, a expressão mais conhecida é a de “gêneros textuais” que, segundo Marcuschi (2008, p.155) refere-se aos “textos materializados em situações comunicativas recorrentes”, isto é, aqueles que encontramos em nossa vida diária, dos quais são exemplos o telefonema, o sermão, a carta comercial, o romance, a notícia jornalística, o horóscopo, a piada, instruções de uso, inquéritos policiais etc. O conceito de gênero textual normalmente suscita comparações com o de “tipologia textual”, que se refere a uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição, da qual os representantes mais significativos são as conhecidas narração, dissertação e descrição, que constituíram o foco da produção de textos na escola durante muito tempo, a exposição e a injunção.

Uma última consideração a respeito dos gêneros faz-se necessária neste momento: a questão do suporte. Para Marcuschi (2008, p.174) todo gênero tem um suporte, isto é, um “lôcus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação” para ele. Ao discutir o assunto, o autor distingue basicamente dois tipos de suporte: os convencionais, entendidos como aqueles que foram elaborados tendo em vista a função de portador de textos, ou seja, os livros, as revistas, os jornais diários, os quadros de avisos, outdoors etc.; e os incidentais, isto é, aqueles que se

prestam eventualmente a essa finalidade, como é o caso do corpo humano, de roupas, pára-choques de caminhão, paredes e muros.

Há, também, alguns serviços que, de certa forma, funcionam como portadores de textos, como é o caso dos correios e da internet. Dentre esses diversos suportes interessa-nos, de modo especial, o jornal diário impresso, uma vez que ele foi o primeiro portador do gênero notícia. De acordo com Marcuschi (2008, p.179) “o jornal, diário e mesmo o jornal semanal, é nitidamente um suporte com muitos gêneros”, os quais, em boa medida, recebem, em função do suporte, algumas características particulares, tendo em vista o público que pretendem atingir.

Embora não tenham se desenvolvido no campo educacional, os estudos do Círculo de Bakhtin referentes aos gêneros do discurso exerceram forte influência sobre as diretrizes norteadoras do ensino de LP a partir do momento em que suas ideias fundamentaram os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1998, e as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, publicadas em 2008, como veremos a seguir.

2.1.1 Gêneros do discurso no contexto escolar

Na contemporaneidade, muitas funções são atribuídas à escola, entretanto, a que mais se destaca, sem dúvida, é a preparação do aluno para o exercício da cidadania. No caminho trilhado em busca desse objetivo, os conteúdos ministrados nas aulas de LP possuem um papel fundamental, pois o domínio da linguagem enquanto atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua enquanto sistema simbólico utilizado por determinada comunidade são condições fundamentais para a plena participação social.

Os PCN de Língua Portuguesa para o segundo segmento do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998a) reconhecem que os saberes linguísticos ocupam um lugar de destaque na formação do aluno cidadão, pois todas as suas relações sociais ocorrem por meio da interação verbal. Em vista disso, uma das primeiras orientações desse documento menciona que cabe à escola promover a ampliação dos conhecimentos prévios do aluno de forma que, progressivamente, durante os oito anos que constituem o Ensino Fundamental, ele se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulem socialmente e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações.

Para bem cumprir o papel que lhe cabe – a formação do aluno cidadão – a escola e, especialmente, o professor de LP, devem promover no educando a conscientização de que as escolhas feitas ao produzir determinado texto não são aleatórias, mas dependem das intenções do locutor, dos conhecimentos que acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, da relação de afinidade que têm, da posição social e hierárquica que ocupam etc. Todos esses fatores determinam a escolha do gênero no qual o discurso se realizará, por isso, durante as aulas de língua portuguesa, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino, o que significa, na prática, articular atividades de leitura, escrita, oralidade e análise linguística que permitam ao aluno o domínio de diversos textos que circulam socialmente.

Como a diversidade de gêneros existentes é muito grande, os PCN recomendam que as situações escolares de ensino de LP priorizem aqueles que caracterizam os usos públicos da linguagem, isto é, aqueles que se destinam a interlocutores desconhecidos, ausentes no tempo e no espaço, e que privilegiem a modalidade escrita da linguagem, como é o caso da notícia jornalística impressa. Os textos selecionados para estudo, nesse sentido, devem ser aqueles que, por suas características e usos, possam favorecer a reflexão crítica e o exercício das formas de pensamento mais valorizadas socialmente.

A repercussão da proposta pedagógica presente nos PCN sobre o papel da disciplina de LP na formação do cidadão e sobre o ensino de gêneros do discurso foi tão grande que documentos oficiais posteriores perpetuaram essa mesma recomendação. Nas Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa para a Educação Básica (PARANÁ, 2008), por exemplo, afirmam-se, mais uma vez, que as aulas de língua portuguesa constituem uma oportunidade para o aluno aprimorar sua competência linguística, de modo a garantir sua inserção ativa e crítica na sociedade, e que a escola deve ser um espaço

que promova, por meio de uma gama de textos com diferentes funções sociais, o letramento do aluno, para que ele se envolva nas práticas de uso da língua [...] O professor de Língua Portuguesa, precisa, então, propiciar ao educando a prática, a discussão, a leitura de textos das diferentes esferas sociais (jornalística, literária, publicitária, digital etc.) (PARANÁ, 2008, p.50).

Como era de se esperar, essas recomendações para o trabalho a ser desenvolvido nas aulas de língua portuguesa não se restringiram ao âmbito do ensino regular. A

Proposta Curricular de Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2002b), documento elaborado com a finalidade de apresentar sugestões didáticas coerentes com os PCN e que respeitem as especificidades de alunos jovens e adultos, deixa claro logo no início de suas considerações que uma das metas do ensino-aprendizagem de língua portuguesa nessa modalidade educacional é propiciar ao aluno o domínio do discurso em diferentes situações comunicativas, especialmente aquelas que exigem o uso de uma variedade linguística não condizente com a usada pelo educando em suas relações sociais cotidianas.

Para tanto, o curso de Língua Portuguesa para jovens e adultos deve permitir que eles tenham uma “experiência ativa na elaboração de textos” (BRASIL, 2002b, p.12), que discutam o papel da linguagem verbal, pois, em se tratando de alunos que não frequentam o espaço escolar há tempos ou sequer tiveram a oportunidade de ingressar nele, o estudo da língua deve funcionar como instrumento para evitar a experiência de exclusão, tendo em vista que aqueles que não dominam as práticas de leitura e escrita normalmente ficam à margem da sociedade. Nas palavras do próprio documento:

O curso de Língua Portuguesa para alunos da EJA deve, em primeiro lugar, servir para reduzir a distância entre o estudante e a palavra, procurando anular experiências traumáticas com os processos de aprendizagem da leitura e da produção de textos [...] Deve, também, fortalecer a voz dos muitos jovens e adultos que retornam à escola para que possam romper os silenciamentos impostos pelos perversos processos de exclusão do próprio sistema escolar, capacitando-os a produzirem respostas aos textos que escutam e lêem, pronunciando-se oralmente ou por escrito (BRASIL, 2002b, p.12).

O ensino de língua portuguesa a jovens e adultos, desse modo, possui um caráter marcadamente social, pois é por meio dela que esses alunos encontrarão o caminho para se (re)inserirem na sociedade. Nessa perspectiva, o ensino de gêneros torna-se ainda mais significativo e necessário, se considerarmos que eles são materializações de intenções discursivas realizadas linguisticamente em diversos campos da atividade humana. Pensando nessa função social, a PCLP caracteriza a escola como

[...] o lugar privilegiado onde o aluno exercita os modos de abordar os textos e aprende a dialogar com o que está escrito. Resulta daí a necessidade de trabalhar textos pertencentes a diferentes gêneros,

explorando as possibilidades que **todos** eles deixam em aberto. Textos verbais (bilhetes, anúncios, convites, bulas, notícias, artigos científicos, verbetes, contos, crônicas, fábulas, novelas, romances etc.) e textos não-verbais (fotos, desenhos, sons, gestos etc.) aguardam os olhos atentos de um **decifrador**, sempre disposto a perceber possibilidades intrínsecas que fazem parte da trama, da tecedura, da forma como estão apresentados (BRASIL, 2002b, p.14-15).

Ao final do curso de Língua Portuguesa, espera-se, portanto, que o aluno da EJA seja capaz de utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos, de modo a atender a múltiplas demandas sociais, em qualquer que seja o contexto de interação comunicativa. Para isso, o professor que desenvolve suas atividades profissionais nessa modalidade educacional deve selecionar os gêneros cujo domínio é fundamental à efetiva participação social e, em sala de aula, articular os eixos que constituem a prática de LP de maneira coerente com o gênero objeto de ensino.

Após tecer essas considerações básicas sobre os estudos a respeito dos gêneros do discurso realizados pelo Círculo de Bakhtin, e sobre as determinações de alguns documentos oficiais que regulamentam a adoção do texto como unidade e dos gêneros como objeto de ensino nas aulas de língua portuguesa, passamos, agora, a abordar algumas questões referentes ao estudo da esfera jornalística e do gênero notícia em especial, uma vez que ele é o foco desta pesquisa.

2.2 A ESFERA JORNALÍSTICA

Todo e qualquer gênero do discurso, como propunha Bakhtin (2003), reflete, por seu conteúdo, estilo de linguagem e construção composicional, as especificidades de sua esfera de circulação, que, segundo Sobral (2009), diz respeito a espaços ou “regiões” da sociedade em que os sujeitos se relacionam, e não só em termos de linguagem. As esferas da atividade humana vão desde a intimidade do ambiente familiar até o formalismo típico do Estado, passando por campos específicos como a ciência, a religião, a imprensa, a publicidade, a economia etc. Por sua natureza, elas oferecem elementos indispensáveis às significações dos textos que produzem, uma vez que eles

materializam um padrão organizacional e atendem a finalidades intimamente relacionadas aos fatos sociais oriundos desses segmentos da atividade humana.

Para compreender a relação existente entre as esferas de circulação e os gêneros que elas produzem, faz-se fundamental analisar as condições sócio-históricas da origem e do desenvolvimento de cada esfera, bem como sua função na sociedade. A esfera jornalística, foco de nosso interesse, surgiu a partir do momento em que se constatou a necessidade de divulgar de forma mais rápida e precisa informações de interesse público, as quais, durante a Idade Média, eram lidas em praças, pregadas em muros ou transportadas de um local para o outro por intermédio dos comerciantes que viajavam de cidade em cidade.

Segundo Lage (1987), com o surgimento da tecnologia gráfica na Alemanha em 1600 e seu posterior desenvolvimento nos anos seguintes, a imprensa periódica começou efetivamente a circular em forma de jornais impressos. Isso fez surgir a concorrência entre as empresas do ramo e possibilitou o surgimento do sensacionalismo, já que alguns jornais da época começaram a enfatizar, nos textos publicados, histórias sentimentais e criminosas que chamavam a atenção das massas.

Na tentativa de superar esse sensacionalismo, alguns profissionais desse meio começaram a aplicar o espírito científico a seu trabalho, tomando cuidado para não incluir nas notícias mais do que os fatos indicavam. Essa experiência foi responsável pelo início da busca à imparcialidade, tão comum na imprensa contemporânea, ou seja, em função de seus objetivos, os membros pertencentes aos dois ramos do jornalismo – o “sério” e o sensacionalista – passaram a adotar determinado modo de concretizar seu projeto de discurso e, conseqüentemente, a selecionar assuntos que condiziam com seus propósitos enunciativos para serem abordados nos limites do tema da notícia.

Esse acontecimento, sócio-historicamente situado, como podemos notar, começou a delinear o que seria considerado um dos traços mais marcantes do estilo da notícia na atualidade, o efeito de objetividade, aspecto que, por sua vez, está intimamente relacionado à finalidade da esfera em questão: transmitir ao interlocutor a informação isenta de juízo de valor para manter sua credibilidade perante o público.

Segundo Rodrigues (2001), as condições sócio-históricas que marcaram a consolidação da esfera jornalística também incluem acontecimentos como a queda da censura imposta pelo Estado e pela Igreja e o processo de alfabetização das massas, que

criou um contingente significativo de leitores. Nesse período, ocorreu uma mudança no que se caracterizava como uma fase do jornalismo: de essencialmente opinativo, visto que os jornais publicavam ideias da burguesia contra o domínio aristocrático, ele passou a ser informativo, pois as novas formas de censura reprimiram as manifestações de posicionamento e o ritmo produtivo da industrialização da época transformou a informação em mercadoria. Assim, ela tornou-se um bem necessário, uma vez que a circulação e o conhecimento dos fatos e opiniões adquiriram valor social.

Nesse contexto, citando a obra “A tirania da comunicação” (1999), de Ignácio Ramonet, a autora comenta que a identidade da esfera jornalística passou a ser concebida a partir da conjugação de quatro elementos básicos: a informação, a atualidade dos fatos divulgados, a periodicidade com que eles eram publicados e a veracidade da informação. Esses aspectos ajudaram a delimitar o objeto de trabalho e, conseqüentemente, a função social da esfera em questão:

Numa síntese, pode-se dizer que o objeto da esfera jornalística se constitui no horizonte de acontecimentos, fatos, conhecimentos e opiniões da atualidade, de interesse público. Nesse contexto, sua função sócio-ideológica se caracteriza por fazer circular (interpretar, "traduzir") periódica e amplamente as informações, conhecimentos e pontos de vista da atualidade e de interesse público, "atualizando" o nível da informação da sociedade (ou de grupos sociais particulares) (RODRIGUES, 2001, p.81).

Entretanto, seu leque de funções se estende a cada dia, ela não se presta mais somente a informar, mas também a formar opiniões, a abrir espaço para que o interlocutor se manifeste etc. Da mesma maneira, o número de gêneros que ela produz cresceu significativamente, pois tanto os gêneros quanto a própria atividade jornalística estão vinculados a condições sociais que não concebem as mídias como simples meios de estocagem e transmissão do discurso, mas como elementos constitutivos da própria esfera e dos textos que nela circulam.

Assim, em decorrência do número de mídias hoje pertencentes ao ramo da esfera jornalística (mídias impressas, televisão, rádio, internet) e das especificidades que as cercam, o número de gêneros pertencentes a esse campo só tende a aumentar. Desse modo, embora sua matéria-prima continue sendo a notícia, hoje são prontamente reconhecidos como gêneros jornalísticos a reportagem, a entrevista, o editorial, o artigo

de opinião, a resenha, a coluna, o horóscopo, a previsão do tempo etc. E esses gêneros, vale ressaltar, também sofrem influência das condições de produção do suporte em que são veiculados: uma reportagem de revista semanal, por exemplo, é mais detalhada que outra publicada em um jornal diário, pois o tempo disponível para sua elaboração é maior.

Essa multiplicidade de gêneros também é decorrente de um fenômeno já comentado por Bakhtin (2003): a intersecção entre as esferas da atividade humana. Embora existam inúmeros campos nos quais as pessoas atuam, os textos produzidos por elas para materializar suas ações sociais não se circunscrevem a um ambiente fechado, isolado de outros contextos sócio-históricos, pelo contrário, eles concretizam as relações dialógicas que se estabelecem entre as diversas enunciações. É isso que permite, por exemplo, que a crônica seja considerada tanto um gênero jornalístico quanto um gênero literário, embora, em cada esfera, ele possua traços distintos (suporte, circulação, público, finalidade etc.), típicos das especificidades de cada uma, que se refletem em seu tema, estilo e composição.

Mesmo sendo caracterizadas por uma série de aspectos particulares, as diversas mídias existentes possuem em comum o fato de buscarem manter a credibilidade perante o público ao qual se direcionam. Em decorrência disso, a esfera jornalística tende a delimitar certas restrições temáticas, estilísticas e composicionais para os gêneros que produz e, em especial, para a notícia, foco de nosso trabalho, as quais serão trabalhadas com mais detalhes na sequência.

2.3 CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO *NOTÍCIA*

Inúmeras notícias, diariamente, são publicadas nos mais diversos jornais existentes, sejam eles impressos, televisivos, radiofônicos ou online. Conforme comenta Erbolato (1984, p. 47)

Milhares de acontecimentos são revelados em todo o mundo, a cada instante. Nos poucos segundos que o leitor dedica para ler este parágrafo, estão ocorrendo casamentos, mortes, nascimentos, furacões, incêndios, inundações, desastres (de trens, de ônibus, de aviões) [...] destruições de colheitas, declarações de governantes, [...] Poderiam todos eles ser publicados?

A resposta ao questionamento do autor é, evidentemente, *não*. Os jornais existentes não possuem espaço suficiente para registrar todos os fatos ocorridos, conforme afirma Barbosa (2001, p.22): “[...] muitas coisas acontecem no mundo e não viram notícia. Basta ver, num único dia, a quantidade de fatos que cada um de nós presencia e que não é veiculada em nenhum jornal”. Em virtude disso, alguns critérios são estabelecidos para eleger os acontecimentos que ocuparão as páginas dos periódicos, isto é, aqueles que se tornarão notícia, tendo em vista, é claro, que a constituição desse gênero decorre dos objetivos e especificidades da esfera jornalística.

Faria & Zanchetta (2002) e Lage (1982) definem a notícia como o relato sucinto e objetivo de um acontecimento considerado, por quem publica, importante ou interessante para determinado público; que deve apresentar, entre outros, os seguintes aspectos: ineditismo, atualidade, veracidade e intensidade. A notícia, sob essa perspectiva, restringe-se ao anúncio rápido de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante, em uma sequência hierárquica de informações que tem como último tópico complementos de interesse secundário.

Nesse sentido, a notícia distingue-se da reportagem uma vez que esta não se limita a informar pontual e rapidamente sobre um fato, mas busca observar também seus desdobramentos, isto é, suas causas e efeitos, o que a transforma, automaticamente, em um texto mais longo, que faz uso de técnicas de redação variadas, partindo desde a narração até a exposição opinativa dos fatos. Por meio dessa distinção, podemos observar que o conteúdo temático e a forma composicional desses gêneros se diferem em decorrência da função social de cada um.

A reportagem não carece, necessariamente, da atualidade imprescindível à notícia, ela pode ser escrita em qualquer período, já que “trata de assuntos, e não necessariamente de fatos novos” (FRANCESCHINI, 2004, p.150). Um fato ocorrido na atualidade, nesse caso, pode funcionar como “pontapé” inicial para o surgimento de reportagens, pois, ao suscitar discussões sobre determinado assunto, estimula a produção de textos mais detalhados sobre ele. Essa distinção mostra que a esfera jornalística possibilita o surgimento de gêneros muito próximos, entretanto, com objetivos distintos, os quais influenciam a delimitação de seu tema, estilo e composição.

Faria & Zanchetta (2002, p. 49) apresentam um esquema que ajuda a compreender as diferenças básicas entre esses gêneros:

<i>Notícia</i>	<i>Reportagem</i>
O que aconteceu _____	Causas e efeitos do que aconteceu
Anúncio do fato _____	Detalhamento do fato
Uma versão _____	Soma de versões
Uma informação _____	Engendramento de informações
Impessoal _____	Indícios claros de personalização
Pretensão de retrato ‘instantâneo’ _____	Narrativa, com inquérito, entrevistas
Apresenta _____	Fixa a notícia: cria raízes e galhos
Retrato a partir do ângulo padrão _____	Retrato a partir do ângulo pessoal

A distinção proposta pelos autores chama a atenção para outro elemento básico que distingue os gêneros em questão: o estilo de linguagem. Enquanto a notícia prima pelo relato que sustenta o efeito de objetividade e neutralidade, a reportagem, especialmente aquela veiculada em revistas semanais, permite que seja empregado um registro mais leve, o qual revele, inclusive, marcas de personalidade.

Ao voltar-nos para os aspectos que caracterizam a notícia, foco de nosso trabalho, podemos notar que definir o que atrairia a atenção de determinado grupo de leitores, o que é inédito, objetivo, atual ou verídico não é tão fácil quanto parece, tudo vai depender das especificidades do jornal, de quem seleciona sua pauta, de quem redige o texto da notícia etc. Há, portanto, dada a heterogeneidade dos veículos de comunicação existentes e, também, do público leitor, um emaranhado complexo de fatores que concorrem para que determinado acontecimento ocupe ou não as páginas de um periódico diário. Isso não impede, porém, que possamos trazer para discussão os aspectos mais marcantes que constituem e determinam esse gênero em suas três dimensões básicas: conteúdo temático, estilo de linguagem e construção composicional¹³.

2.3.1 Conteúdo temático

O tema de determinado gênero, como propõe Bakhtin (2003), refere-se ao sentido completo, único, individual e não reiterável da enunciação, àquilo que o enunciado produz em uma instância discursiva em função da situação, isto é, àquilo que pode ser dito no âmbito das possibilidades de determinado gênero. Sobral (2009), por

¹³ Temos conhecimento de que esses elementos são intimamente relacionados, entretanto, por uma questão metodológica, os apresentaremos separadamente.

sua vez, destaca que, para depreender o tema de um gênero, é preciso analisar vários textos que o representem com vistas e identificar o que é constante nele, caso contrário, corremos o risco de classificar como tema um de seus tópicos, ou seja, um de seus assuntos típicos.

Sob essa perspectiva, podemos dizer que o tema da notícia é o anúncio rápido de um fato que gere interesse a determinado público, e que alguns de seus tópicos possíveis são acidentes, crimes, acontecimentos políticos, promulgação de leis, desastres ambientais, construção de obras públicas etc. Entretanto, em função da necessidade de atrair o interlocutor, a esfera na qual esse gênero se inclui exige que o fato relatado apresente algumas particularidades, como é o caso da atualidade, do ineditismo, da veracidade e da intensidade.

A primeira delas decorre do fato de que ninguém compra um jornal do dia anterior para inteirar-se dos acontecimentos, a não ser que tenha tomado conhecimento de algo de seu interesse que aconteceu e procure a notícia nos jornais antigos para saber mais detalhes, ou seja, para ter acesso a um elo da cadeia da comunicação verbal que o auxilie a compreender o fato narrado. Assim, via de regra, nenhum jornal publicará uma notícia ocorrida há muito tempo, o máximo que pode acontecer é uma referência a ela para refrescar a memória do interlocutor, isso se o caso for necessário para compreender um fato ocorrido na atualidade.

Como todos os dias as atividades cotidianas dos seres humanos, realizadas nas mais diversas esferas e contextos sociais, produzem uma série de acontecimentos dignos de nota, todos os dias são publicadas novas edições dos jornais, o que leva a notícia a configurar-se como um gênero efêmero, que divulga fatos ocorridos, no máximo, no dia anterior, uma vez que, como afirma Lage (1982, p. 68) “o homem se interessa principalmente pelos fatos mais próximos no tempo”.

Atrelada à noção de atualidade, temos também a questão do ineditismo, que faz referência à raridade do acontecimento, pois, até certo ponto, quanto mais improvável for o fato, maior será o desejo do interlocutor em conhecê-lo. Entretanto, o ineditismo não é concebido no âmbito do jornalismo como um fato que nunca aconteceu, mas no sentido do inusitado. Isso permite, por exemplo, que sejam publicadas em um jornal, em determinado intervalo de tempo, duas notícias sobre acidentes ocorridos em situações muito parecidas – o que, aparentemente, anularia a noção de ineditismo –, as quais, sem

dúvida, estabelecem uma relação dialógica entre si, porém, o contexto sócio-histórico-ideológico em que ambos os fatos ocorrem jamais será o mesmo, embora eles possuam em comum um assunto que se enquadra nos limites do tema desse gênero.

Lage (1982, p.71-72) propõe um esquema de quantificação para aferir o grau de interesse que uma notícia pode gerar. Para ele, o *fato inevitável* não encerra, por esse aspecto, valor de notícia; o *fato provável* encerra interesse abaixo do limiar da notícia. Já o *fato improvável* adquire importância noticiosa. No entanto, a repetição (das mortes, numa guerra; dos assaltos a bancos, num surto terrorista) conduzirá a uma redução do ineditismo, ao tornar o novo evento mais provável; o *fato de extrema improbabilidade*, por fim, será recebido com descrédito ou crença, o que depende do prestígio do veículo de comunicação.

A improbabilidade, complementa o autor, é sempre apreciada de uma perspectiva humana. Caso um tijolo caia de um prédio, é bastante provável que atinja alguém que passa pela calçada, entretanto, da perspectiva do atingido, a probabilidade se reduz a sua presença em meio a inúmeras pessoas, enfoque abordado pela notícia. Da mesma maneira, é muito comum que um cão morda um homem, nas mais diversas situações, entretanto, um homem morder um cão é fato inédito (inusitado), digno do texto noticioso.

Tendo em vista a finalidade da esfera jornalística, ou seja, fazer circular periódica e amplamente informações, conhecimentos e pontos de vista da atualidade e de interesse público, para ser considerado notícia, o fato precisa, também, ser verídico, isto é, manter seu compromisso com a realidade, afinal, textos que abordam tópicos ficcionais normalmente pertencem à esfera literária, que possui como um de seus objetivos promover o entretenimento. A esfera jornalística, ao contrário, a partir do momento que assumiu a função de informar a população sobre casos de seu interesse, precisa manter-se fiel aos acontecimentos e, conseqüentemente, ao público, por isso é comum que a notícia apresente as fontes de onde as informações veiculadas foram retiradas.

No entanto, entre o fato ocorrido e a notícia publicada há um complexo processo de seleção de informações e edição do qual participam inúmeros sujeitos, o que acarreta, como conseqüência, a construção de um texto que tende para uma perspectiva apenas, visto que, conforme comenta Bakhtin (2003), por ser individual, o enunciado

permite que marcas de autoria sejam manifestadas na materialidade do texto. A notícia, embora seja considerada a notícia-prima do jornal, dispõe de pouco espaço no periódico, nesse sentido, o jornalista, obrigatoriamente, precisa definir o fato a ser noticiado e o ponto de vista usado para relatá-lo, isso quer dizer que o jornal não reflete a realidade como um espelho, mas constrói uma versão sobre ela. Ao interlocutor, nesse caso, consciente dessa realidade, cabe a função de entrar em contato com diferentes jornais que publicam a mesma notícia, ou seja, que dialogam entre si, e, diante das várias versões existentes, depreender a essência do acontecimento relatado.

Para ser considerado notícia e provocar interesse, atendendo ao que exige o tema do gênero em questão, o fato precisa, ainda, em comparação a outro fato de natureza semelhante, ou seja, no âmbito das relações dialógicas que constituem a interação humana, apresentar-se mais intenso. Cem crianças mortas, por exemplo, em um incêndio em um circo é mais espetacular que a morte de outras cem crianças em decorrência da fome que assola países pobres. O acontecimento transforma-se em notícia, sobretudo, em virtude de as crianças terem morrido de uma só vez, em condições trágicas, e em um local que pressupõe alegria (LAGE, 1982).

Como podemos verificar, as especificidades que circundam a produção de notícias na esfera jornalística exigem que o fato relatado apresente algumas particularidades temáticas que ajudem a despertar o interesse do interlocutor. Afinal, disso depende o “consumo” dessas notícias e, conseqüentemente, o retorno financeiro das empresas que atuam nesse ramo, as quais direcionam suas publicações, evidentemente, a um público determinado o que, em parte, ajuda a selecionar os assuntos e o modo como eles serão tratados nos limites do tema da notícia.

Todos os traços aqui mencionados possuem estreita relação com as considerações de Cereja (2005), segundo o qual o tema de um gênero depende também dos elementos extra verbais que o constituem, como é o caso da finalidade do ato enunciativo e do papel desempenhado pelos interlocutores, pois já que a função da notícia é levar a público acontecimentos que atraiam a atenção das pessoas, faz-se necessário lançar mão de alguns recursos que agucem a curiosidade do destinatário do enunciado em relação ao acontecimento relatado. O tema, vale ressaltar, vai determinar, em parte, o estilo do texto noticioso, como veremos a seguir.

Quando pensamos nas dimensões ensináveis desse gênero na escola, como propõem os PCN, é conveniente apresentar tais especificações ao aluno, caso contrário, fica a impressão de que qualquer fato pode ser abordado em uma notícia.

2.3.2 Estilo de linguagem

O estilo de linguagem pode ser definido como o produto da interação entre locutor, interlocutor e o tema do enunciado, que se materializa em escolhas linguísticas feitas pelo enunciatador, ou seja, é o modo específico de o autor do texto realizar seu projeto de discurso (BRAIT, 2007). Quando transportamos essa reflexão para o campo da esfera jornalística, podemos observar que os recursos linguísticos comumente utilizados na produção de notícias possuem relação íntima com o contexto sócio-histórico-ideológico que possibilita a emergência desse gênero e, conseqüentemente, com sua função social.

Como o estilo está intimamente ligado ao tema do enunciado, que, nesse caso, é relatar de forma sucinta e objetiva um fato de interesse público, os mais conhecidos manuais de redação jornalística, como é o caso do *Manual de redação e estilo O Globo* (1992), do *Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo* (1990) e do *Novo manual de redação Folha de S. Paulo* (1992), recomendam que o texto das notícias faça uso de uma variedade linguística acessível e preze o efeito de objetividade e de neutralidade. Esses traços, sem dúvida, são oriundos das particularidades que envolvem o contexto de produção, circulação e recepção desse gênero, o qual, ao longo da história, vem lutando contra a presença de marcas de personalidade nos textos a ele pertencentes.

Podemos dizer, desse modo, que o famoso estilo “objetivo” dos textos jornalísticos é determinado por sua esfera de circulação uma vez que ela busca credibilidade perante seus interlocutores, porém, esse aspecto se modifica de acordo com a ideologia de cada periódico. Assim, caso o jornal ou revista pertença ao ramo sensacionalista desse meio, isto é, à popularmente conhecida “imprensa marrom”, o estilo objetivo cede espaço às marcas de subjetividade do redator, as quais não são, necessariamente, típicas de seu estilo de escrita, de seu projeto de discurso individual, mas decorrentes das especificidades dessa parcela da mídia que tende à

espetacularização da notícia ou, até mesmo, da ideologia de um periódico em específico.

Para discutirmos a questão da acessibilidade linguística típica do gênero em questão, faz-se necessário, antes de tudo, reconhecer que nenhuma língua é homogênea, cada comunidade ou grupo social faz uso de uma variedade determinada, que se adapte ao seu contexto interacional mais imediato. A variação, conforme afirma Bagno (2002), é constitutiva das línguas porque há uma grande diversidade de grupos sociais convivendo no mesmo espaço, e também porque há grupos sociais convivendo em espaços distintos, o que acarreta, por exemplo, variações decorrentes da localidade em que cada sujeito reside, além das oriundas das diversas classes sociais, da idade, do sexo do falante etc.

Faria & Zancheta (2002, p.20), ao abordarem a questão da acessibilidade linguística, apresentam uma visão simplificada do assunto que distingue quatro “níveis de linguagem”, os quais vão desde o âmbito popular até o formal, passando pelo nível coloquial e pelo intermediário. O primeiro, segundo os autores, diz respeito ao registro que predomina, sobretudo, na linguagem das classes mais humildes da população, que não tiveram ou tiveram acesso parcial à escolarização. O segundo refere-se ao registro erudito, que faz uso de termos oriundos de diferentes áreas do conhecimento; o terceiro, por sua vez, nomina a variedade que materializa a transição entre os registros mais cultos e os mais populares, comum em veículos de comunicação dirigidos a grandes públicos; o quarto, por fim, corresponde a um registro culto, porém, mais livre dos jargões de áreas específicas, o que torna os enunciados mais compreensíveis ao leitor leigo¹⁴.

O emprego desses níveis de linguagem não é padronizado entre os diversos jornais existentes: aqueles que gozam de credibilidade costumam fazer uso da linguagem intermediária, seguindo os parâmetros dos manuais de redação citados anteriormente, uma vez que ela mantém o padrão culto da língua, embora dispense o uso de termos técnicos. Isso facilita a compreensão por parte do interlocutor e, conseqüentemente, faz o periódico tornar-se acessível a um número maior de pessoas,

¹⁴ Embora os autores façam essas distinções, sabemos que no interior desses níveis de linguagem não há homogeneidade, pois a diversidade de sujeitos que se enquadram em cada um deles acarreta, conseqüentemente, a existência de diversas variedades linguísticas mesmo entre aqueles que fazem uso do que se denomina linguagem intermediária, por exemplo.

especialmente quando se trata dos veículos de comunicação de massa, que têm a finalidade de divulgar mensagens informativas a milhões de destinatários ao mesmo tempo.

Já as mídias que tendem à espetacularização da notícia, ao contrário, optam pelo nível coloquial ou, até mesmo, popular. Isso mostra que o tema de um gênero, de fato, está intimamente relacionado a seu estilo, pois na medida em que o periódico, em função de sua ideologia, assume como tema das notícias o relato de um fato sem prezar o efeito de objetividade, isso refletirá diretamente no estilo de linguagem empregado na redação dos textos.

Se nos dispusermos a analisar pormenorizadamente essa questão dos níveis de linguagem empregados pelos jornais, constataremos que nem mesmo em uma única edição de determinado periódico há homogeneidade. Uma notícia e um artigo de opinião, por exemplo, possuem estilos distintos que se materializam, automaticamente, em escolhas linguísticas determinadas. Isso nos leva a concluir que, embora os manuais de redação jornalística tentem estimular a homogeneidade linguística com a finalidade de criar um efeito de objetividade para os textos que circulam nessa esfera, os usos e funções dos gêneros que constituem o jornal lhe conferem uma natureza tipicamente heterogênea.

À questão das variedades linguísticas empregadas nos jornais associa-se o segundo traço típico do estilo da notícia: a criação do efeito de objetividade e neutralidade, uma exigência necessária ao cumprimento do tema do gênero – relatar um acontecimento de forma sucinta e objetiva. Ao tratar sobre essa questão, é curioso notar que, embora uma das primeiras orientações oferecidas pelos manuais de redação jornalística, como é o caso do Novo Manual da Folha de S. Paulo (1992), refira-se à necessidade de construir um texto objetivo, neutro, sem indícios de emissão de juízo de valor por parte do redator da notícia - o que exige a escolha de determinados vocábulos e a exclusão de outros na construção da notícia - paradoxalmente, esses mesmos manuais reconhecem que é impossível manter a absoluta objetividade em qualquer texto que se escreva. O que se pode fazer, nesse caso, para atender às especificidades da esfera jornalística, é manter a máxima impessoalidade possível:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga

medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação em ser o mais objetivo possível (NOVO MANUAL DE REDAÇÃO, 1992, p.19).

Ao redigir um texto, o jornalista opta por certos vocábulos e construções, ou seja, seleciona recursos lexicais, gramaticais e fraseológicos da língua, como afirma Bakhtin (2003), para materializar seu projeto de discurso, e, no espaço destinado à publicação de notícias, embora tenha de deixar claros os seis elementos básicos que constituem o fato – o quê, quem, quando, onde, como e por que – delimitando, em parte, a forma composicional do gênero, dificilmente consegue relatá-lo mostrando suas diversas perspectivas. O que se apresenta, na verdade, são versões parciais da realidade, pois o jornalismo não a reflete fielmente como um espelho, mas constitui-se num discurso sobre a realidade, fundamentado na coleta de dados e informações oriundas de terceiros, isto é, de pessoas que testemunharam ou que estão averiguando o fato.

Desse modo, podemos observar que, embora cada gênero assuma um estilo e um tom considerado aceitável pelo contexto que possibilita seu surgimento (BAKHTIN, 2003), a individualidade do sujeito falante, em maior ou menor grau, acaba se manifestando nos textos. A notícia, por exemplo, mesmo exigindo a manutenção de um efeito de objetividade, o que anularia a questão da individualidade do redator, por sua própria construção, manifesta o estilo particular de quem a escreve.

Diante da impossibilidade de ausentar-se por completo do texto, o redator pode fazer uso de alguns recursos para atender ao que os manuais de redação recomendam. Um deles, oriundo do processo de compilação de informações típico do contexto de produção da notícia, já que, quando o fato motivador do relato acontece, o jornalista não se faz presente, diz respeito ao uso de aspas para indicar a transcrição literal de uma fala considerada importante para a abordagem do fato relatado, o que cria um efeito de veracidade, aspecto também relacionado ao tema do gênero, como vimos. Isso acontece, pois, conforme comenta Benites (2002, p.61), “as aspas permitem delimitar a voz alheia dentro do discurso assumido pelo locutor que cita”, ou seja, possibilitam a demarcação da fala de uma testemunha, de alguém que presenciou ou participou do fato e, em consequência disso, pode dizer o que aconteceu, ou seja, apresentar uma de suas versões.

Entretanto, segundo a autora, o aspeamento nunca é neutro, pelo contrário, ele implica uma tomada de posição face ao discurso relatado, ou seja, permite que, na busca pela objetividade, se manifeste a subjetividade do redator na medida em que se destaca o que ele julgou mais importante para determinada notícia.

Outra opção relacionada à questão das citações diz respeito ao emprego do discurso indireto, em que o redator transcreve com suas próprias palavras o que seria a enunciação de outrem, essa técnica, entretanto, diminui o efeito de objetividade pretendido pelo jornalismo, pois facilita a manipulação de informações, uma prática por vezes utilizada propositadamente para gerar o interesse do público. Quando pensamos no estilo particular da notícia, ou seja, nas escolhas linguísticas empregadas pelo locutor para realizar seu projeto de discurso, verificamos que o uso do discurso indireto ou do aspeamento, em vez de conferir objetividade ao texto, acaba deixando em evidência que ele nada mais é do que uma versão do fato relatado, construída a partir do recorte de informações que o constituem.

Quem escreve a notícia não conhece pessoalmente seus interlocutores, o público está disperso no tempo e no espaço, ou seja, a interação estabelecida entre eles não se concretiza a partir da proximidade física, porém, como lembra Brait (2007, p.95), “o estilo depende do modo que o locutor percebe e compreende seu destinatário”. Em função disso, adjetivos testemunhais e aferições de ordem subjetiva normalmente são eliminados desse gênero e substituídos por dados que permitam ao destinatário tirar suas próprias conclusões, uma vez que essa prática ajuda a manter o efeito de objetividade do texto e a atender à finalidade do gênero na medida em que divulga informações teoricamente isentas de juízo de valor. Assim, em vez de dizer, por exemplo, “comerciante *próspero*”, relaciona-se os bens que ele possui, no lugar de mencionar que o prédio é *alto*, indicam-se exatamente quantos andares o constituem.

A menção a dados exatos confere, também, maior confiabilidade ao texto, um traço muito valorizado pela esfera jornalística, já que as mídias a ela pertencentes procuram manter a credibilidade perante o público. Por isso, ao redigir uma notícia sobre um acidente de trânsito, por exemplo, costuma-se mencionar a hora exata (ou aproximada) em que o fato ocorreu, a placa do carro, o nome completo, idade e profissão dos envolvidos, a localização detalhada do acidente etc., já que essas particularidades criarão um efeito de realidade para o texto. Ao abordar esse aspecto,

podemos notar que o estilo se entrelaça à forma de composição do gênero, como constata Duran (2011) ao caracterizar o gênero questão interpretativa, pois o emprego de dados exatos, ou seja, o estilo objetivo, pressupõe também uma determinada organização hierárquica que dispõe logo nas primeiras linhas do texto as informações que resumem o fato relatado.

Outro traço típico do estilo da notícia digno de nota, também usado para conferir um aspecto objetivo à redação jornalística, refere-se à seleção vocabular, ou seja, às escolhas lexicais feitas pelo redator (BAKHTIN, 2003). Grandes e pequenas questões de ideologia estão presentes na linguagem, por isso, é comum que sejam empregadas expressões menos propensas a criar polêmica: há, evidentemente, diferenças significativas entre o uso de governante, líder e ditador; acusado, réu e assassino; soldado, guerrilheiro e terrorista, ou seja, há maneiras distintas de abordar aspectos relacionados ao assunto da notícia. Diante da necessidade de utilizar um ou outro termo, o jornalista precisa estar ciente das consequências que cada um pode acarretar, visto que a função social do gênero é tornar público algum acontecimento que possa gerar interesse, e não manifestar sua própria opinião sobre o fato relatado.

Complementando essas informações, podemos dizer que o estilo dos textos pertencentes ao gênero notícia também pressupõe algumas particularidades verbais, ou, como afirma Bakhtin (2003), alguns recursos gramaticais específicos. Entre eles, destacam-se: a) o uso do modo indicativo, que, segundo Ferreira (2007), é utilizado para exprimir certeza, uma especificidade relacionada à notícia dada a necessidade de ela relatar um fato verídico; b) o emprego da terceira pessoa, responsável por promover a impessoalidade do discurso, e, conseqüentemente, aumentar o efeito de objetividade do texto; c) do tempo presente (exclusivamente nos títulos) para evocar atualidade, outro aspecto intrínseco ao assunto que pode ser abordado nos limites do tema do gênero; d) do passado, quando se noticiam fatos conclusos ocorridos recentemente; e) do futuro simples, usado quando se pretende anunciar algo que está para acontecer; e f) do futuro do pretérito, quando a informação veiculada aparece em caráter de hipótese.

De acordo com Lage (2002), os verbos que comumente aparecem na notícia indicam uma das principais características desse gênero: o aspecto perfectivo, isto é, aquele que se refere a uma ação conclusa, oposto ao imperfectivo, referente à ação cujo fim não se determina (TRAVAGLIA, 1985). Assim, o tempo presente indicando ação

concomitante ou frequentativa é sempre imperfeito, por isso, dificilmente aparece em notícias, uma vez que ela não é concebida como um acontecimento em curso, mas como uma sequência de fatos conclusos.

O estilo, em suma, possui um caráter interativo e dialógico, como afirma Sobral (2009, p.64), uma vez que se relaciona ao contexto de produção do gênero, a sua finalidade, à esfera de circulação, ao interlocutor e ao tema dos gêneros. A notícia, de modo particular, é marcada por um estilo específico, pois a busca por objetividade requer o uso de determinados recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, e, conseqüentemente, a recusa de outros.

Entretanto, ao mesmo tempo, esse elemento constitutivo do gênero pode variar de acordo com a ideologia do veículo de comunicação que a publica, assim, a notícia pode apresentar-se o mais objetiva possível, ou tender à exposição evidente de um posicionamento. Embora a esfera jornalística, em função do contexto de produção, circulação e recepção de notícias, procure apresentar o estilo desse gênero de maneira relativamente fixa, a própria seleção de vocábulos e o modo de dispô-los no texto revela particularidades estilísticas do redator, as quais, por sua vez, se refletem na composição do enunciado.

A abordagem dessas questões em situação de ensino, sem dúvida, favorece a formação de um leitor crítico de textos dessa natureza, tal qual propõem os PCN, uma vez que possibilita ao aluno a compreensão dos elementos que permeiam a redação da notícia conferindo-lhe um efeito de objetividade, embora ele relate apenas uma versão do fato ocorrido.

2.3.3 Construção composicional

A composição, conforme já especificamos, refere-se aos traços da estrutura organizacional que podem ser encontrados em um conjunto de textos pertencentes ao mesmo gênero. No entanto, de acordo com Sobral (2009), ela é flexível, ou, nas palavras de Bakhtin (2003), relativamente estável, assim como o tema e o estilo, pois cada autor possui um modo particular de ordenar as informações do texto, processo que pode suscitar pequenas mudanças na estrutura do gênero, sem que isso o descaracterize.

As configurações temáticas e linguísticas comuns ao gênero notícia, que são intimamente relacionadas, aplicam-se e adaptam-se a uma estrutura relativamente fixa, composta por título, lide, corpo do texto e emprego de tabelas, gráficos e imagens (opcional), que, ao serem dispostos na página do jornal, constituem sua diagramação. Vejamos, com mais detalhes, cada um desses elementos.

O título de uma notícia constitui o primeiro item de sua composição e faz referência ao aspecto mais importante ou interessante do assunto contemplado no texto, ou seja, normalmente explicita o que aconteceu. Tendo em vista a finalidade do gênero e da esfera em que ele circula, Faria & Zancheta (2002) atribuem-lhe pelo menos quatro funções: a) chamar a atenção do leitor; b) criar expectativas sobre o que o texto integral relata; c) contribuir para marcar a pertinência da notícia (quanto mais destacado o título, mais importante a notícia é considerada) e d) auxiliar no desenho estético do jornal impresso. Ao analisar essas funcionalidades, podemos observar que esse elemento da estrutura composicional relaciona-se ao tema e à própria função social do gênero, pois normalmente o título já contém em si o anúncio do fato mais importante da notícia, responsável por atrair o interesse do interlocutor.

Em se tratando de um texto da esfera jornalística, que procura levar a notícia ao público com o máximo de clareza possível, o título costuma apresentar alguns desdobramentos, são eles:

- a) Antetítulo (também conhecido como sobretítulo): é a frase inserida logo acima do título, complementando-lhe sua informação ou antecipando genericamente dados que serão desenvolvidos no corpo do texto. Acompanha frequentemente os principais títulos de cadernos específicos dos jornais e ocupa, aproximadamente, o espaço de uma linha.
- b) Subtítulo: é a frase colocada logo abaixo do título. Possui as mesmas características do antetítulo.
- c) Intertítulo (também conhecido como entretítulo): é uma espécie de subtítulo colocado a certa altura da notícia, como forma de arejar o texto ou antecipar uma informação considerada importante que está posta a seguir. Costuma ser breve (FARIA & ZANCHETTA, 2002).

Em virtude da existência de diversos jornais e, conseqüentemente, da concorrência, esses veículos de comunicação costumam fazer uso de títulos atraentes,

unindo densidade de informação e originalidade. Há, sob essa perspectiva, várias características usadas como referência para produzir bons títulos jornalísticos, dentre as quais se destacam a capacidade de síntese; o emprego de frases em ordem direta (sujeito + verbo + complemento), que facilitam a leitura; a omissão de certos determinantes, como é o caso de artigos e conjunções, o que aumenta o impacto da informação; a predominância de substantivos, que tendem a tornar os fatos mais concretos aos olhos do leitor; e o emprego de verbos no tempo presente, que evoca atualidade, embora o fato noticiado já tenha acontecido. Esses traços, sem dúvida, complementam as considerações a respeito do estilo de linguagem, tratado anteriormente, e mostram o quanto esses dois elementos da constituição do gênero – estilo e composição – encontram-se intimamente relacionados, com vistas a fazê-lo cumprir sua função social.

Logo abaixo do título aparece o lide, termo oriundo do inglês *lead*, que, segundo Lage (1987), refere-se ao primeiro parágrafo da notícia¹⁵, o qual relata o fato principal de uma série, destacando quem fez o quê, a quem, quando, onde, como e por que de forma sucinta e objetiva, ou seja, atendendo ao estilo típico do gênero; as respostas dessas perguntas são acompanhadas por outras informações em nível decrescente de importância, prática chamada de “pirâmide invertida”. O lide materializa, em suma, a reunião ordenada dos elementos essenciais que serão desenvolvidos ao longo da notícia uma característica também decorrente das finalidades da esfera jornalística e da própria circulação do gênero na contemporaneidade, pois, como os interlocutores normalmente não têm tempo disponível para ler na íntegra todas as notícias dos periódicos, opta-se por reunir suas informações básicas logo no primeiro parágrafo para que, a partir dele, o leitor decida se parará por ali ou seguirá adiante.

Bonini (2002), ao trabalhar os gêneros sob a perspectiva da cognição e entrevistar alguns jornalistas com o intuito de investigar quais os passos seguidos por eles para escrever uma notícia, afirma que, como resultado da aplicação do princípio da pirâmide invertida, o lide assume dois sentidos. O primeiro refere-se, de fato, às respostas às questões básicas da notícia; o segundo, à informação que poderá aguçar mais a curiosidade do leitor, nesse caso, o primeiro passo seguido para a produção de uma notícia é encontrar essa informação, ou seja, *o quê aconteceu*, pois é a partir dela que as demais perguntas básicas que constituem o lide serão respondidas.

¹⁵ No jornalismo radiofônico, o lide corresponde à primeira proposição enunciada pelo locutor; na televisão, ao texto lido pelo apresentador do jornal.

Esse processo de construção, na maioria das vezes, tem como produto um lide clássico, que, de acordo com Lage (1987), constitui-se de um sintagma verbal, um sujeito, complementos do verbo, além de alguns sintagmas circunstanciais. Para ordenar essas informações, deve-se obedecer a uma regra básica: não começar pelo verbo, mas pelo sintagma nominal mais importante que, normalmente, indica *quem fez o quê*.

Ao escrever a notícia, entretanto, o redator não precisa, necessariamente, seguir à risca essa orientação. Conforme destacam Faria & Zanchetta (2002) e Castro (1991), o lide pode ser construído sem algumas dessas informações, especialmente o *como* e o *por que*, eventualmente mais longas, inclusas somente no corpo da notícia, ou ainda apresentá-las em ordem invertida: em vez de começar destacando *o quê* aconteceu, por exemplo, pode-se iniciar expondo *onde* ou *quando* o fato ocorreu.

Essa flexibilidade é o que possibilita a emergência do que Sobral (2009) denomina de forma arquitetônica, visto que, embora a esfera de circulação proponha uma estrutura para o gênero, o enunciador não é impedido de alterá-la parcialmente. Para verificar como isso funciona na prática, basta ter acesso à mesma notícia publicada por diferentes veículos de comunicação: embora a forma de composição seja a mesma, a ordenação das informações, que também é um traço do estilo, provavelmente será distinta.

Outra possibilidade de introdução do lide refere-se à citação de determinada fala por meio do discurso indireto, sintetizando-a, ou ao emprego literal de algum depoimento considerado importante que se encontra no interior da notícia, apresentado entre aspas, elemento que, como vimos, faz parte do estilo objetivo típico da notícia. Segundo Castro (1991, p.72), esse recurso é utilizado, em regra, “quando alguém faz uma declaração que se destaca excepcionalmente, seja pela contundência, seja pelo ridículo, pitoresco ou insólito”. A vantagem de empregar essa tática, segundo o autor, é que ela pode atribuir grande força para a notícia, se a declaração for realmente interessante aos olhos do leitor, entretanto, corre-se o risco de a citação não agradar, e arruinar a recepção do texto por parte do interlocutor.

Concluído o lide, a notícia apresenta o corpo, o qual, segundo Lage (1987) também pode ser chamado de *documentação*, que se refere ao desenvolvimento da notícia propriamente dita, por meio da exploração dos elementos expostos no primeiro parágrafo, ou seja, o que aconteceu, com quem, onde, quando, como e por que. Em sua

constituição entram em jogo todos os fatores já mencionados, além do uso de imagens, gráficos, tabelas e infográficos, que funciona como um recurso opcional, embora a presença ou não deles possa alterar os sentidos produzidos pela notícia.

Para Zanchetta (2004, p.86), “o primeiro compromisso da imagem é oferecer-se como prova verossímil sobre determinado episódio”, entretanto, há situações em que a fotografia informa pouco, sendo necessário acrescentar-lhe uma legenda, isto é, um texto breve que explique ou amplie sua significação, ou ainda chame a atenção para alguns detalhes que passariam despercebidos aos olhos do leitor.

A era da informatização possibilitou, também, a inclusão de tabelas e gráficos nas notícias, bem como o surgimento de um novo gênero que pode associar-se a elas: o infográfico. Os infográficos são constituídos por imagens e textos verbais, mas não representam uma responsabilidade do repórter, nem do fotógrafo: eles são elaborados pelo departamento de artes do jornal e tem a função de esquematizar, em ordem cronológica, os fatos mais importantes para a compreensão do fato relatado, como é o caso da reconstituição de um crime ou acidente de trânsito, por exemplo.

Quando todos esses elementos – título, lide, corpo, tabelas, gráficos, imagens e infográficos (os quatro últimos opcionais) – são reunidos e dispostos nas páginas dos jornais de uma forma específica, temos constituída a diagramação da notícia e, conseqüentemente, a materialização do estilo do jornal, pois, conforme mostra Brait (2007) ao analisar a primeira página de uma edição da Folha de S. Paulo, o modo como imagens e texto são dispostos no papel produz sentidos capazes de revelar o posicionamento ideológico do jornal.

A diagramação da notícia, sob essa perspectiva, não é feita de modo aleatório. Seu tamanho, localização, presença ou não de fotografia e infográficos constituem elementos que conduzem o leitor a estabelecer determinadas relações de sentido. Diante de tais considerações, é inegável que a forma arquitetônica selecionada por cada jornal possui estreita relação com seu estilo e com a importância que se confere a determinados assuntos, traços capazes de revelar opções ideológicas dos periódicos e que, portanto, devem ser trabalhados na escola, uma vez que um de seus papéis, conforme destacam as propostas pedagógicas oficiais, é estimular a formação de um leitor crítico.

Após refletir sobre os aspectos temáticos, estilísticos e composicionais da notícia à luz da teoria bakhtiniana, podemos concluir que, isoladamente, nenhum desses componentes é capaz de determinar o gênero, isso só ocorre à medida que consideramos as relações estabelecidas entre os referidos elementos, os quais refletem as finalidades da esfera jornalística, ou seja, fazer circular periódica e amplamente as informações, conhecimentos e pontos de vista da atualidade e de interesse público. A partir disso, passamos, no próximo capítulo, a verificar o modo como o gênero notícia e as suas particularidades são abordadas nas duas coleções didáticas indicadas pelo PNLD EJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental dessa modalidade de ensino.

CAPÍTULO 3

O GÊNERO *NOTÍCIA* NO COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 APRESENTAÇÃO DAS COLEÇÕES

As considerações teóricas desenvolvidas no capítulo anterior a respeito da notícia nos permitiram construir o conhecimento necessário sobre os traços típicos desse gênero. A partir de tais considerações, neste capítulo, passamos a verificar como é proposta sua abordagem nas páginas correspondentes à disciplina de Língua Portuguesa que constam nas coleções indicadas pelo primeiro PNLD EJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental: a *Tempo de Aprender*, publicada pela Editora IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas) em 2007; e a *Viver, Aprender*, elaborada pela Editora Global em parceria com a Ação Educativa¹⁶, publicada em 2009.

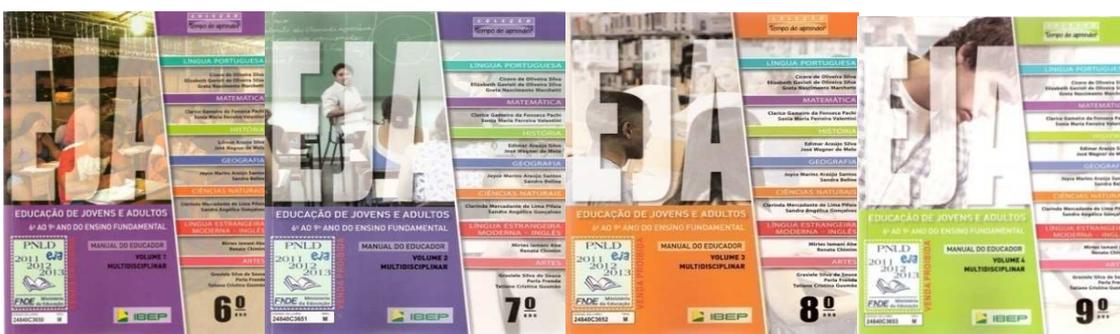


Figura 1: Capas dos livros didáticos analisados: *Coleção Tempo de Aprender*.

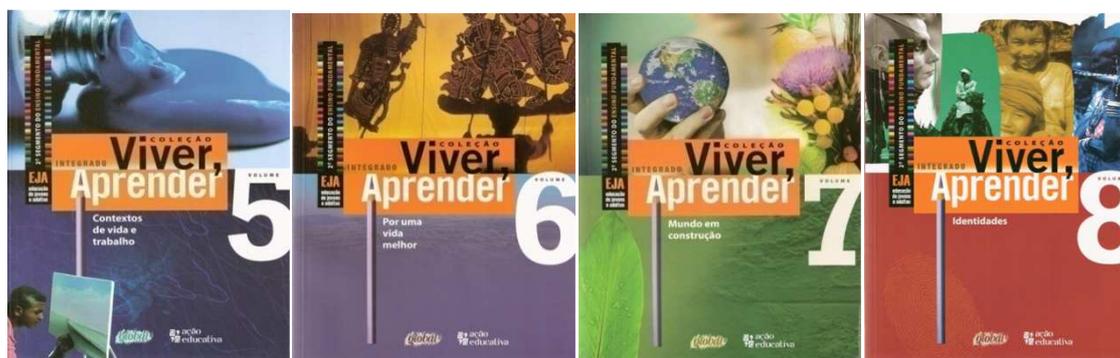


Figura 2: Capas dos livros didáticos analisados: *Coleção Viver, Aprender*.

¹⁶ A Ação Educativa, segundo Mello (2010), é uma ONG que desenvolve ações de formação e assessoria a grupos, escolas e comunidades, além de pesquisas relacionadas a políticas públicas voltadas para a juventude e a Educação de Jovens e Adultos.

Embora ambas as coleções possuam quatro volumes e sejam multidisciplinares, isto é, concentrem o conteúdo de todas as disciplinas que constituem o currículo escolar de cada série em um único volume, a organização interna das obras difere em alguns aspectos. A *Coleção Tempo de Aprender* apresenta, em cada livro, sete componentes curriculares. Os conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa foram elaborados por Cícero de Oliveira Silva, Elizabeth Gavioli de Oliveira Silva e Greta Nascimento Marchetti; os de Matemática, por Clarice Gameiro da Fonseca Pachi e Sonia Maria Ferreira Valentini; os de História, por Edimar Araújo Silva e José Wagner de Melo; e os de Geografia, por Joyce Martins Araújo Santos e Sandra Beline.

As páginas correspondentes à disciplina de Ciências Naturais, por sua vez, foram escritas por Clarinda Mercadante de Lima Pifaia e Sandra Angélica Gonçalves; às referentes ao componente curricular de Língua Estrangeira Moderna (Inglês), por Mirtes Iamani Abe e Renata Chimim; e, finalmente, às de Artes, por Grasielle Silva de Souza, Perla Frenda e Tatiane Cristina de Gusmão. Todos esses componentes curriculares se estruturam em torno de dois assuntos, a partir dos quais se desenvolvem seus conteúdos, conforme veremos a seguir.

No primeiro volume da coleção, destinado ao 6º ano (5ª série), os assuntos contemplados são *Identidade e Cidadania e leitura*; no segundo, destinado ao 7º ano (6ª série), *Meio ambiente e Saúde e qualidade de vida*; no terceiro, destinado ao 8º ano (7ª série), *Cidadania e cultura e Cultura de paz*; e, por fim, no quarto, destinado ao atual 9º ano (8ª série), *Trabalho e consumo e Globalização e novas tecnologias*. O estudo de cada assunto corresponde a uma unidade do componente curricular, assim, na mesma série, todas as disciplinas possuem duas unidades e contemplam tópicos comuns entre si. O material da 5ª série, por exemplo, aborda dois tópicos, *Identidade e Cidadania e leitura*, um em cada unidade de Português, Matemática, História etc. Essas unidades, por sua vez, dividem-se em dois ou três capítulos, característica que varia de disciplina para disciplina.

A *Coleção Viver, Aprender* também possui sete componentes curriculares. O material de Língua Portuguesa foi escrito por Claudio Bazzoni, Heloisa Ramos e Mirella Laruccia Cleto; o de Língua Inglesa, elaborado por Fábio Fernandes Madeira Lourenço; o de Arte e Literatura, por Denise Grinspum e Noemi Jaffe; e o de Matemática, por Dulce Satiko Onaga, Helena Henry Meireles, José Carlos Fernandes

Rodrigues e Maria Amábile Mansutti. Já os conteúdos referentes às Ciências Humanas, que englobam as disciplinas de História e Geografia, foram escritos por Carolina Amaral de Aguiar, Denise Mendes e Roberto Giansante; e os referentes às Ciências Naturais, por fim, organizados por Marina Marcos Valadão.

Entretanto, ao contrário das obras editadas pelo grupo IBEP, esses livros não possuem unidades articuladoras comuns a todas as disciplinas de cada série, nesse caso, cada volume se estrutura em torno de um assunto geral a partir do qual se desenvolvem os conteúdos dos componentes curriculares, os quais se dividem em dois ou quatro capítulos, dependendo da quantidade de conteúdo a ser trabalhado. O primeiro volume, destinado ao 6º ano (5ª série), aborda o tópico *Contextos de vida e trabalho*; o segundo, voltado para o 7º ano (6ª série), *Por uma vida melhor*; o terceiro, preparado para o 8º ano (7ª série), *Mundo em construção*; e o quarto, idealizado para o 9º ano (8ª série), *Identidades*.

Esses assuntos, vale destacar, estão intimamente relacionados ao público atendido pela EJA, constituído por jovens e adultos que normalmente já estão inseridos no mercado de trabalho, mas retomam os estudos para melhorar suas condições de vida. Uma parcela significativa desses alunos possui experiências de vida diferentes da apresentada pelos estudantes que frequentam o ensino regular e, em virtude disso, é caracterizada por uma identidade específica que exige, igualmente, um tratamento particular no âmbito dos conteúdos e das estratégias de ensino.

A segmentação interna dos capítulos de ambas as coleções também apresenta algumas diferenças. A *Tempo de Aprender* possui alguns itens comuns a todas as disciplinas, são eles: “Pra começo de conversa”, o qual apresenta situações-problema relacionadas ao tópico que será trabalhado naquelas páginas; “Desvendando o tema¹⁷”, que propicia um momento de leitura de determinado texto visando problematizar-lhe o assunto e pode conter, inclusive, subitens, como é o caso de “Antes de ler”, que traz atividades de leitura prévia e “Por dentro do texto”, o qual consiste em questões de análise mais detalhada dos textos selecionados para estudo.

Além disso, há, ainda, o item “Aprofundando o tema”, uma espécie de prolongamento da seção “Desvendando o tema”, quando se faz necessário trabalhar situações ou conceitos mais complexos; “Ampliando o tema”, que exerce a mesma

¹⁷ A palavra “tema”, aqui, é usada pela obra no sentido de assunto, e não na perspectiva adotada por Bakhtin (2003) para referir-se ao tema de um gênero.

função da última seção mencionada, porém, relaciona-se à necessidade de trabalhar conceitos mais abrangentes, extrapolando os aspectos desenvolvidos até aquele momento; “Sua vez”, que sugere atividades de aplicação dos conhecimentos adquiridos; “Você sabia?”, destinado à sistematização de conceitos e à apresentação de curiosidades relacionadas ao assunto; “Momento lúdico”, que apresenta jogos e dinâmicas em geral; “E eu com isso?”, que sugere propostas de ensino mediante a elaboração de projetos voltados ao assunto de cada capítulo, e, por fim, “Revelando o que aprendeu”, seção relacionada ao processo de avaliação contínua proposto pela obra.

Essa coleção apresenta, também, algumas seções específicas de uma ou mais disciplinas. Língua Portuguesa, por exemplo, contém os itens “Um olhar para a língua”, espaço destinado a propostas de análise linguística e de estudos gramaticais; “Olhe a escrita”, que apresenta um trabalho com a ortografia; e “Tramando textos e ideias”, o qual sugere atividades de produção escrita ou oral. Nas unidades da disciplina de Matemática, o aluno encontrará a seção “Um olhar para a matemática”, destinada ao estudo de questões específicas desse componente curricular; nas de Ciências, “Hora de relaxar”, cujo intuito é promover um momento introspectivo, de autoconhecimento.

Comum às disciplinas de Língua Portuguesa e Ciências há o item “Hora da pesquisa”, que propõe pesquisas relacionadas aos conteúdos abordados; às de Arte, Língua Portuguesa e Matemática, a seção “Trocando ideias”, reservada à discussão e troca de experiências entre os alunos; e, ao final das unidades de todas as disciplinas, a seção “Vamos compartilhar?”, momento que sugere a organização de eventos como mostras, oficinas de criação e exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos a toda a comunidade escolar.

A *Coleção Viver, Aprender*, por sua vez, apresenta uma organização interna mais simples. Não há muitas seções comuns a todos os componentes curriculares, o número de itens contemplados em cada capítulo é, inclusive, bem menor que os disponibilizados pela *Tempo de Aprender*, característica possivelmente decorrente do número de páginas das obras, consideravelmente inferior ao da outra coleção: enquanto os livros editados pela IBEP apresentam, em média, 500 páginas, os editados pela Global possuem, em média, 280.

Os capítulos que compõem os componentes curriculares de cada volume apresentam, normalmente, longas considerações teóricas redigidas pelos autores sobre

os assuntos a serem abordados, as quais, curiosamente, aparecem destacadas em colorido, tal qual é comum fazer-se quando o leitor utiliza uma caneta “destaca-texto” para salientar fragmentos que julga importantes. Aliadas a essas considerações, aparecem algumas seções mais ou menos fixas em cada disciplina: em Língua Portuguesa, por exemplo, tem-se, inicialmente, o item “Convite à leitura”, segmentado em dois subitens, “Leitura e análise de textos” e “Diálogo com o texto”, que apresentam atividades de leitura prévia acompanhadas de um texto, ao qual se seguem questões de interpretação.

Em alguns capítulos aparece a seção “Explorando o universo textual”, dedicado à análise de um texto que, por várias vezes, apresenta algum conteúdo gramatical e, logo em seguida, a “Roda de conversa”, que contempla exercícios sobre esse mesmo material. Em outros casos, o livro indica apenas o título “Atividade” e expõe uma sequência de questões, de diversas ordens, para serem resolvidas. Às propostas de produção é reservada a seção “Momento da escrita”.

Nas demais disciplinas há poucas seções, normalmente o conteúdo do capítulo é apresentado em sequência, por meio das já referidas considerações teóricas dos autores. Em Língua Inglesa, nos momentos em que se expõem alguns exercícios, aparece a indicação “Aplicar conhecimentos”. Quando o material traz algum gênero para ser lido há apenas uma referência a sua esfera de circulação ou ao próprio gênero, por exemplo, “Leitura de texto jornalístico” ou “Leitura de texto científico”. Em Arte e Literatura o item que apresenta atividades intitula-se “Leitura e compreensão”, embora também contenha o “Aplicar conhecimentos”, além de outros como “Pesquisa” e “Para refletir”, os quais incentivam as práticas que os nominam.

Em Matemática encontram-se, ao longo dos capítulos, algumas dessas seções e outras como “Exercícios e problemas”, destinada à proposição de uma lista de atividades que exigem a resolução de cálculos matemáticos. Em Ciências Humanas, além das considerações dos autores, aparecem textos de vários gêneros para auxiliar no tratamento dos conteúdos, então, as seções são nominadas como “Leitura de gráfico”, “de tabela”, “de imagem”, “de depoimento”, tal qual ocorre em Língua Inglesa. Em Ciências Naturais, por fim, são encontradas seções como “Convite à leitura” e “Momento da escrita”, recorrentes na área de Língua Portuguesa, além de outras como “Aplicar conhecimentos” e “Leitura de...”, já mencionadas. Embora alguns desses itens

coincidam entre os componentes curriculares presentes em cada volume, não se pode dizer que eles são tão regulares quanto os apresentados pela *Coleção Tempo de Aprender*.

De acordo com o Guia dos Livros Didáticos (BRASIL, 2010, p. 132) publicado pelo PNLD EJA, ambas as coleções, além de multidisciplinares, são também interdisciplinares e possuem projeto gráfico adequado à proposta didático-pedagógica postulada pelas diretrizes da EJA:

As situações de interdisciplinaridade ocorrem de diferentes modos: aparecem a partir dos conteúdos de dois ou três componentes curriculares; podem ser localizados nos conteúdos apresentados ou nas atividades propostas; podem consistir numa combinação entre conteúdos novos de um componente curricular e conhecimentos de outros componentes, estudados em unidade ou volume anterior [...] O projeto gráfico é adequado à proposta didático-pedagógica e ao público da EJA [...]

Em relação aos conteúdos de Língua Portuguesa, especificamente, tanto o Guia quanto o Manual do Educador de cada coleção destacam que os conteúdos selecionados para cada volume tomam como ponto de partida a perspectiva dos gêneros do discurso. A *Coleção Tempo de Aprender*, inclusive, apresenta, ao final de cada obra, alguns textos de apoio destinados ao professor, dentre eles está um material que explica a teoria bakhtiniana dos gêneros do discurso e expõe que, a partir do gênero, são realizadas sequências didáticas com atividades de leitura, de reflexão sobre a língua, de oralidade e de produção textual, seguindo os pressupostos dos PCN e dos demais documentos oficiais que regulamentam o ensino na Educação de Jovens e Adultos:

Sendo o objetivo maior do trabalho com a língua o desenvolvimento da capacidade linguística dos alunos, buscamos elaborar a obra de forma a propor conteúdos e uma sequência didática de atividades que os levem a se reconhecerem como sujeitos discursivos, portanto construtores de sentidos. Ao selecionarmos o conteúdo presente nas unidades, procuramos atender ao solicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, aliando-o ao nosso conhecimento como educadores atuantes no segmento do Ensino Fundamental (SILVA et al. Vol. 2, 2009b, p. 43).

A *Coleção Viver, Aprender*, igualmente, destaca logo nas primeiras considerações do Manual do Educador que a finalidade do trabalho com a língua

portuguesa proposto pela obra é “possibilitar que os alunos adquiram as habilidades necessárias para transitar pelo mundo da escrita, da leitura e da oralidade”, ou seja, “ensinar o aluno a ser capaz de reconhecer os diversos gêneros do discurso orais e escritos, que circulam socialmente, e a fazer uso adequado deles em diferentes situações sociais” (BAZZONI et al. Vol.1, 2009b, p.8). Para tanto, segundo os autores, a obra trata a língua “não como um sistema ou código, mas como discurso, como uso que se revela em função da interação” (Ibid., p.12).

Partindo de tais considerações, também esta coleção assume a perspectiva dos documentos oficiais que regulamentam o ensino de língua portuguesa na EJA, segundo a qual o gênero é ponto de partida para o trabalho com a leitura, a oralidade, a escrita e a análise linguística. A partir disso, passamos, agora, a verificar como ocorre, na prática, a abordagem do gênero notícia no componente curricular de Língua Portuguesa das obras em questão.

3.2 O GÊNERO *NOTÍCIA* NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ressaltamos anteriormente que as coleções indicadas pelo PNLD EJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental possuem organização interna distinta. Em decorrência disso, apesar de adotarem a perspectiva dos gêneros do discurso, cada uma o faz a seu modo: a *Tempo de Aprender*, organizada em unidades temáticas, compila diversos gêneros que abordam o mesmo assunto em um único capítulo e faz questão de destacar, antes do texto propriamente dito, a que gênero ele pertence, assim, a notícia aparece em diferentes momentos do material, intercalada a outros gêneros, sejam eles pertencentes à mesma esfera de circulação que ela ou não. Já a *Viver, Aprender*, que possui assuntos gerais para cada obra, destina um capítulo inteiro para o tratamento de gêneros específicos, desse modo, a notícia é encontrada apenas em um momento do material, isolada de outros gêneros.

A perspectiva de trabalho adotada por esta última coleção, se comparada à apresentada pela primeira, revela uma desvantagem. Isso ocorre uma vez que, como o componente curricular de língua portuguesa contém dezesseis capítulos ao longo de toda a coleção, e cinco deles não enfocam um gênero especificamente, mas discorrem sobre questões como diferenças entre fala e escrita e coesão e coerência, fazendo uso

primordialmente de comentários elaborados pelos autores, o número de gêneros do discurso com os quais o aluno tem contato acaba sendo menor.

Para melhor compreendermos de que maneira as obras em questão fazem uso da notícia como objeto de ensino, segmentamos a análise de sua proposta pedagógica em dois grandes momentos: inicialmente, verificamos como as coleções apresentam e caracterizam o gênero; e se valorizam o jornal impresso enquanto suporte textual, uma vez que ele foi o primeiro portador da notícia. Nessa etapa da reflexão, já verificamos também se as obras incentivam a formação de um leitor crítico, como veremos adiante. Em seguida, nos dedicamos à observação dos quatro pilares do ensino de língua portuguesa, isto é, desenvolvimento da leitura; da escrita; da oralidade; e da análise linguística.

3.2.1 Apresentação e caracterização do gênero

As ocorrências do gênero notícia no componente curricular de Língua Portuguesa da *Coleção Tempo de Aprender* concentram-se na obra destinada ao 7º ano (6ª série). Nos demais livros fazem-se uso de vários trechos de reportagem, mas, como esse não é o foco de nosso interesse, faremos menção ao referido gênero somente quando ele se entrecruzar com a notícia.

A primeira aparição da notícia no material ocorre no capítulo 2, intitulado “Preservar é preciso, transformar é possível”, da Unidade I, que aborda o tópico *Meio ambiente*. O capítulo anterior, o primeiro da obra, já trabalha alguns gêneros (canção, trecho de romance, conto, lenda, ou seja, textos da esfera literária) que se assemelham por apresentar algum aspecto da natureza como assunto. Após essa contextualização, propõe-se uma reflexão sobre os problemas que o meio ambiente vem enfrentando, sobre o que se tem feito para ajudá-lo e sobre o que ainda se pode fazer.

Para isto, na seção “Trabalhando com texto”, que normalmente abre os capítulos, o material toma como ponto de partida a reprodução de dois adesivos que funcionam como propaganda da Fundação S.O.S. Mata Atlântica, uma entidade privada que, segundo o Manual do Educador, tem por objetivo “defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam e conservar os riquíssimos patrimônios natural, histórico e cultural dessas

regiões, buscando o desenvolvimento sustentável” (SILVA et al. Vol. 2, 2009b, p. 95). O primeiro adesivo apresenta o desenho da bandeira do Brasil com parte da coloração verde corroída e o segundo, além dessa imagem, o questionamento “Quer continuar a respirar? Comece a preservar”, a partir deles são feitas oito perguntas, as quais incentivam a leitura e a interpretação desses textos, procurando mostrar ao aluno que é necessário cuidar do patrimônio natural do mundo.

Essa atividade desemboca no item “Desvendando o tema”, que contém um trecho de reportagem, retirado da Revista *IstoÉ* de 17 de julho de 2002, o qual comenta sobre a vida das famílias que vivem na Amazônia. O fragmento não apresenta título, subtítulo ou lide, mas focaliza apenas o relato de um caboclo que, ao contrário de inúmeros outros que habitam a região, não desenvolve suas atividades profissionais derrubando árvores para as madeireiras locais. Mesmo vivendo em condições precárias, ele prefere plantar cupuaçu, banana, café e mandioca em seu pequeno pedaço de terra a degradar o meio ambiente. Esse relato, além de ser tomado como exemplo de ações individuais que podem ajudar a preservar o meio ambiente, funciona como mote para a elaboração de questões de leitura e interpretação. Apesar da adequação temática do texto, vale ressaltar, porém, que o material comete um equívoco ao nominá-lo como “reportagem”, afinal, trata-se somente de um trecho desse gênero que, na verdade, constitui-se como outro gênero: o relato.

A postura do caboclo citado no excerto em questão de defender a natureza vai, enfim, preparar o assunto da primeira notícia apresentada pelo material. Anterior ao texto há uma pequena seção intitulada “Antes de ler” que apresenta três questões: “Você sabe quem foi Dorothy Stang? E Chico Mendes?”, “Já ouviu falar em pessoas que perderam a vida ao defenderem o meio ambiente e o direito à vida?”, as quais têm por objetivo fazer um levantamento da experiência pessoal do aluno, dos conhecimentos de mundo que ele carrega a respeito do assunto em questão. A seguir, é exposta esta notícia:

12-02-2005 – Anapu (PA)

Calada mais uma voz de defesa dos povos da floresta
Irmã Dorothy Stang é assassinada a sangue frio no Pará

A missionária americana Dorothy Stang, 73 anos, foi assassinada hoje de manhã com 3 tiros no Travessão do Santana, município de Anapu, no Pará, 16 anos depois da morte de Chico Mendes. O crime aconteceu quando irmã Dorothy, como era conhecida, seguia para o Projeto de Desenvolvimento Sustentado (PDS) Esperança, junto com mais companheiros. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, estão em Anapu neste momento.

Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br/amazonia>>. Acesso em: 17 set. 2006.

Figura 3: Notícia sobre o assassinato de Dorothy Stang (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p.35).

A notícia, coletada do sítio do Greenpeace, ao ser retirada de sua esfera de circulação original e transportada para o LD, foi reduzida ao lide, o segundo elemento de sua construção composicional, responsável por resumir as informações essenciais do fato relatado. Consultando o endereço eletrônico indicado pela obra, encontramos o texto completo, que aborda alguns comentários da então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre o caso; uma breve descrição da trajetória da vítima em defesa dos trabalhadores rurais da região Transamazônica, além de outras considerações de ordem secundária.

Após a apresentação do texto, seguem-se sete exercícios que procuram promover o primeiro contato do leitor com a notícia. Nesse momento, pergunta-se, de modo especial, qual seu assunto, a quem se refere a “manchete”¹⁸, qual a relação estabelecida entre as duas mortes mencionadas no corpo do texto, se a notícia anuncia somente a morte da missionária, ou tenta chamar a atenção do leitor para um problema mais amplo, e se as pessoas devem procurar multiplicar a voz de quem defende o meio ambiente. Como podemos observar, o trabalho de análise da notícia é feito de maneira superficial.

Levando-se em consideração que essa é a primeira ocorrência do gênero no material, talvez seja compreensível que um estudo detalhado do texto não ocorra, pois o objetivo é simplesmente promover o contato inicial do aluno com a notícia. Entretanto, parece-nos injustificável que essa aparição não contemple um exemplar do gênero na

¹⁸ Devemos recordar que, de acordo com autores como Faria & Zanchetta (2002), recebe o nome de *manchete* somente o título de maior destaque na primeira página do jornal, os demais devem ser chamados apenas de *título*.

íntegra, visto que a notícia não se reduz ao lide, mas ao desenvolvimento das informações que constituem o fato relatado. Apresentar o texto fragmentado corresponde a omitir algumas características básicas que lhe são intrínsecas, como é o caso da citação do discurso de pessoas envolvidas no caso, normalmente presente no corpo do texto.

Ao determinarem que os gêneros sejam adotados como objeto de ensino, os PCN e as DCELP nos permitem pressupor que é necessário possibilitar ao aluno o conhecimento do maior número de traços possível do gênero, dentro de seus limites ensináveis, uma vez que disso depende o entendimento de sua função social. Nesse caso, o acesso ao corpo do texto faz-se fundamental, já que, em seu cotidiano, o aluno encontrará notícias completas, e não apenas lides, o que representa um prejuízo para a compreensão do gênero em sua totalidade.

As atividades propostas pelo material nesse momento de apresentação do gênero, como é possível constatar, não problematizam o estilo de linguagem utilizado na redação da notícia, claramente empregado para sensibilizar o leitor na medida em que o redator, ao realizar seu projeto de discurso, opta por escolhas linguísticas que prejudicam o efeito de objetividade do texto. A construção da personagem alvo do crime – uma mulher, religiosa, de 73 anos, isto é, idosa, possivelmente debilitada em virtude da idade, que desenvolvia um trabalho missionário em uma região do país onde as leis não são respeitadas como deviam – opõe-se à forma violenta como ela foi assassinada, marcada pela expressão “a sangue frio”, presente no subtítulo, criando um sentimento de revolta no interlocutor, ou seja, ao mesmo tempo em que oferece a informação, a notícia produz uma queixa relacionada ao acontecimento.

A inquietação que emerge no leitor é acentuada em virtude de algumas escolhas lexicais encontradas no texto, as quais fazem parte da construção de seu estilo de linguagem, como aponta Bakhtin (2003). Ao contrário do que recomendam os manuais de redação jornalística, o título da notícia não deixa claro o que aconteceu, mas faz uma referência de ordem subjetiva ao crime, o assassinato só é mencionado claramente no subtítulo. Para sensibilizar ainda mais o leitor, o texto apresenta expressões como “irmã Dorothy, como era conhecida”, a qual permite inferir que a missionária possuía laços de afetividade com aqueles que estavam a sua volta.

Até mesmo a situação em que ocorreu o crime, quando “seguiu para o Projeto de Desenvolvimento Sustentado (PDS) Esperança, junto com mais companheiros” contribui para despertar esse sentimento de emoção no interlocutor, uma vez que o uso da palavra “companheiros”, marcadamente conhecida em virtude de seu emprego pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para referir-se aos brasileiros, possui uma intensa carga significativa, pois se refere ao fato de que, apesar de liderar grupos de defesa naquela região, Dorothy Stang não se considerava superior aos demais envolvidos nas ações de proteção ao meio ambiente e à população local.

O emprego de tais recursos na construção da notícia evidentemente está relacionado à entidade que a publicou, ou seja, ao seu autor: o Greenpeace, um órgão reconhecido internacionalmente por promover ações em defesa do patrimônio natural do mundo, outro detalhe que as questões não problematizam. A mesma notícia veiculada por uma fonte que não possuísse laços tão estreitos com as questões que envolvem o fato possivelmente faria uso de outros recursos linguísticos. Desse modo, nota-se que a primeira notícia apresentada pelo material não atende satisfatoriamente ao efeito de objetividade e imparcialidade que os manuais de redação jornalística tanto prezam, no entanto, o material, neste momento, não problematiza tal questão.

Uma forma de fazê-lo seria apresentar uma notícia publicada por outro veículo de comunicação e instigar os alunos a compararem o estilo de linguagem empregado em ambos. Mesmo que seja difícil encontrar jornais impressos daquele período, uma rápida busca pelos sites de jornais online revela várias notícias relacionadas ao caso. Observemos, a título de exemplo, a publicação da Folha online sobre o ocorrido:

12/02/2005 - 17h22

Missionária americana é assassinada a tiros no Pará

da **Folha Online**

A missionária católica americana Dorothy Stang, 73, foi assassinada com seis tiros neste sábado no município de Anapu (PA). Ela trabalhava havia mais de 20 anos no Estado e defendia causas ambientais e trabalhadores sem-terra.

Na última semana, a missionária teve uma reunião com o secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e denunciou que quatro pessoas da região estavam recebendo ameaças de morte. A americana também afirmou que fazendeiros e madeireiros invadiram uma área de Anapu.

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente), que está participando da cerimônia de apoio às famílias da reserva extrativista Verde Para Sempre, no município de Porto de Moz (PA), vai acompanhar as investigações. A assessoria de imprensa do Palácio do Planalto informou que o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que a Polícia Federal participe das investigações. Além disso, o próprio Nilmário Miranda deve viajar para a região ainda hoje.

Cidadã do Pará

Dorothy Stang recebeu em 2004 da Assembléia Legislativa do Estado o título de Cidadã do Pará. Para ela, a violência fundiária, os crimes ambientais e a grilagem de terras na região estavam fora de controle.

Em dezembro do ano passado, recebeu ainda o prêmio "José Carlos Castro" da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Estado e foi elogiada por parlamentares no Senado.

Por seu trabalho de ativista na região, Dorothy diversas vezes denunciou a jornais locais que vinha sofrendo ameaças de morte.

Índice

O Pará apresenta o maior índice de assassinatos ligados às disputas de terra. Entre 1985 a 2001, quase 40% das 1237 mortes de trabalhadores rurais no Brasil aconteceram no Estado.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u105580.shtml> Acesso em 5 jul. 2011.

Observando a notícia publicada pela Folha identificamos sem dificuldades um estilo de linguagem que busca mais objetividade, o próprio título do texto “Missionária americana é assassinada a tiros no Pará”, se comparado a “Calada mais uma voz de defesa dos povos da floresta” já demonstra essa tendência. O uso de outra notícia serviria, ainda, para confrontar as informações e perspectivas exploradas em cada uma, ou seja, os tópicos que cada veículo priorizou e a forma arquitetônica (SOBRAL, 2009) utilizada para materializar o projeto de discurso do redator. O texto veiculado no LD menciona que a missionária foi morta com três tiros, já o publicado na Folha afirma que foram seis, isto é, o dobro; o que revela uma inconsistência na apuração dos fatos. Da mesma maneira, o site do Greenpeace relata que a ministra do Meio Ambiente Marina Silva está em Anapu, já a Folha cita que ela está participando de uma cerimônia de apoio às famílias da reserva extrativista Verde Para Sempre, no município de Porto de Moz (PA).

Caso ambos os textos fossem apresentados na íntegra, uma série de outras questões poderia ser analisada, como é o caso dos fatos selecionados em ambos: o Greenpeace relaciona o acontecimento à morte de Chico Mendes, a Folha, não; esta menciona que na semana anterior à sua morte a missionária denunciou que quatro pessoas estavam recebendo ameaças e que alguns fazendeiros e madeireiros invadiram uma área de Anapu, o que poderia ter incentivado o crime, informação ausente no texto apresentado pelo LD, e assim sucessivamente. Essas diferenças são oriundas do projeto de discurso de cada veículo de comunicação e da interação que se estabelece entre

locutor e interlocutor: o Greenpeace parece querer enfatizar que as pessoas que defendem o meio ambiente podem perder a vida por conta disso, já a Folha limita-se a informar, a relatar o acontecimento ao público leitor, isto é, a simplesmente atender ao que pressupõe o tema do gênero produzido.

O anúncio da morte da missionária Dorothy Stang, entretanto, não é trabalhado no material somente neste momento de apresentação do gênero. Após a referida notícia, o livro expõe uma reportagem, intitulada “Projeto leva alternativa de geração de renda para o Andalucia”, retirada também de uma fonte eletrônica, o site *Rios Vivos*, a qual ocupa uma página inteira do livro e contém informações sobre o projeto *Produção Sustentável e Capacitação*, desenvolvido pela ONG Ecologia e Ação (ECOIA) com os moradores do Assentamento Andalucia, situado no município de Nioaque (MS), a 220 km de Campo Grande.

A reportagem é usada como material de apoio para algumas questões de leitura, interpretação e orientação sobre os usos da vírgula. Logo em seguida, pede-se que o aluno identifique no texto *qual é o fato relatado, onde o projeto foi implantado, quando e como* são desenvolvidos os trabalhos juntos à comunidade dos assentados, ou seja, sem teorizar sobre os elementos básicos que devem ser contemplados em uma notícia ou reportagem, o livro pede que ele encontre no texto respostas a algumas perguntas elementares do jornalismo. Na sequência, sugere-se: “Agora vamos comparar os textos”, isto é, a notícia sobre a morte de Dorothy Stang e a reportagem sobre o projeto no Assentamento Andalucia.

Para isto, são apresentadas, inicialmente, três atividades: a primeira questiona qual a fonte dos textos analisados e como o aluno chegou a essa conclusão. A indicação do site do Greenpeace, no caso da notícia, poderia fazer surgir a discussão sobre a influência que o redator e/ou entidade que está por trás da publicação pode exercer sobre o texto, entretanto, no Manual do Educador consta como resposta esperada que o aluno identifique apenas que ambos foram extraídos da internet, porque a fonte dos dois começa por “WWW”. Caso o professor não problematize a questão abordada, o estudo do texto perde uma boa oportunidade para discutir a ilusão de objetividade pregada pelo jornalismo e a importância de identificar quem é o responsável pela publicação, um elemento intrínseco às condições de produção do gênero, as quais refletem as especificidades de sua esfera de circulação.

A segunda pergunta questiona qual dos dois textos apresenta “falas de pessoas entrevistadas pelo repórter” e qual o sinal de pontuação usado para destacá-las, momento em que se trabalham questões referentes ao estilo e, ao mesmo tempo, à composição do gênero. Na resposta esperada encontra-se, naturalmente, a reportagem, pois, de fato, nos textos que constam no material somente ela possui citação do discurso alheio, entretanto, a notícia também faz uso desse recurso, ocorre que o material recorta somente o lide de um representante do gênero em que ele não aparece. No corpo do texto, conforme pudemos verificar ao buscá-lo na íntegra, a citação do discurso de autoridade aparece, e não apenas uma vez, mas várias; desse modo, ao responder tal questão, o aluno pode fazer uma interpretação errônea e acreditar que esse é um traço exclusivo da reportagem.

A terceira pergunta, igualmente, esbarra em um problema decorrente do recorte feito no material usado como exemplo do gênero notícia. Questiona-se qual dos dois textos é mais breve e a resposta, claro, recai sobre a notícia. De fato, esta se configura como um texto mais breve que a reportagem, entretanto, a ideia que o aluno pode construir em relação a essa característica também corre o risco de ser equivocada, pois a notícia apresentada pelo material resume-se a um lide de seis linhas, e a reportagem possui uma página inteira, no entanto, a redação completa do texto noticioso possui de quinze a vinte linhas. Isso mostra que ela é, de fato, menor que a reportagem, porém, essa diferença não é tão expressiva quanto o LD faz parecer.

Na realidade, essa diferença de tamanho relaciona-se à finalidade de cada gênero: a notícia, segundo Lage (1987), limita-se a anunciar rápida e objetivamente um fato, enquanto a reportagem propõe-se tratar sobre determinado assunto com detalhamento. Isso demonstra que, como afirma Bakhtin (2003), a finalidade do gênero reflete em seus elementos constitutivos, pois ao se propor aprofundar a abordagem de determinado assunto, a reportagem, automaticamente, apresenta uma construção composicional mais extensa.

Expostas essas três atividades, o capítulo disponibiliza um box relativo à seção “Você sabia?”, no qual são expostos os conceitos de notícia e reportagem:

Notícia é um gênero de texto em que ocorre o registro de um ou mais fatos. Para produzi-la, o jornalista pesquisa, apura os fatos e a escreve, selecionando aquilo que considera essencial.

O primeiro parágrafo da notícia chama-se **lide**. Nele, é importante responder, na medida do possível, às seis perguntas básicas, mas não necessariamente a todas. O ideal é que o lide seja o mais completo possível; porém, isso depende do quanto de informação o repórter conseguiu apurar. As perguntas são as seguintes: Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Por quê?

Reportagem: quando um fato importante acontece, o jornalista vai apurá-lo no local e, por meio de entrevistas e conversas com as pessoas envolvidas no assunto, obtém todas as informações necessárias à reportagem. Depois, ele escreve um texto resumindo tudo o que conseguiu saber a respeito do assunto em questão.

A apresentação da reportagem pode ocorrer de maneira mais livre e apresenta mais elementos do que a notícia.

Figura 4: Boxe contendo os conceitos de notícia e reportagem (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p.40).

A definição de notícia é bastante vaga, pois “o registro de um ou mais fatos” pode ocorrer em inúmeros gêneros, desde que seu produtor tenha interesse em fazê-lo. Não podemos dizer, é claro, que o conceito apresentado pelo livro parte de uma perspectiva errônea, entretanto, podemos dizer, sem dúvida, que ele é insuficiente para delimitar e caracterizar a notícia. Embora saibamos que não é fácil encontrar uma definição curta e consistente para esse gênero, dados os inúmeros fatores que concorrem para sua produção e circulação, sabemos que é possível complementá-la, afirmando, por exemplo, que o fato selecionado deve ser inédito, atual, verídico, intenso, relatado de maneira sucinta, e que ele deve ser considerado, por quem o publica, interessante e importante para determinado público. Ausentes tais especificações, tem-se a impressão de que qualquer fato pode dar origem a uma notícia.

Na sequência da explicação, afirma-se que o jornalista “pesquisa, apura os fatos, e a escreve, selecionando aquilo que considera essencial”. Essa afirmação remete, claramente, à ilusão de objetividade dos gêneros jornalísticos, uma vez que, de fato, até chegar às páginas dos jornais, a redação passa pelas mãos de várias pessoas, as quais, fazendo uso de sua subjetividade, selecionam os conteúdos que consideram fundamentais para a construção da notícia. A problematização do efeito de objetividade, entretanto, também não acontece, recorte possivelmente oriundo da simplificação típica

dos materiais destinados à EJA, característica evidenciada por Takeuchi (2005) em sua pesquisa.

O segundo parágrafo presente no boxe aborda um aspecto da construção composicional do gênero: o lide. Diz-se que ele constitui o primeiro parágrafo da notícia e que deve responder, na medida do possível, aos questionamentos: o quê aconteceu? Com quem? Quando? Onde? Como? Por quê?, tal qual preconizam os manuais de redação jornalística. Ao apresentar essa informação, porém, parece-nos que o material contém um pequeno problema de redação, pois se diz que “é preciso responder, na medida do possível, às seis perguntas básicas”. O trecho sublinhado, aparentemente, carece de algum complemento para melhor significar, por exemplo, “às seis perguntas básicas do jornalismo”, outra opção seria simplesmente dizer “responder a seis perguntas básicas”. Excluindo o acento da crase, o sentido do excerto parece-nos menos prejudicado.

Além disso, para melhor contextualizar a construção e função do lide, o material poderia apresentar alguma consideração referente à relação existente entre a estrutura do texto e o papel que ele exerce na sociedade. As pessoas, em geral, leem notícias para se interessarem dos fatos que têm ocorrido, porém, nem sempre há tempo suficiente para ler o texto todo, então, opta-se por resumir as informações básicas da notícia logo em seu primeiro parágrafo.

Curiosamente, a explicação sobre o gênero notícia para por aí, não há nenhuma menção ao desenvolvimento do texto, momento em que são apresentadas mais informações a respeito do fato noticiado e faz-se uso de recursos como a citação da fala de outrem, por meio do discurso direto ou indireto, para validar os dados veiculados. A teoria apresentada encontra-se adequada ao exemplo do gênero oferecido (notícia sobre o assassinato de Dorothy Stang), reduzido a um lide de seis linhas, no entanto, não condiz com as notícias que circulam socialmente, com aquelas que aluno encontrará em seu dia a dia. Isso revela que, ao ser retirado de seu contexto de origem e transportado para o LD, esse gênero sofreu recortes que alteram parte de sua composição e, conseqüentemente, a finalidade de bem informar o público leitor.

Concluídas as considerações sobre a notícia, é exposto um comentário igualmente vago para tentar definir a reportagem. Diz-se que, quando ocorre um fato importante, o jornalista vai até o local do acontecimento e, por meio do diálogo com

pessoas envolvidas na situação, obtém as informações necessárias para construir a reportagem, a qual resulta, segundo o material, do “resumo” de todas as informações coletadas. Por um lado, essa definição apresenta um avanço em relação ao conceito de notícia, uma vez que se salienta a necessidade de o fato ser considerado importante para ser digno de ocupar as páginas dos periódicos, ou seja, remete-se a um traço típico dos assuntos que podem ser abordados nos limites do tema desse gênero.

Entretanto, a explicação é insuficiente. Em primeiro lugar, a reportagem, conforme afirmam Lage (1987), Faria & Zanchetta (2002) e Castro (1991), não trata, necessariamente, de fatos, mas de assuntos de interesse público; o que acontece é que um fato ocorrido na atualidade pode funcionar como “pontapé inicial” para a produção de uma reportagem sobre o assunto por ele despertado. Em segundo lugar, quando um acontecimento chama a atenção das pessoas em geral, por conta de seu ineditismo e/ou importância, o jornalista também vai até o local do ocorrido para produzir a notícia, também conversa com os envolvidos no caso ou com testemunhas que o presenciaram para coletar depoimentos. Desse modo, podemos verificar que não há a apresentação de um conceito especificamente, mas a tentativa de explicar como se produz uma reportagem, entretanto, o processo confunde-se com o protocolo cumprido para a produção da notícia, de modo que o objetivo de diferenciar os dois gêneros não seja atingido.

Em terceiro lugar, a reportagem não surge a partir do simples “resumo” das informações obtidas, mas da seleção de fatos e depoimentos considerados importantes para a construção de um texto que apresente detalhamento, soma de versões, apresentação de causas e consequências do acontecimento apurado. Esse texto, vale ressaltar, precisa ainda apresentar uma organização coerente com os pressupostos dos manuais de redação jornalística para ser considerado uma reportagem.

Para finalizar, o boxe afirma que “a apresentação da reportagem pode ocorrer de maneira mais livre e apresenta mais elementos que a notícia”. Seguindo a perspectiva adotada até o momento, além de uma redação problemática, decorrente de uma organização sintática não linear e da repetição de derivados da palavra *apresentar*, o texto continua vago, pois não se especifica o quê pode ser mais livre (a linguagem, a estrutura), nem quais elementos ela contém e a notícia, não. Considerando o exemplo oferecido e os questionamentos feitos até então, corre-se o risco de o aluno acreditar que

um desses elementos é o uso do discurso citado, embora saibamos que ele faça parte dos recursos empregados na construção da notícia. Sendo assim, concluímos que os conceitos apresentados carecem de consistência, suficiência e clareza, problemas que podem comprometer o entendimento do aluno a respeito do gênero.

Após esse boxe, o material apresenta mais cinco exercícios de leitura com o objetivo de continuar a análise comparativa entre a notícia sobre a morte de Dorothy Stang e a reportagem sobre o projeto desenvolvido no Assentamento Andalucia. O primeiro deles questiona qual texto apresentou mais detalhes e, obviamente, por razões já mencionadas, a resposta esperada concentra-se na reportagem; o segundo pede que o aluno verifique se a notícia, mesmo sendo um texto mais breve, responde às cinco questões básicas do jornalismo. Ora, por tratar-se apenas de um lide, é natural que tais questões sejam abordadas claramente, com exceção do “como” e do “por quê”, os quais, por vezes, são abordados apenas no corpo do texto, em virtude de exigirem respostas um pouco mais longas.

A terceira atividade, por sua vez, instiga uma reflexão a respeito do estilo de linguagem empregado na notícia sobre o assassinato da missionária: “Você julga importante o registro de todos os detalhes violentos na notícia sobre a morte de Dorothy? Você acha que o redator da notícia foi sensacionalista? Por quê?” (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p. 41). Esse exercício exige uma análise detalhada do texto para identificar os trechos que apelam para a sensibilidade do leitor, manifestando verdadeira indignação com o ocorrido, o que demonstra que esse detalhe não passou despercebido na elaboração do material, embora não constitua um dos mais fortes pilares de análise do texto.

Os dois últimos exercícios, por fim, questionam apenas qual é a intenção de cada texto, procurando mostrar que a notícia limita-se a anunciar um fato (no caso, a morte de Dorothy Stang) e a reportagem dedica-se a aprofundar o assunto objeto da redação (oferecendo dados complementares sobre o assentamento, o projeto, e as comunidades que dele participam), informação que ajudaria a delimitar melhor os dois gêneros, sem fazer de sua definição um emaranhado de enunciados que, na prática, nada definem.

Concluídos esses exercícios, o capítulo ainda se estende por algumas páginas, entretanto, abordando, predominantemente, gêneros da esfera literária, os quais não constituem nosso foco de trabalho. Embora breve, o conteúdo exposto até o momento

permite-nos notar que a *Coleção Tempo de Aprender* opta por apresentar a notícia inserida em um contexto que trata sobre o meio ambiente, em articulação a outro gênero da mesma esfera de circulação, a reportagem, salientando alguns de seus principais aspectos por meio de questões. A caracterização detalhada do gênero, no que diz respeito ao tema, estilo de linguagem e construção composicional, portanto, não ocorre nesse momento.

Folheando o primeiro volume da *Coleção Viver, Aprender*, constatamos facilmente que sua proposta metodológica de apresentação do gênero é bastante diferente. Conforme comentamos anteriormente, as obras que a constituem destinam um capítulo inteiro à abordagem de determinados gêneros, dentre eles, a notícia, localizada no capítulo 3, intitulado “Sabe da última? Deu no jornal”, do primeiro volume da coleção, destinado ao atual 6º ano, o qual contempla o assunto geral *Contextos de vida e trabalho*.

Ao contrário das obras da *Coleção Tempo de Aprender*, que possuem unidades organizadas por eixos articuladores e compilam diferentes gêneros a eles relacionados para desenvolver o estudo, o material editado pela Global centra seu olhar exclusivamente sobre a notícia, independentemente do assunto nela abordado. O capítulo inicia-se com alguns comentários sobre um dos suportes desse gênero, o jornal, conteúdo que analisaremos detalhadamente em nossa próxima seção, destinada à abordagem da valorização desse veículo de comunicação enquanto suporte textual.

A seção que contém o primeiro (e único) exemplar do gênero na íntegra é a “Convite à leitura”, a qual se inicia com a seguinte afirmação: “Vamos agora estudar o gênero de texto mais importante do jornalismo, a notícia” (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009a, p.40). No Manual do Educador há uma orientação para iniciar este capítulo: levar exemplares de jornais para a sala de aula e deixar que os alunos os manuseiem, recortem, e montem um mural com notícias, fotos, anúncios classificados, propagandas, enfim, com exemplares de todos os gêneros nele contemplados.

Assumindo uma perspectiva semelhante à verificada no material da IBEP, a obra comenta que, ao saber o gênero de texto que lerá, o aluno já pode antecipar alguns de seus significados. A partir disso, são disponibilizadas informações básicas sobre o contexto de produção do texto que funciona como exemplo de notícia, como é o caso do jornal responsável pela publicação (Folha de S. Paulo), do caderno específico do

periódico em que ele foi publicado (Caderno Cotidiano), e da data da publicação (16 de outubro de 2006). A seguir, pede-se que sejam levantadas algumas hipóteses sobre seu conteúdo, uma atividade que estimula o processo de ativação do conhecimento de mundo do aluno e o instiga a acionar algumas estratégias de leitura, especialmente a antecipação. Na sequência, é apresentada a notícia propriamente dita, que ocupa uma página e meia do livro:

Igrejas são alvos de ladrões em São Paulo

Das 20 paróquias consultadas pela Folha na semana passada, 13 sofreram algum tipo de furto ou roubo no último ano

Para tentar afastar os ladrões, padres passaram a instalar circuito de câmeras, contratar vigilantes e até a utilizar cães de guarda

Daniela Tôfoli
Da reportagem local

Só a proteção divina não está mais dando conta. Os assaltos a igrejas tornaram-se tão frequentes que padres e sacristães precisam dar uma ajudinha aos santos e passaram a contratar seguranças, instalar alarmes e até colocar câmeras no altar para evitar furtos e roubos. Nem sempre, no entanto, todo esse aparato é suficiente.

Bastou a última missa do domingo da semana passada terminar para os religiosos da igreja de São Judas Tadeu, no Jabaquara (zona sul), constatarem que, pela terceira vez em dois meses, tinham sido assaltados. O ladrão furtou o cofre onde estavam as oferendas do dia. Os padres não sabem o valor nem têm pistas do ladrão.

Três semanas atrás, porém, um dos quatro seguranças que se revezam no local identificou um assaltante. “A polícia o prendeu e recuperou o dinheiro. Era o mesmo ladrão que nos roubou há menos de dois meses”, diz o padre Augusto Pereira, um dos vigários da igreja. “Ainda não temos câmeras, mas a segurança se tornou preocupação nas paróquias.”

Assaltar igreja não é caso raro na capital. De 20 paróquias consultadas pela Folha, 13 sofreram algum roubo ou furto neste ano ou no passado. Ou seja, 65% das paróquias foram vítimas de ladrões. De agosto para cá, foram sete assaltos.

“Não tem ano que a gente não seja roubado, mas agora está demais”, diz o padre João Enes, da paróquia Nossa Senhora Casaluce, no Brás, centro. “Em agosto, levaram botijão de gás e 600 refrigerantes e cervejas de uma festa. Não se respeita mais nem a igreja.”

Furtos de para-raios

Falta juízo aos ladrões, afirma padre Pascoali Priolo, da São Januário, na Mooca (zona leste). “A situação é terrível, não sei mais o que fazer. Os assaltantes abusam e só a guarda de Deus não dá conta de tudo.”

A igreja de Priolo já foi furtada duas vezes neste ano. Em março, os ladrões levaram cálices, depredaram o sacrário e roubaram até o para-raios. “Como era de cobre, levaram para vender ao ferro-velho.” Na semana passada, a igreja da Consolação, no centro, foi mais uma que teve os fios de seu para-raios furtados.

O ferro-velho foi o destino, ainda, da cruz de R\$ 3.000 que adornava a igreja Nossa Senhora da Paz, no Glicério, centro, dizem os religiosos de lá. Já a Bom Jesus, no Brás, não sabe o que aconteceu com a coroa de Nossa Senhora Aparecida, furtada há um mês.

Histórias de assaltos são comuns entre os padres. No ano passado, roubaram o ofertório no meio de uma missa na paróquia Imaculada Conceição, na Bela Vista (centro). Também em 2005, ladrões levaram microfones e pedestais da Nossa Senhora do Rosário, na Pompeia (zona oeste). No mês passado, assaltantes furtoaram o cofre do grupo de orações na igreja de Santa Cecília, no centro.

Ímã para pegar moedinha

Ladrão “pé de chinelo” também não falta, contam os párocos. Para roubar as moedinhas dos ofertórios, os assaltantes usam ímãs ou bolinhas de piche e, assim, atraem o dinheiro. É para evitar esse tipo de furto que a Sagrado Coração de Jesus, no Morumbi (zona oeste), assaltada em 2005, decidiu depositar no banco o dinheiro das oferendas logo após as missas.

Segurança maior, porém, está na instalação de câmeras nas igrejas. Das 20 paróquias consultadas, seis já têm o sistema e muitas estudam a instalação.

“Depois de sofrermos vários roubos, decidimos no começo do ano que era melhor gastar dinheiro com as câmeras e colocar o cofre no seguro”, conta Eugênio João Mezzomo, padre da igreja do Calvário, em Pinheiros (zona oeste). “Sempre somos assaltados na época da quermesse; desta vez, só tivemos pequenos furtos.” A manutenção do sistema custa cerca de R\$ 900 por mês.

As paróquias que não podem colocar câmeras contratam seguranças. Das 20 consultadas, 13 têm vigias. Mas na igreja da Cruz Torta, também em Pinheiros, o que espanta os ladrões são os nove cachorros do padre Ilson Frossard. “São cinco cães policiais e quatro vira-latas, que latem muito. Ninguém se atreve a chegar perto.”

TÓFOLI, Daniela. Igrejas são alvos de ladrões em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, 16 out. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u127094.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

Figura 5: Notícia sobre assaltos a igrejas em São Paulo (Coleção Viver, Aprender, vol.1, p.40-41).

O texto enquadra-se no assunto da obra, “Contextos de vida”, e, sem dúvida, chama atenção em virtude do ineditismo que circunda o fato relatado: a ousadia dos ladrões, que não respeitam nem mesmo templos religiosos. Esse ineditismo, típico do cotidiano noticioso, entretanto, não é suficiente para que, após entrar contato com o material, tenhamos certeza de que se trata efetivamente de uma notícia, já que ele contém traços comuns ao gênero reportagem, como é o caso do estilo de linguagem empregado e do detalhamento do fato relatado, que faz surgir, conseqüentemente, um texto mais extenso.

Recorrendo às questões básicas do jornalismo podemos dizer que a resposta ao *O quê aconteceu?* é: uma pesquisa realizada pela Folha de S. Paulo revelou que, de vinte paróquias consultadas na cidade, treze sofreram algum tipo de roubo ou furto no último ano. O parágrafo correspondente ao lide, no entanto, tem início de uma forma despojada “Só a proteção divina não está mais dando conta” (linha 1), sem apresentar objetivamente o “resumo” das informações básicas que constituem o fato, tal qual é comum ocorrer em notícias. Isso acontece no quarto parágrafo do texto, que retoma essa ideia, complementando-a, um traço que, reconhecemos, pode ser oriundo da forma arquitetônica (SOBRAL, 2009) escolhida pelo redator para construir o texto.

O estilo de linguagem mais livre ocorre em outros momentos, como é o caso do trecho que afirma “padres e sacristães precisam dar uma ajudinha aos santos e passaram a contratar seguranças, instalar alarmes...” (linha 2) e do excerto que diz “ladrão ‘pé de chinelo’ também não falta, contam os párocos” (linha 37). Talvez a opção por empregar expressões dessa natureza seja decorrente do próprio caráter inusitado do fato relatado ou do suporte textual em que o texto foi veiculado, o site *UOL*, uma vez que a internet permite o uso de uma linguagem mais metafórica, por vezes humorística, conforme comenta Ferrari (2004)¹⁹, entretanto, isso aproxima o texto do que é recorrente em alguns tipos de reportagens.

¹⁹ Para a autora, a internet “não é sisuda”, mas “tem humor” (FERRARI, 2004, p.49) e atende a um público mais receptivo para estilos não convencionais, por isso permite que seja empregada uma linguagem mais descontraída na redação de notícias, característica incomum aos textos veiculados em mídia impressa que prezam o efeito de objetividade e neutralidade. Silva (2006), da mesma maneira, ao analisar a construção do texto polêmico na mídia eletrônica, tomando como objeto de análise as notícias veiculadas sobre o sistema de cotas, menciona que, além de possibilitar a interação com o interlocutor, o qual pode comentar as matérias nos sites, e de possuir um caráter mais efêmero do que os textos veiculados em jornais impressos, pois os jornais online são atualizados várias vezes ao dia, a notícia que circula no ambiente virtual possibilita o uso de uma linguagem mais metafórica, se comparada à utilizada nos textos veiculados em mídia impressa.

O desenvolvimento da notícia proposta para estudo também levanta dúvidas quanto à classificação do gênero. Inicialmente, trata-se apenas do roubo ocorrido na igreja São Judas Tadeu, mas depois se diz que “Assaltar igreja não é caso raro na capital” (linha 14) e passam a ser mencionadas diversas igrejas que sofreram a ação dos bandidos, abre-se espaço para a citação do discurso dos padres responsáveis por cada paróquia e para fazer referência às medidas que cada um adotou para proteger-se.

Todas as igrejas citadas são as que fizeram parte da pesquisa, entretanto, tem-se a impressão de que, ao fazer referência a elas, o texto assume um caráter abrangente incomum ao universo da notícia. Essa abrangência é materializada na construção composicional do texto, por intermédio da criação de duas seções, as quais apresentam, respectivamente, os entretítulos “Furtos de pára-raios” e “Imã para pegar moedinha”, em que se tratam especificamente de igrejas que passaram pelas situações referidas.

Se recorrermos às considerações de Faria & Zanchetta (2002), verificaremos que, segundo os autores, o que distingue a notícia da reportagem é que, enquanto aquela trata pontualmente de um fato, esta se caracteriza por abordar um assunto, sobre o qual se busca detalhamento. O texto oferecido pelo livro inicialmente parece contemplar um fato, isto é, uma pesquisa, entretanto, as informações oferecidas sobre a organização desse estudo aparecem diluídas no texto, focaliza-se, ao contrário, o assunto que o motivou: os assaltos a várias igrejas em São Paulo.

Logo após o texto são apresentadas dez questões. As quatro primeiras visam à identificação de informações referentes à sua circulação, isto é, data de publicação, veículo de comunicação responsável, nome do redator, além de título e entretítulos, isto é, uma tentativa nítida de resgatar as condições de produção da notícia. Nesse momento, é curioso observar que a notícia não é um gênero assinado, sua autoria normalmente é conferida ao jornal, e não a um sujeito em específico, assim, a designação “Daniela Tófoli, da reportagem local”, situada logo abaixo do subtítulo do texto, é um elemento que aumenta as suspeitas de que ele não pertença ao gênero em questão.

A quinta atividade, por sua vez, revela-se intrigante ao perguntar “Das igrejas consultadas para a reportagem, qual a porcentagem das que foram roubadas?” (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009a, p.42). Nota-se que o exercício faz uso da palavra *reportagem*, e não *notícia*, o que gera uma ambiguidade: esse vocábulo pode estar sendo

compreendido como o processo de construção da notícia, ou fazendo referência ao texto como reportagem enquanto gênero do discurso.

Os demais exercícios resumem-se a questões de compreensão, as quais solicitam a identificação dos recursos que os padres têm usado para se defender, do modo como os ladrões roubam moedinhas, do que fazem com os pára-raios roubados etc. Uma dessas atividades, inclusive, apresenta um quadro para ser completado com o nome de todas as igrejas citadas na notícia, o bairro onde elas se localizam e o objeto que foi roubado, ou seja, todas as respostas são facilmente encontradas no material de apoio.

É certo que as propostas pedagógicas oficiais para a EJA recomendam que as atividades desenvolvidas em sala de aula sejam adaptadas às especificidades desse público, produzidas em linguagem acessível, mas isso certamente não significa propor exercícios cuja resolução dispense o uso de reflexão crítica. Diante do conteúdo do texto, algumas questões que estimulassem uma prática reflexiva mais profunda poderiam ser formuladas, como é o caso dos motivos que teriam levado os ladrões a agirem até mesmo em templos religiosos, o que esse tipo de atitude revela sobre a sociedade paulista, sobre seu sistema de segurança, sobre os índices de criminalidade, entre outras.

Vimos no capítulo anterior que uma das características da notícia é a necessidade de ela relatar um fato atual. Entretanto, quando o texto é retirado de sua esfera de circulação original e transportado para o contexto do LD, esse traço acaba se perdendo, pois o material é utilizado por três anos; a notícia sobre a pesquisa realizada, por exemplo, foi publicada em 16 de outubro de 2006, ou seja, há quase cinco anos. Um bom trabalho, porém, pode ajudar a amenizar a perda desse aspecto típico do gênero, visto que seu assunto continua sendo atual.

Nesse caso, embora não seja previsto no Manual do Educador, caberia ao professor instigar a turma a procurar notícias recentes que abordassem casos afins, o que não seria um trabalho difícil, especialmente se os alunos tiverem acesso à internet, uma vez que em 2011 diversos templos religiosos, localizados em vários estados brasileiros, foram alvo de assaltos, inclusive durante a realização de cultos e missas. Isso revelaria, ainda, que esse não é um problema que atinge somente o estado de São Paulo, mas todo o Brasil.

Após as atividades mencionadas, o livro apresenta, em pouco mais de meia página, dois comentários sobre o gênero focalizado no capítulo:

O gênero notícia

A linguagem da notícia é objetiva, simples e direta. O jornalista usa palavras e expressões conhecidas pela maioria das pessoas, para facilitar a compreensão do leitor. Você não deve ter tido dificuldade para compreender a notícia sobre os assaltos a igrejas. Mas você pode ir um pouco além da simples compreensão dos fatos e, a partir deles, estabelecer algumas relações. Veja, a seguir, uma delas.

A notícia sobre os roubos nas igrejas faz lembrar uma passagem bíblica muito conhecida, em que Jesus expulsa os homens que fazem comércio ilícito dentro do templo. Apesar de no Evangelho esse ser um curto relato, a história ganhou destaque no imaginário ocidental, ao longo dos séculos, simbolizando o conflito entre os valores espirituais e o interesse material. No capítulo IV do Evangelho de S. Marcos, o episódio é relatado em apenas dois versículos, do 15 ao 17: “E ele os ensinava dizendo-lhes ‘Porventura não está escrito: que a minha Casa será chamada Casa de Oração entre todas as gentes? E vós tendes feito dela um covil de ladrões’”.

Artistas como El Greco, nascido na Grécia (1541-1614), e Bernardo Cavallino, nascido na Itália (1616-1656), fizeram belíssimas pinturas representando essa passagem, que é conhecida como “Expulsão

dos vendilhões do templo”.

Outro exemplo da influência dessa passagem

vendilhão: s. m. 1. Vendedor ambulante; vendilhão. 2. Bras., N. E. V. *vendeiro*. 3. Fig. Aquele que trafica publicamente em coisas de ordem moral. [Fem. *vendilhona*.]

bíblica na arte do mundo ocidental é o livro *Os vendilhões do templo*, do escritor Moacyr Scliar. Ele toma por base esse evento para criar uma narrativa. A história é uma parábola sobre as relações entre crença e poder, interesses e ideais. A narrativa começa assim: “Nunca pensei em me tornar *vendilhão* do templo, dizia ele, em alto e bom som, aos que quisessem ouvir”.

Notícia

É um gênero textual jornalístico. Na mídia impressa, seu veículo de comunicação são os jornais e as revistas. Já na televisão e no rádio, não lemos notícias, mas podemos, respectivamente, assistir à sua narração nos telejornais, geralmente, complementadas por imagens, e ouvi-las. E no jornalismo eletrônico as notícias estão em *blogs* e *sites*.

A função da notícia é relatar fatos e acontecimentos da maneira mais clara e objetiva possível.

Não é qualquer fato que vira notícia. Para um fato se transformar em notícia, é necessário que ele seja interessante, que desperte curiosidade e que tenha importância para o público. Imagine estas situações: um avião faz uma viagem sem nenhum problema; um gari recolhe o lixo das ruas tranquilamente. Esses fatos nunca serão notícia. Imagine agora: um avião cai e todos os passageiros morrem; um gari encontra uma sacola no lixo com uma grande soma em dinheiro. Esses fatos serão notícia.

Figura 6: Comentários sobre o gênero notícia (Coleção Viver, Aprender, vol. 1, p. 43).

O primeiro deles, intitulado “O gênero notícia”, ao contrário do que normalmente se espera, não começa expondo a definição do gênero, mas fazendo uma referência ao estilo de linguagem que lhe é comum: “A linguagem da notícia é objetiva, simples e direta” (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009a, p.43). Entretanto, contraditoriamente,

o texto apresentado como exemplo no início do capítulo apresenta evidências de subjetividade, conforme constatamos ao analisá-lo.

A continuidade do comentário, por sua vez, não privilegia aspectos relacionados à notícia enquanto gênero, mas faz alusão às relações dialógicas que o texto estabelece com a passagem bíblica em que Jesus expulsa do templo alguns homens que faziam comércio ilícito ali, a qual inspirou a criação de telas e obras literárias, ou seja, possibilitou uma compreensão responsiva e, conseqüentemente, a criação de novos elos na cadeia da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003). Essa aproximação, embora coerente, parece um pouco deslocada, pois o objetivo da seção, à primeira vista, era tecer algumas considerações teóricas a respeito da notícia, ideia que se materializa apenas no segundo comentário, intitulado “Notícia”.

A primeira informação veiculada nesse momento diz respeito à esfera de circulação desse gênero: “É um gênero textual jornalístico” (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009a, p.43). A partir disso, a obra faz uma breve menção aos suportes em que a notícia pode ser publicada – jornais, revistas, televisão, rádio e internet – e destaca qual é sua função: “A função da notícia é relatar fatos e acontecimentos da maneira mais clara e objetiva possível” (Ibid.). Mais uma vez a questão da objetividade é citada, embora o modelo proposto pelo material não se enquadre satisfatoriamente nessa característica, e não sejam mostrados os recursos que o redator pode utilizar para criar a ilusão de objetividade tão requerida nos textos do cotidiano jornalístico, ou seja, evitar o emprego de adjetivos, utilizar 3ª pessoa, citação direta do discurso alheio, escolha de palavras que não sejam polêmicas, de verbos *dicendi* o mais neutros possível etc. Nota-se, desse modo, que o material mostra como deve ser o resultado final do texto produzido, mas não fornece as ferramentas que indiquem como fazê-lo, sob essa perspectiva, podemos notar que a objetividade é vista pelo LD como óbvia.

Ao procurar definir o gênero notícia, a obra editada pela Global apresenta um avanço em relação ao material da IBEP, pois destaca: “Não é qualquer fato que vira notícia, é necessário que ele seja interessante, que desperte curiosidade e que tenha importância para o público” (Ibid.). Observamos, aqui, que alguns elementos característicos do conteúdo temático típico desse gênero são problematizados e exemplificados quando se diz: “Imagine estas situações: um avião faz uma viagem sem nenhum problema; um gari recolhe o lixo das ruas tranquilamente. Esses fatos nunca

serão notícia. Imagine agora: um avião cai e todos os passageiros morrem; um gari encontra uma sacola no lixo com uma grande soma em dinheiro. Esses fatos serão notícia” (Ibid.), questões sequer mencionadas na definição oferecida pela *Coleção Tempo de Aprender*.

E esse avanço não para por aí. Logo em seguida é apresentado o item “Características da notícia”, no qual se discute com mais detalhes alguns elementos que fazem parte de sua composição e do estilo de linguagem. A primeira informação apresentada diz respeito à estrutura composicional do gênero, momento em que se afirma que ele possui três partes: título, lide e corpo, esta última ignorada pelas considerações teóricas do material da IBEP.

O discurso do LD vai ao encontro do que preconizam os estudiosos da notícia. Diz-se que o título tem a finalidade de atrair o leitor, que ele anuncia de forma objetiva o assunto a ser tratado no texto, que os verbos normalmente aparecem no presente e que é comum a ausência de artigos e adjetivos, informações comprovadas por meio de dois títulos expostos como exemplo: “Adolescente ganha implante antigravidez em Porto Alegre”, publicado no jornal Folha de S. Paulo em 28 de novembro de 2006; e “Desmatamento prejudica biodiversidade na Amazônia”, veiculado no jornal Globo online na mesma data.

Uma maneira de aperfeiçoar as especificações linguísticas citadas seria justificar por que elas ocorrem, afinal, não basta mostrar ao aluno o que é comum em um gênero, é necessário fazê-lo compreender como seus elementos intrínsecos possuem relação com sua função social. Nesse caso, caberia mencionar que se usam os verbos no presente para indicar atualidade, uma vez que, embora o fato já tenha acontecido, a notícia carece desse aspecto para ser digna de publicação e atender ao tema do gênero; evita-se o emprego de adjetivos porque eles atribuem juízo de valor ao texto, característica que não deve fazer parte da notícia dada a necessidade de ela parecer impessoal, dotada de credibilidade, aspecto relacionado ao estilo de linguagem. A ausência de artigos, por sua vez, justifica-se em virtude da tentativa de conferir maior impacto à informação veiculada, tornando o título denso.

À primeira vista, essas especificações poderiam parecer dispensáveis, já que os cursos de EJA normalmente são marcados por simplificações, como constata Takeuchi (2005) em sua pesquisa, entretanto, as próprias Diretrizes Curriculares Estaduais da

Educação de Jovens e Adultos – DCE EJA (PARANÁ, 2006, p.26) afirmam que “o tempo diferenciado do currículo da EJA em relação ao tempo do currículo na escola regular não significa tratar os conteúdos escolares de forma precarizada ou aligeirada”.

Para tornar visíveis as diferenças existentes entre um título que atende aos requisitos mencionados e outro que não os atende, seria possível, inclusive, mostrar como ficariam os títulos usados como exemplos desobedecendo às regras dos manuais de redação jornalística. Essa prática traria como resultado algo próximo de: “Uma adolescente ganhou revolucionário implante antigravidez na maravilhosa cidade de Porto Alegre”; “O desmatamento prejudicou muito a biodiversidade na extensa Amazônia”.

Nas considerações referentes ao lide afirma-se que ele constitui a abertura da notícia, a qual apresenta resumidamente os fatos que serão detalhados no decorrer do texto, isto é: quem fez o quê e quando, como, onde e por quê, embora isso não aconteça na notícia apresentada no início do capítulo, o que revela um impasse entre teoria e prática. Na sequência, o material destaca que os itens referidos não precisam ser dispostos na notícia na ordem em que foram citados, porém, falta uma problematização mais enfática sobre esse traço, o qual, de uma forma ou de outra, envolve a questão da influência da subjetividade do redator sobre o texto. Afinal, a opção por mostrar, em primeiro lugar, qualquer um desses aspectos demonstra que o jornalista fez uma seleção dos dados que julga serem prioritários, ou seja, pôs em prática determinada forma arquitetônica, imprimindo seu estilo individual ao texto.

Ao contrário do ocorrido anteriormente, durante a exposição referente ao título, o livro não apresenta nenhum exemplo de lide, um elemento que poderia ser trazido para discussão mostrando as diferentes formas de organizá-lo. Uma opção seria abordar até mesmo várias versões do lide que acompanha um dos títulos já citados, ou solicitar que o aluno o reescrevesse alterando a ordem dos dados e que analisasse as diferentes formas de organizá-lo, verificando se a alteração da disposição das informações modifica-lhe o sentido. Uma terceira opção seria até mesmo pedir que cada aluno reescrevesse o lide e que o resultado do trabalho fosse compartilhado depois, visto que diferentes sujeitos, especialmente os que cursam a EJA, os quais possuem diversas experiências pessoais, agindo sobre o mesmo texto, tendem a tratá-lo de forma distinta. Essa proposta, sem dúvida, valorizaria as experiências individuais dos alunos, como

propõem as DCE EJA, as quais afirmam que, ao trabalhar os conteúdos escolares, é preciso considerar os “saberes adquiridos pelos educandos ao longo de sua história de vida” (PARANÁ, 2006, p.26).

Realizando uma busca pelo sítio do jornal Folha de S. Paulo encontramos o lide correspondente ao título “Adolescente ganha implante antigravidez em Porto Alegre”, transcrito a seguir:

A Prefeitura de Porto Alegre (RS) iniciou na segunda-feira (27) um programa de implante de anticoncepcionais para prevenir gravidez prematura em 2.500 adolescentes de 15 a 18 anos, escolhidas por critérios de renda.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u128726.shtml> Acesso em 5 jul. 2011

Caso tentasse reescrevê-lo privilegiando *quando* o fato aconteceu, o aluno poderia se deparar com situações como: “Na segunda-feira (27), a Prefeitura de Porto Alegre (RS) iniciou um programa de implante de anticoncepcionais para prevenir gravidez prematura em 2.500 adolescentes de 15 a 18 anos, escolhidas por critérios de renda”, as quais não exercem influência sobre os recursos linguísticos usados na redação do texto. Entretanto, ao focalizar o programa ou seu público alvo, seria necessário lançar mão de outros recursos para adaptar o texto, como empregar o verbo “iniciar” na voz passiva, no primeiro caso, e, no segundo, além dessa alteração, inserir um verbo auxiliar como “participar”, no futuro ou no passado, dependendo da intenção do redator, para conferir-lhe coesão e coerência:

- 1) Um programa de implante de anticoncepcionais para prevenir gravidez prematura em 2.500 adolescentes de 15 a 18 anos, escolhidas por critérios de renda, foi iniciado na segunda-feira (27) pela Prefeitura de Porto Alegre (RS).
- 2) Cerca de 2500 adolescentes de 15 a 18 anos, escolhidas por critérios de renda, participaram/participarão de um programa de implante de anticoncepcionais para prevenir gravidez prematura iniciado pela Prefeitura de Porto Alegre (RS) na segunda-feira (27).

Outras possibilidades de organização do lide certamente existem, dadas as inúmeras formas arquitetônicas de ordená-lo, e cada uma delas exigirá que o aluno empregue diferentes estratégias para adequar o texto, adaptando-o, conseqüentemente, ao seu estilo. A proposição de atividades como essa fornece subsídios para o

aprimoramento da consciência crítica do aluno em relação ao gênero, aspecto que deve ser trabalhado em sala de aula em todas as áreas do conhecimento, como preveem as DCE EJA (PARANÁ, 2006), pois o modo de ordenar as informações que compõem o lide revela a influência da subjetividade do jornalista sobre o texto e, conseqüentemente, permite a produção de determinados sentidos para o texto.

O corpo da notícia, segundo o LD, “é a continuação do relato. Ele traz informações mais detalhadas sobre os fatos relatados no lide” (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009a, p.44). Apesar de adequada, a definição, por si só, parece-nos pouco ilustrativa, já que inúmeras perspectivas podem ser adotadas ao construir o corpo do texto, nesse sentido, seria possível não só apresentar um exemplo desse elemento do gênero, mas também compará-lo ao desenvolvimento de outra notícia sobre o mesmo assunto, publicada por um veículo de comunicação diferente, conforme já comentamos no caso da notícia sobre Dorothy Stang.

Diante dos textos, o aluno teria a oportunidade de verificar como são apresentados os discursos de autoridade, a quem ambos os textos recorrem, que informações eles apresentam em comum e em quais diferem, e assim por diante. Seguindo tal perspectiva, esse momento poderia favorecer a formação de um leitor crítico do gênero, capaz de constatar que a notícia não passa de uma versão do fato relatado, tal qual propõem os PCN (BRASIL, 1998a, p.57), que estabelecem como um dos objetivos da prática de leitura em sala de aula estimular o aluno a se posicionar criticamente diante dos textos que lê.

No caso da notícia sobre o implante antigravidez, por exemplo, podem ser encontrados modelos do gênero que sigam a perspectiva dos idealizadores do projeto, outras que privilegiem a visão das jovens que dele participarão; outras, ainda, que destaquem o ponto de vista de suas famílias. Já a notícia sobre o desmatamento na Amazônia pode apresentar a versão das comunidades locais, a dos órgãos de proteção ao meio ambiente, a das madeireiras que exploram a região etc. Caso expusesse essas diferentes possibilidades, o material mostraria ao aluno que existe diferença entre o fato ocorrido e a versão dele que é publicada nos jornais, isto é, procuraria conscientizá-lo de que a notícia é permeada por marcas enunciativas do redator, da ideologia que domina o jornal, e das próprias condições de produção do texto.

O próximo tópico de análise intitula-se “A linguagem da notícia”. Nele, novamente destaca-se que, ao redigir esse gênero, é preciso manter uma linguagem impessoal, objetiva, direta; e que o jornalista não pode expressar sua opinião sobre os fatos relatados, embora, como já mencionamos, a notícia usada como exemplo no início do capítulo apresente evidências de juízo de valor. Diante disso, seria mais adequado afirmar que essas são as recomendações dos manuais de redação jornalística, entretanto, alguns veículos de comunicação agem da maneira contrária, porque tal atitude funciona como recurso para atrair o público leitor.

Embora afirme várias vezes a necessidade de manter um estilo de linguagem impessoal, os comentários do livro não mostram os recursos que o jornalista dispõe para fazê-lo. Na tentativa de ilustrar o que seria esse estilo objetivo, o livro apresenta o exercício que segue:

Imagine que um jornalista precisa noticiar que moradores de rua foram queimados intencionalmente no centro da cidade do Rio de Janeiro. Os trechos a seguir relatam esse fato de duas maneiras. Compare-os. Qual é mais objetivo? Justifique.

<p>Eu vou contar a vocês o que aconteceu no Rio de Janeiro: três moradores de rua foram queimados no centro da cidade.</p>	<p>Cinco moradores de rua foram queimados nesta terça-feira, durante a madrugada, na Avenida Erasmo Braga, altura do número 300, no Centro do Rio de Janeiro.</p>
--	---

Figura 7: Exercício sobre linguagem objetiva (Coleção Viver, Aprender, vol. 1, p.45).

Ao observar os trechos oferecidos, pode-se notar claramente que o segundo é mais objetivo, uma vez que se estrutura como um lide típico – explorando o que aconteceu, com quem, quando e onde –, faz uso da 3ª pessoa, e opta por uma descrição exata do acontecimento, o que lhe confere maior confiabilidade; enquanto o primeiro começa com a marcação de 1ª pessoa e resume-se à exposição do fato e do local do ocorrido. Nesse caso, a diferença consiste na forma arquitetônica – que também é um traço do estilo – (SOBRAL, 2009) e na seleção dos recursos lexicais e gramaticais

(BAKHTIN, 2003) utilizados para materializar o projeto de discurso em ambos os casos.

A apresentação dessas possibilidades de organização do discurso, entretanto, é insatisfatória, pois a resposta do exercício é óbvia. Nem mesmo os jornais mais sensacionalistas começariam uma notícia com “eu vou contar pra vocês o que aconteceu”, essa estrutura não é recorrente no jornalismo, não faz parte do universo da notícia, sob essa perspectiva, o aluno continua sem conhecer o que é uma notícia que prima pela parcialidade. Sabemos que o público atendido pela EJA exige um tratamento mais acessível dos conteúdos, mas não a ponto de descaracterizá-los.

O que se poderia fazer, nesse caso, é redigir o texto empregando uma linguagem apelativa, descrevendo com mais detalhes como ocorreu o crime, por exemplo: “Três moradores de rua foram covardemente assassinados no centro do Rio de Janeiro na madrugada desta terça-feira. Eles tiveram os corpos amarrados, ensopados de gasolina e, em seguida, queimados, sem qualquer chance de defesa”. Esse tipo de discurso, bastante recorrente em jornais sensacionalistas, sejam eles impressos, radiofônicos ou televisivos, apesar de não fazer uso da 1ª pessoa, revela marcas claras da posição enunciativa do redator, isto é, prejudica o efeito de objetividade, construído, também, por meio de escolhas lexicais específicas.

Na sequência das explicações consta um exercício relacionado ao tempo verbal utilizado no título. Nesse momento, ao contrário do observado na exposição anterior referente a esse elemento da composição do gênero, destaca-se que é empregado o tempo presente em virtude do caráter de atualidade que ele confere ao título, embora o fato já tenha acontecido. Para exemplificar essa característica, recupera-se o título da notícia que abre o capítulo, “Igrejas são alvos de ladrões em São Paulo”, coloca-se o verbo “ser” no passado e pede-se que o aluno explique qual a diferença de sentido existente entre ambos. Para finalizar, é exposto um comentário sobre as funções do uso do tempo presente, isto é, expressar fatos que ocorrem com frequência, aproximar do momento atual algo que ocorreu há muito tempo, além de atuar em definições e descrições.

As considerações sobre o título do gênero são complementadas por algumas sugestões presentes no Manual do Educador, as quais se referem à busca de outros títulos de notícias para verificar a recorrência desse traço, uma proposta que estimula o

aluno a folhear o jornal, prestando atenção em suas diferentes seções para analisar os títulos nelas presentes.

Adotando essa mesma perspectiva, o material comenta também sobre o tempo passado, predominante no lide e no corpo da notícia. Destaca-se que ele é usado uma vez que, geralmente, o fato relatado já aconteceu; para comprovar essa característica, é extraído um trecho da notícia sobre o assalto a igrejas e sublinham-se os verbos nela presentes. Como podemos notar, embora de maneira bastante simples, o material apresenta considerações adequadas à proposta de análise linguística presente nos PCN, a qual destaca que, na escola, não se deve estudar a gramática descontextualizada, mas também “a forma pela qual a seleção de determinados recursos linguísticos reflete as condições de produção do discurso e as restrições impostas pelo gênero” (BRASIL, 1998a, p.28).

A questão dos verbos é o último tópico listado na apresentação do gênero que se refere ao estilo de linguagem. A sequência da exposição passa a abordar um importante aspecto da construção composicional: o lide, sobre o qual já foram tecidas algumas considerações teóricas nas páginas anteriores. Agora é exposta uma perspectiva um pouco mais prática desse conteúdo, visto que é apresentado um quadro com as perguntas básicas que normalmente constam no lide, respondidas de acordo com as informações presentes na notícia sobre o assalto a igrejas em São Paulo, e outro que mostra como essas informações são dispostas no texto, sobre o qual voltaremos nosso olhar neste momento:

Ordenação das informações no lide

Repare no modo de ordenar os elementos fundamentais da notícia.

PERGUNTA	IGREJAS SÃO ALVOS DE LADRÕES EM SÃO PAULO
Quem fez o quê	Esses elementos não estão na abertura dessa notícia. Eles aparecem só no 2º parágrafo. 2ª informação da notícia: Os religiosos da igreja de São Judas Tadeu, no Jabaquara (zona sul), constataram que, pela terceira vez em dois meses, tinham sido assaltados.
Quando	1ª informação da notícia: Bastou a última missa do domingo da semana passada terminar.
Onde	3ª informação da notícia: Igreja de São Judas Tadeu, no Jabaquara (zona sul)
Como	4ª informação da notícia: O ladrão furtou o cofre onde estavam as oferendas do dia.
Por quê	Essa informação não é dada.

Figura 8: Quadro sobre ordenação das informações no lide (Coleção Viver, Aprender, vol. 1, p.48).

De acordo como conteúdo desse quadro, o fato relatado diz respeito ao assalto ocorrido na igreja São Judas Tadeu, pois ele constitui o foco de construção do lide, o qual, como mostra o próprio quadro, não se materializa no primeiro parágrafo, mas no segundo, o que pode ser um traço do estilo do redator ou influência do suporte textual, conforme já comentamos. Entretanto, um detalhe desse quadro chama atenção: a eleição de um assalto específico como fato principal da notícia. Ora, caso esse acontecimento fosse mesmo o que motivou a publicação do texto, ele seria mencionado no título de forma explícita e específica, uma vez que, conforme o próprio livro, o título anuncia o assunto que será tratado na notícia. Assim sendo, em vez de “Igrejas são alvos de ladrões em São Paulo”, ter-se-ia algo próximo de “Igreja é alvo de ladrões em São Paulo”; o subtítulo, seguindo a mesma linha de raciocínio, traria informações relacionadas a esse assalto em vez de citar o estudo que constatou a situação geral da capital paulista.

Mencionamos em outro momento que o fato motivador da notícia parecia ser a pesquisa realizada pela Folha com 20 paróquias paulistanas, uma vez que essa informação é veiculada no subtítulo e o desenvolvimento do texto não focaliza apenas um caso isolado, mas trata das várias igrejas que participaram do estudo e sofreram a ação dos bandidos. Sob essa perspectiva, a resposta aos questionamentos básicos que constituem o lide apresentada pelo material está inadequada.

Entendendo a pesquisa como acontecimento principal da publicação, teríamos: *o quê*: uma pesquisa realizada pela Folha; *com quem*: paróquias paulistanas; *quando*: na semana passada; *onde*: em São Paulo; *como e por quê* são perguntas não respondidas explicitamente, mas que podem ter suas respostas inferidas: tudo aconteceu por meio de uma pesquisa, que não teve sua metodologia apresentada, a qual foi motivada em virtude da necessidade de constatar se a violência estaria atingindo até mesmo templos religiosos.

Verificamos, desse modo, que, embora o material editado pela Global apresente a notícia de forma mais completa, fazendo referência a alguns traços do conteúdo temático, do estilo de linguagem e da composição que lhe são característicos, perspectiva não adotada pela coleção da IBEP de forma tão clara, a obra que contempla o gênero em questão peca pela falta de exemplos coerentes com a teoria exposta que, por vezes, é demasiadamente superficial.

3.2.2 Valorização do jornal impresso enquanto suporte textual

A notícia é um gênero que pode ser encontrado em diversos suportes textuais: revistas, jornais impressos, televisivos, radiofônicos, online etc. Entretanto, quando pensamos no gênero em questão, tendemos a associá-lo ao jornal impresso, pois esse foi o primeiro suporte em que ele foi veiculado. Assim sendo, procuramos verificar, nesta seção, se na disciplina de LP o jornal impresso é valorizado enquanto suporte textual pelas duas coleções indicadas pelo PNLD EJA, embora a maioria das notícias apresentadas por ambas sejam retiradas da internet, dadas as facilidades de localização e transposição para o LD.

Na *Coleção Tempo de Aprender*, da editora IBEP, a continuidade da abordagem da notícia ocorre somente no capítulo três, intitulado “A vida nossa de cada dia”, da Unidade II, “Saúde e qualidade de vida”, da obra destinada ao 7º ano (6ª série). A alteração do eixo organizador que constitui o livro determina, conseqüentemente, a alteração do assunto das notícias selecionadas para estudo. O capítulo em questão tem início com a exposição de três fotografias, de países distintos, a partir das quais se discute o que é ter qualidade de vida. Na sequência há uma crônica de Marina Colasanti que aborda o fato de o ser humano acostumar-se a presenciar situações ruins e a não se manifestar, texto que é usado como apoio para o desenvolvimento de algumas atividades escritas.

Poucas páginas depois aparece a seção “Aprofundando o tema” e o subitem “Trabalhando com texto”, que afirma: “a reportagem e a notícia que apareceram no capítulo anterior fizeram com que você entrasse em contato com a linguagem e o formato de dois gêneros do discurso que aparecem no jornal: a notícia e a reportagem. Mas existem outros elementos que compõem esse meio de comunicação” (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.57). A partir disso, são reproduzidas as primeiras páginas de dois jornais: o *Jornal da Cidade*, publicado em 26 de março de 2005, que circula em Aracaju (SE); e *O dia*, publicado em 14 de junho de 2004, que circula no Rio de Janeiro (RJ).

UNIDADE 2 • SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA



O Dia, 14 jun. 2004.

Figura 10: Reprodução da primeira página do Jornal *O Dia* (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p.57).

A opção por reproduzir, na íntegra, as primeiras páginas inteiras de dois jornais ideologicamente diferentes já demonstra uma preocupação em relação ao estudo desse suporte textual. Ao adotar essa perspectiva, o material proporciona ao aluno não só a oportunidade de visualizar sua diagramação característica, traço que se perde quando as notícias são extraídas da internet, mas também lhe permite analisar o tratamento que cada um confere às notícias publicadas e os sentidos produzidos pela disposição das notícias e imagens no papel, como o fez Brait (2007), ao analisar a primeira página de uma edição do jornal Folha de S. Paulo.

Esse trabalho poderia ser realizado, também, a partir da análise de dois jornais da mesma região, publicados no mesmo dia, de modo que o aluno tivesse condições de analisar quais notícias foram destacadas, quais foram omitidas, qual versão do fato cada um publicou etc. Essa proposta, sem dúvida, vai ao encontro de um dos objetivos desse capítulo que, segundo o Manual do Educador, é “reconhecer os textos jornalísticos como fontes de informação da vida social e desenvolver habilidades de leitura crítica desses textos” (SILVA et al, Vol. 2, 2009b, p. 103).

A desvantagem de reproduzir uma página inteira de jornal no LD, no entanto, como se pode verificar, é que as chamadas têm as letras reduzidas, o que dificulta ou até mesmo impede a leitura. Nesse caso, embora não haja nenhuma orientação no Manual do Educador, cabe ao professor levar para a sala de aula jornais diferentes e solicitar que os alunos os manuseiem, verificando os elementos comuns a esse suporte.

Após a exposição das duas reproduções referidas, a obra apresenta seis exercícios que promovem uma comparação entre ambas no que diz respeito à construção composicional e, ao mesmo tempo, ao estilo de cada jornal. Nesse caso, as atividades ajudam o aluno a constatar que “o conjunto [...] revela um estilo de fazer notícia, uma forma jornalística de ir além dos acontecimentos narrados [...]” o que “não acontece por meio de comentários diretos em relação aos acontecimentos, mas pela entonação dada pela forma, pelo projeto gráfico” (BRAIT, 2007, p.86).

Inicialmente, solicita-se que o aluno identifique a frase de cada uma que mais chama atenção e justifique porque a escolheu, atividade que o conduz a reconhecer a manchete de cada página, isto é, “21 agências dos Correios foram assaltadas em menos de 3 meses”, no caso do *Jornal da Cidade*, e “Governo perde, mínimo vai a R\$275 e

povo fica tonto”, no caso do *O Dia*; títulos que chamam a atenção em virtude de terem sido escritos com letras maiores, negritadas, e de localizarem-se no topo da página.

Partindo do conhecimento de mundo do aluno, a segunda atividade questiona se ele sabe como se chama essa frase e qual seu objetivo, momento em que essas informações são esclarecidas. Na sequência, pede-se que o educando localize o nome dos dois jornais, em uma tentativa de conduzi-lo a reconhecer os elementos característicos da primeira página de um periódico dessa natureza, desde seus itens mais elementares.

O próximo passo nesse processo de reconhecimento volta-se para a observação dos demais títulos presentes em cada primeira página. Pede-se que o aluno leia-os e identifique qual dos dois jornais opta por empregar uma linguagem mais informal e comprove sua escolha por meio de um dos títulos lidos. Nesse momento, emerge a questão da acessibilidade linguística típica da esfera jornalística discutida no capítulo anterior, a qual, segundo Faria & Zanquetta (2002), engloba níveis de linguagem (popular, coloquial, intermediário e formal) que variam conforme a ideologia de cada periódico.

Essa atividade, sem dúvida, é de grande valia, uma vez que demonstra as diferentes perspectivas que periódicos distintos podem assumir, tendo em vista seu público alvo, e contribui para a formação de um leitor consciente, como propõem os PCN, já que o uso de uma linguagem informal revela maior tendência ao sensacionalismo por parte do veículo de comunicação. No caso das reproduções apresentadas pela obra, é evidente que *O Dia* utiliza uma linguagem mais informal, como se pode observar pela própria manchete.

Ainda na mesma questão, pergunta-se qual dos dois periódicos faz mais uso de imagens que chamam a atenção do leitor, isto é, procura-se conscientizar o aluno de que as fotografias veiculadas nas primeiras páginas não estão lá por acaso, como mostra Brait (2007) em seu trabalho sobre o estilo, no qual a autora constata que a sequência de imagens expostas na página de um jornal conduz o leitor a estabelecer determinadas relações de sentido. O *Jornal da Cidade* apresenta três imagens: uma fotografia grande, centralizada, do espaço interno de uma catedral lotada de fiéis e duas outras menores, localizadas logo abaixo dela, que ilustram, respectivamente, uma partida de futebol e

duas crianças acompanhadas por duas mulheres que, aparentemente, lavam roupas à beira de um rio.

O Dia, por sua vez, expõe seis imagens na primeira página, as quais, embora sejam menores que as utilizadas pelo *Jornal da Cidade*, retratam momentos muito mais chocantes: as duas primeiras, por exemplo, correspondem a fotografias tiradas de uma base militar onde ocorreu uma explosão que matou três homens. A primeira delas mostra o cenário de destruição do local, e a segunda, vários militares de mãos dadas, reunidos ao redor do caixão de um dos colegas mortos, imagens que, sem dúvida, comovem muito mais o leitor do que uma catedral lotada de fiéis ou uma partida de futebol.

Logo a seguir, tem-se a exposição do rosto de dois dos mortos, e outras duas fotografias correspondentes a outras notícias. Nessas imagens, aparecem dois policiais portando máscaras recolhendo um spray que provocou intoxicação em alunos de uma escola e a reprodução da figura de uma modelo que desfilou na São Paulo Fashion Week com a aparência de um robô, as quais não provocam tanto impacto quanto as duas primeiras, embora também chamem a atenção do leitor, em função de representarem situações inusitadas.

Esse exercício, ao propor que seja identificado o jornal que emprega uma linguagem mais informal e publica imagens mais apelativas, demonstra que texto verbal e visual encontram-se intimamente relacionados, tendo em vista um único objetivo: constituir um conjunto que atraia o leitor, que o instigue a folhear as páginas internas do jornal. Tal atividade com certeza é um grande passo no atendimento a um dos objetivos do capítulo, que é a formação do leitor crítico, pois mostra claramente os recursos empregados pela redação do periódico para fazer que ele tenha boa circulação.

Identificadas as diferenças existentes entre as primeiras páginas dos jornais em questão, passa-se a observar as semelhanças que ambos apresentam. Para isto, questiona-se se elas contêm manchete, fotos coloridas, títulos menores, notícias sobre esportes e sobre violência, crimes ou mortes. Todos os exercícios levam o aluno a confirmar que esses elementos são comuns nesse suporte textual, porém, cada um, de acordo com a ideologia que defende, os expõe de uma forma. Ao perguntar se ambos contêm notícias sobre violência, a obra faz questão que o aluno volte às reproduções e

observe qual delas atribui maior destaque a fatos dessa natureza, o que o leva a concluir que *O Dia*, sem sombra de dúvida, revela-se mais popular, mais sensacionalista.

Para bem sistematizar a organização característica da primeira página de um jornal, o livro apresenta o esquema da diagramação comum a esse suporte e pede que o aluno, em um papel A4, crie a página inicial de um periódico pensando no público que gostaria que o lesse, ou seja, considerando as relações dialógicas que marcam a interação entre locutor e interlocutor (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1988). O modelo proposto indica o espaço reservado a todos os itens que o material deve conter, assim sendo, resta ao aluno criar os títulos, as chamadas, e coletar imagens para compô-lo, um exercício que certamente o fará por em prática os conhecimentos adquiridos até então, pois será necessário produzir toda a primeira página pensando no público alvo do jornal e no próprio tema da notícia: relatar de forma sucinta e objetiva fatos de interesse público. A única inviabilidade da atividade refere-se aos elementos desconhecidos pelo aluno, como é o caso da orelha, do pé de página, do cabeçalho etc., os quais não foram mencionados nas questões anteriores. Desse modo, para bem realizá-la, serão imprescindíveis as intervenções do professor.

Os elementos característicos do jornal e, de certa forma, da notícia, continuam sendo apresentados algumas páginas à frente. A seção “Trabalhando com texto”, embora breve, destina-se a um estudo do lide, da foto e da legenda, ou seja, elementos típicos da construção composicional do gênero. Para isto, são expostos esses itens referentes a uma notícia sobre a instalação de um hospital de campanha da Marinha no Rio de Janeiro que, em vez de agilizar o atendimento, provocou aumento da fila em outro hospital, pois o número de pessoas que o procuraram foi muito maior que o esperado, o que acabou obrigando os pacientes a procurar outro local para serem atendidos:

Aprofundando o tema

Trabalhando com texto

Texto - Lide, foto e legenda

No Rio, hospital de campanha causa mais filas

A instalação de um hospital de campanha da Marinha no Rio aumentou a fila de espera no Hospital Souza Aguiar, em vez de desafogá-la. Projetado para 400 pessoas, o hospital de campanha tinha, às 12h, 2.000 esperando atendimento. Parte dirigiu-se ao Souza Aguiar, um dos seis hospitais municipais sob **intervenção** federal, que ficou com 300 na fila. **Pág.C3**

Folha de S.Paulo, 29 mar. 2005.



Fotografia: Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem

Pacientes aguardam atendimento no hospital de campanha montado pela Marinha no Campo de Santana, zona central do Rio.

Lide: é a abertura da notícia. Consiste num pequeno texto que, geralmente, corresponde ao primeiro parágrafo da notícia.

Legenda: é a frase que acompanha uma ilustração. Serve para indicar ou aumentar o conhecimento do leitor sobre o significado da foto.

Figura 11: Especificações sobre lide, foto e legenda (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p.62).

A partir disso, pede-se que o aluno observe a fotografia localizada ao lado do lide e releia a definição de legenda. A expectativa é a de que o educando confirme se o texto verbal que acompanha a ilustração realmente exerce a função que deveria. Por se tratar do jornal Folha de S. Paulo, que preza o efeito de objetividade e neutralidade, tanto a imagem quanto o material linguístico são pouco impactantes, constatação que serviria para uma nova problematização relacionada à questão do sensacionalismo, porém, essa abordagem não ocorre.

Logo a seguir, é solicitada a leitura da definição de lide e a dedução de seu objetivo, ou seja, apresentar um resumo das informações principais que constituem a notícia, instigando o leitor a procurar o texto na íntegra. Nesse caso, como o material se encontra na primeira página do jornal, há a indicação da página interna em que o texto completo pode ser encontrado (Pg. C3), o que revela uma nova característica desse suporte e, conseqüentemente, uma nomenclatura específica: esse lide, na verdade, constitui uma *chamada*, contextualização não contemplada pela obra.

Todas as constatações propostas nesse momento são desenvolvidas a partir do conhecimento de mundo e do exercício crítico do aluno, somente depois de concluído esse trabalho individual o material propõe que o professor apresente uma teoria consistente sobre as funções desses três elementos, tarefa que terá de ser ampliada, pois

não são mencionados outros componentes típicos do universo jornalístico, como é o caso dos infográficos e dos créditos das imagens.

As considerações a respeito do sensacionalismo que marca alguns jornais são retomadas logo na sequência. A seção “Trocando ideias” tem início questionando se os periódicos escolhem intencionalmente como noticiar os fatos e se abordá-los de forma trágica costuma atrair o público leitor. Para melhor compreender como isso ocorre, o material expõe uma nova reprodução de outra primeira página do jornal *O Dia*, publicada em 2 de fevereiro de 2005, a qual traz uma manchete referente a um assalto à casa de William Bonner e Fátima Bernardes, casal que apresenta o Jornal Nacional:

Trocando ideias

Será que os jornais escolhem intencionalmente a maneira como noticiar os fatos? Uma notícia colocada de maneira trágica costuma chamar a atenção do leitor?

Amplie seus conhecimentos conversando com sua classe sobre as próximas questões. Anote as respostas em seu caderno. Depois, compartilhe suas respostas com a turma.

1. Observe esta página de jornal:

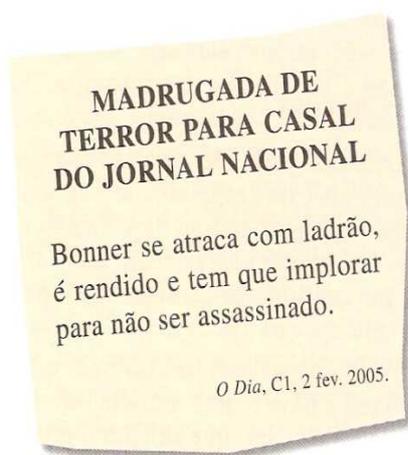


Figura 12: Segunda reprodução da primeira página do *O Dia* (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p.63).

A manchete e o comentário situado logo abaixo dela, ambos destacados da página do jornal para uma melhor visualização, demonstram claramente uma linguagem apelativa, marcada de modo especial pelo emprego de expressões como “madrugada de terror” e “Bonner se atraca com ladrão” e por escolhas lexicais como “implorar” para não ser assassinado. Após a exposição dessa primeira página, a obra apresenta um exercício que estimula o aluno a verificar que o estilo impactante da escrita foi usado propositalmente, no intuito de tornar o fato extremamente trágico, uma vez que acontecimentos dessa natureza tendem a atrair a atenção das pessoas. Como podemos notar, ao contrário do que ocorre no material da Global, a coleção *Tempo de Aprender* apresenta textos legítimos que mostram com clareza ao aluno da EJA em que consiste a linguagem pouco objetiva, sem precisar recorrer a exemplos que descaracterizam a esfera de circulação do gênero em estudo.

Na tentativa de resgatar também os comentários feitos sobre o uso de imagens em textos jornalísticos, o material da Editora IBEP questiona se a fotografia colocada abaixo da manchete segue essa perspectiva impactante. Ao observá-la, pode-se concluir que a resposta é não, pois a imagem ilustra o casal apresentando o jornal calmamente, como o fazem todas as noites, a única figura que assume essa postura é o infográfico situado um pouco mais abaixo, que promove uma reconstituição do crime, entretanto, ele não é mencionado no questionário. A partir disso, fica evidente que a coleção se preocupa em trabalhar não só o texto verbal, mas também o visual, que muito contribui para a construção dos sentidos do fato noticiado. O exercício seguinte, aproveitando o “gancho” da imagem veiculada, a qual retrata o casal apresentando um jornal televisivo, pergunta se na televisão também há jornais que, assim como o impresso *O Dia*, noticiam os acontecimentos fazendo uso de uma linguagem apelativa.

Para concluir o estudo relacionado à notícia sobre o assalto à residência dos apresentadores do Jornal Nacional, pergunta-se se haveria outra forma de noticiar o fato. Evidentemente, há inúmeras formas de transformá-lo em uma notícia, diferentes perspectivas e sequências de fatos a serem selecionados para a construção do texto e, claro, sem ter de apelar para a emotividade suscitada no leitor. Ao propor esse exercício, o material demonstra mais uma vez estar preocupado com a formação de um leitor crítico, como determinam os PCN, visto que mostra de forma muito clara que a linguagem impactante é usada intencionalmente como estratégia persuasiva.

Essa análise comparativa instrumentalizará o aluno para que ele se conscientize dos recursos empregados pelos diversos jornais para atrair o público leitor. Em situações cotidianas, quando se deparar com outras notícias sensacionalistas, sem dúvida esse aluno se recordará da publicação tendenciosa sobre o crime ocorrido na casa de William Bonner e Fátima Bernardes e não as receberá passivamente, mas saberá analisá-las com um olhar crítico.

Para concluir os exercícios relacionados ao jornal enquanto suporte textual, a obra apresenta duas opções de manchete: “Ator teria agredido a mulher na noite de sábado” e “Ator agride mulher na noite de sábado”, e questiona qual delas afirma com certeza que o fato ocorreu e qual o apresenta na condição de hipótese. Nesse momento, emerge uma questão linguística que pode alterar o sentido do acontecimento noticiado e, inclusive, comprometer o veículo de comunicação, caso o fato não se confirme posteriormente: o emprego do verbo no futuro do pretérito. Essa questão do sistema de verbos, entretanto, não é problematizada, um terceiro exercício questiona apenas se o aluno conhece algum programa televisivo que veicula informações ainda não confirmadas unicamente para ter audiência, traço que ajuda a caracterizar melhor os jornais sensacionalistas.

Diante de uma proposta de trabalho como essa, que apresenta três exemplares de primeiras páginas inteiras de dois diferentes jornais, que promove comparação entre elas e busca conscientizar o aluno sobre o estilo de linguagem e as fotografias empregados, podemos afirmar que a *Coleção Tempo de Aprender* não só valoriza o jornal enquanto suporte textual, mas também faz uso dele para estimular a formação de um aluno-leitor crítico, atendendo a um dos objetivos propostos pelo capítulo e pelas Diretrizes da EJA.

A *Coleção Viver, Aprender*, por sua vez, apresenta uma perspectiva de abordagem diferente do assunto. Logo no início do capítulo destinado ao estudo da notícia há uma página inteira com comentários sobre o cotidiano jornalístico e sobre o jornal em si, em suas diversas formas de veiculação: televisivo, radiofônico, impresso, online etc. Diz-se, de modo especial, que ele é uma fonte de informações sobre o mundo atual, isto é, uma espécie de registro do cotidiano, da História, embora só desperte interesse no dia em que foi publicado, uma vez que o leitor procura apenas notícias atuais, uma contextualização bastante viável, se considerarmos que ela possibilita a criação de um contexto propício para o estudo do gênero focalizado no capítulo.

Mais pertinente ainda é o tópico “Formação do leitor crítico”, presente nesse comentário inicial, o qual destaca que a leitura frequente de jornais não só nos ajuda a compreender a realidade em que vivemos, mas também auxilia a constatar diferentes versões do mesmo fato publicadas e interpretadas por diferentes veículos de comunicação. De acordo com a obra, “ler esses diferentes pontos de vista auxilia os indivíduos a formarem uma opinião sobre o assunto, possibilitando que se tornem leitores críticos, ou seja, que não se deixam convencer facilmente por aquilo que leem” (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009a, p.36). Esse comentário, sem dúvida, demonstra que se tem consciência sobre esse papel tão importante exercido pelo jornal, por isso, ele deve receber um tratamento especial na escola, que, como afirmam os PCN, tem a “função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1998a, p.19).

Logo na sequência aparece a seção “Organização do jornal impresso”, que menciona que os jornais de grande circulação organizam-se em cadernos temáticos, isto é, política, economia, esporte, turismo, ciência etc., os quais apresentam textos de diversos gêneros. Em seguida, anuncia-se que serão apresentados os principais elementos e características de um jornal, antes disso, porém, expõe-se a reprodução da primeira página do jornal *A tarde*, publicado em 27 de dezembro de 2004, que circula em Salvador (BA):

Nome, data e local do jornal.

Manchete: é o título principal de cada edição do jornal, publicado com grande destaque.

Chamada: texto curto que resume as informações publicadas sobre algum assunto. Indica a página onde se encontra a notícia completa.

Fotografia: imagem que complementa as informações e atrai a atenção do leitor.

ESTA EDIÇÃO
3 colunas
70 páginas

EDITORIAL
Lavoura de exportação
Programa de Educação
Resumo de imprensa
Tudo sobre o projeto de reforma da
Cruz Vermelha

A TARDE

SEGUNDA-FEIRA | 21/12/2004

Ondas gigantes matam 12 mil na Ásia

Um intenso terremoto de, pelo menos, 40 anos precedeu os violentos tsunamis, de até dez metros de altura, que causaram mortes e destruição no Sri Lanka, Índia, Indonésia, Tailândia, Malásia, Ilhas Maldivas, Mianmar e Bangladesh. A Cruz Vermelha lançou um pedido de ajuda internacional para as vítimas do desastre. **PÁGINAS 10 E 18**

NOTA DE ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Empresas recuam e ônibus não sobe

A passagem de ônibus não sobiu ontem para R\$ 1,70, conforme havia sido na Justiça pelo sindicato das empresas. Depois da ameaça do prefeito Antônio Imbassahy de cancelar a concessão das que acabaram o aumento, os empresários decidiram deixar sob a responsabilidade de prefeito a "responsabilidade de cobrar da tarifa aumentada". **PÁGINA 9**

ÍNDICE | CADEIRO 11 | PAÍS 8 | GOVERNO 2 | PAUL 4 | A TARDE ESPORTE CLUBE 11 | PAUL 4 | RURAL 15 | PAUL 4 | POPULARES 2 | PAUL 4

Capítulo 3 Sabe da última? Deu no jornal

Figura 13: Reprodução da primeira página do jornal *A Tarde* (Coleção Viver, Aprender, vol. 1, p.37).

A reprodução, como podemos constatar, destaca alguns elementos fundamentais da constituição da primeira página de um jornal: nome, data e local do periódico, manchete, chamada e fotografia, explicando brevemente em que consistem os três últimos. Ao contrário das reproduções presentes no material da IBEP, o *A Tarde* não apresenta colunas com diversas chamadas em ambas as laterais, uma delas é preenchida com uma nota de esclarecimento ao público sobre algum assunto que não é possível identificar, dado o tamanho extremamente pequeno das letras que constituem a referida nota. Essa característica, não muito recorrente em periódicos dessa natureza, não é problematizada pelo material. Aliás, não é apresentado qualquer questionamento sobre

essa primeira página, a obra limita-se unicamente a expô-la, sem discutir sua organização ou seleção de informações que a compõem. Nessa perspectiva, ela parece funcionar apenas como uma ilustração do que seria a página inicial de um periódico, assim, perde-se uma ótima oportunidade para discutir os itens básicos que a constituem, a diagramação específica, o estilo de linguagem empregado, o papel exercido pelas fotografias etc., tal qual propõe a *Coleção Tempo de Aprender*.

Posteriormente, são apresentados e definidos os principais elementos que podem ser encontrados em um jornal, a saber: manchete, chamada, fotografia, legenda, crédito, recursos infográficos e variedade de gêneros, item exemplificado por meio da citação daqueles que são mais recorrentes nessa esfera de circulação (notícia, reportagem, editorial, crônica, palavra cruzada, horóscopo, história em quadrinhos, anúncio, propaganda, cartum, charge, carta do leitor, resenha crítica, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, previsão do tempo, programação de lazer e entrevista).

As considerações tecidas a respeito desses itens que podem ser encontrados no jornal impresso são todas muito pertinentes. As definições, funções e os objetivos expostos vão ao encontro dos pressupostos dos manuais de redação jornalística, ou seja, há adequação teórica. No entanto, o material revela uma falta de sintonia entre teoria e prática: embora enfatize na abertura do capítulo que o estudo do jornal representa uma excelente oportunidade para a formação do leitor crítico, como propõem os PCN, essa ideia não é desenvolvida.

A simples exposição de uma primeira página não garante a formação de um leitor consciente, capaz de identificar recursos utilizados pelo redator para tornar o fato mais espetacular do que ele na realidade é e, a partir disso, chamar a atenção do leitor. É preciso, ao contrário, resgatar notícias sensacionalistas, fotografias chocantes, comparar jornais, publicações, assim como sugere o material da IBEP. A própria página do *A Tarde* reproduzida poderia ser um excelente ponto de partida para essa discussão: note-se o tamanho da imagem situada no centro da folha, a qual ilustra um território devastado por ondas gigantes e o texto verbal “Ondas gigantes matam 12 mil na Ásia”, enunciado que choca em virtude do número de vítimas feitas pela tsunami, provocada por um terremoto.

Analisando essa proposta de abordagem, podemos notar, portanto, que apesar de teorizar bem sobre a necessidade de estimular a formação de indivíduos capazes de ler

as entrelinhas, o material não propõe exercícios práticos que viabilizem esse processo. A primeira página, nesse caso, é adotada como um suporte ingênuo que não apresenta segundas intenções, quando, na verdade, a própria diagramação e a seleção das notícias que a compõem revelam muito sobre a ideologia norteadora do periódico.

Ao concluir os dois itens que constituem esse primeiro momento da análise, percebemos, em suma, que ambas as coleções revelam pontos extremamente positivos, e também algumas falhas. Enquanto a *Tempo de Aprender* define o gênero de forma vaga e expõe poucas características a ele relacionadas, a *Viver, Aprender* teoriza sobre a notícia de forma mais consistente e detalhada, destacando boa parte de seus aspectos temáticos, estilísticos e composicionais. Em contrapartida, a primeira trabalha muito bem o jornal impresso enquanto suporte textual e, nesse processo, propõe uma série de atividades que auxiliam a formação de um bom aluno-leitor, perspectiva não adotada pela segunda.

3.3 PRATICANDO A TEORIA EXPOSTA SOBRE O GÊNERO

Após constatar como as coleções *Tempo de Aprender*, da editora IBEP, e *Viver, Aprender*, da Global, apresentam e caracterizam o gênero notícia, além de conferir o tratamento que ambas dispensam ao jornal impresso enquanto suporte textual, focalizamos, agora, o estudo do desenvolvimento dos quatro eixos norteadores do ensino de língua portuguesa por parte das obras que as constituem – leitura, escrita, oralidade e análise linguística. Como nosso objetivo nesse momento é verificar de que maneira os exercícios propostos contemplam as características do gênero expostas por cada coleção e investigar se as obras seguem a perspectiva dos documentos oficiais que regulamentam o ensino de LP, tal qual afirmam os Manuais do Educador, apresentamos, antes das análises, um breve resgate das determinações dessas propostas pedagógicas oficiais.

3.3.1 Leitura

A leitura, segundo Soares (2000, p.18), não é um ato solitário, mas exige “interação verbal entre indivíduos, e indivíduos socialmente determinados: o leitor, seu

universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros; o autor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e os outros”. Essa postura é partilhada tanto pelos PCN, quanto pelas DCELP e pela PCLP EJA, que a concebem como um ato dialógico, interlocutivo, ou seja, reconhecem que, para efetivamente ler, é preciso ultrapassar os limites da materialidade do texto e considerar, também, os elementos referentes ao seu contexto de produção e circulação.

Nessa perspectiva, o leitor desempenha um papel ativo, uma vez que se efetiva como co-produtor do texto que lê procurando pistas deixadas pelo autor, formulando hipóteses, aceitando ou recusando conclusões e usando seu conhecimento prévio para preencher as lacunas deixadas pelo texto, “trata-se de propiciar o desenvolvimento de uma atitude crítica que leva o aluno a perceber o sujeito presente nos textos e, ainda, a tomar uma atitude responsiva diante deles” (PARANÁ, 2008, p.71).

Dependendo da esfera social e do gênero utilizado como objeto de trabalho, as possibilidades de leitura são mais ou menos restritas: um poema, por exemplo, permite diversas interpretações, o que não ocorre com um formulário burocrático. Por isso, nas aulas de língua portuguesa, em especial aquelas destinadas a jovens e adultos, é preciso mediar o contato entre o aluno e uma grande diversidade de gêneros do discurso, oriundos de inúmeras esferas da atividade humana e suportes, pois adotando essa postura ele pode desenvolver a capacidade de enxergar conteúdos implícitos, depreender as intenções de cada texto e constituir-se como aluno-leitor crítico.

O encaminhamento metodológico da prática de leitura, por sua vez, segundo esses documentos, deve ser fundamentado em atividades que propiciem reflexão e discussão sobre diversos assuntos, tendo em vista o gênero lido, seu conteúdo temático, finalidade, possíveis interlocutores, vozes presentes no discurso e papel social que elas representam, ideologias veiculadas pelo texto, fonte, elementos indicativos de intertextualidade etc. Quando se trata da EJA, lembra a PCLP, o trabalho com a leitura deve ser estimulado, visto que muitos alunos matriculados nesses cursos já foram estigmatizados em virtude de não dominarem essa habilidade que “fornece matéria-prima para a elaboração de textos, contribui para a constituição de modelos e coloca o leitor em contato com as formas de organização interna próprias aos gêneros” (BRASIL, 2002b, p.15).

Em se tratando de um gênero da esfera jornalística, é preciso que o aluno consiga compreender, de modo especial, por que o texto foi redigido de uma forma específica, qual a função da fotografia que o acompanha (se ela existir), que sentidos ela produz, por que o veículo de comunicação optou por empregar um estilo de linguagem mais livre, ou mais formal, por que determinada informação aparece primeiro que outra, o que motivou a seleção de determinado recorte da fala de alguém para ser inserido no corpo da notícia por meio do discurso direto, por que se escolheu entrevistar uma pessoa e não outra etc.

É necessário que ele compreenda, em suma, que toda notícia relata apenas uma versão do fato, pois entre o acontecimento em si e o texto publicado nos veículos de comunicação há um longo processo em que concorrem diversos fatores, os quais permitem que o texto apresente marcas da posição enunciativa do redator. Nesse sentido, para tornar-se um leitor proficiente do gênero, conforme afirma Zanelato (2002), faz-se fundamental analisar suas condições de produção e circulação, e não somente a materialidade textual, ou seja, é preciso identificar quem escreve o texto, por que o escreve, onde o autor obtém as informações que utiliza, em que jornal a notícia foi veiculada, qual o leitor suposto etc.

Em face dessas considerações teóricas, a análise sobre o desenvolvimento da habilidade de leitura, que, de certa forma, já começou a ser realizada na seção anterior, será retomada neste momento na tentativa de verificar se os exercícios propostos para o estudo das demais notícias contempladas por cada coleção propõem uma abordagem que estimula a formação de um aluno-leitor consciente. Procuramos investigar, portanto, se a *Coleção Tempo de Aprender* mantém a postura de estimular a leitura crítica da notícia, tal qual o fez no momento em que discute sobre o jornal impresso enquanto suporte textual, e se a *Viver, Aprender*, que, embora tenha teorizado sobre o assunto, não o colocou em prática, passa a adotar essa perspectiva agora.

Após a exposição da primeira página do jornal *O Dia*, a *Coleção Tempo de Aprender* apresenta a seção “Revelando o que aprendeu”, na qual propõe o estudo de uma notícia sobre uma pesquisa relacionada aos índices de desigualdade no mundo:

Revelando o que aprendeu

Leia a notícia a seguir:

Ranking das nações

Se o mundo fosse um único país, seu nível de desigualdade seria tão elevado que só seria superior ao da Namíbia, nação com maior índice de desigualdade, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). Os contrastes entre o padrão de vida são gritantes quando se comparam alguns extremos. Uma criança que nascer neste ano em Zâmbia, por exemplo, terá as mesmas chances de chegar aos 30 anos de idade do que tinha um habitante da Inglaterra em 1840.

Esses dados do relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) deste ano mostram que a desigualdade é uma marca mundial. Se for levada em conta toda a população mundial, o coeficiente de Gini, que calcula o grau de desigualdade de uma população, seria de 67 pontos em uma escala que vai de zero a cem, em que zero indica uma distribuição de renda perfeita, e cem, uma situação hipotética na qual apenas uma pessoa concentraria a renda de uma população inteira.

Uma outra maneira de verificar essa desigualdade é o dado que mostra que as 500 pessoas mais ricas do mundo têm renda total superior ao conjunto de 416 milhões de habitantes mais pobres do planeta. Isso equivale dizer que cada um desses 500 bilionários concentra em suas mãos uma renda igual à concentrada por 820 mil miseráveis.

Folha de S.Paulo, 7 set. 2005.

Figura 14: Notícia sobre os índices mundiais de desigualdade (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p.64).

De acordo com a fonte indicada, o texto foi retirado da Folha de S. Paulo, entretanto, não apresenta diagramação típica de um jornal impresso. O título, por sua vez, não se assemelha ao que normalmente consta em textos desse gênero, pois não faz referência direta ao assunto da notícia, isto é, não focaliza “o quê” aconteceu. O lide, da mesma maneira, inova ao expor algumas conclusões do relatório do PNUD antes mesmo de mencioná-lo, desse modo, tem-se a impressão de que ele se materializa no segundo parágrafo, não no primeiro, o que pode ser um traço da forma arquitetônica do texto ou a indicação de que esse não é o início dele. O corpo da notícia, por fim, parece constituir um recorte do texto original, visto que, ao ler o título, “Ranking das nações”, o leitor espera encontrar ao longo da redação, de fato, uma classificação dos índices de pobreza dos países, entretanto, isso não acontece. Verificamos, desse modo, que o novo exemplar do gênero não se adapta satisfatoriamente às características de uma notícia prototípica.

Após o texto, são propostos quatro exercícios. O primeiro solicita que o aluno encontre ou crie uma imagem que possa ilustrar a notícia. Se levarmos em consideração

que o fato motivador do relato é o estudo do PNUD, devemos reconhecer que o mais adequado para esse texto seria um gráfico ou um infográfico que mostrasse os índices de pobreza no mundo (isso se eles fossem contemplados no corpo da notícia, claro), e não uma ilustração. Afinal, produzir um texto visual que retrate essa situação não é tarefa fácil. A ideia de criar um desenho, inclusive, é mais adequada a alunos que frequentam as séries iniciais, solicitá-la em um material destinado ao segundo segmento do Ensino Fundamental chega a infantilizar os alunos da EJA que, conforme enfatizam as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos (DCE EJA), “não são crianças grandes” (PARANÁ, 2006, p.26).

A segunda atividade questiona onde esse texto poderia ser publicado, isto é, quais são seus possíveis suportes, ao que se espera como resposta a indicação de jornais, revistas ou até mesmo a internet, uma vez que o aluno já tem alguns conhecimentos sobre a esfera de circulação do gênero. A terceira, por sua vez, indaga se o texto foi escrito com intenção de causar impacto, em uma retomada explícita da questão do sensacionalismo. Nesse caso, espera-se que o aluno responda que não, afinal, a redação preza a manutenção do efeito de objetividade e neutralidade, ao contrário dos textos publicados pelo *O Dia* trabalhados anteriormente.

Para finalizar, há um exercício que se volta para um elemento linguístico do texto presente no segundo parágrafo, o qual remete a uma expressão de tempo. Pede-se que o aluno identifique qual é essa expressão e explique sua importância; a resposta esperada, nesse caso, é “neste ano”, que indica quando o estudo do PNUD foi realizado, referência que se faz relevante já que o público leitor interessa-se por notícias que fazem referência a fatos atuais, como vimos ao abordar os aspectos relativos ao tema desse gênero.

Concluídas essas atividades podemos notar que o assunto do texto simplesmente não foi contemplado. Aborda-se um elemento de sua composição (a imagem), possíveis suportes e estilo de linguagem, entretanto, nada é solicitado em relação ao conteúdo, o que demonstra uma abordagem em certa medida superficial. O assunto da notícia ainda continua atual, assim sendo, é possível incentivar a busca por suas causas, consequências e desdobramentos, focalizando, inclusive, o Brasil. Ao conferir um tratamento dessa natureza ao texto perde-se, por exemplo, a oportunidade de promover uma discussão sobre a desigualdade em nosso país, comparando-a aos índices mundiais.

A proposta de agrupar os gêneros em cada capítulo de acordo com o assunto da unidade em que ele se insere permite que, na continuidade da exposição, a notícia apareça articulada a outro gênero da esfera jornalística: a crônica. Diz-se inicialmente: “E por falar em jornal... Leia mais uma crônica sobre esse assunto” (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.65), ao que se segue este texto:

Os Jornais	
1	Meu amigo lança fora, alegremente, o jornal que está lendo e diz:
5	– Chega! Houve um desastre de trem na França, um acidente de mina na Inglaterra, um surto de peste na Índia. Você acredita nisso que os jornais dizem? Será o mundo assim, uma bola confusa, onde acontecem unicamente desastres e desgraças? Não! Os jornais é que falsificam a imagem do mundo. Veja por exemplo aqui: em um subúrbio, um sapateiro matou a mulher que o traía. Eu não afirmo que isso seja mentira. Mas acontece que o jornal escolhe os fatos que noticia. O jornal quer fatos que sejam notícias, que tenham conteúdo jornalístico. Vejamos a história desse crime. “Durante os três primeiros anos o casal viveu imensamente feliz...” Você sabia disso? O jornal nunca publica uma nota assim:
10	“Anteontem, cerca de 21 horas, na Rua Arlinda, no Méier, o sapateiro Augusto Ramos, de 28 anos, casado com a senhora Deolinda Brito Ramos, de 23 anos de idade, aproveitou-se de um momento em que sua consorte erguia os braços para segurar uma lâmpada, para abraçá-la alegremente, dando-lhe beijos na garganta e na face, culminado em um beijo na orelha esquerda. Em vista disso, a senhora em questão voltou-se para seu marido, beijando-o longamente na boca e murmurando as seguintes palavras: ‘Meu amor’, ao que ele retorquiu: ‘Deolinda’. Na manhã seguinte, Augusto Ramos foi visto saindo de sua residência às 7h45 da manhã, isto é, dez minutos mais tarde do que o habitual, pois se demorou, a pedido de sua esposa, para consertar a gaiola de um canário-da-terra de propriedade do casal”.
15	A impressão que a gente tem, lendo jornais – continuou meu amigo – é que “lar” é um local destinado principalmente à prática de “uxoricídio”. E dos bares, nem se fala. Imagine isto:
20	“Ontem, cerca de 10 horas da noite, o indivíduo Ananias Fonseca, de 28 anos, pedreiro, residente à Rua Chiquinha, sem número, no Encantado, entrou no bar Flor Mineira, à Rua Cruzeiro, 524, em companhia de seu colega Pedro Amâncio de Araújo, residente no mesmo endereço. Ambos entregaram-se a fartas libações alcoólicas e já se dispunham a deixar o botequim quando apareceu Joca de tal, de residência ignorada, antigo conhecido dos dois pedreiros, e que também estava visivelmente alcoolizado. Dirigindo-se aos dois amigos, Joca manifestou desejo de sentar-se à mesa, no que foi atendido. Passou então a pedir rodadas de conhaque, sendo servido pelo empregado do botequim, Joaquim Nunes. Depois de várias rodadas, Joca declarou que pagaria toda a despesa. Ananias e Pedro protestaram, alegando que eles já estavam na mesa antes. Joca, entretanto, insistiu, seguindo-se uma disputa entre os três homens, que terminou com a intervenção do referido empregado, que aceitou a nota que Joca lhe estendia. No momento em que trouxe o troco, o garçom recebeu uma boa gorjeta, pelo que ficou contentíssimo, o mesmo acontecendo aos três amigos que se retiraram do bar alegremente, cantarolando sambas. Reina a maior paz no subúrbio do Encantado, e a noite foi bastante fresca, tendo Dona Maria, sogra do comerciante Adalberto Ferreira, residente à rua Benedito, 14, senhora que sempre foi muito friorenta, chegado a puxar o cobertor, tendo depois sonhado que seu netinho lhe oferecia um pedaço de goiabada”. E meu amigo:
25	
30	
35	- Se um repórter redigir essas duas notas e levá-las a um secretário de redação, será chamado de louco. Porque os jornais noticiam tudo, tudo, menos uma coisa tão banal de que ninguém se lembra: a vida...
	Maio, 1951
	BRAGA, Rubem. <i>A borboleta amarela</i> . São Paulo: Record, 1995.
	SILVA, C. O. et al. Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. <i>Coleção Tempo de Aprender</i> . Vol. 2. 2.ed. São Paulo: IBEP, 2009a. Coleção Integrada: EJA. p. 65-66.

Após a exposição do texto seguem-se duas seções de atividades. A primeira apresenta sete exercícios, mas somente dois focalizam o gênero notícia. São eles:

- 5) Que gênero de texto jornalístico você identifica dentro da crônica?
- 7) As notícias que estão dentro da crônica respondem às perguntas básicas – O Quê? Quem? Quando? Onde? Como? – que geralmente são respondidas em textos como esse? (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.67).

A segunda seção, composta apenas por duas questões, aborda o gênero seguindo a perspectiva do leitor:

- 1) Qual é a sua opinião a respeito da fala dessa personagem do texto? “Você acredita nisso que os jornais dizem? Será o mundo assim, uma bola confusa, onde acontecem unicamente desastres e desgraças?”
- 2) Você acha que nós nos acostumamos a esse tipo de notícia de jornal? E deveríamos nos acostumar a isso? Por quê? (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.67).

Como já se deparou com textos jornalísticos em momentos anteriores, o aluno certamente não terá dificuldades em resolver o quinto exercício da primeira seção, e, caso não consiga, a atividade seguinte oferece uma boa ajuda, afinal, parte de seu comando acaba por respondê-lo. Ao questionar se as notícias incluídas na crônica apresentam os elementos básicos do jornalismo, o *por quê*, curiosamente, é excluído. No Manual do Educador, pede-se que o professor oriente a turma a encontrar nos textos os itens elementares de toda notícia, isto é, o *quê* aconteceu, quando, onde, como...

As duas últimas atividades, presentes na segunda seção, por sua vez, promovem uma reflexão crítica sobre uma ideia expressa na crônica: o fato de os jornais noticiarem primordialmente fatos relacionados a desastres (como o faz *O Dia*), conteúdo que o leitor acostuma-se a encontrar nos periódicos e a receber passivamente. Ao questionar se o amigo acredita em tudo que os jornais dizem, o personagem instiga o leitor a duvidar do que é publicado, ou ao menos a procurar outras publicações para compará-las e identificar diferentes perspectivas adotadas para relatar o mesmo acontecimento. Nesse caso, entretanto, os exercícios prestam-se a um trabalho de leitura da crônica, e não mais do gênero notícia. Isso revela um aproveitamento superficial do gênero para estimular o processo de leitura, problema que poderia ser amenizado caso fosse proposta uma análise mais detalhada do texto, como veremos a seguir.

A crônica de Rubem Braga apresenta narrador testemunha e enfoca o momento em que um personagem do sexo masculino, identificado apenas como “meu amigo”, encontra-se resignado em virtude dos conteúdos trágicos contemplados nas notícias do jornal que ele acaba de descartar. Diante de sua indignação, esse personagem questiona por que os jornais não publicam notas sobre as boas relações cotidianas estabelecidas entre as pessoas, e conclui, ao final, por meio de uma reflexão crítica, que isso não acontece pois a vida simples e banal não constitui um assunto de interesse desse veículo de comunicação.

Esse desenrolar da narrativa permite que o texto em questão contemple um gênero maior, a crônica, no interior do qual emerge a notícia. Se voltarmos nosso olhar para a crônica como um todo, constataremos que as três dimensões constitutivas desse gênero encontram-se harmoniosamente articuladas: o conteúdo temático corresponde ao recorte condensado de um flagrante da vida, pitoresco e atual, que suscita reflexão; o estilo de linguagem é, em parte, simples, direto, cotidiano, sutilmente humorístico, e, em parte, formal; e a construção composicional revela marcas estruturais de um texto pertencente ao gênero crônica: é breve, possui título, foco narrativo, personagens, diálogo, tempo etc.

Desse modo, mesmo retirado de seu suporte de origem, o livro *A Borboleta Amarela*, editado em 1995, de sua circulação original (livrarias, bibliotecas etc.), de seus interlocutores específicos (leitores que apreciam a obra de Rubem Braga), e transportado para um novo suporte (o LD), para uma nova circulação (a sala de aula), e para interlocutores específicos (os alunos de EJA), esse texto cumpre a função de promover um momento de leitura, reflexão e debate não só a respeito do gênero discursivo *crônica* e sua situação de enunciação, mas também a respeito do conteúdo abordado nesse texto.

Se, entretanto, tomarmos isoladamente as duas notícias propostas pelo personagem, situadas, respectivamente, no segundo e no quarto parágrafo do texto, constataremos que suas dimensões constitutivas não se articulam de acordo com o que prevê a esfera original de circulação desse gênero. Nos dois casos, o que permite ao leitor o reconhecimento da *notícia* é, de modo especial, a construção composicional e, em parte, o estilo de linguagem. Em ambos os textos, a intenção discursiva do falante se aplica e adapta, inicialmente, a uma espécie de lide, uma vez que é identificado *o quê*

aconteceu, *quando, onde, com quem* (salientando-se nome completo, idade, profissão e endereço dos envolvidos, tal qual é comum encontrar em notícias) e, mais tarde, *como e por quê* o fato aconteceu, de modo que os seis elementos básicos do jornalismo sejam contemplados.

O estilo de linguagem, por sua vez, apresenta-se heterogêneo: ora subjetivo, ora objetivo. Algumas escolhas lexicais e fraseológicas como é o caso de “consorte” (linha 12); “fartas libações alcoólicas” (linha 24); “na manhã seguinte, Augusto Ramos foi visto saindo de sua residência às 7h45 da manhã” (linhas 15-16); “o indivíduo” (linha 21); e “visivelmente alcoolizado” (linha 26), além da opção de empregar os verbos no passado, remetem ao estilo objetivo e direto típico de gêneros jornalísticos.

Em contrapartida, alguns outros trechos desses mesmos textos são marcados por fortes traços de subjetividade: “o sapateiro Augusto Ramos (...) aproveitou-se (...) para abraçá-la alegremente, dando-lhe beijos na garganta e na face, culminado em um beijo na orelha esquerda. Em vista disso, a senhora em questão voltou-se para o seu marido, beijando-o longamente na boca e murmurando as seguintes palavras: ‘meu amor’...” (linhas 10-15); “Reina a maior paz no subúrbio do Encantado, e a noite foi bastante fresca, tendo Dona Maria (...), senhora que sempre foi muito friorenta, chegado a puxar o cobertor, tendo depois sonhado que seu netinho lhe oferecia um pedaço de goiabada” (linhas 33-36). Nesses fragmentos, é evidente a influência da individualidade do falante, traço que renova – ou quase destrói – o tom do gênero *notícia*, ditado pelo contexto sócio-histórico-ideológico atual.

O conteúdo temático de ambos os textos, por fim, encontra-se totalmente avesso ao que se espera de uma notícia jornalística. Os fatos noticiados correspondem a momentos banais da vida cotidiana, sem a abordagem de acontecimentos que, na perspectiva da imprensa, sejam dignos de nota: a troca de carinhos e favores entre um casal apaixonado e a camaradagem entre três homens alcoolizados em um bar, ou seja, o tema da notícia, referente ao relato de um fato de interesse público, perde-se nos textos propostos no interior da crônica. Como o próprio personagem afirma no primeiro parágrafo do texto: “O jornal quer fatos que sejam notícias, que tenham conteúdo jornalístico”, sob essa perspectiva, o assunto proposto por ele para ser abordado em notícias só faz sentido no contexto da crônica, caso elas fossem publicadas em um jornal, não teriam seu objetivo enunciativo alcançado, pois, além de desconsiderar a

identidade e o papel dos interlocutores, deixariam de refletir as condições específicas e as finalidades da esfera jornalística.

Tecidos esses comentários sobre o texto de Rubem Braga, podemos dizer que há possibilidade de complementar a proposta de análise sugerida pelo LD. Para isso, seria possível solicitar que o aluno identificasse: a) quais elementos característicos da estrutura composicional da notícia não aparecem nos textos sugeridos pelo personagem da crônica; e b) que avaliasse se o conteúdo de tais textos, bem como o estilo de linguagem neles empregado, é adequado a esse gênero, considerando sua esfera original de circulação, a função do texto e os interlocutores aos quais ele se destina.

Essas atividades auxiliariam o aluno a se apropriar das especificidades da notícia e, conseqüentemente, a aperfeiçoar o processo de leitura do texto, passando pelos níveis da compreensão e da interpretação do que é mais ou menos adequado para determinado gênero tendo em vista sua função social. Afinal, conforme afirmam as DCELP, “praticar a leitura em diferentes contextos requer que se compreendam as esferas discursivas em que os textos são produzidos e circulam, bem como se reconheçam as intenções e os interlocutores do discurso” (PARANÁ, 2008, p.57).

Quando nos dispomos a colocar em prática as determinações dos PCN e das DCELP, as quais preconizam a necessidade de estimular a formação de um leitor eficiente, capaz de fazer inferências e interpretar coerentemente os textos lidos, percebemos a necessidade de o aluno compreender os elementos que estão e os que não estão adequados a determinado gênero, nesse caso, a notícia. Afinal, é só a partir desses conhecimentos que ele poderá entender como os aspectos constitutivos do gênero (tema, estilo e composição) refletem as finalidades de sua esfera de circulação e, conseqüentemente, sua função social. Sendo assim, promover uma discussão em sala que aborde as (in)adequações presentes nas notícias sugeridas pelo personagem faz-se fundamental, uma proposta de trabalho não sugerida pelo material, ou seja, que fica a cargo do professor desenvolver.

A abordagem proposta pela *Coleção Tempo de Aprender*, como se pode notar, parece não estar preocupada em sistematizar as características da notícia no que diz respeito a seu tema, estilo de linguagem e composição, uma perspectiva decorrente da metodologia empregada na organização de cada parte da obra. O estudo do gênero vai sendo desenvolvido conforme fragmentos dele são apresentados vez ou outra,

momentos nos quais alguns poucos exercícios levantam alguns de seus traços básicos. Excetuada a referência à formação do leitor crítico presente durante a exposição das primeiras páginas de jornais impressos, o incentivo ao desenvolvimento de um leitor eficiente não volta a aparecer de forma enfática, limita-se, ao contrário, à abordagem superficial de dois textos que nem bem se enquadram no gênero em questão, embora, ressaltamos, a leitura da crônica seja extremamente significativa, em virtude de articular dois gêneros da mesma esfera de circulação.

Nesse sentido, a continuidade do estudo do gênero não desenvolve práticas totalmente compatíveis com as propostas pedagógicas oficiais do ensino de língua portuguesa. Se retomarmos os exemplos do gênero estudados anteriormente, verificaremos, inclusive, que não é possível afirmar com certeza se algum deles é apresentado na íntegra. Da mesma maneira, a ausência de mais exemplos prototípicos de notícias, os quais permitiriam que o aluno se apropriasse das especificidades do gênero, e a falta de orientações ao professor no Manual do Educador sobre como suprir essa carência, não nos permitem afirmar que todas as atividades propostas estão de acordo com o que propõem os documentos oficiais da EJA.

A *Coleção Viver, Aprender*, igualmente, apresenta poucas atividades que dão sequência ao estudo do gênero notícia. A seção destinada a outros exercícios que visam à discussão das características do gênero intitula-se “Aplicar conhecimentos”, que tem início fazendo referência ao texto sobre os assaltos a igrejas em São Paulo, momento em que se pede que o aluno o leia novamente e transcreva trechos nos quais ocorre o uso de aspas para indicar a fala de alguém ou de parêntesis para incluir alguma explicação. Assim apresentados, os exercícios estimulam apenas a cópia de partes da notícia, sem que haja qualquer reflexão sobre os sentidos produzidos pelos excertos destacados, ou seja, estimula-se uma prática de leitura superficial.

A seguir são expostos dois pequenos lides retirados da internet, um sobre o avanço da epidemia de AIDS no Brasil e outro sobre uma declaração dada pelo comandante da Aeronáutica por ocasião de um acidente com um voo da empresa de linhas aéreas Gol. Na sequência, solicita-se ao aluno a criação de um título para cada um deles, ou seja, propõe-se a articulação entre os eixos da leitura e da escrita, entretanto, como a *Coleção Viver, Aprender* não aborda a questão do sensacionalismo, não é estimulada a prática de desenvolver um título que busque o efeito de objetividade

e outro que seja sensacionalista, atividade que ajudaria a compreender que o mesmo fato pode ser noticiado de diferentes maneiras, tendo em vista o público alvo de cada veículo de comunicação.

Seguindo uma perspectiva de trabalho parecida, são expostos três novos lides, todos retirados da Folha online, e pede-se que o aluno identifique, em cada um deles, o que aconteceu, quando, onde, como, com quem e por quê, respostas que devem ser incluídas em uma tabela. Nesse caso, o estudo do texto limita-se à retirada de suas informações básicas, sem qualquer reflexão sobre suas condições de produção, sobre o estilo de linguagem empregado, a adequação do texto ao público leitor, os recursos usados pelo redator para conferir ao texto o efeito de objetividade, ou seja, o processo de leitura proposto limita-se à superficialidade do texto, sem ultrapassar o nível da compreensão das informações.

Isso, sem dúvida, representa um obstáculo à formação de um leitor consciente, como sugerem os documentos oficiais que regulamentam o ensino, já que um bom leitor se forma, também, a partir da análise dos elementos circunscritos ao contexto de produção e circulação do gênero, que lhe são constitutivos (BAKHTIN, 2003), e não somente da materialidade do texto, como afirmam os PCN: “a leitura é o processo em que o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor [...] não se trata de uma atividade de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra” (BRASIL, 1998a, p.69).

Todos os lides propostos para leitura nessa atividade, inclusive, apesar de terem sido publicados em 2006, abordam assuntos atuais, a saber: espécies animais ameaçadas na Amazônia, um caso de aborto em que a mãe foi presa e a morte de uma jovem durante uma cirurgia para implante de silicone nos seios, tópicos que poderiam suscitar amplas discussões em sala, e, no entanto, são abordados superficialmente. O aperfeiçoamento dessa abordagem, entretanto, depende do professor, pois o Manual do Educador não faz nenhuma referência à possibilidade de aprofundar a reflexão sobre esses conteúdos.

O último exercício, por fim, solicita que os alunos levem jornais para a sala de aula, recortem representantes dos diversos gêneros que podem ser encontrados nesse suporte e montem um painel para ser exposto na classe. A busca por esse material

certamente é de grande valia, uma vez que propicia a ampliação dos conhecimentos do educando sobre os textos existentes no interior de um jornal, entretanto, nesse momento o estudo da notícia já se perdeu, sem nem mesmo ter sido concluído, a nosso ver, satisfatoriamente.

O trabalho proposto revela que o incentivo à formação do leitor crítico, embora tenha sido mencionado enfaticamente na abertura do capítulo destinado ao estudo da notícia não ocorre, de fato, em momento algum. O gênero em si, na verdade, é analisado na maioria das vezes apenas de forma parcial, uma vez que o objeto de análise dos exercícios reduz-se a fragmentos, ora o título, ora o lide, sem contemplar o desenvolvimento do texto, trecho responsável pelo detalhamento do fato. O único exemplar do gênero apresentado na íntegra é o texto sobre os assaltos a igrejas em São Paulo que, como vimos, levanta dúvidas quanto a sua classificação.

Desse modo, além de os modelos de notícia disponibilizados no livro não contemplarem todos os traços típicos desse gênero, como é o caso do corpo do texto, o material expõe longas considerações a respeito das características da notícia, mas não as problematiza nos exercícios práticos, que, como vimos, são bastante superficiais.

3.3.2 Escrita

Em relação ao desenvolvimento da prática da escrita, os PCN e as DCELP destacam que é necessário, nas atividades de ensino, atender a algumas condições básicas de produção, tais como finalidade do ato de escrever, abordagem das especificidades do gênero no que diz respeito ao tema, estilo e composição, consideração de seus lugares preferenciais de circulação e interlocutor eleito. Esse procedimento, nas palavras de Geraldi (2003), resume-se em cinco proposições: a) que se tenha o que dizer; b) que se tenha uma razão para dizer; c) que se tenha para quem dizer; d) que o locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz; e) que se escolham as estratégias para realizar as práticas propostas nas sentenças anteriores.

Além disso, os referidos documentos salientam que a elaboração de textos deve obedecer a procedimentos específicos, como o estabelecimento prévio de um assunto; o levantamento de ideias e dados sobre ele; o planejamento do texto, respeitando as

particularidades do gênero; o rascunho; a revisão, com intervenção do professor; e a versão final. Embora esse seja o percurso básico sugerido para a produção de determinado texto, outras práticas de escrita podem ser desenvolvidas para chegar ao gênero pretendido:

[...] por exemplo: se a proposta for produzir uma notícia, o professor poderá encaminhar leituras de notícias, solicitar comentários escritos sobre o fato para os alunos ou resumos, a fim de trabalhar com a síntese de um assunto; em seguida, pode definir um tema para a produção da notícia, indicar a pesquisa sobre a temática e requerer entrevistas sobre o caso para compor a notícia. Nesse caminho, serão trabalhados: a opinião do aluno, o resumo, a pesquisa, a entrevista e a notícia; gêneros orais e escritos diferenciados que colaborarão com o objetivo que se tem: a produção de notícia (PARANÁ, 2008, p.70).

As DCELP compreendem a produção de textos como uma forma de agir no mundo, já que se escreve para convencer, vender, instruir etc. Assim, caso a prática da escrita seja desenvolvida de maneira descontextualizada, ela torna-se um mero exercício usado para preencher o tempo das aulas, impedindo que o aluno constitua-se, ao longo do tempo, como um cidadão que interage na sociedade por meio dos textos que produz, já que, durante o período escolar, ele não se apropriará das especificidades e finalidades dos gêneros necessários à efetiva participação social.

As propostas de produção textual utilizadas em situações de ensino, por sua vez, devem corresponder àquilo que se escreve fora da escola, isto é, a textos que possuem função social determinada, pois assim os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar passam a ter funcionalidade no cotidiano dos alunos. Quando se trata da Educação de Jovens e Adultos, especificamente, esse trabalho precisa ser desenvolvido com mais cuidado ainda, pois é comum esses alunos afirmarem que têm dificuldades para escrever, uma vez que tiveram pouco ou nenhum contato com práticas dessa natureza.

Segundo a PCLP EJA

Muitas vezes, esse tipo de dificuldade com relação aos processos de aprendizagem da escrita é consequência de malsucedidas experiências anteriores. Por isso, investir na mudança de postura do aluno diante de suas dificuldades, fazendo-o incorporar uma visão diferente da palavra ao associar o trabalho de escrita com suas necessidades mais urgentes, seria uma primeira meta (BRASIL, 2002b, p.16).

Ao desenvolver atividades de produção de textos com alunos da EJA, portanto, deve-se trabalhar de modo a garantir que eles superem os traumas adquiridos em relação à prática da escrita ao longo da vida e que, mesmo após a conclusão do curso, esses alunos sintam-se motivados a escrever, usando os textos que produzem para participar da sociedade letrada em que estão inseridos.

Antes de iniciar a análise referente a esta seção, gostaríamos de deixar claro que, embora os PCN incluam a notícia na lista dos gêneros recomendados para o desenvolvimento da prática da escrita, temos consciência de que o aluno não tem, necessariamente, de ser um bom produtor de notícias, tanto quanto precisa ser um bom leitor do gênero, afinal, poucos momentos em seu cotidiano extra-escolar exigirão que ele escreva uma notícia, se fizermos uma comparação com as situações que requerem a produção de um bilhete, por exemplo, embora muitas delas o apresentem a necessidade de fazer uma leitura crítica de textos dessa natureza. Compreendemos, nesse caso, que, como os gêneros são o ponto de partida e de chegada da disciplina de Língua Portuguesa, a notícia deve ser adotada em sala de aula como uma maneira de desenvolver práticas de escrita coerentes com os pressupostos dos documentos oficiais, uma vez que essa habilidade é essencial para o pleno exercício da cidadania.

No capítulo que aborda as considerações sobre o gênero de nosso interesse, a *Coleção Tempo de Aprender* sugere duas propostas de produção de texto, entretanto, somente uma solicita a produção de uma notícia, a outra contempla o gênero crônica. Sendo assim, nos ocuparemos apenas da primeira, inclusa na seção “Tramando textos e ideias”:

Leia novamente a crônica e escolha uma das notícias que a personagem considerou pouco provável de ser publicada. Faça uma transformação nesse texto, deixando-o de acordo com uma notícia que apareceria num jornal de grande circulação. Mas, antes, verifique algumas orientações para a produção:

1. Não se esqueça de que a notícia precisa conter algumas informações:
 - Quem está envolvido nos fatos?
 - Onde, quando, como e por que aconteceram os fatos?
2. Qual é o objetivo do seu texto? Informar o leitor? Emocioná-lo? Fazer sensacionalismo? Para qual tipo de jornal você estaria escrevendo?
3. Não se esqueça de criar um título para a sua notícia.
4. Revise o texto e a pontuação antes de passá-lo a limpo (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.70).

O texto de apoio usado para a produção da notícia, como podemos observar, é a crônica “Os jornais”, de Rubem Braga. A atividade propõe que o aluno escolha uma das notícias que o personagem considerou pouco provável de ser publicada (aquela envolvendo o sapateiro Augusto Ramos e sua esposa, ou o caso dos três colegas que se encontraram em um bar) e a reescreva de acordo com as exigências de um jornal de grande circulação.

Diante do comando da atividade, podemos notar que quase todas as condições básicas de produção são atendidas. O aluno tem o que dizer (a criação de uma notícia e, em especial, do fato motivador do relato, uma vez que alguns dados relativos ao assunto do texto já aparecem no corpo da crônica); uma razão para dizer, que vai depender de suas escolhas (informar o leitor, emocioná-lo, fazer sensacionalismo etc., conforme sugere o exercício); e para quem dizer, público-alvo que será definido pelo próprio aluno, em decorrência do tipo de veículo de comunicação que optar para publicar o texto, o que acarretará, conseqüentemente, no uso de um estilo de linguagem específico. Essa possibilidade de decidir se escreverá uma notícia apelativa ou “séria” pode ajudar o aluno a notar que o gênero não passa de uma versão do acontecimento, pois na mesma turma, em virtude da heterogeneidade de sujeitos que constituem a EJA, poderão surgir textos que relatam o mesmo fato, porém, sob diferentes perspectivas.

Uma questão, entretanto, que pode desmotivar o desenvolvimento do exercício é a artificialidade do acontecimento, visto que, embora seja passível de acontecer na realidade, ele limita-se ao âmbito da ficção, distanciando-se de um aspecto intrínseco ao conteúdo temático característico de uma notícia: a veracidade.

Ainda em relação às condições de produção, podemos dizer que falta explicitar melhor como produzir esse texto. Afinal, diz-se apenas para fazer uma transformação em uma das notícias inseridas no corpo da crônica, mas não são especificadas as estratégias que se pode utilizar para fazê-lo, apenas reforçam-se os elementos que esse texto deve contemplar, isto é, quem participou do acontecimento, onde ele ocorreu, quando, como e por que tudo aconteceu, ou seja, os aspectos constitutivos do lide.

Para bem realizar essa atividade, é necessário trabalhar com as três dimensões que constituem o gênero solicitado. Assim, o primeiro passo seria criar algum fato que gere interesse, o qual normalmente será violento e/ou inusitado, alterando-lhe o conteúdo temático; depois, eliminar as marcas de subjetividade, adaptando o estilo de

linguagem; e, por fim, inserir elementos como o título e o título auxiliar, além da citação do discurso de policiais e testemunhas, ferramentas pouco exploradas nas notícias inseridas no corpo da crônica, aperfeiçoando a construção composicional do gênero.

A prática de criação desses elementos, no entanto, não foi bem explorada ao longo do estudo do gênero. Como constatamos, nem mesmo todas as suas características básicas foram exploradas adequadamente, pois poucos exemplos de notícia tornaram-se foco de discussão. Seria necessário, nesse caso, que, antes de partir para a produção de texto propriamente dita, os alunos tivessem contato com outros modelos do gênero e, na medida do possível, que treinassem a escrita de títulos, lides e, especialmente, de corpos de notícias. Dada a heterogeneidade das turmas que constituem a EJA, é imprescindível que tais especificações sejam apresentadas e que o processo de escrita seja gradual, pois, como afirma a PCLP EJA, muitos deles retornam à sala de aula carregando experiências negativas relacionadas à escrita.

Além disso, em virtude de estar intimamente relacionada ao texto oferecido pelo material didático, nota-se que a atividade não possui um planejamento bem articulado nem apresenta uma finalidade real, ou seja, não há um objetivo específico para a produção da notícia. Nesse caso, ela corre o risco de ser usada apenas para a atribuição de uma nota, e de não circular nem mesmo na comunidade escolar.

Toda a produção é pautada em uma situação hipotética, não se considera a possibilidade de esse texto ser direcionado a outro leitor real que não seja o professor, assim, as relações dialógicas que se estabelecem entre locutor e destinatário restringem-se ao âmbito da sala de aula e não refletem as condições de uso do texto fora dos muros da escola, pois o professor, na maioria das vezes, acaba sendo visto como um avaliador, e não como alguém que tem interesse em ler o texto produzido pelo aluno para tomar conhecimento de seu assunto. Desse modo, a escrita “torna-se mero exercício para preencher o tempo” (PARANÁ, 2008, p.68), uma vez que seus aspectos interacionais são desconsiderados. Para que essa situação fosse alterada, seria necessário produzir alguma notícia relacionada à comunidade local e publicá-la, por exemplo, no jornal da escola, caso ela disponha de um, ou até mesmo expô-la em um mural.

O processo de reescrita, por sua vez, é mencionado no comando apenas no trecho que solicita a revisão da notícia antes de passá-la a limpo: “Revise o texto e a

pontuação antes de passá-lo a limpo”, não há orientações sobre como proceder nesse momento, o foco da revisão, nesse caso, recai apenas sobre os aspectos formais do texto (ortografia, pontuação, normas gramaticais). Sendo assim, cabe ao professor eleger os métodos de sua preferência para realizar essa etapa da atividade de acordo com o que propõem os documentos oficiais, que requerem não só uma higienização do texto, mas também um olhar sobre aspectos como: adequação de linguagem ao interlocutor, ao objetivo proposto, à esfera de circulação do gênero etc.

Caso o texto tivesse uma finalidade real, a confecção da notícia ultrapassaria os limites da redação manual e exigiria um trabalho centrado em sua edição, para que ela fosse formatada de acordo com a diagramação específica de um jornal, o que aproximaria o exercício da prática corrente na esfera de circulação original desse gênero. Diante de tais constatações, podemos notar que o processo constituído de planejamento, escrita e revisão não é bem explorado pela obra.

A *Coleção Viver, Aprender*, por sua vez, oferece apenas uma proposta de produção textual, presente na seção “Momento da escrita”, a qual sugere o seguinte:

Neste capítulo, você estudou algumas características do gênero notícia. Agora, aproveite este momento para elaborar uma notícia. Reúna-se com alguns colegas e escreva uma notícia para um jornal mural da escola. Cada grupo de alunos ficará responsável por informar a comunidade escolar sobre acontecimentos do mundo, da cidade e do bairro, além de assuntos referentes ao cotidiano escolar. Depois que todas as notícias estiverem prontas, editadas e revisadas, coloquem-nas no mural. É importante trocá-las frequentemente, pois notícias velhas perdem a função de informar. Peça a orientação do professor e bom trabalho (BAZZONI et al, Vol.1, 2009a, p.53).

Por meio do comando exposto, notamos que a atividade sugerida possui uma dimensão mais ampla que a presente no material da IBEP, pois propõe-se que a turma seja dividida em grupos, os quais se responsabilizarão pela produção de notícias relacionadas não só à comunidade local, mas também ao mundo. Além disso, sugere-se que os textos sejam escritos a partir de fatos reais, e não de situações fictícias, como verificamos na proposta discutida anteriormente, o que certamente motiva o processo de escrita.

Mais uma vez, entretanto, as condições de produção são expressas parcialmente. O aluno tem o que dizer, isto é, produzir uma notícia sobre algum fato que gere

interesse às pessoas que circulam no ambiente escolar, as quais constituem seu interlocutor. A pressuposta criação de um jornal mural para expor o resultado do trabalho sugere o objetivo da atividade, ou seja, para quê serão escritas as notícias. Como a coleção não optou por mostrar ao aluno as diferenças existentes entre um jornal sensacionalista e outro que preza o efeito de objetividade, a experiência de produzir notícias seguindo ambas as perspectivas infelizmente não é mencionada.

As estratégias usadas para bem realizar essa atividade, por sua vez, ficam implícitas. Se considerarmos o efetivo desenvolvimento da proposta será necessário ultrapassar os muros da escola para bem realizá-la, pois, para produzir uma notícia sobre algum acontecimento do bairro, por exemplo, é preciso entrevistar pessoas envolvidas no caso, selecionar os fatos, eleger a perspectiva que será adotada para relatá-los etc. Esse exercício, sem dúvida, é coerente com as propostas pedagógicas oficiais, no entanto, ao se trabalhar com uma turma de alunos trabalhadores, possivelmente será necessário adaptar essa metodologia, porque a rotina diária desses educandos não conta com muito tempo livre para o desenvolvimento de um trabalho de campo.

O processo de produção desses textos, se realizado conforme as determinações dos PCN e das DCELP, que preveem uma fase de planejamento, escrita e revisão, certamente ocupará algumas aulas, mas produzirá resultados satisfatórios, uma vez que exigirá um trabalho de pesquisa de acontecimentos locais e outros de repercussão nacional que possam gerar interesse. Eleitos os fatos, será necessário adaptá-los à estrutura característica do gênero, pensar em um título que chame a atenção, criar um lide atrativo, recortar trechos da fala de pessoas envolvidas no caso para serem inseridas no corpo do texto, enfim, haverá oportunidade de verificar, na prática, como funciona o trabalho da equipe de uma redação de jornal. Sob essa perspectiva, até chegar ao resultado final, o aluno terá produzido outros gêneros, como é o caso da entrevista e do resumo, tal qual orientam os PCN.

A atividade sugerida, no entanto, pode esbarrar em um obstáculo: a falta de prática do aluno. Ao longo de todo o capítulo que aborda a notícia foram apresentadas diversas características do gênero, entretanto, poucas questões possibilitaram que ele praticasse a escrita de um título, ou de um lide e, especialmente, do corpo de uma notícia, falha verificada também no material da IBEP. Este último elemento da

composição do gênero, vale destacar, só apareceu uma vez, no texto sobre o assalto a igrejas em São Paulo, desse modo, como o aluno nem bem teve oportunidade de ler o desenvolvimento de uma notícia, dificilmente saberá produzir uma. Diante de tais constatações, percebemos que a atividade compreende a prática da escrita como uma tecnologia, ou seja, se o aluno sabe falar, ele sabe transcrever aquilo que diz, e não como um modo de enunciação que exige um processo gradativo em sua realização, considerando os aspectos do gênero e de sua esfera da circulação, do objetivo da atividade etc.

O processo de revisão, por sua vez, é mencionado apenas no trecho que afirma “Depois que todas as notícias estiverem prontas, editadas e revisadas, coloquem-nas no mural”, o que revela que, mais uma vez, os procedimentos dessa etapa da produção ficam sob a responsabilidade do professor. Assim, caso o educador não atente para todos os elementos que precisam ser considerados no processo de refacção (adequação ao interlocutor, ao objetivo, à circulação etc.), a fase de revisão pode se resumir à “mera higienização do texto do aluno, para atender aos recursos exigidos pela gramática”, conforme alertam as DCELP (PARANÁ, 2008, p.70).

Observadas as peculiaridades das propostas das duas coleções, tendo em vista as determinações dos PCN, das DCELP e da PCLP EJA, segundo as quais a prática da escrita deve ser pautada em um processo que prevê planejamento, escrita e revisão, bem como o papel dos interlocutores, as finalidades do gênero e as especificidades de sua esfera de circulação, observamos, em suma, que, embora contemplem parte das condições de produção do gênero, ambas apresentam algumas falhas, especialmente no que diz respeito às estratégias que se pode adotar para bem realizar a atividade.

3.3.3 Oralidade

Nas diversas situações sociais das quais participamos fora dos muros da escola, somos avaliados à medida que nos revelamos capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características típicas de gêneros orais, como é o caso de seminários, palestras, entrevistas de emprego, defesa de direitos ou até mesmo opiniões em rodas de amigos. Em virtude disso, os PCN salientam que, na escola, o aluno deve aprender a planejar e utilizar a linguagem oral em situações de fala pública,

para tanto, cabe à instituição propor situações didáticas que contemplem atividades nas quais ele tenha a oportunidade de planejar previamente sua fala em função de determinada intencionalidade, das características do receptor e das exigências da situação de interação comunicativa.

As DCELP e a PCLP para EJA, além dessa recomendação referenciada pelos PCN, destacam a importância de se valorizar a variedade linguística usada pelo aluno em suas relações sociais cotidianas, principalmente quando esse aluno é um jovem ou adulto excluído do sistema escolar e, conseqüentemente, da sociedade, em virtude de não dominar o dialeto prestigiado da linguagem. Para que o domínio da modalidade oral da língua em instâncias públicas ocorra de modo satisfatório, o aluno precisa compreender que ele não fala “errado”, mas que existem diversas variedades de linguagem e que algumas delas são mais adequadas a determinadas situações. Nesse sentido, a escola deve acolher democraticamente todas as formas de se manifestar oralmente e, tomando como ponto de partida os conhecimentos linguísticos dos alunos, promover situações que os incentivem a falar para, posteriormente, apresentá-los à norma padrão, já que ela é um fator de agregação social e cultural necessário ao exercício da cidadania.

Para alcançar resultados satisfatórios nessa tarefa,

O trabalho com os gêneros orais deve ser consistente. Isso significa que as atividades propostas não podem ter como objetivo simplesmente ensinar o aluno a falar, emitindo opiniões ou em conversas com os colegas de sala de aula. O que é necessário avaliar, juntamente com o falante, por meio da reflexão sobre os usos da linguagem, é o conteúdo de sua participação oral. O ato de apenas solicitar que o aluno apresente um seminário, por exemplo, não possibilita que ele desenvolva bem o trabalho. É preciso esclarecer os objetivos, a finalidade dessa apresentação, e explicar, por exemplo, que apresentar um seminário não é meramente ler em voz alta um texto previamente escrito (PARANÁ, 2008, p.66).

O documento recomenda, ainda, que durante as atividades envolvendo a modalidade oral da língua, o aluno deve refletir sobre o conteúdo temático do gênero trabalhado, sobre os elementos linguísticos e estruturais que o compõem, sobre os argumentos utilizados na defesa de um ponto de vista e sobre o papel do locutor e do interlocutor na prática da oralidade, pois somente assim ele compreenderá os motivos pelos quais nem toda variedade linguística aplica-se a qualquer situação social.

Pensando em promover práticas que atendam a essas recomendações, após concluir as considerações sobre o gênero notícia, a *Coleção Tempo de Aprender* sugere que a turma seja dividida em dois grupos e faça uma pesquisa sobre como o sensacionalismo está presente na mídia impressa e na televisiva. Para tanto, propõe-se que os alunos assistam à programação de várias emissoras e selecionem os programas que apresentam esse perfil, bem como procurem em bancas e livrarias veículos de comunicação que noticiem os fatos de maneira chocante. Em seguida, pede-se que esse material seja levado para a sala de aula para que ambos os grupos exponham à turma suas constatações, ou seja, que partilhem com os colegas suas conclusões sobre como o sensacionalismo se manifesta na televisão e na mídia impressa.

Essa atividade permite ao aluno não só sistematizar seus conhecimentos a respeito do assunto, mas também comparar os recursos que se utilizam para atrair o interlocutor em ambas as situações, e funciona como um exercício prévio à prática da oralidade propriamente dita. Embora também exija que o aluno se manifeste verbalmente, visto que ele terá de expor à classe o que conseguiu descobrir em sua pesquisa, o trabalho proposto nesse momento funciona como atividade de preparação para a realização de um debate, o qual demanda mais domínio de certas habilidades orais, como é o caso da argumentação.

A prática de estimular a argumentatividade, vale lembrar, pode ser desenvolvida em sala de aula, conforme orientam as DCELP: “na participação de um debate, pode-se observar a argumentação do aluno, como ele defende seu ponto de vista” (PARANÁ, 2008, p.67). Entretanto, nesse momento, o desenvolvimento da oralidade não contempla o gênero notícia, mas um conteúdo a ela relacionado, a saber, a questão do sensacionalismo, fato que motivou sua abordagem em nosso trabalho.

Concluída a pesquisa, sugere-se que a turma escolha um assunto ligado à qualidade de vida das pessoas, pois ele norteia a unidade em que o capítulo em questão se insere, e o discuta do ponto de vista do sensacionalismo. A proposta de atividade, entretanto, não parece suficientemente clara, uma vez que fica a dúvida se a turma deve apelar para o sensacionalismo no momento de defender determinado ponto de vista sobre o tópico trabalhado, ou discutir como os meios de comunicação sensacionalistas noticiam fatos a ele relacionados.

Ainda em relação ao assunto da atividade, vale destacar que o material poderia trazer algumas sugestões que funcionassem como ponto de partida para o desenvolvimento do exercício. Além disso, simplesmente pede-se que antes de participar do debate o aluno reflita bastante sobre o assunto a ser focado, porém, para adotar um ponto de vista e selecionar argumentos coerentes que o defendam, não basta “refletir” sobre o tópico que será abordado, é preciso pesquisar em fontes diversas, selecionar argumentos, enfim, planejar o trabalho que será desenvolvido. Não há nenhuma orientação sobre essa atividade no Manual do professor, desse modo, cabe ao educador, por si só, ajustar a preparação do desenvolvimento do exercício.

Já no que diz respeito à construção composicional do gênero, as orientações parecem suficientes. Explica-se detalhadamente como deve funcionar um debate, isto é, um membro do grupo atuará como mediador, que deve apresentar o assunto, passar a palavra aos participantes, controlar o tempo de cada um e fazer as intervenções necessárias, enquanto os demais escutam o que o outro tem a dizer, podendo concordar ou não com suas orientações. Desse modo, além de estimular o educando a manifestar-se verbalmente, o exercício incentiva a desenvolver a habilidade de argumentar, extremamente necessária em uma sociedade que valoriza cidadãos críticos.

Por meio das orientações oferecidas, podemos notar que o material se preocupa em disponibilizar algumas informações básicas ao desenvolvimento da atividade, como é o caso da estrutura do debate, ou seja, sua forma de organização, porém, não há especificações claras sobre o estilo de linguagem que se deve usar, nem sobre o objetivo da proposta.

Outro detalhe digno de nota refere-se ao fato de que não há, ao longo de toda a atividade, um esclarecimento a respeito do que consiste um debate, isto é, não se define o gênero nem se sugere que a turma assista a algum debate antes de produzir um. Quando se trata da produção de textos escritos, o comum é que seja apresentado um conceito e vários modelos do gênero antes de submeter o aluno a uma situação de produção, entretanto, quando o exercício está voltado para os gêneros orais, fica a impressão de que basta dizer como tudo funciona e o aluno será capaz de produzi-los sem qualquer dificuldade.

A *Coleção Viver, Aprender*, por sua vez, opta por estimular a prática da oralidade de uma maneira mais simples. Na seção “Preparar para falar”, sugere-se:

Imagine que você é um locutor/ apresentador de jornal, do rádio ou da TV, e narre uma notícia para o ouvinte/ telespectador. Procure usar o padrão culto da língua, evitando gírias e pronunciando as palavras com clareza. No caderno, faça anotações sobre o texto que você vai falar. Ensaie sua apresentação. No seu momento, fique com as anotações em mãos, para o caso de esquecer alguma informação (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009a, p.51).

A atividade propõe que o aluno coloque-se no lugar de um locutor ou apresentador de jornal televisivo e noticie um acontecimento. Essa proposta, embora seja artificial, pode conduzir o aluno a verificar as diferenças existentes entre uma notícia escrita e outra oral, ou, melhor dizendo, oralizada e, ao mesmo tempo, representa um avanço em relação à proposta da *Coleção Tempo de Aprender*, que abandona a notícia no momento de desenvolver a prática da oralidade. No entanto, o comando apresenta-se demasiadamente simplório, porque, para chegar à apresentação é necessário, antes, passar por um longo processo de planejamento do texto, desde a escolha do assunto, dos acontecimentos que serão privilegiados, até a compreensão dos elementos que devem ser contemplados em uma apresentação dessa natureza, como é o caso da entonação, um recurso que pode tanto revelar a imparcialidade quanto a opinião explícita do locutor, da gesticulação, da expressão facial, da posição corporal etc.

Assim sendo, não basta “fazer anotações sobre o que vai falar”, mas efetivamente construir o texto da notícia e, em seguida, adaptá-lo à apresentação oral, excluindo informações secundárias e, ao mesmo tempo, inserindo comentários necessários à interação locutor-interlocutor que não acontece na mídia impressa. Desse modo, nesta atividade em específico, desenvolver a habilidade oral em articulação à prática da escrita seria produtivo, uma vez que, conforme comentam as DCELP, “a comparação entre as estratégias específicas da oralidade e aquelas da escrita faz parte da tarefa de ensinar os alunos a expressarem suas ideias com segurança e fluência” (PARANÁ, 2008, p.68).

O que podemos observar, ao analisar essa proposta de produção, é que o livro didático apresenta uma concepção ingênua do que seja a oralidade. No entanto, conforme afirma Meditsch (2005), mídias como o rádio possuem uma linguagem, uma gramática e uma sintaxe específica, as quais se constituem por meio de formas sonoras e não sonoras representadas pela música, pela palavra, pelos efeitos sonoros, e até mesmo pelo silêncio, por vezes comum nos momentos em que, ao anunciar determinada notícia,

se intercala texto escrito e a improvisação verbal, prática recorrente também em alguns jornais televisivos. Sendo assim, ao propor a realização de uma atividade que envolve o gênero notícia oral, faz-se fundamental conscientizar o aluno sobre todos os fatores que estão envolvidos em seu processo de produção, já que disso depende a compreensão do gênero como um todo.

No Manual do Educador não há outras orientações para o desenvolvimento da atividade, porém, conforme propõem Baltar & Costa (2010), caso a instituição de ensino disponha de uma rádio escolar, a atividade poderia ser estendida e ganhar uma nova dimensão: em vez que relatar somente acontecimentos fictícios em sala de aula, poder-se-ia eleger fatos reais, de interesse da comunidade escolar, e noticiá-los na hora do intervalo. Isso aproximaria o aluno cada vez mais da esfera de circulação original do gênero em questão.

Se considerarmos as recomendações dos documentos oficiais, os quais propõem que a prática da oralidade junto a alunos de EJA procure estimular o aluno a falar, capacitando-o para fazer uso da linguagem oral nas mais diversas situações de interação comunicativa, observaremos que a proposta de trabalho de ambas as coleções, apesar de apresentarem alguns aspectos positivos, carecem de maior clareza e detalhamento sobre como proceder durante a realização da atividade.

3.3.4 Análise linguística

A prática da análise linguística (AL), para as DCELP, refere-se ao estudo de conhecimentos linguístico-discursivos que os alunos devem adquirir e que, nesse sentido, não pode se confundir com o ensino de gramática tradicional, mas funcionar como um suporte para a prática de leitura, escuta e produção de textos, tanto orais quanto escritos. Ao adotar o texto como unidade e os gêneros como objeto de ensino, o desenvolvimento de atividades de AL precisa visar, como objetivo maior, a verificação de como os elementos verbais (os recursos disponibilizados pela língua) e os extra verbais (situação de produção) atuam na construção do sentido do texto.

Os exercícios de reflexão sobre a língua, nessa perspectiva, precisam conduzir o aluno à observação do texto como resultado de opções temáticas, estilísticas e composicionais feitas pelo autor, tendo em vista seu interlocutor. Desse modo, cabe ao

professor elaborar atividades que permitam ao educando a compreensão de como os elementos gramaticais ligam palavras, frases e parágrafos, retomando ou enfatizando as ideias defendidas pelo autor do texto.

O trabalho de reflexão sobre a linguagem, nesse sentido, deve levar o aluno a compreender de que maneira os gêneros cristalizam certas práticas sociais e discursivas, para tanto, é preciso, em primeiro lugar, selecionar os gêneros que serão trabalhados e, a partir deles, definir os elementos gramaticais que constituirão o foco de análise. Desse modo, os caminhos metodológicos que devem ser seguidos partem da observação da língua em uso, isto é, de enunciados reais, situados sócio-historicamente, não da identificação e classificação de estruturas gramaticais em frases descontextualizadas.

De acordo com a PCLP

[...] nos cursos da EJA, o trabalho com a análise lingüística deve ser, antes de tudo, proveitoso. O conjunto de assuntos selecionados tem de estar inserido em um contexto; deve ser amplamente discutido, para ficar evidenciada sua significação; tem de estar indissociavelmente ligado às práticas de linguagem: à escuta, à leitura e à produção de textos; deve refletir os constantes avanços dos estudos lingüísticos e estar sujeito a um processo contínuo de revisão e de crítica (BRASIL, 2002b, p.17).

Para bem desenvolver essas atividades, o documento sugere ainda que se privilegie uma abordagem descritiva da língua, que se preocupe em mostrar como elas são usadas em diferentes grupos sociais, uma vez que o aluno da EJA sofre com o confronto entre as variantes lingüísticas, pois na prática a escola não valoriza a variedade usada pelo aluno e por seu grupo social.

Ao analisar essas considerações, podemos notar que a prática de AL, dentre os eixos que constituem o ensino de língua, é o mais inquietante e de difícil operacionalização, pois pode facilmente se confundir com o simples ensino de teoria gramatical, embora, conforme comenta Mendonça (2006, p.205), ela tenha surgido “para denominar uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema lingüístico e sobre os usos da língua, com vistas ao tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos”. De acordo com o Manual do Educador de ambas as coleções, entretanto, as obras seguem a perspectiva segundo a qual a AL funciona como suporte para a

leitura e produção de textos, isto é, uma ferramenta para aprofundar as especificidades dos gêneros do discurso estudados.

A *Coleção Tempo de Aprender* propõe exercícios relacionados a esse eixo na seção “Um olhar para a língua”, a qual se manifesta duas vezes no momento em que é abordado o gênero notícia, contemplando o estudo de tempos verbais, de artigos e de pronomes.

Os primeiros exercícios propostos solicitam que o aluno retorne à primeira página do jornal *O Dia*, reproduzida na íntegra, identifique qual o tempo verbal empregado na manchete (“Governo perde, mínimo vai a R\$275 e povo fica tonto”) e explique por que ele costuma aparecer nas manchetes jornalísticas. Pretende-se, nesse caso, que o educando constata a ocorrência do tempo presente nos títulos das notícias, empregado com o objetivo de conferir atualidade ao fato, mesmo que ele já tenha ocorrido, um aspecto linguístico intrínseco à construção composicional e que, ao mesmo tempo, está atrelado à função social do gênero, visto que as pessoas só se interessam por fatos atuais.

Logo em seguida, são expostos quatro excertos, dois retirados de textos jornalísticos e dois de textos literários, dos quais são destacadas em negrito palavras e expressões que indicam tempo, como é o caso de “hoje”, “no sábado”, “era uma vez” e “muito antes de nós nascermos”. A partir disso questiona-se em quais delas há a indicação exata do tempo em que os fatos ocorreram, em quais delas isso não ocorre com precisão e por que isso acontece. Mais uma vez, pretende-se que o aluno constata a necessidade típica da esfera jornalística de informar os fatos pontualmente, uma vez que isso confere credibilidade ao texto, uma exigência incomum na esfera literária.

Nesse caso, é evidente que os elementos linguísticos são retomados com o objetivo de verificar qual seu papel na produção de sentidos do texto, tendo em vista as necessidades de seu ambiente de circulação original, uma proposta coerente com a PCLP EJA, que afirma: “Se as práticas de linguagem produzem textos, refletir a respeito da linguagem é, necessariamente, debruçar-se sobre as características que esses textos assumem em função do gênero a que se filiam” (BRASIL, 2002a, p.17). Como se percebe, o trabalho sugerido realmente foge ao estudo da teoria gramatical, embora se resume a uma abordagem breve: depois dos exercícios mencionados, não há mais qualquer referência ao assunto, passa-se a tratar sobre os artigos, um problema

possivelmente decorrente da supressão de conteúdos típica dos materiais didáticos destinados à Educação de Jovens e Adultos, aspecto identificado por Mello (2010) em sua pesquisa.

O exercício seguinte apresenta dois títulos de notícias: “Dentista vai à justiça contra a falta d’água” e “Garoto se perde da mãe em feira livre”, aos quais é acrescentado, em negrito, o artigo definido “o” antes da primeira palavra. Solicita-se, então, que o aluno observe os títulos e, a partir dos conhecimentos que tem sobre o gênero, identifique se o artigo pertence, de fato, aos títulos, ao que se espera que ele responda não²⁰.

Para dar continuidade ao processo reflexivo, questiona-se se o aluno conhece o dentista e o garoto mencionados, na esperança, mais uma vez, de receber uma resposta negativa. Por fim, interroga-se se as palavras destacadas em negrito, ou seja, os artigos, parecem adequados às manchetes, pergunta que o conduz a observar que o emprego dessa classe gramatical não costuma aparecer nesse elemento da composição das notícias uma vez que o leitor não possui proximidade com as pessoas envolvidas no fato noticiado.

Apesar de pertinente, o processo desenvolvido para chegar a essa constatação poderia abordar o assunto de forma mais completa. Afinal, conforme já verificamos, os artigos são suprimidos nos títulos das notícias também na tentativa de conferir maior concisão e efeito de impacto durante a leitura, chamando a atenção do interlocutor, uma referência não mencionada no decorrer dos exercícios.

Ainda fazendo menção aos artigos, o material apresenta uma notícia sobre uma pesquisa realizada pelo Datafolha com o objetivo de identificar quais os maiores desejos dos paulistanos, da qual são suprimidos todos os artigos, independente de número e gênero. Depois, pede-se que o aluno complete as lacunas deixadas com as palavras sugeridas (“o”, “a”, “os” e “as”) e verifique se, sem a presença delas, o texto seria compreendido. De fato, a compreensão da notícia é prejudicada parcialmente, mas isso não impede sua leitura, já prevendo essa resposta, o material expõe logo em seguida outra atividade, a qual questiona se é comum falarmos ou escrevermos sem essas palavras, o que, sem dúvida, leva o aluno a apresentar uma resposta negativa, uma vez que essa estrutura é típica da língua portuguesa e, mesmo que ele não saiba teorizar

²⁰ Durante toda a atividade, vale destacar, não aparece a nomenclatura “artigo”, faz-se referência a essa classe gramatical somente por meio da indicação “palavra”.

sobre o assunto, pode responder à questão por meio de sua experiência, já que é um falante nativo do idioma.

Desse modo, o aluno constata facilmente que, embora utilize o artigo em suas manifestações orais e escritas, ele não costuma aparecer em títulos de notícias, pelas razões já mencionadas. Somente depois de todo esse processo é apresentado um quadro com a definição e os principais usos de artigos definidos e indefinidos, seguidos de alguns exemplos, ou seja, há uma metodologia de transposição didática que, possivelmente, procura simplificar o modo de apresentar esse conteúdo em função do público ao qual o material didático se destina. Podemos notar, nesse sentido, que a obra opta por focalizar, em primeiro lugar, os usos de determinado elemento linguístico, para somente depois teorizar sobre ele, uma proposta que foge aos princípios do ensino de teoria gramatical e atende aos pressupostos dos PCN de trabalhar seguindo a perspectiva do USO – REFLEXÃO – USO.

Logo após o estudo da crônica de Rubem Braga, que, como vimos, apresenta duas “notícias” em seu desenvolvimento, há uma nova seção intitulada “Um olhar para a língua”, a qual contempla apenas um exercício:

Leia este trecho retirado da crônica:

“Depois de várias rodadas, Joca declarou que pagaria toda a despesa. Ananias e Pedro protestaram, alegando que **eles** já estavam na mesa antes. Joca, entretanto, insistiu, seguindo-se uma disputa entre os três homens que terminou com a intervenção do referido empregado, que aceitou a nota que Joca **lhe** estendia.”

- a) Quais personagens participam das ações presentes nesse trecho?
- b) A qual classe de palavras os termos que nomeiam as personagens pertencem?
- c) O termo “eles” retoma ou substitui que palavras do trecho?
- d) O termo “lhe” se refere a que personagem da história?
- e) Se não houvesse o uso dos termos “eles” e “lhe” quais palavras teriam que ser repetidas?
- f) Nesse caso, qual a importância do uso dos termos em destaque?
- g) Se as personagens Ananias, Pedro e Joca estivessem contando a própria história, que palavra do quadro a seguir usariam para falar de si próprios?

Ele – Eles – Nós

(SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.68)

Nesse momento, como verificamos sem dificuldade, os elementos linguísticos contemplados não se referem àqueles que são típicos da notícia, inclusive porque o texto

não pode ser considerado um representante prototípico desse gênero, mas julgamos relevante mencionar o referido exercício na tentativa de mostrar que a obra não propõe o ensino de pura teoria gramatical, mas incentiva a reflexão acerca de determinados elementos linguísticos no contexto dos textos analisados, ou seja, propõe o estudo dos conteúdos gramaticais “a partir de seus aspectos funcionais na constituição da unidade de sentido dos enunciados”, conforme sugerem as DCELP (PARANÁ, 2008, p.78).

Na atividade transcrita propõe-se, mais uma vez, um percurso até chegar ao ponto de interesse: o uso dos pronomes pessoais. Somente depois de verificar a quem eles se referem e qual seu papel no trecho destacado o material apresenta um quadro explicativo sobre o que são e quais os tipos de pronomes pessoais existentes, seguindo a perspectiva adotada no momento em que é trabalhada a questão dos artigos.

Por meio da abordagem sugerida, podemos notar que os elementos característicos do estilo de linguagem da notícia, além de outros que podem aparecer em diversos textos, são levantados a partir dos exercícios, o que, em parte, explica a ausência de uma descrição detalhada das características do gênero ao longo do capítulo, como ocorre com o material da Global. Em vez de oferecer a teoria pronta, o material opta por construí-la a partir de questionamentos lançados ao aluno, que constatará esses traços a partir da observação de trechos de notícias ou de textos pertencentes a outros gêneros. A única inviabilidade da proposta é, de fato, seu caráter demasiadamente sintético.

A *Coleção Viver, Aprender*, por sua vez, adota uma postura diferente. Apesar de o Manual do Educador mencionar que “a análise linguística é mais do que estudar gramática” (BAZZONI et al, Vol. 1, 2009b, p.11), na prática, observa-se a repetição de uma metodologia normativa de ensino de língua.

Os conteúdos referentes aos elementos linguísticos típicos da notícia já apareceram quando foram expostas as características desse gênero, conforme verificamos quando analisamos as explicações referentes aos tempos verbais comuns a ele, um conteúdo que, apesar de ser teorizado, não aparece em exercícios práticos. Entretanto, há outro item apresentado sob o título “Uso de substantivo, artigo, adjetivo e a concordância nominal” que contempla questões pertinentes a esse eixo do ensino de língua portuguesa.

Por meio dos conhecimentos que temos sobre o gênero, imaginamos que, ao longo da seção, serão trabalhados os motivos que levam os jornalistas a excluir, por exemplo, o emprego de adjetivos do texto jornalístico, uma vez que eles denotam marcas do posicionamento do produtor do texto; ou ainda porque os títulos são construídos primordialmente com substantivos e verbos, excluindo os artigos, mas isso não acontece.

O foco da seção recai, primordialmente, sobre a concordância nominal. Para isto, adota-se o título de uma notícia (“Mães realizam protesto”) e acrescentam-se a ele alguns adjetivos e artigos, o que resulta em “As mães paranaenses realizam um protesto organizado”. No entanto, os efeitos de sentido que isso provoca e qual sua (im) pertinência quando se pensa no gênero notícia não são problematizados, limita-se, ao contrário, a indicar que as palavras incluídas nas frases combinam em gênero e número com as que já faziam parte dela.

Logo em seguida é exposto um quadro que ocupa uma página inteira, o qual se destina a mostrar o plural de substantivos terminados em -ão, um conteúdo totalmente desvinculado dos efeitos de sentido que os elementos gramaticais podem produzir na leitura do gênero notícia. Conforme comenta Mendonça (2006), essa prática vincula-se ao estudo da gramática isolada, porque privilegia o estudo da metalinguagem em detrimento das atividades epilinguísticas.

Na continuidade da explicação aparecem dois outros tópicos, intitulados, respectivamente, “Pontuação” e “Sinônimos e uso do dicionário”. O primeiro deles, como era de se esperar, apresenta um quadro contendo os principais símbolos convencionados para pontuar textos e seus significados, nesse momento, são discutidos de modo especial as aspas e os parênteses, para tanto, resgatam-se dois trechos do texto sobre o assalto a igrejas em São Paulo para exemplificar situações em que eles podem ser empregados. No entanto, não há uma problematização que envolva as especificidades do gênero notícia, os sinais são abordados de uma perspectiva bastante ingênua, quando na verdade não o são.

As aspas, por exemplo, apesar de indicarem a fala de alguém no corpo da notícia, conforme o material menciona, não o fazem sem uma intenção bem determinada, como mostra Benites (2002). É preciso que o aluno compreenda porque esses trechos são utilizados. As aspas são empregadas para que o redator delimite o

trecho da fala de outrem, de modo a não se comprometer em virtude do conteúdo das declarações citadas, ou até mesmo para enfatizar alguma declaração polêmica, o que aumenta o efeito de objetividade e confere credibilidade ao texto.

Ao abordar a questão dos sinônimos observamos, novamente, uma linha de análise demasiadamente simplória. A definição de sinônimo presente no texto não está inadequada, pelo contrário, ela é bastante pertinente e exemplificada com grupos de palavras presentes na notícia que abre o capítulo. Entretanto, isso não explica o efeito de sentido que o uso de uma ou outra palavra pode produzir no corpo de um texto jornalístico, pois, dependendo do vocábulo utilizado, o redator permite que suas ideologias e crenças sejam manifestadas na escrita. Em virtude disso, as escolhas lexicais de todo e qualquer texto jornalístico devem ser pensadas cuidadosamente, uma questão sequer mencionada pelo material.

Concluídas as considerações teóricas, aparecem algumas atividades que, igualmente, não produzem uma reflexão crítica sobre os assuntos mencionados. Observemos:

5) Amplie a frase a seguir acrescentando um artigo e um adjetivo aos substantivos sublinhados:
“Cientistas pesquisam animais”

6) Reescreva as frases sem os artigos e os adjetivos:

- a) Uma noite estrelada alegre uma alma triste.
- b) “A violência urbana é uma enfermidade contagiosa” (Dráuzio Varella) (SILVA et al, Vol. 1, 2009a, p.53).

Se nos dispusermos a analisar pormenorizadamente esses exercícios, verificaremos que eles solicitam apenas a inclusão ou retirada de palavras das frases oferecidas, sem qualquer problematização do efeito de sentido que isso provoca. Todas as sentenças, inclusive, são descontextualizadas, nem mesmo fazem parte de algum representante do gênero notícia, o que inviabiliza a discussão do efeito de objetividade e neutralidade exigido em sua redação.

Desse modo, fica evidente que a perspectiva de abordagem do material é primordialmente gramatical, sem qualquer indício de uma verdadeira prática de análise linguística, como propõem os documentos oficiais que regulamentam o ensino de LP. A *Coleção Tempo de Aprender*, por sua vez, embora problematize poucos elementos linguísticos e os efeitos de sentido que eles produzem em textos jornalísticos, apresenta

uma progressão que resulta em um trabalho coerente com a proposta dos documentos oficiais, pois, apesar de breve, a soma de todos os aspectos trabalhados (verbos, pronomes e artigos) mostra que os elementos linguísticos têm uma função determinada na notícia, intimamente relacionada às especificidades de sua esfera de circulação.

Após finalizar o trabalho de análise sobre o modo como as *Coleções Tempo de Aprender e Viver, Aprender* propõem o estudo dos eixos norteadores do ensino de LP, podemos notar que, ora elas atendem, ora entram em conflito com os pressupostos dos documentos oficiais que regulamentam o ensino. Ao trabalhar o desenvolvimento da habilidade de leitura, excetuado o momento em que o material da IBEP promove a comparação entre as primeiras-páginas de diferentes jornais impressos, nenhuma delas prioriza exercícios que estimulem a formação de um aluno-leitor crítico, pelo contrário, a maioria das atividades propostas limita-se à identificação de elementos superficiais dos textos, como é o caso dos aspectos que compõem o lide.

As propostas de escrita, por sua vez, apesar de atenderem a parte das condições de produção sugeridas pelos documentos oficiais, carecem de atividades preliminares que permitam ao aluno ler mais exemplares do gênero e lhe propiciem subsídios para produzir os elementos pertencentes a uma notícia, ou seja, praticar a escrita de títulos, lides e, especialmente, de corpos de notícias antes da produção propriamente dita. De modo geral, as maiores carências verificadas em ambos os casos dizem respeito à exposição das estratégias que se pode adotar para bem realizar as atividades sugeridas.

Em relação à prática da oralidade, a situação é parecida. A *Coleção Tempo de Aprender*, apesar de propor um exercício que explora a capacidade argumentativa do aluno, fundamental ao exercício da cidadania, abandona a notícia e aborda outro gênero nesse momento, o debate, sem explicar em que ele consiste, nem especificar o estilo de linguagem que se deve usar, e o objetivo da proposta. O material da editora Global, por sua vez, mantém o estudo da notícia ao propor um exercício oral, porém, carece de maior clareza e detalhamento sobre como proceder durante a realização da atividade.

As considerações sobre a AL, por fim, na verdade aparecem somente no material da IBEP. A *Coleção Viver, Aprender* limita-se ao estudo da concordância verbal, sem articular o estudo dos elementos linguísticos aos efeitos de sentidos que eles produzem na notícia, tendo em vista suas condições de produção, circulação e recepção.

Concluído esse processo reflexivo referente à abordagem da notícia na disciplina de LP, a qual fornece ao aluno os conhecimentos básicos sobre o gênero, passamos, no próximo capítulo, a verificar com qual objetivo os demais componentes curriculares o incluem em seu conteúdo programático.

CAPÍTULO 4

O GÊNERO NOTÍCIA NOS DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES

No capítulo anterior, verificamos como a notícia é contemplada no conteúdo programático da disciplina de língua portuguesa em ambas as coleções indicadas pelo PNLDEJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental. A partir de agora, nos dedicaremos à análise da abordagem que os demais componentes curriculares fazem desse gênero e, em certos momentos, do jornal impresso enquanto suporte textual, procurando identificar que papel eles exercem no estudo dos conteúdos que compõem as disciplinas em questão.

Antes disso, porém, faz-se fundamental tecer alguns comentários sobre a interdisciplinaridade, elemento que, segundo os documentos oficiais responsáveis por regulamentar o ensino, deve nortear o projeto político-pedagógico das escolas e, conseqüentemente, os materiais didáticos nelas utilizados.

4.1 INTERDISCIPLINARIDADE

Discorrer a respeito da interdisciplinaridade no âmbito educacional pressupõe que abordemos, em primeiro lugar, a questão das disciplinas escolares, definidas pelas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica (PARANÁ, 2008) como campos do conhecimento que se identificam por conteúdos estruturantes e por quadros teóricos conceituais determinados. Isso significa que elas se constituem a partir de um conjunto de conhecimentos específicos do saber, organizados ordenadamente, que são apresentados ao aluno por meio de certos procedimentos didáticos.

Durante um longo período, conforme comenta Fazenda (1999), as disciplinas que constituem o currículo escolar foram concebidas como áreas distintas e estanques, o que levou a escola a fragmentar e a compartimentar os saberes transmitidos aos alunos. Entretanto, percebeu-se que essa fragmentação impedia a criança e o adolescente de compreenderem as correlações existentes entre os diversos domínios do conhecimento, o que passou a representar um problema, pois, na prática, os acontecimentos do cotidiano articulam uma série de fatos oriundos de diversos campos.

Em função dessa constatação, a partir da década de 1970 teve início a preocupação em promover a interdisciplinaridade na escola, processo que, para Japiassu (1976, p.74), “caracteriza-se [...] pelo grau de interação real das disciplinas dentro de um mesmo projeto de pesquisa”. Na perspectiva do autor, como podemos notar, a interdisciplinaridade é concebida no âmbito da elaboração de projetos – normalmente voltados para determinado assunto – que interligam saberes de diferentes áreas.

Entretanto, ela não se restringe a esse contexto. Segundo as DCELP, as práticas interdisciplinares se estabelecem quando

- Conceitos, teorias ou práticas de uma disciplina são chamados à discussão e auxiliam a compreensão de um recorte de conteúdo qualquer de outra disciplina;
- Ao tratar do objeto de estudo de uma disciplina, buscam-se, nos quadros conceituais de outras disciplinas, referenciais teóricos que possibilitem uma abordagem mais abrangente desse objeto (PARANÁ, 2008, p.27).

Nesse caso, não é estritamente necessário desenvolver um projeto de pesquisa para articular conhecimentos de diversas áreas, isso pode ser feito no decorrer do ano letivo, sempre que conceitos, teorias e/ou práticas de uma disciplina possam auxiliar a compreender ou a abordar de forma mais abrangente o conteúdo de outra. Adotar essa postura em sala de aula pressupõe admitir que as disciplinas escolares não são fechadas, mas chamam umas às outras e podem ser enriquecidas na medida em que se abram ao diálogo com diferentes áreas do conhecimento, em que permitam o estabelecimento de relações de complementaridade, convergência e interconexões entre os saberes, isto é, que permitam a manifestação das relações dialógicas típicas da interação humana tão comentadas por Bakhtin em seus estudos.

Essa perspectiva interdisciplinar é considerada norteadora das coleções didáticas analisadas uma vez que ambas trabalham com assuntos particulares em cada obra ou unidade, os quais são abordados sob o ponto de vista de todas as disciplinas que constituem o currículo escolar, ou seja, a interdisciplinaridade fundamenta-se no compartilhamento de conteúdos. A *Coleção Tempo de Aprender*, por exemplo, adota como tópico de discussão questões relativas ao meio ambiente, à cidadania, à qualidade de vida, e esses assuntos são abordados sob a perspectiva da Matemática, da História, da Geografia, da Língua Portuguesa, das Ciências Naturais etc.; prática que se assemelha a

uma das sugestões da PCLP EJA para a elaboração de atividades interdisciplinares no contexto dessa modalidade de ensino:

Para realizar atividades em consonância com outras áreas, pode-se, por exemplo, usando um tema como *condições de moradia*, ler uma adaptação do romance *O cortiço* e confrontá-la com a versão original de Aluísio de Azevedo. Para aprofundar as discussões, pode-se colocar a pergunta: “Por que adoecemos tanto?” e a partir daí abordar os conteúdos de forma interdisciplinar. Assim, em Ciências, os conteúdos seriam, por exemplo, as condições de higiene e o saneamento básico; em Geografia, as modalidades de habitação e políticas públicas referentes à moradia nos grandes centros; em História, a concentração urbana e os processos de migração do campo para a cidade; em Língua Portuguesa, além do desenvolvimento de aspectos referentes à leitura, pode ser desenvolvida a elaboração de roteiro de entrevista com moradores de cortiços, com a finalidade de registrar diversas variantes da língua dos moradores, relato de experiências tanto na forma oral quanto na escrita; em Matemática, a partir das entrevistas e/ou pesquisas comparadas, fazer levantamento de índices como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) junto à população de cortiços (BRASIL, 2002b, p.57).

Ao considerarmos as questões que envolvem a interdisciplinaridade sob a perspectiva adotada pelas DCELP, podemos notar que um trabalho que a envolva percorre outros âmbitos além das questões temáticas: o estudo dos gêneros do discurso. Estabelecer essa relação é possível pois o documento menciona que a interdisciplinaridade ocorre sempre que conceitos, teorias ou práticas, isto é, elementos pertencentes ao objeto de estudo de um componente curricular, ajudam a ampliar ou a compreender os conteúdos de outro. Sendo assim, ao serem incluídos no conteúdo programático de diversas matérias, os gêneros do discurso assumem um caráter interdisciplinar, visto que eles foram delimitados pelos PCN como objeto de ensino de Língua Portuguesa, entretanto, o texto e, em consequência, os gêneros, não são utilizados somente em língua portuguesa, mas em todas as áreas que compõem o currículo escolar, uma vez que eles recuperam certas especificidades de sua esfera de circulação que podem ajudar a compreender determinados conteúdos escolares.

Resta-nos descobrir qual o uso que cada disciplina faz dos gêneros do discurso, ou seja, de que maneira eles são recuperados com vistas a contribuir com a compreensão ou ampliação de seus conteúdos estruturantes, questionamento que procuramos responder na sequência. Para isso, salientamos que, em ambas as coleções analisadas, o primeiro componente curricular sugerido para estudo é o de Língua

Portuguesa, desse modo, ao entrar em contato com o conteúdo abordado pelos demais, o aluno já tem alguns conhecimentos sobre o gênero notícia, visto que, na EJA, cursa-se uma disciplina por vez, e não todas simultaneamente, como ocorre no ensino regular.

4.2 MATEMÁTICA

Embora pertençam a domínios distintos, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática possuem um traço em comum que, inclusive, é mencionado pela Proposta Curricular de Matemática para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2002c): o texto. O referido documento apresenta um item intitulado “Quando o texto vai à aula de Matemática”, o qual destaca que “É fundamental propiciar situações em que jovens e adultos verbalizem e registrem suas idéias [...] Por isso é importante o professor estimular a produção de textos” (Ibid., p. 31), mesmo quando o objetivo principal da aula está direcionado para a aprendizagem de questões numéricas.

Algumas páginas adiante, o documento ressalta que textos pertencentes à esfera jornalística, em virtude da necessidade de apresentarem dados precisos, podem funcionar como uma excelente fonte para o estudo do componente curricular em questão:

Jornais e revistas são recursos didáticos ricos em dados e informações e de fácil acesso aos jovens e adultos. Por isso, podem ser utilizados nas aulas de Matemática, para a leitura e interpretação não apenas de gráficos e tabelas, mas também para a discussão dos textos (BRASIL, 2002c, p.35).

Essa proposta, sem dúvida, é adotada pela *Coleção Tempo de Aprender*, que contempla várias vezes o gênero notícia nas páginas destinadas à disciplina de Matemática nas quatro obras que a constituem, seguindo exatamente essa perspectiva. A primeira ocorrência é encontrada no capítulo 4, intitulado “O ‘ler matematicamente’”, da unidade 2 do volume 1 da coleção, a qual aborda o tópico “Cidadania e leitura”.

Na seção “Pra começo de conversa”, que inicia o capítulo, expõe-se o seguinte fragmento de texto:

Leia com atenção o texto a seguir.

A água sem tratamento e a falta de saneamento básico causam a morte de milhares de pessoas por ano no Brasil. O Brasil tem 7,5 milhões de domicílios sem banheiro. No Piauí, em 1998, doenças relacionadas à falta de saneamento básico, como a diarreia, vitimaram 10.844 pessoas, número maior do que o de homicídios na região metropolitana de São Paulo naquele ano. A Região Sudeste ocupa uma posição muito boa em

relação ao saneamento básico: o número de municípios com rede de esgoto é bastante elevado, mas isso apenas não basta para que a situação de saneamento básico seja boa. Há ainda a questão da água. Nessa região, são poucos os municípios que ainda não têm água encanada; porém, em alguns Estados, isso não acontece.

Folha de S. Paulo, 28 jan. 2002.

Figura 15: Texto sobre falta de saneamento básico no Brasil (Coleção Tempo de Aprender, vol. 1, p.133).

O excerto aborda as consequências da falta de saneamento básico e da distribuição de água tratada em algumas regiões do país. Visualmente, ele não parece ser um representante do gênero notícia, afinal, não há a indicação de título, subtítulo, nem a segmentação em parágrafos que distingam lide e corpo do texto, ou seja, ele não apresenta a composição típica do gênero. Até mesmo seu conteúdo deixa o leitor com dúvidas, pois ele poderia facilmente ser encontrado em um trecho de reportagem, gênero que, como vimos, aborda algum assunto de forma abrangente, e não um fato pontual (FRANCESCHINI, 2004).

Não há dúvidas, entretanto, de que o texto pertence à esfera jornalística, uma vez que foi retirado da Folha de S. Paulo, conforme indica a fonte localizada logo abaixo do fragmento. Ao consultar o Manual do Educador, encontramos um comentário referente ao texto em questão que ajuda a dissipar e, ao mesmo tempo, a manter nossas desconfianças a respeito do gênero ao qual ele pertence: “Introduzimos este capítulo com uma **notícia de jornal**, na qual apresentamos a situação do saneamento básico no Brasil e em algumas regiões específicas” (SILVA et al, Vol. 1, 2009b, p.138) (grifo nosso). De acordo com os autores da obra, como podemos notar, o excerto faz parte, efetivamente, de uma notícia, no entanto, não podemos confiar totalmente nessa afirmação, afinal, devemos lembrar que ele está incluso no componente curricular de Matemática, o qual foi elaborado por docentes formados nessa área, isto é, por pessoas que, de modo geral, não se debruçam sobre o estudo dos gêneros do discurso, o que facilita a confusão entre uma notícia e uma reportagem.

Independentemente dessa desconfiança, optamos por mencionar essa possível ocorrência do gênero uma vez que ela esclarece, de imediato, o objetivo geral da

abordagem da notícia nessa disciplina: promover o letramento matemático do aluno. Após a apresentação do texto, seguem-se seis exercícios, os quais focalizam as representações numéricas nele presentes, em especial a que diz respeito aos 7,5 milhões de domicílios sem banheiro, questionando o aluno se ela se refere a um número natural ou não e solicitando que o educando a escreva de outra forma, isto é, por extenso ou por meio da representação não abreviada (7.500.000), exercícios que ele tem condições de responder, pois tais especificações são desenvolvidas nos capítulos antecedentes.

Logo após as atividades, sugere-se uma releitura do texto e diz-se: “Para que uma pessoa seja considerada alfabetizada, não basta que ela saiba reconhecer as letras do alfabeto, formar palavras e construir frases. A característica que diferencia uma pessoa realmente alfabetizada das outras é sua capacidade de entendimento e interpretação dos textos que lê” (SILVA et al, Vol. 1, 2009a, p.133). Esse comentário demonstra que a obra está, de fato, preocupada em conduzir o aluno não só ao reconhecimento dos números presentes nos textos, mas também em fazê-lo compreender o que as diversas representações numéricas significam, de modo que possa interpretar melhor os textos, afinal, sete milhões e quinhentas mil residências sem saneamento básico indicam que as dimensões do problema são realmente alarmantes.

Ainda no mesmo capítulo é apresentada outra notícia, retirada do sítio do IBGE²¹, sobre uma pesquisa que revela as mudanças nos hábitos de consumo dos brasileiros nos últimos trinta anos. Dessa vez o texto já conta com mais elementos característicos da composição desse gênero, como é o caso do título, no entanto, o lide e algumas partes do corpo do texto são omitidos, o que revela a tendência de trazer para o material didático somente os fragmentos da notícia que interessam ao contexto imediato de situação de ensino.

Seguindo a perspectiva sugerida pela Proposta Curricular de Matemática para a EJA (PCM EJA), o material propõe atividades que, além de novamente direcionarem o olhar do aluno para as representações numéricas que ali constam, aspecto típico do estilo de linguagem do gênero que lhe confere confiabilidade, promovem uma interpretação do texto na medida em que questionam as possíveis causas das mudanças reveladas pela pesquisa, um tipo de trabalho que nem mesmo os exercícios propostos no componente curricular de língua portuguesa fazem.

²¹ <http://www.ibge.gov.br/home/>

No segundo volume da coleção, também no quarto capítulo da unidade II, a qual aborda o assunto “Saúde e qualidade de vida”, o material de Matemática contempla outro representante do gênero, porém, explorando mais um conteúdo característico de sua composição – o gráfico – em articulação aos já conhecidos dados numéricos típicos do estilo de linguagem da notícia:

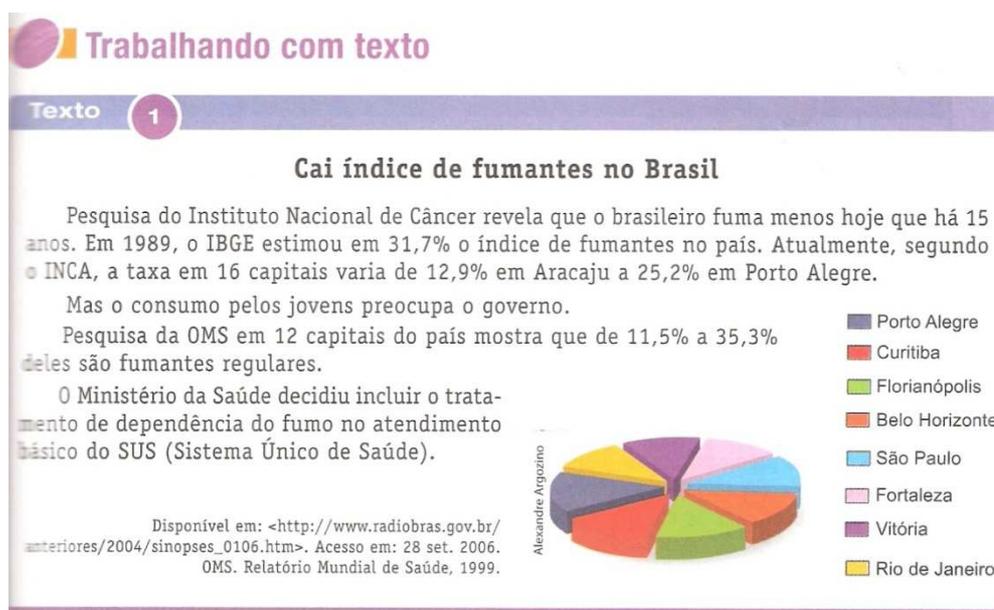


Figura 16: Notícia sobre queda no índice de fumantes brasileiros (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p.153).

O texto, também extraído do ambiente virtual, mais uma vez é construído com base nos resultados de uma pesquisa, a qual mostra o índice decrescente de fumantes no Brasil, um assunto atual e bastante adequado para a discussão em sala de aula, uma vez que faz parte do contexto sócio-histórico-ideológico em que vive o aluno da EJA. Aparentemente a notícia encontra-se reproduzida na íntegra, no entanto, essa informação não pode ser efetivamente comprovada, pois a fonte indicada constitui um endereço eletrônico que não se encontra mais disponível para acesso. Nesse momento, as representações numéricas enfocadas dizem respeito à porcentagem, tópico discutido desde o início do capítulo.

O gráfico que acompanha o texto verbal possui uma legenda referente às capitais que participaram da pesquisa, porém, não são expressos os valores percentuais de fumantes existentes em cada uma, essa informação é divulgada apenas no primeiro exercício relacionado ao texto, o qual oferece pequenos quadros preenchidos com as

mesmas cores existentes nos fragmentos do gráfico, acompanhados das referidas indicações percentuais, e pede que o aluno identifique a qual cidade cada quadro corresponde. Para bem realizar a atividade, basta verificar na legenda que acompanha o gráfico as cores que representam cada município. Embora pareça demasiadamente simples, o exercício orienta o olhar do educando para a leitura de legendas, isto é, um elemento da construção composicional do gênero.

Na sequência há algumas questões que promovem a compreensão do texto e, como era de se esperar, outras que solicitam a prática do cálculo, como ocorre nessa situação: “A população da cidade de São Paulo é de 17.000.000 de habitantes. Se 19,9% desses habitantes são fumantes, quantos são os fumantes?” (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.154). A perspectiva assumida pela obra, ao contrário do que pode parecer, não adota o texto como pretexto para a criação de problemas matemáticos, mas promove momentos de aperfeiçoamento da leitura à medida que se transformam porcentagens em números naturais, o que permite ao aluno a visualização clara e exata de quantas pessoas fumam em determinadas capitais brasileiras.

No terceiro volume da coleção essa proposta de trabalho mantém-se. São apresentadas mais duas notícias, ambas retiradas do sítio do IBGE, as quais demonstram, respectivamente, os crescentes índices de homicídios e das taxas de defasagem escolar no Brasil, se comparadas diferentes regiões do país, textos construídos com base em pesquisas e em dados percentuais divulgados pela referida entidade, os quais ajudam a caracterizar o estilo objetivo típico do gênero em questão. No primeiro caso, o texto apresenta título, lide e parte do corpo. No segundo, ao contrário, ele é exposto na íntegra, e os exercícios promovem um momento de compreensão e interpretação do texto, incentivando não só a leitura do material, mas também a produção de elementos típicos da construção composicional do gênero, tal qual propõe a PCM EJA.

Essa proposta é colocada em prática adotando como objeto de análise apenas um trecho da notícia que trata sobre os índices de instrução superior de alunos oriundos de escolas públicas e privadas. De acordo com o texto, estudantes provenientes de famílias carentes dificilmente chegam a ingressar em uma universidade pública, realidade totalmente diferente daqueles que provêm de classes sociais privilegiadas, os quais também representam boa parte do público que frequenta faculdades particulares. A

partir dos dados disponibilizados pela pesquisa, pede-se que o aluno elabore uma tabela contendo os índices de estudantes pobres e ricos que ingressam em ambas as instituições e, posteriormente, que construa um gráfico de linhas que interprete a referida tabela. Desse modo, além de melhor compreender as ideias expressas no texto, o aluno aprende a desenvolver outros modos de representá-la, uma proposta de ensino coerente com os pressupostos dos documentos oficiais, pois promove a interdisciplinaridade entre conhecimentos matemáticos e outros típicos do componente curricular de língua portuguesa.

Ao trabalhar com a notícia sobre os índices de defasagem escolar da população nacional, vale ressaltar, a obra toca em um assunto intimamente ligado à realidade do aluno da EJA, pois, ao retomar os estudos, ele contribui para a apresentação de resultados mais positivos em pesquisas futuras.

O último volume da coleção não apresenta nenhuma ocorrência de notícia, entretanto, nas obras anteriores em que ela é contemplada percebe-se um trabalho centrado na compreensão do texto por meio do estudo detalhado dos dados numéricos apresentados por pesquisas que motivaram a produção do gênero. Os assuntos abordados, por sua vez, são sempre atuais, propícios à discussão em sala de aula, especialmente se considerarmos que eles representam um retrato da sociedade brasileira em seus diferentes aspectos e normalmente já fazem parte do conhecimento de mundo do aluno, o qual, segundo a PCM EJA, deve ser valorizado.

O gênero em si, suas condições de produção e circulação não são contemplados, o que se privilegia, nesse caso, é um aspecto do estilo de linguagem da notícia, ou seja, a necessidade de trabalhar com dados precisos, característica que ajuda a construir o efeito de objetividade e confere credibilidade ao texto. A partir de tais constatações, pode-se dizer que o componente curricular de Matemática desenvolve um trabalho adequado ao que propõem as propostas pedagógicas oficiais com o gênero notícia.

A *Coleção Viver, Aprender* assume uma perspectiva de trabalho parecida, porém, não tão pormenorizada. Conforme já comentamos, as obras que a constituem exploram poucas notícias fora do componente curricular de Língua Portuguesa, em Matemática, somente dois momentos tocam em questões referentes a esse gênero. O primeiro deles localiza-se, coincidentemente, no capítulo 4, “Escolaridade e trabalho”,

da obra destinada ao 6º ano (5ª série), a qual tem como eixo articulador o assunto geral “Contextos de vida e trabalho”.

O capítulo em questão tem início fazendo referência ao símbolo indicativo de porcentagem (%) e seu significado. Em seguida, há uma contextualização intimamente relacionada à realidade do aluno de EJA: citam-se quatro jovens que decidiram voltar a estudar para manter ou melhorar sua situação profissional, os quais receberam diferentes propostas de reajuste salarial dos patrões em virtude de terem retornado à escola. A partir disso, propõem-se alguns valores hipotéticos para calcular qual seria a proposta mais vantajosa para o aluno trabalhador.

Em meio às explicações do cálculo, o material comenta que a expressão “por cento” é muito comum no cotidiano, especialmente em jornais, sejam eles impressos, radiofônicos ou televisivos, e em revistas. Como exemplo, é trazido para o LD o título de uma notícia ligada ao assunto: “Banco Central reduz taxa básica de juros para 13% ao ano”. Entretanto, não se propõe o estudo de nenhuma notícia propriamente dita, procurando mostrar como as porcentagens aparecem no cotidiano jornalístico e o que elas representam numericamente, tal qual o faz o material da IBEP, o título é simplesmente citado para deixar claro que é comum encontrá-las em textos dessa esfera de circulação, assim, não podemos afirmar que o material efetivamente faz uso do gênero para auxiliar a produção de conhecimentos matemáticos.

Algumas páginas à frente, a obra expõe um exercício parecido com alguns sugeridos pela *Coleção Tempo de Aprender*:

1) Leia a manchete de jornal sobre salário-mínimo e responda às questões:

“Aumento do salário-mínimo vai injetar R\$13 bilhões na economia, prevê Dieese” (Agência Brasil, 27 abr.2005).

- a) Em abril de 2006, o salário-mínimo, que era de R\$300,00, teve um reajuste de 0,166%. Para quanto passou o salário-mínimo?
- b) Se o salário-mínimo tivesse passado de R\$300,00 para R\$400,00, como queriam algumas associações de trabalhadores e dos aposentados, qual teria sido o índice percentual de reajuste? (BAZZONI et al, Vol.1, 2009a, p.172).

Nesse caso, entretanto, a manchete funciona como pretexto para estímulo à execução de situações-problema, visto que o cálculo não é desenvolvido com o objetivo

de promover uma leitura mais eficiente do gênero notícia, afinal, ele não apresenta nem parte do corpo e a porcentagem expressa no título não é adotada como objeto de análise.

O segundo momento em que a esfera jornalística é mencionada no componente curricular de Matemática encontra-se no terceiro volume da coleção, também no capítulo 4, intitulado “O jornal”. Nas páginas que o constituem, o conteúdo predominante refere-se ao estudo das formas geométricas, em especial o cálculo de suas medidas. Para iniciar a discussão, o material comenta que a primeira página de um jornal impresso apresenta vários elementos matemáticos, como é o caso dos números que indicam data, tiragem, preço, quantidades que aparecem nos títulos etc.

No intuito de exemplificar a situação, a obra apresenta a reprodução reduzida da primeira página da Folha de S. Paulo publicada em 10 de setembro de 2003. A partir das medidas da figura, que apresenta as colunas típicas de sua diagramação separadas por linhas vermelhas pontilhadas, propõe-se o cálculo das dimensões reais do periódico. Nesse contexto, problematiza-se, de modo especial, o tamanho real da fotografia situada no topo da página e os ajustes que precisaram ser feitos para que ela fosse adaptada ao suporte textual sem ser deformada. Tomando essa consideração como ponto de partida, o material passa a discutir alguns procedimentos matemáticos usados para reduzir imagens, garantindo a proporcionalidade em todas as medidas, conteúdo que desemboca em uma questão tipicamente matemática: razão e proporção.

Embora o foco do trabalho não se concentre na notícia propriamente dita, julgamos fundamental mencionar a abordagem proposta pela coleção uma vez que ela pode ajudar o aluno a compreender a organização de um jornal impresso e, conseqüentemente, a formar um leitor crítico, habilidade não desenvolvida nos conteúdos de língua portuguesa, conforme constatamos. Ao analisar a diagramação específica desse suporte textual, o aluno tem a oportunidade de visualizar os espaços disponíveis na primeira página do periódico e os conteúdos que os preenchem, compreendendo, assim, que espécie de matérias e fotografias o periódico enfatiza. No entanto, o aperfeiçoamento dessa prática deve ser desenvolvido com a ajuda do professor, porque o LD, por si só, não menciona a possibilidade de promover uma discussão a respeito do assunto.

As demais obras que constituem a coleção não fazem menção à notícia ou à sua esfera de circulação, o que demonstra uma proposta de abordagem bem menos enfática

do que a presente no material da IBEP no que diz respeito ao uso dos gêneros do discurso em uma proposta interdisciplinar, como propõem as diretrizes da EJA.

4.3 HISTÓRIA

Segundo a Proposta Curricular de História para a Educação de Jovens e Adultos (PCH EJA), um dos principais objetivos do ensino dessa disciplina é “debater a participação de todos os cidadãos em suas comunidades” (BRASIL, 2002d, p.134). Para isso, faz-se fundamental que os alunos tenham conhecimento acerca dos acontecimentos ocorridos em sua região e no mundo, sejam eles atuais ou não, pois é somente a partir disso que os estudantes terão condições de participar das referidas discussões. Em se tratando de uma turma de EJA, esse tipo de debate pode ser ainda mais significativo, pois alguns alunos retomam os estudos já na terceira idade e, em decorrência de sua experiência, vivenciaram alguns fatos mencionados pelo LD, especialmente aqueles que ocorreram em um passado não muito distante.

Ao longo do tempo, uma série de recursos foi adotada como forma de registro dos modos de ser, de fazer, de viver e de pensar dos homens, como é o caso das “gravuras, mapas, gráficos, pinturas, esculturas, filmes, fotografias, lembranças, utensílios, ferramentas, festas, cerimônias, rituais, intervenções na paisagem, edificações etc.”, como lembram os PCN de História (BRASIL, 1998b, p.84). Entretanto, no decorrer do século XX, ao mesmo tempo em que se expandiam, as fontes escritas que exerciam essa função ganharam muita credibilidade, fato que motivou a adoção das referidas fontes como documento histórico rico e confiável.

Reconhecendo a necessidade de trazer para a escola momentos de debate a respeito de acontecimentos passados que contribuíram para a construção da sociedade tal qual ela se encontra hoje, a PCH EJA recomenda que, ao orientar a análise de documentos dessa natureza, o professor procure compreendê-los dentro de seu contexto de produção, buscando possíveis silenciamentos e, ao mesmo tempo, desconstruindo versões definitivas e acabadas do passado, um exercício que pode ser desenvolvido, por exemplo, por meio do estudo dos jornais como fonte de informações históricas, já que ele funciona como um registro diário do cotidiano. Como sabemos, entretanto, a imprensa sofreu um duro período de censura, em virtude disso, para realizar exercícios

dessa natureza, o documento propõe que, na medida do possível, sejam analisados diferentes periódicos, além de valorizarem-se as experiências dos alunos que porventura tenham vivenciado acontecimentos marcantes.

A proposta de trabalho da *Coleção Tempo de Aprender* encontra-se bastante próxima das referidas sugestões. Já na obra destinada ao 6º ano (5ª série) essa perspectiva pode ser observada nas quatro referências à esfera jornalística apresentadas pelo livro. A primeira delas ocorre no capítulo 3, “Em busca das origens”, da Unidade I da obra, a qual aborda o tópico “Identidade”.

O assunto do capítulo, como o próprio título indica, gira em torno de discussões sobre a origem do ser humano. Seu principal objetivo, de acordo com a própria obra, é fazer que o aluno compreenda a construção da identidade como um processo constante e contínuo, o qual se relaciona ao ambiente natural, social e cultural em que os indivíduos vivem.

No decorrer das considerações apresentadas pelo LD, afirma-se que algumas pesquisas, até certo tempo, apontavam que o homem havia chegado à América há 20 mil anos. Logo em seguida, porém, faz-se referência ao estudo de Niéde Guidon, arqueóloga brasileira que afirma ter encontrado restos de carvão de mais de 40 mil anos em São Raimundo Nonato (PI), o que invalidaria a tese defendida até então.

Na sequência, ainda discutindo o mesmo assunto, o material apresenta uma notícia que relata uma descoberta ainda mais antiga nos Estados Unidos: um carvão de 50 mil anos:

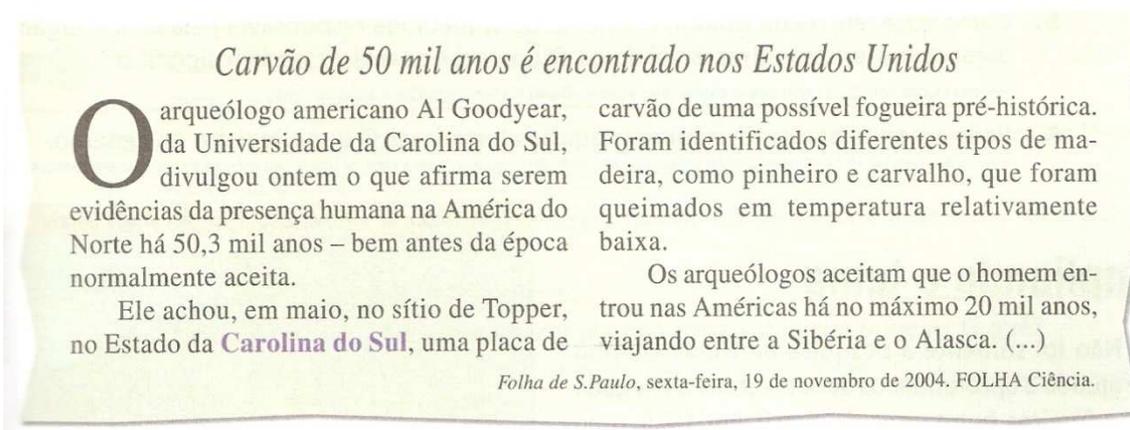


Figura 17: Notícia sobre descoberta arqueológica nos Estados Unidos (Coleção Tempo de Aprender, vol. 1, p.207).

O texto apresenta título, lide e parte do corpo, e aparece nesse momento como forma de comprovar aquilo que a obra comenta. Aproveita-se, nesse caso, um elemento intrínseco ao tema do gênero – a veracidade – para mostrar que a descoberta não diz respeito a uma mera especulação, mas efetivamente aconteceu. Essa ideia é reforçada pela própria fonte da notícia, o jornal Folha de S. Paulo, que, por ser dotado de credibilidade, confere maior efeito de verdade ao fato noticiado. Ao recolher a notícia de um periódico dessa natureza e transportá-la para o LD, a coleção oferece ao aluno não só a oportunidade de entrar em contato com um documento diário cotidiano, mas também a certificação de que novos estudos estão sendo desenvolvidos e quebrando paradigmas vigentes, o que revela sua preocupação em demonstrar que as descobertas históricas não são definidas e acabadas.

Após a exposição da notícia são apresentados quatro exercícios, os dois primeiros interrogam a respeito do posicionamento de Niéde Guidon, estudiosa brasileira, e Al Goodyar, pesquisador americano, sobre a origem humana na América. A atividade seguinte solicita que o aluno compare esse posicionamento à tese defendida até que seus trabalhos fossem publicados e, posteriormente, outra questão sugere que ele encontre em um mapa onde estão localizados o Piauí (Brasil) e o Estado da Carolina do Sul (EUA), em uma tentativa de estimular a leitura desse gênero tão comum na disciplina de História.

Esse primeiro exemplo demonstra que a natureza das notícias incorporadas ao estudo das disciplinas que constituem o currículo escolar varia de acordo com os conteúdos de cada uma. Em Matemática, por exemplo, a maioria das ocorrências do gênero tem como assunto resultados de pesquisas publicadas no ambiente virtual, das quais eram adotadas as mais diferentes representações numéricas como objeto de estudo, visando à melhor compreensão do texto, o que faz do estilo de linguagem, constituído por recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais peculiares (BAKHTIN, 2003), o elemento constitutivo do gênero mais trabalhado nesse componente curricular.

Em História, a perspectiva é outra: já não se sobressaem aspectos ligados ao estilo de linguagem do gênero, mas ao conteúdo temático em si, uma vez que os fatos relatados, situados sócio-historicamente, funcionam como um retrato verídico da sociedade. Além disso, nota-se que não há tantas questões de interpretação do texto, ele é usado mais na tentativa de fazer referência a acontecimentos que geram interesse por

parte do público e que registram fatos históricos considerados importantes. Para serem bem compreendidos, é preciso que se apresente o maior número de informações possível sobre esses fatos. Em virtude disso, o componente curricular de História tende a expor notícias com menos recortes, ou seja, quase não se fragmenta a construção composicional dos textos trabalhados.

Da mesma maneira, ao contrário do que se verifica no componente curricular de Matemática, aqui as condições de produção e circulação do gênero, essenciais para a compreensão do texto, conforme comenta Sobral (2009), fazem toda diferença. Afinal, utiliza-se uma notícia e não outro gênero qualquer para ilustrar e comprovar um acontecimento histórico uma vez que a imprensa escrita inspira confiança; nesse sentido, quando, onde os fatos aconteceram e qual veículo de comunicação os publicou são dados de extrema relevância, pois eles demonstram com precisão aspectos básicos desses fatos, uma exigência de todo e qualquer documento histórico.

A segunda aparição da notícia no material da *Coleção Tempo de Aprender* ocorre no capítulo 5 do mesmo volume, intitulado “Cidadania – uma construção histórica”, o qual está inserido na segunda unidade da obra, que aborda o tópico “Cidadania e leitura”. O capítulo inicia-se com a exposição de uma imagem da escultura “A Justiça”, de Alfredo Ceschiatti, localizada em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal brasileiro, em Brasília (DF), a qual contempla a figura de uma mulher com os olhos vendados, personificação que faz referência ao fato de que, perante a lei, todos são iguais, isto é, possuem os mesmos direitos.

Após apresentar algumas questões que conduzem o aluno a uma leitura rápida da imagem, o material passa a discutir sobre a construção histórica da cidadania, ou seja, sobre o estabelecimento de direitos e deveres dos indivíduos ao longo do tempo. Nesse percurso, faz-se referência à Mesopotâmia, onde foi criado o primeiro código das leis escritas que, inclusive, continha normas extremamente severas, seguindo a ideologia do “olho por olho, dente por dente”. Finalizados os comentários a respeito do assunto, diz-se que, em países como a Arábia Saudita, ainda hoje as leis são bastante rigorosas. Para exemplificar e comprovar essa ideia, expõe-se esta notícia:

Trabalhando com texto

Leia com atenção a matéria jornalística a seguir e tire suas conclusões:

Texto

Saudita é executado e crucificado por assassinar a mãe

Riad, 31 dez. (EFE) – Um saudita foi executado e crucificado nesta sexta-feira depois que um tribunal islâmico o condenou à morte por haver assassinado sua mãe, informa hoje um comunicado do Ministério do Interior.

Magued Bin Yahiya “matou a mãe, roubou suas joias e jogou o corpo em um edifício em construção antes de queimá-lo”, diz a nota, que não especifica datas.

O veredicto contra Yahiya foi ratificado neste mês pelo Tribunal de Cassação e pelo Conselho Supremo de Justiça do reino, onde se aplica com rigor a “Sharia” ou Lei Islâmica.

UOL Notícias, 31 dez. 2004.

Figura 18: Notícia sobre a execução de um cidadão saudita (Coleção Tempo de Aprender, vol. 1, p. 227).

Dessa vez o texto é apresentado na íntegra, com título, lide e corpo. Novamente a motivação para transportá-lo para o contexto do LD deve-se a aspectos do conteúdo temático típico da notícia: a atualidade, a intensidade e, também, a veracidade. Podemos observar novamente que foi escolhida uma notícia para ser apresentada logo após as considerações do material, e não outro gênero, uma vez que o texto relata um fato verídico e relativamente atual que exemplifica bem a ideologia radical da sociedade saudita, afinal, em pleno ano de 2004 crucificar uma pessoa é um ato que gera espanto, porque, no Brasil, esse tipo de punição não é legalmente permitida.

A perspectiva de não desenvolver questões de interpretação sobre o texto em si permanece nesse momento. O fato em questão funciona como ponto de partida para a discussão das diferenças existentes entre o código penal de diferentes nações, nesse caso, o aluno é convidado a comparar esse tipo de condenação às que normalmente são aplicadas em nosso país, uma proposta adequada, pois estimula o estudo comparativo das tradições de diferentes culturas, conforme recomenda a PCH EJA.

A próxima referência à esfera de circulação jornalística presente na coleção encontra-se ainda no mesmo volume, no capítulo 6, intitulado “Cidadania e imprensa”, momento em que não se destaca apenas uma notícia, mas uma página inteira de jornal:

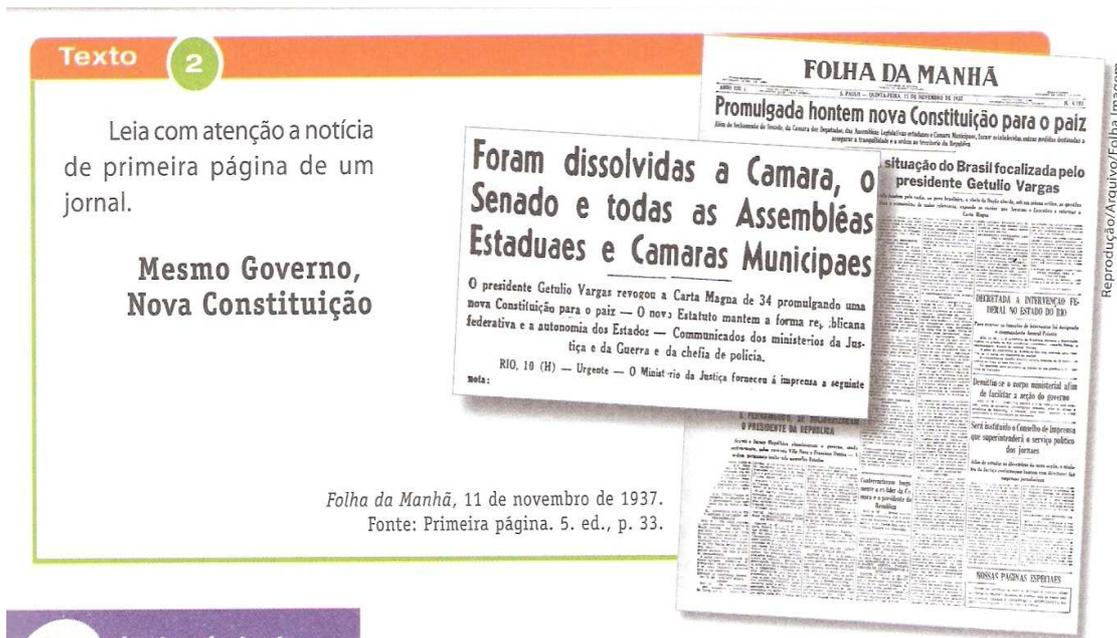


Figura 19: Reprodução da primeira página do jornal *Folha da Manhã* (Coleção Tempo de Aprender, vol. 1, p. 243).

A publicação, datada de 11 de novembro de 1937, apresenta aspectos típicos do período em que o jornal ganhou as ruas. O mais evidente deles diz respeito à linguagem empregada no título e no lide destacados: “Foram dissolvidas a Camara, o Senado e todas as Assembléas Estaduaes e Camaras Municipaes – O presidente Getulio Vargas revogou a Carta Magna de 34 promulgando uma nova Constituição para o paiz – O novo estatuto mantem a reforma republicana federativa e a autonomia dos Estados – Comunicados dos ministerios da Justiça e da Guerra e da chefia de policia”. As demais chamadas não permitem uma leitura fluente, dado o tamanho reduzido da fonte que as compõe.

O conteúdo tratado no capítulo diz respeito às transformações sofridas pelo regime republicano no Brasil, em especial o golpe de Getúlio Vargas que implantou o Estado Novo em novembro de 1937. Levando em consideração esse conteúdo, observamos que a reprodução do periódico funciona como um atestado de verdade dos acontecimentos passados, isto é, como fonte de informação histórica, um documento que registrou parte dos fatos ocorridos nesse período, tal qual propõe a PCH EJA.

Nesse caso, como é exposta uma página inteira do jornal, com linguagem, aspecto e diagramação típicos do contexto histórico em que ele foi publicado, optou-se

por destacar somente um título e um lide, aspectos da composição do gênero, uma vez que as informações neles veiculadas já demonstram os acontecimentos que interessam à imediata situação de ensino. As condições de produção e circulação desse suporte, por sua vez, são tão valorizadas que aparecem nas questões propostas logo após a referida reprodução, as quais pedem que o aluno identifique o nome do jornal, sua data de publicação e quais informações são mais destacadas, dados que permitem a compreensão do jornal como um efetivo documento que registra fatos relevantes ocorridos ao longo do tempo.

Para finalizar, em uma demonstração explícita de interdisciplinaridade com conhecimentos linguísticos, o material destaca, logo em seguida, que o aluno deve ter estranhado a grafia das palavras expressas no veículo de comunicação, menciona que elas não estão erradas, simplesmente correspondem à escrita típica dos anos 30, e sugere que alguns vocábulos sejam reescritos de acordo com a ortografia do português brasileiro atual. Essa proposta, sem dúvida, pode ajudar o aluno a compreender as relações existentes entre o texto e seu contexto de produção.

A opção por recorrer a reproduções de páginas inteiras de jornais para demonstrar o registro de acontecimentos passados acontece em outros momentos da coleção, porém, como os objetivos do uso são os mesmos, limitaremos nossas considerações ao texto já mencionado.

A *Coleção Viver, Aprender*, que contempla os conteúdos de História e Geografia juntos, sob o título de “Ciências Humanas”, apresenta três ocorrências de notícia. No entanto, somente uma delas faz referência direta a conteúdos típicos da disciplina de História, em virtude disso, somente ela será discutida neste momento, as demais serão abordadas quando nos dispusermos a trabalhar o componente curricular de Geografia.

Na disciplina de História, a notícia aparece no capítulo 1, “Um Brasil cada vez mais urbano e ainda rural”, da obra destinada ao 8º ano (7ª série), a qual aborda o assunto geral “Mundo em construção”. O capítulo tem início fazendo referência ao êxodo rural, período marcado pelo deslocamento em massa da população campesina para as cidades, e às diferenças existentes entre municípios de distintas regiões do país. Em determinado momento, passa-se a discutir a respeito da Primeira República e do poder que os coronéis exerciam sobre as pessoas, obrigando-as a votarem em candidatos de seu interesse.

Essa última consideração é complementada por meio da exposição desta notícia:

Texto 1

Na cidade com menor renda, voto é trocado por telhas

Segundo todos os candidatos na disputa, a intenção de voto para prefeito é trocada por uma porção de telhas e de tijolos em Centro do Guilherme (MA), município com menor renda e expectativa de vida do país, conforme o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

A primeira a dizer que há compra de votos é a prefeita candidata à reeleição, Maria Irene de Araújo Sousa, 49, (PRB). “O negócio são telhas, tijolos e cimento. Pode olhar o tanto de construções novas por aí na cidade”, diz a prefeita.

A candidata Maria Deusdete Lima, 29, a Detinha (PR), vai na mesma linha. “Têm pessoas que dizem: Detinha, eu sei que realmente precisa de uma mudança [na prefeitura], mas eu vou votar em fulano porque ele me deu um metro de telha”, diz.

“Dizem: só [voto] se [eu receber as telhas] antes da eleição, porque depois eu não confio. Quer dizer, não acreditam que essa pessoa [candidato] vai lhe dar um milheiro de telha, que custa R\$ 350, depois da eleição. Mas confia em entregar o município por quatro anos”, diz.

[...] Dinheiro, além de tijolos e telhas, está entre as solicitações de eleitores, segundo a prefeita. “Eles pedem para pagar prestação de [antena] parabólica, de geladeira, de rádio e até de carro. Outro diz: só dou [o voto] se me der uma bicicleta. Outro diz assim: só vou votar se me der 2.000 telhas.”

NA CIDADE com menor renda, voto é trocado por telhas. *Folha de S.Paulo*, 11 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1109200822.htm>>. Acesso em: 3 set. 2009.

Figura 20: Notícia sobre a compra de votos em Centro do Guilherme (MA) (Coleção Viver, Aprender, vol. 3, p. 227).

O texto, que apresenta título, lide e corpo, do qual são excluídos apenas alguns trechos, problematiza uma situação recorrente no Brasil: a compra de votos. O fato relatado na notícia diz respeito unicamente a Centro do Guilherme, cidade com a menor renda e expectativa de vida do país, localizada no Maranhão, entretanto, sabe-se que essa prática acontece em inúmeros outros municípios, ou seja, o tempo passou, mas as relações políticas não sofreram mudanças significativas. Afinal, hoje, em vez de serem obrigados a votar em determinado candidato, os eleitores fazem suas escolhas levando em consideração aquilo que podem receber em troca, e os candidatos aos cargos públicos não se sentem nem um pouco intimidados em confirmar que isso ocorre.

O texto noticioso aparece aqui na tentativa de mostrar que ainda hoje situações semelhantes às recorrentes na Primeira República acontecem, e podem ser comprovadas, pois só é publicado na Folha de S. Paulo, veículo de comunicação de prestígio, algo que seja verídico, ou seja, que atenda aos elementos intrínsecos ao tema do gênero, nesse caso, a veracidade. Logo após a exposição da notícia, o material apresenta um artigo de opinião sobre o mesmo assunto e, na sequência, alguns exercícios, os quais solicitam que o aluno compare o processo eleitoral da Primeira República ao que ocorre no país atualmente, bem como que ele se posicione em relação à compra de votos. Isso, segundo o Manual do Educador, “leva o aluno a compreender a importância das conquistas políticas da democracia atual, com o voto secreto e a eleição direta para os cargos do Executivo e Legislativo” (BAZZONI et al, Vol.3, 2009b, p.90).

Diante de tal proposta, constatamos que o contexto de produção e circulação da notícia também é de fundamental importância na única ocorrência do gênero apresentada no componente curricular de História da *Coleção Viver, Aprender*, visto que demonstra, na linha do tempo, fatos ocorridos em um passado não muito distante que se relacionam a práticas desenvolvidas há muitos anos, o que permite ao aluno compreender o jornal como um efetivo documento que registra o cotidiano histórico.

4.4 GEOGRAFIA

Os documentos oficiais que regulamentam o ensino-aprendizagem de Geografia na EJA destacam, logo de início, que o estudo desse componente curricular deve promover a interdisciplinaridade: “Para garantir flexibilidade e diversidade à experiência educativa, o projeto de Geografia ganhará mais riqueza e significado se for compartilhado e construído conjuntamente com outras áreas de conhecimento” (BRASIL, 2002e, p.231).

Na tentativa de incentivar essa prática, a Proposta Curricular de Geografia para a Educação de Jovens e Adultos (PCG EJA), assim como a de Matemática, reserva um espaço específico para discutir o papel da leitura e da produção de textos nessa disciplina. Nesse momento, afirma-se que, ao possibilitar aos alunos de EJA o desenvolvimento progressivo do domínio da língua escrita conjuntamente com os conhecimentos da área, o professor estará realizando um trabalho interdisciplinar de

apoio ao processo de pós-alfabetização, o qual deve ser desenvolvido e apoiado por educadores de todas as áreas.

Para isso, sugere-se que o professor procure trabalhar com diversos tipos de materiais, como é o caso de livros, filmes, documentários, revistas e noticiários das mais diferentes ordens, sempre buscando fazer o aluno compreender que os fenômenos sociais, culturais, políticos e naturais estão articulados entre si e intimamente relacionados ao espaço geográfico em que ocorrem. Nessa perspectiva de trabalho, cabe ao educador, durante as aulas, analisar as interações existentes entre a cultura (sociedade) e a natureza, priorizando as relações sociais e suas condicionantes políticas, especialmente aquelas que se dão no espaço habitado pelos jovens e adultos que frequentam cursos de EJA.

Essa perspectiva interdisciplinar tão mencionada pelos documentos oficiais materializa-se na *Coleção Tempo de Aprender* por meio da inclusão de seis notícias no componente curricular de Geografia, o que o articula à área de língua portuguesa, cujo objeto de ensino é constituído pelos gêneros do discurso.

Na obra destinada ao 6º ano (5ª série), o gênero notícia é contemplado apenas uma vez, no capítulo 1, “Onde estou”, da Unidade I do livro, que aborda o tópico “Identidade”. O objetivo do capítulo é discutir sobre a caracterização de diferentes espaços geográficos e as intervenções humanas que podem ser feitas neles. Nesse contexto, o material apresenta um texto sob o título de “Teia da Vida: Lideranças comunitárias são capacitadas para planejamento”, o qual expõe algumas considerações sobre um encontro realizado por membros do projeto *Teia da Vida*, que funciona em Fortaleza (CE), capacitando líderes de comunidades com o intuito de fortalecer seu potencial na construção do desenvolvimento sustentável. Apesar de ser um texto curto e de fazer referência a um único acontecimento (o encontro do grupo), o material caracteriza o texto como reportagem, não como notícia, classificação que suscita dúvidas pelos mesmos motivos expostos quando constatamos uma situação parecida no componente curricular de Matemática.

Após o texto são propostos apenas dois exercícios de ordem pessoal, os quais problematizam a importância de as comunidades se organizarem em busca de soluções para as dificuldades que enfrentam. Sob essa perspectiva, podemos notar que a notícia é trazida para o material didático com o objetivo de suscitar reflexão sobre um assunto

relacionado ao conteúdo trabalhado, sem a preocupação de promover uma análise detalhada do texto, como ocorre em Matemática, que trabalha mais com aspectos relacionados ao estilo de linguagem do gênero, ou de funcionar como comprovação de algum acontecimento significativo, como verificamos em História, que faz uso da notícia em decorrência de elementos ligados a seu tema, uma opção que se mantém ao longo da coleção.

Na obra destinada ao 7º ano constam três ocorrências de notícia. A primeira delas, intitulada “Homem é o principal responsável por mudanças climáticas”, também caracterizada pela obra como reportagem, relata o resultado de uma pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica dos Estados Unidos, publicado na revista *Science*, segundo o qual o clima da Terra está sendo muito afetado pela atividade humana. O texto, relativamente curto, é apresentado na íntegra, conforme pudemos constatar ao consultar a fonte indicada pelo LD, e não contém indícios de uma reportagem, o que coloca em dúvida novamente a classificação exposta pela coleção.

O conteúdo do capítulo em que o texto está inserido diz respeito às mudanças climáticas e, em especial, ao aquecimento global. Desse modo, verificamos que o fato motivador da notícia está intimamente relacionado ao assunto em foco no momento, entretanto, ele é pouco explorado: o material propõe somente três atividades, a primeira solicita a interpretação de um trecho do texto, questionando o que o autor quis dizer ao afirmar que “o clima da terra está muito afetado pela atividade humana”, e as outras duas, de ordem pessoal, interrogam como é o clima da região habitada pelo aluno e se, alguma vez, o cotidiano dele já mudou em virtude das alterações no clima. Na sequência, é apresentado um texto produzido pelos autores especialmente para compor a obra e deixa-se de discutir a notícia, o que revela um aproveitamento superficial do gênero.

Se considerarmos as determinações da PCG EJA (BRASIL, 2002e, p.238), segundo as quais uma possibilidade de trabalho em sala de aula é estudar os conteúdos geográficos também a partir da “análise e interpretação de uma reportagem ou **notícia** [...]” (grifo nosso), seria possível aperfeiçoar o trabalho desenvolvido não só promovendo uma discussão comparativa a respeito das consequências que as mudanças climáticas têm provocado em diferentes regiões do mundo, mas também fazendo um levantamento das medidas que podem ser adotadas para evitar os desastres anunciados

pelo texto que consta no material didático, prática que ajudaria a explorar um pouco mais o conteúdo da notícia, ultrapassando os limites da materialidade do texto para, efetivamente, interpretá-lo, como propõem as propostas pedagógicas oficiais.

Segundo o documento, “os alunos de EJA não desejam apenas dominar um conjunto de conteúdos ou habilidades específicas do conhecimento geográfico. Eles almejam que o estudo de Geografia os auxilie a superar dificuldades relacionadas às habilidades de leitura, escrita [...]” (Ibid., p. 249). Sendo assim, ao trabalhar a referida notícia, valeria a pena, inclusive, tocar em questões relativas às suas condições de produção – essenciais para a compreensão e interpretação do texto –, mais especificamente no que se refere a sua fonte (*Science*: revista americana que inspira confiança) e temporalidade. O texto foi veiculado em 2003, isto é, há oito anos, de lá para cá, o caos no clima só vem piorando, o que demonstra que a notícia, de certa forma, não perdeu sua atualidade – elemento intrínseco ao tema do gênero – e que as previsões da pesquisa citada no material realmente estão se confirmando.

Uma proposta de trabalho semelhante ao tratamento conferido à notícia comentada aparece no mesmo volume, no capítulo 2, intitulado “O sertão vai virar mar?”, quando o material expõe, na íntegra, outro exemplar do gênero, dessa vez extraído do Estadão Online. A notícia comenta sobre uma pesquisa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a qual revela que metade da Amazônia já sofre os efeitos da ação humana. Nesse caso, a única diferença é que a instituição e o assunto da pesquisa são genuinamente brasileiros, o que aproxima mais o conteúdo do contexto de vida do estudante, e os exercícios propostos, além de questões pessoais, problematizam as causas da devastação da floresta Amazônica, o que estimula uma reflexão crítica acerca do assunto, atendendo a um dos pressupostos dos documentos oficiais, que é formar um leitor proficiente.

Algumas páginas à frente, no quarto capítulo da obra, denominado “Crescei e multiplicai-vos?”, a metodologia de ensino se repete ao ser exposta esta notícia:

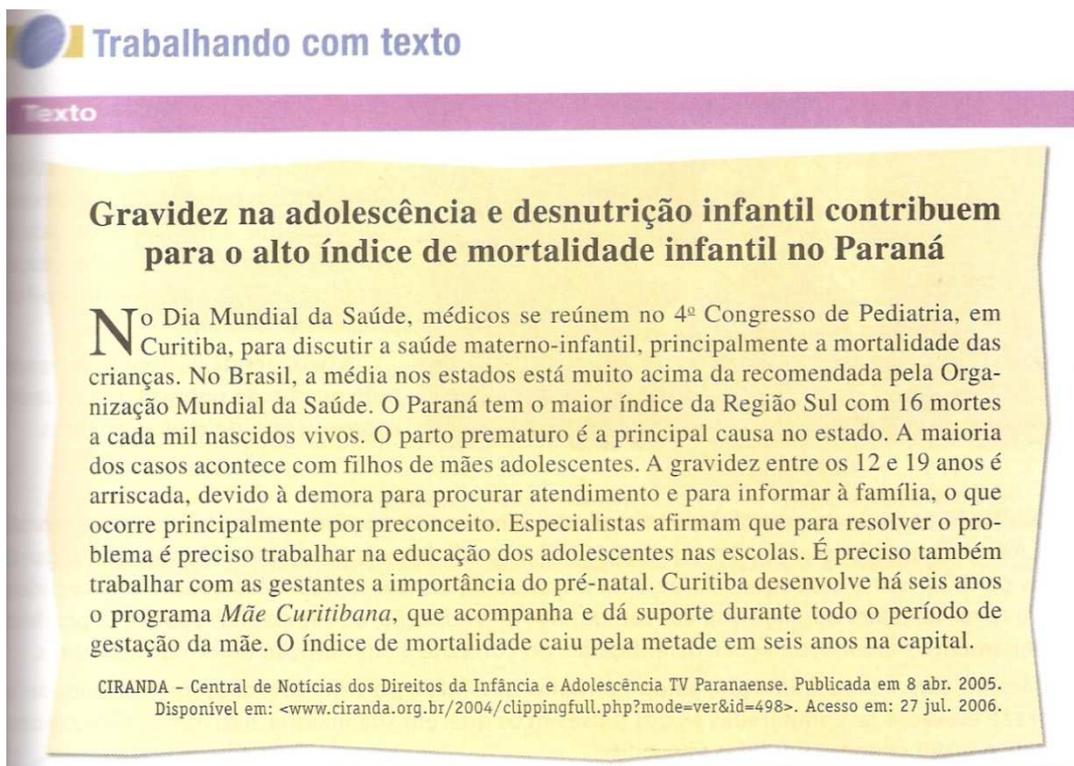


Figura 21: Notícia sobre Congresso de Pediatria realizado em Curitiba (Coleção Tempo de Aprender, vol. 2, p. 297).

O texto, retirado do ambiente virtual, possui conteúdo intrínseco à realidade da população paranaense e destaca a realização de um Congresso de Pediatria em Curitiba, com o intuito de discutir, de modo especial, os índices de mortalidade infantil no estado. O texto, mais uma vez, apresenta conteúdo condizente com o assunto focalizado no capítulo e funciona como ponto de partida para a realização de um questionário de ordem pessoal, composto por estas atividades:

- 1) Você conhece algum caso de criança que tenha morrido antes de completar um ano de vida? Sabe por que razão essa morte ocorreu? Conte para seus colegas.
- 2) No lugar em que você mora há assistência médica para as gestantes e para os bebês? Qual sua opinião sobre essa realidade?
- 3) Em sua opinião, as gestantes têm conhecimento da importância do pré-natal para sua saúde e para a saúde do bebê? (SILVA et al, Vol. 2, 2009a, p.297)

A recorrente opção de adotar notícias como apoio para o desenvolvimento de atividades que exigem respostas pessoais pode estar relacionada a uma das determinações da PCG EJA, segundo a qual se deve sempre articular os conhecimentos

adquiridos na escola à realidade do espaço geográfico habitado pelo aluno. No entanto, isso acarreta como consequência uma abordagem superficial dos textos contemplados pelo LD, pois os exercícios propostos abandonam o estudo do texto em si e de suas condições de produção e circulação, para priorizar questões de ordem pessoal.

No capítulo 4 da obra destinada ao 8º ano (7ª série), intitulado “Paz X Conflitos”, há uma nova ocorrência de notícia tratada como reportagem. O texto focaliza um pronunciamento feito pelo representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, Carlos Lopes, por ocasião da realização de um seminário no país, segundo o qual, em território nacional, o número de homicídios cometidos com o uso de armas de fogo supera o das vítimas da guerra no Iraque.

A notícia, também extraída de um endereço eletrônico, apresenta título, lide e parte do corpo. Das três atividades propostas, a única que focaliza seu conteúdo questiona se os dados presentes nela permitem que os índices de violência no Brasil sejam comparados com o estado de guerra de outros países, a qual possui uma resposta bastante óbvia. Além disso, pede-se apenas que o aluno explique o significado de algumas palavras do texto e que apresente sugestões para resolver o problema nele citado, e a abordagem do material termina por aí, sem suscitar uma discussão, por exemplo, a respeito de quais as possíveis causas dessa situação ou que papel a mídia exerce ao divulgar esse tipo de informação, ou seja, construir uma imagem negativa para o país.

Desse modo, podemos notar que as obras analisadas apresentam uma espécie de desnível no que diz respeito ao tratamento dos gêneros. Enquanto as disciplinas de Matemática e História incorporam a notícia a seus conteúdos típicos com o objetivo de efetivamente auxiliar a compreensão de tópicos que lhes são peculiares, em Geografia o gênero é abordado de maneira mais tangencial, na medida em que funciona como ponto de referência para discussões superficiais.

Na sequência do capítulo, são apresentadas algumas considerações sobre vários conflitos mundiais que ocorreram e outros que ainda estão em curso, assunto resumido em um quadro que expõe onze desses acontecimentos, onde eles ocorreram exatamente e quais motivos os suscitaram. Logo a seguir, o material propõe esta atividade:



1. Leia as manchetes de reportagens sobre conflitos atuais no mundo. Com base no que você estudou até aqui, indique a que conflito se refere e em que continente se localiza:

Ataque suicida em Israel mata quatro e fere mais de 40 pessoas

Folha Online, 25 fev. 2005.

<www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u81159.shtml>. Acesso em: 3 fev. 2006.

Farc atacam povoado e explodem oito poços de petróleo na Colômbia

Folha Online, 2 jan. 2006.

<www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91114.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2006.

Eritreia expulsa tropas de paz da ONU

Folha Online, 7 dez. 2005.

<www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u48789.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2006.

Soldados russos caçam rebeldes na Chechênia

Folha Online, 9 mar. 2002.

<www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u12958.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2006.

Enfrentamentos provocam cinco mortes na Caxemira

Folha Online, 18 ago. 2005.

<www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u86643.shtm>. Acesso em: 3 ago. 2006.

Haitianos atacam tanque da ONU na fronteira com República Dominicana

Folha Online, 13 out. 2006.

<www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91506.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2006.

Avião americano bombardeia prédio em Bagdá e mata 7

Folha Online, 3 jan. 2006

<www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91170.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2006.

Ataque a campo de refugiados deixa 153 mortos no Burundi

Folha Online, 14 ago. 2004.

<www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u75627.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2006.

Figura 22: Atividade sobre conflitos mundiais em curso (Coleção Tempo de Aprender, vol. 3, p. 314-315).

A intenção aqui, como destaca o Manual do Educador da obra, é bastante clara: mostrar ao aluno que os conteúdos estudados ao longo do capítulo fazem parte da realidade, do dia a dia, o que pode ser comprovado por meio dos textos publicados na Folha UOL, de onde foram retirados todos os títulos contemplados no exercício. Nesse caso, podemos notar que o objetivo do uso da esfera jornalística se aproxima do

observado no componente curricular de História, isto é, conceber o jornal como documento que registra acontecimentos importantes.

Entretanto, um problema já verificado em momentos anteriores se repete: a confusão entre notícia e reportagem. O comando da questão orienta: “Leia as manchetes de reportagens sobre conflitos atuais no mundo”, porém, é evidente que os títulos trazidos pelo LD são claramente pertencentes a notícias, isto é, textos mais breves que relatam fatos pontuais, sem detalhar o acontecimento (FRANCESCHINI, 2004).

No último volume da coleção, mais especificamente no capítulo 4 da Unidade II, intitulado “Por uma antiglobalização”, há uma nova ocorrência de notícia. O texto, denominado “Jovens articulados(as) por um mundo melhor”, retirado do ambiente eletrônico, trata sobre a realização do Fórum Social Mundial (FSM), um evento organizado com o objetivo de celebrar a diversidade, discutir assuntos relevantes e procurar alternativas para questões sociais. O material privilegia apenas parte do corpo do texto, o qual destaca a participação de um rapaz de 18 anos no encontro. Embora jovem, ele já atua como voluntário em dois projetos que visam à arrecadação de recursos destinados à assistência de crianças carentes.

Após a exposição da notícia são propostos três exercícios, todos voltados para a compreensão do texto. Nesse caso, ele não é adotado como ponto de partida para a realização de atividades de ordem pessoal, limita-se, ao contrário, a explorar seu conteúdo superficialmente, pois a primeira atividade solicita apenas que o aluno procure o significado das palavras que desconhece no dicionário; a segunda pede que ele explique o que representa a presença de crianças no FSM, e a terceira exige somente que o estudante extraia do texto as medidas adotadas pelo jovem de 18 anos que participou do evento para ajudar sua comunidade, ou seja, a resposta é facilmente recortada da notícia.

Isso mostra que o material, de fato, tende a adotar a notícia como motivação para discussões superficiais a respeito de tópicos pertinentes ao conteúdo da disciplina, porém, para isso, não há a preocupação de fazer o levantamento das condições de produção do texto – data de publicação, redator, possíveis interlocutores, momento sócio-histórico etc. – o único aspecto ressaltado é o assunto do texto. Por outro lado, pode-se observar que as notícias só são incorporadas ao material didático em virtude de funcionarem como um registro verídico de fatos cotidianos, aspecto típico do tema do

gênero que se encontra intimamente relacionado ao seu contexto de produção e circulação, conforme afirma Bakhtin (2003).

Essa proposta de abordagem também é recorrente na *Coleção Viver, Aprender*, que faz uso da notícia em dois momentos no componente curricular de Geografia. O primeiro deles aparece no segundo capítulo da disciplina, incluso na obra destinada ao 8º ano (7ª série), o qual tem por objetivo fazer um levantamento dos principais movimentos sociais ocorridos no Brasil, desde a Primeira República até os dias atuais. Após discorrer sobre os principais acontecimentos relacionados ao assunto, o material disponibiliza esta notícia:

Fórum Social termina com agenda de mobilizações

Na tentativa de combater a principal crítica que sofre desde sua criação, em 2001, a de ser pouco resolutivo, o Fórum Social Mundial terminou com uma “assembleia das assembleias” que definiu uma agenda de mobilizações para 2009.

Como a organização do evento tem em sua carta de princípios a decisão de não adotar posições oficiais, para não forçar um consenso, a assembleia final ouviu movimentos sociais e outras entidades. Os protestos serviriam para “marcar posição” e tentar influenciar governos para que optem por alternativas a políticas consideradas globalizantes e neoliberais.

Dentre as ações que devem ocorrer ainda neste ano estão um ato pelo direito das mulheres, no dia 8 de março; uma semana de protestos contra a guerra e o capitalismo, entre 28 março e 6 de abril; e uma ação em defesa do ambiente e dos índios, em 12 de outubro. Fora do Brasil também devem ocorrer manifestações durante o Fórum Mundial das Águas, a ser realizado em Istambul, na Turquia, e para pressionar países a agir contra as mudanças climáticas, durante a próxima Conferência do Clima da ONU.

Cândido Grzybowski, um dos organizadores do Fórum e diretor do Ibase (Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica), fez uma avaliação do evento, que teve 133 mil participantes de 142 países.

FLOR, Ana; MAGALHÃES, João Carlos. *Folha de S. Paulo*, 02.02. 2009, fornecido pela Folhapress. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0202200909.htm>>. Acesso em: 3 set. 2009.

Figura 23: Notícia sobre a realização do Fórum Social Mundial (*Coleção Viver, Aprender*, vol. 3, p. 243).

Coincidentemente, o texto comenta sobre o Fórum Social Mundial (FSM), também mencionado na última notícia a que fizemos referência quando tratamos das ocorrências do gênero no material da IBEP, o que demonstra a importância do evento. Da mesma maneira, repete-se a exposição parcial do corpo do texto e a valorização da internet enquanto suporte textual, em virtude das dificuldades de localizar textos sobre conteúdos específicos em periódicos impressos.

O uso do material mantém, também, a postura adotada pela *Coleção Tempo de Aprender*: o desenvolvimento de questões de compreensão do conteúdo da notícia, as quais possuem respostas evidentes no corpo do texto, sem muita preocupação em explorar exercícios de ordem pessoal, como vinha sendo feito até então; dos cinco exercícios sugeridos, apenas um problematiza a importância da realização de eventos como o Fórum Social Mundial. Sob essa perspectiva, o texto sobre a conclusão do FSM e as decisões tomadas durante sua realização parece funcionar como um registro da história, estabelecendo relação entre os movimentos sociais ocorridos ao longo do período republicano e aqueles que acontecem atualmente, como destaca o próprio Manual do Educador da obra.

A segunda e última ocorrência do gênero, por sua vez, ocorre no capítulo 4 do mesmo volume, intitulado “Um mundo de Estados nacionais”, destinado à discussão da organização dos países e das relações político-econômicas que eles estabelecem entre si, formando, por vezes, alguns blocos econômicos. A notícia, nesse caso, emerge na última atividade do capítulo, a qual oferece um lide, ou seja, um elemento da construção composicional do gênero, acompanhado do título “Rachado, Mercosul faz reunião de cúpula no Rio de Janeiro”, e solicita que o aluno comente o texto com os colegas tendo em vista os conhecimentos que adquiriu ao longo do estudo. Nesse caso, espera-se que ele discuta os motivos que levaram à fragilização do Mercosul, uma vez que o primeiro parágrafo do texto, disponibilizado no LD, relata que o Brasil defende a entrada da Bolívia no bloco, enquanto a Argentina apresenta-se contrária a essa inclusão.

Tomando como ponto de partida as considerações desenvolvidas no decorrer do capítulo, a expectativa é a de que o estudante seja capaz de refletir sobre os interesses econômicos de cada nação, fato que influencia diferentes posicionamentos quando o assunto é aceitar ou não outro membro no bloco. Para chegar a esse nível do processo reflexivo, entretanto, seria necessário promover uma contextualização a respeito do

momento sócio-histórico e político vivido pelo Brasil e pela Bolívia quando o texto foi publicado – junho de 2007 –, isto é, analisar as condições de produção do gênero, as quais são fundamentais para a compreensão de qualquer texto (BAKHTIN, 2003), uma vez que a situação de cada país é determinante para que ele recuse ou não outro membro no bloco. Embora essa perspectiva de trabalho não seja assumida pelo material, isso não impede, é claro, que o aluno o faça por si só, ou com a ajuda do professor.

De modo geral, por fim, podemos verificar que a notícia, tal qual verificado no material da IBEP, é adotada no componente curricular de Geografia da Coleção *Viver, Aprender* como ponto de partida para reflexões a respeito de assuntos atuais e verídicos, aspectos típicos do gênero em questão, intimamente relacionados a seu tema. Essa atitude, sem dúvida, se aproxima de uma das propostas dos PCN dessa disciplina (BRASIL, 1998c), que é aprofundar o estudo de seus conteúdos fazendo uso de diversos tipos de materiais, como é o caso de textos literários e jornalísticos. No entanto, a abordagem proposta pelas obras, como vimos, limita-se a propor discussões superficiais, muitas vezes circunscritas apenas às experiências pessoais dos alunos, sem promover reflexões mais elaboradas que, de fato, ajudem a aprofundar o estudo dos conteúdos da área de Geografia.

4.5 CIÊNCIAS NATURAIS

Os alunos que frequentam a EJA possuem perfis variados: podem tanto ser adultos que retomam ou iniciam os estudos tardiamente, quanto jovens que, por algum motivo, não conseguem concluir a Educação Básica e decidem retornar à escola ainda na juventude para finalizar essa etapa do ensino. Em ambos os casos, muitos dos conteúdos abordados no estudo das Ciências Naturais já fazem parte do cotidiano desses alunos, embora não sejam fundamentados por teorias sólidas. Sob essa perspectiva, uma das propostas dos documentos oficiais que regulamentam o ensino dessa disciplina diz respeito à articulação desse conhecimento prévio ao conteúdo científico disponibilizado pela escola, de modo que se possam ampliar os significados das experiências pessoais dos estudantes.

Para isto, os PCN de Ciências Naturais (BRASIL, 1998d, p. 66) sugerem que o professor adote como objeto de análise em sala de aula assuntos veiculados pela mídia

em geral: “Fatos que [...] aparecem freqüentemente em jornais, demonstrando as relações entre os recursos do planeta e as atividades humanas, devem sempre ser motivo para discussões”. De modo particular, o documento salienta que sejam usados em situações de ensino textos que circulam na esfera jornalística, os quais podem ser utilizados com diferentes objetivos:

Também ganham interesse crescente as atividades com uso de matéria jornalística na escola [...] por trazerem atualidades científicas e ambientais para a classe. As possibilidades de utilização das matérias de jornal e revistas são muitas: podem ser fontes de informação, de problematização, de ilustração ou ampliação para um tema tratado em sala de aula (Ibid., p. 128).

Assumindo essa mesma postura, a Proposta Curricular de Ciências Naturais para a EJA (PCCN EJA) afirma que uma forma de “trabalhar a lógica e a linguagem das Ciências é trazer notícias de descobertas recentes veiculadas na mídia para debate em sala de aula”, porque elas ajudam o aluno a “perceber o caráter dinâmico do conhecimento científico, bem como a importância de se comprovar as idéias por meio de experimentação e observação direta” (BRASIL, 2002f, p. 73). Nesse caso, parece evidente que o trabalho com notícias revela-se adequado a esse componente curricular, pois dois dos traços típicos do tema desse gênero, como vimos, são, exatamente, a atualidade e o ineditismo, ambos imprescindíveis à divulgação de descobertas científicas.

Embora os documentos em questão enfatizem tanto a necessidade de recorrer à esfera jornalística enquanto fonte de pesquisa para o estudo do conteúdo programático da disciplina em questão, nas oito obras que constituem as duas coleções focalizadas neste trabalho encontramos apenas uma notícia, situada no capítulo 3, “Harmonia da vida”, da Unidade II do terceiro volume da *Coleção Tempo de Aprender*. Isso acontece, esclarecemos, uma vez que o referido componente curricular opta por trabalhar mais com reportagens, em virtude de esse gênero se configurar como um texto de composição mais longa e detalhada, aspectos intrínsecos ao tema do gênero que favorecem a divulgação de descobertas científicas.

O objetivo do capítulo em que a notícia aparece, segundo o Manual do Educador, é discutir o equilíbrio e a interdependência existente entre os seres que

habitam a Terra, mantendo o ambiente estável. Em certo momento, entretanto, passaram-se a discutir algumas questões relacionadas ao desequilíbrio que tem ocorrido na fauna e na flora brasileiras, em decorrência de atividades humanas como a agricultura, a pecuária, a extração ilegal de madeira e a caça predatória. Após esse comentário, é exposta esta notícia:

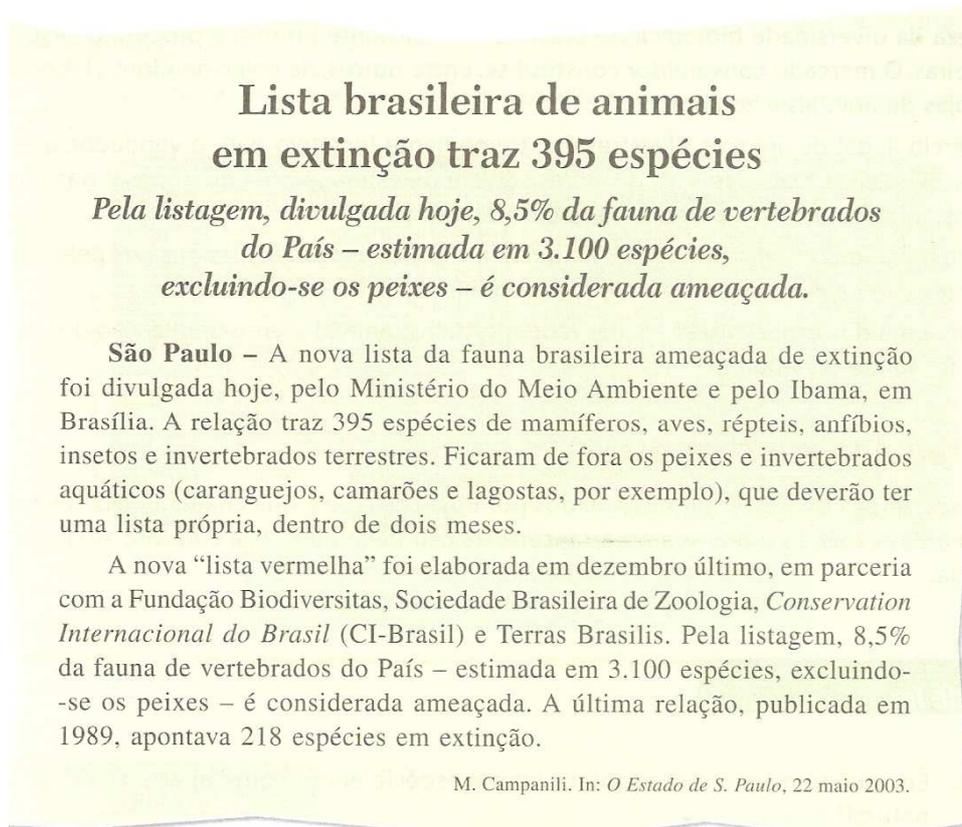


Figura 24: Notícia sobre lista brasileira de animais em extinção (Coleção Tempo de Aprender, vol. 3, p. 377)

O texto, retirado na íntegra do jornal O Estado de S. Paulo, aborda como assunto a publicação da relação de espécies animais ameaçadas de extinção no país. Conforme orientam as propostas pedagógicas oficiais, a notícia é adotada nesse momento com o intuito de ampliar a discussão sobre as relações estabelecidas entre os seres humanos e o meio ambiente, e, possivelmente, foi incorporada ao material em virtude do caráter verídico que circunda o gênero, conforme já especificamos quando trabalhamos suas peculiaridades temáticas. No entanto, essa perspectiva de trabalho não está fundamentada em nenhuma atividade, tal qual vinha acontecendo nos demais componentes curriculares. Após o texto, segue-se apenas a transcrição de uma frase de

Leonardo da Vinci, “Chegará o dia em que os homens conhecerão o íntimo dos animais, e, neste dia, um crime contra um animal será considerado um crime contra a humanidade”, e a obra passa a abordar outra vertente do assunto, a saber, o tráfico de animais.

Desse modo, a notícia parece ilustrar uma forma de desequilíbrio que tem atingido a biodiversidade atualmente, fato que, ao ser relacionado à frase de Leonardo da Vinci, pode suscitar um debate mais pontual acerca do assunto neles abordado. Entretanto, esse exercício fica a cargo do professor desenvolver, pois a obra não problematiza por meio de questionário os textos disponibilizados.

4.6 LÍNGUA INGLESA

Há algum tempo, o processo ensino-aprendizagem de língua estrangeira na EJA foi objeto de uma pesquisa que tinha por objetivo identificar a metodologia e os recursos mais empregados pelos docentes para ministrar suas aulas. Os resultados desse estudo encontram-se publicados na Proposta Curricular dessa disciplina para a referida modalidade educacional (PCLE EJA) e revelam-se preocupantes: boa parte dos professores afirmou que trabalhar com gêneros variados é uma proposta irrelevante para o público atendido pela Educação de Jovens e Adultos:

Constatou-se que predominam as aulas essencialmente expositivas, pautadas em material apostilado e em livros didáticos, tendo como conteúdo tópicos como: cumprimentos; dias da semana, meses; profissões; cores; verbos *to be* e *to have*; pronomes pessoais; nacionalidades; números; artigos; adjetivos; preposições; formas interrogativas; respostas curtas. Os professores apontaram como irrelevante o trabalho com entrevistas, programação de tevê, textos publicitários, cartas, reportagens, classificados, poemas, editoriais de jornais, artigos jornalísticos, verbetes de dicionários e enciclopédias, receitas, estatutos, declarações de direitos [...] (BRASIL, 2002g, p.69).

O documento reconhece que a predominância de aulas expositivas voltadas para o ensino de tópicos temáticos reflete uma abordagem normativa do conteúdo, pois enfatiza elementos da linguagem sem relacioná-los a contextos mais amplos, ou seja, compreende a língua a partir das estruturas que a compõem, e não das necessidades concretas de uso. Entretanto, ao mesmo tempo, salienta-se que tal proposta não deve ser

abandonada, mas complementada por meio do uso de textos que circulam socialmente em língua estrangeira, uma vez que eles fornecem ao aluno uma amostra de como o idioma funciona fora dos pequenos diálogos oferecidos pelos materiais escolares.

Assumindo essa mesma proposta, os PCN de Língua Estrangeira (BRASIL, 1998e, p. 47) sugerem que o ensino dos aspectos gramaticais do idioma seja usado em prol da leitura e da escrita eficiente dos mais diversos gêneros, inclusive os pertencentes à esfera jornalística:

Um outro ponto que pode ser focalizado são as escolhas no nível da sintaxe; por exemplo, a questão da transitividade. Chamar a atenção do aluno para o fato de que ao elaborar a manchete de um jornal, o jornalista que escolhe usar uma passiva tira o foco de atenção de quem é o causador de um fato e focaliza a ação. Por exemplo, dizer que um indígena foi assassinado é diferente de indicar quem o assassinou.

Embora os documentos oficiais citados destaquem que o estudo pontual de determinados assuntos deva ser complementado com uma proposta mais significativa, apenas uma das coleções didáticas indicadas pelo PNLD EJA opta por trabalhar com textos de diversos gêneros no componente curricular de Língua Estrangeira: a *Viver, Aprender*, da editora Global. Em nossas análises anteriores, constatamos que os volumes do referido material apresentavam poucas ocorrências do gênero notícia fora da disciplina de língua portuguesa, em contraposição aos livros da IBEP, que fazem uso dele em vários momentos, com os mais diversos objetivos.

Ao nos dedicarmos à observação do componente curricular em questão, entretanto, fomos surpreendidos com pelo menos oito referências à notícia nas obras destinadas ao 8º e 9º anos (7ª e 8ª séries, respectivamente) da *Coleção Viver, Aprender*, em diversos formatos: texto completo, somente lide, ou até mesmo fotografia e legenda. A *Coleção Tempo de Aprender*, por sua vez, opta por seguir, em todas as obras, uma perspectiva parecida à adotada pelos professores que participaram da pesquisa mencionada no início desta seção: estudo topicalizado de alguns assuntos por meio da exposição de pequenos diálogos, da análise de figuras e, em certos momentos, de alguns gêneros como a canção.

Nas obras destinadas aos dois primeiros anos do segundo segmento do Ensino Fundamental, o material da Global apresenta alguns aspectos básicos da gramática da língua inglesa e procura ampliar o vocabulário do aluno a partir da leitura de outros

gêneros (pequenos panfletos, receitas culinárias, propagandas etc.), e de comentários teóricos elaborados pelos autores. Aparentemente, a notícia é contemplada somente nos anos finais dessa etapa da Educação Básica pois ela exige certo domínio de linguagem e estrutura do idioma para ser compreendida, já que os textos são mais longos e complexos.

O terceiro volume da coleção, que aborda o assunto geral “Mundo em construção”, apresenta dois capítulos referentes à disciplina de língua inglesa. As ocorrências do gênero notícia aparecem no segundo, intitulado “Land occupation and environment”²², o qual discute sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sobre a proteção das reservas florestais brasileiras. De acordo com a própria obra, esses assuntos foram selecionados uma vez que têm sido amplamente discutidos em âmbito nacional e acompanhados no mundo todo, por intermédio dos meios de comunicação, contexto que permite o surgimento de diversos textos da esfera jornalística a respeito dessas questões. A partir desses materiais, segundo o Manual do Educador, pretende-se aplicar estratégias de leitura instrumental, de modo a mostrar ao aluno que é possível compreender o conteúdo das notícias sem dominar toda a gramática da língua estrangeira.

Inicialmente, o capítulo propõe a leitura e escuta de uma reportagem relacionada à reforma agrária, sobre a qual são propostas duas atividades, ambas elaboradas em língua portuguesa. Na sequência, são expostos, sequencialmente, dois fragmentos de textos e uma notícia completa, todos retirados do endereço eletrônico da *BBC News*²³, onde foram publicados em maio de 2002:



²² Ocupação de terras e meio ambiente.

²³ <http://www.bbc.co.uk/news/>

Texto 2

Sergio Lima/Folha Imagem



Brazil landless march for reform

More than 1,000 landless workers in Brazil are marching to the capital to call wide-ranging land reform. Their 180-kilometre (112-mile) march to Brasilia is in support of plans to settle one million landless families over the next four years. It comes as the government is drafting a national land reform programme which is due to be presented to President Luiz Inacio Lula da Silva. The marchers are expected to meet him when they arrive on 20 November.

Texto 3

Brazil jails peasant massacre officer

Jorge Araujo/Folha Imagem



A Brazilian court jails a senior police officer for 228 years for his role in the killing of 19 landless peasants in 1996.

Texto 4

A Brazilian court has jailed a senior police officer for 228 years for his role in the killing of 19 landless peasants in 1996.

Lieutenant Colonel Mario Pantoja was one of three commanding officers accused of ordering police to open fire to break up a demonstration over land reform.

About 1,500 landless peasant had been blocking a road in the town of Eldorado dos Carajas in the northern state of Para. Pantoja received 12 years in prison for each of the protesters killed.

He and his two colleagues are the first of a total of 149 policemen facing trial over the incident, in which 69 peasant workers were also injured.

Over the past 10 years, land disputes in Brazil have led to endemic violence in the countryside, with several hundred landless protesters being killed. But the 1996 killing is described as the biggest peasant massacre in Brazilian history.

Large trial

Pantoja and his two colleagues — Raimundo Lameira and Jose Maria Oliveira — were first tried in 1999 and acquitted for lack of evidence.

That ruling, however, was annulled months later.

The two-day hearing, in the northern state of Para, heard Pantoja, and Mr Lameira deny they had ordered the police to shoot — they insisted the first to be attacked had been the soldiers who had been hit with sticks and stones.

Mr Lameira was acquitted by a single vote by the seven-person jury.

The third defendant is to be judged next week.

Disputed facts

The trial is being seen as evidence of President Fernando Henrique Cardoso's willingness to prosecute members of the police force.

Mr Cardoso's policies have come under attack by the Landless Movement (Movimento dos Sem Terra or MST). In March 16, MST members were arrested for occupying the president's family farm.

MST leaders have threatened to occupy farms across the country.

They argue that occupying unproductive farms is the only way to push the government to carry out land reform in Brazil, where 20% of the population own 90% of farmland.

The government says it has already given land to half a million families in the last eight years — a figure disputed by the MST who say far fewer families have benefited.

BBC News, 16 May, 2002. © British Broadcasting Corporation. Todos os direitos reservados. Este artigo foi publicado no site de notícias da BBC Brasil: www.bbcbrasil.com. (Fragmento.)

O primeiro excerto refere-se ao lide de uma notícia intitulada “Brazil: Movimento dos Sem Terra continues land takeovers”²⁴, o qual relata o fato de que o MST intensificou a ocupação de terras não produtivas e exigiu que o governo brasileiro honre seu compromisso com a reforma agrária. Além disso, o trecho menciona que alguns veículos de comunicação já anunciavam, na época, que esse seria o fim da “lua de mel” do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os integrantes do movimento, enquanto os próprios sem terra afirmavam que só estavam dando continuidade a sua conhecida estratégia de reivindicação. Para finalizar, o lide comenta que o maior problema para o governo Lula não seria a ocupação de terrenos por parte do MST, mas a possibilidade de surgirem organizações paramilitares ligadas a grandes latifundiários abertamente prometendo bloquear as ações do movimento.

O segundo, intitulado “Brazil landless march for reform”²⁵, também constitui o lide de uma notícia. De acordo com o texto, mais de mil trabalhadores rurais sem terra marcharam em direção à Brasília (DF), onde tiveram um encontro com o ex-presidente Lula para discutir sobre um projeto de reforma agrária. O curioso é que, consultando a fonte original, verificamos que ao ser transportado para o LD, o subtítulo da notícia foi incorporado ao corpo do texto, o que revela uma alteração em sua construção composicional, embora não haja nenhum motivo aparente para que isso aconteça.

O texto três, por fim, apresenta um título, “Brazil jails peasant massacre officer”²⁶, uma fotografia e um pequeno texto de duas linhas que, se considerado seu conteúdo, parece funcionar como subtítulo e até mesmo como legenda da imagem, uma vez que apresenta informações complementares ao título ao afirmar que a justiça brasileira condenou a 228 anos de prisão um policial que participou da execução de 19 trabalhadores sem terra no ano de 1996, fato lembrado pela foto chocante dos caixões das vítimas, alocados em cima de um caminhão.

Logo após a apresentação desse material há a indicação de um quarto texto que, na verdade, constitui o corpo completo da notícia exposta no terceiro texto, sobre a condenação do policial. Isso significa que a notícia, ao ser retirada de sua esfera de circulação original e transportada para o LD, sofreu um processo de segmentação de sua construção composicional, processo provavelmente decorrente de uma técnica de leitura

²⁴ Brasil: Movimento dos Sem Terra continua ocupação de terras.

²⁵ Brasil: Sem Terra marcham por reforma.

²⁶ Brasil: policial preso por massacre de camponeses.

instrumental que visa à focalização de partes do texto para facilitar a compreensão do material durante o estudo. O inglês instrumental, conforme comenta Fonseca (2005), surte mais efeitos positivos quando o aluno já possui conhecimentos prévios a respeito do assunto tratado no texto redigido em outro idioma, como é o caso da notícia abordada no material analisado, que se refere a questões ligadas ao MST, amplamente difundidas no Brasil.

Esses textos são adotados pelo material aparentemente com o objetivo inicial de estimular o aluno a tentar compreender alguns dados relativos ao seu conteúdo, sem exigir que ele necessariamente traduza o texto todo. Para isto, propõem-se quatro exercícios apenas:

- 1) O texto 1 apresenta uma questão relacionada ao MST que se tornou mais relevante para o governo Lula do que as ocupações. Qual é essa questão? Explique, com suas palavras, o que você entendeu sobre isso a partir das informações do texto.
- 2) No texto 2, observe os números citados, por escrito e em algarismos, e comente a que cada uma dessas citações se refere.
- 3) De acordo com o texto 3, que motivo levou o coronel a abrir fogo contra os sem-terra?
- 4) Com base no texto 3, faça atividade semelhante à da questão 2, com os números citados: diga a que cada um deles remete (BAZZONI et al, Vol. 3, 2009a, p.109).

Como podemos notar, o material opta por uma estratégia didática que estimula o trabalho com informações pontuais dos textos oferecidos pelo material, sem qualquer referência ao seu contexto de produção e circulação, os quais, inclusive, são muito importantes para a compreensão não só das notícias, mas também dos motivos que levaram agências internacionais a publicá-las. Afinal, o ano de 2002 constitui o início do governo Lula, presidente oriundo das classes desprivilegiadas que, antes de chegar ao poder, sempre defendeu o MST e criticou a ação de gestões anteriores no que diz respeito à reforma agrária, mas, naquele momento, encontrava-se em uma verdadeira “saia justa” ao ter de lidar com as reivindicações dos sem terra.

Do primeiro lide pede-se apenas que seja identificada a situação que mais traria problemas ao governo Lula do que as ocupações, isto é, o surgimento de organizações paramilitares ligadas aos grandes proprietários de terras; nesse caso, o material opta por estimular a recuperação de dados pertencentes ao assunto do texto, intimamente relacionado ao tema do gênero, embora não se confunda com ele, como vimos no

capítulo 2. Do segundo, solicita-se o reconhecimento das referências numéricas expressas no texto, ou seja, “more than 1,000 landless work”, que diz respeito ao número de manifestantes que participaram da marcha; “180-kilometre (112-mile)”, à distância percorrida por eles; “one million landless families”, ao número de famílias que se pretendia assentar nos 4 anos seguintes; e “on 20 november”, ao dia da chegada, quando os sem terra pretendiam encontrar o presidente. O segundo exercício, como podemos observar, focaliza um elemento típico do estilo de linguagem, ou seja, as referências numéricas que contribuem para a criação do efeito de objetividade do texto.

Já em relação ao texto 3, constituído por um título, uma fotografia e um subtítulo, solicita-se que o aluno mencione o que motivou o policial a participar do massacre, uma informação que não aparece nesse momento, ela é citada apenas no corpo do texto, o qual, na realidade, constitui o que o material denomina de “texto 4”. Nesse sentido, podemos notar que a segmentação da construção composicional da notícia gera alguns problemas, pois dificulta a resolução do questionário, uma situação que afeta também o último exercício, porque existem apenas três referências numéricas no que o material intitula “texto 3”, entretanto, elas aparecem diversas vezes na continuidade da notícia, que, caso seja desconsiderada, permite apenas a resolução parcial da questão.

De modo geral, constatamos, em suma, que o texto noticioso é adotado pelo material com o intuito de promover um contato entre o educando e algumas situações reais de uso da língua, para que ele se familiarize com as peculiaridades do idioma, um aspecto em certa medida apagado quando o estudo baseia-se em pequenos diálogos elaborados pelos próprios autores do LD. A única inviabilidade é que essa proposta de ensino desconsidera aspectos importantes do contexto de produção do gênero, isto é, momento histórico brasileiro, sujeito responsável pela redação da notícia (agência estrangeira), possíveis leitores etc., os quais exercem um papel essencial na produção de sentidos.

A perspectiva de trabalho sugerida é aperfeiçoada no último volume da coleção que, no capítulo 2, intitulado “Brazil in figures: information from news agencies”²⁷ apresenta mais cinco referências ao gênero notícia. Segundo o Manual do Educador da

²⁷ Brasil em números: informações de agências de notícias.

obra, o objetivo principal nesse momento é focalizar a leitura instrumental e alguns aspectos linguísticos do idioma estrangeiro.

Para isto, são apresentados alguns exercícios que contemplam fragmentos de notícias. O primeiro deles expõe, novamente, excertos da construção composicional da notícia: três lides relacionados a personalidades brasileiras, todos oriundos do ambiente virtual:

Leitura de texto jornalístico

1. Leia a seguir algumas notícias sobre personalidades brasileiras. Os textos foram reduzidos, de modo que se apresenta apenas o primeiro parágrafo de cada um. Para isso, foram escolhidos textos cujo primeiro parágrafo, sozinho, fizesse sentido.

Brazilian physicist receives environmental award

26 June 2008

José Goldemberg, 80, a physics professor at the University of São Paulo (USP), has received the annual Blue Planet Prize from Japan's Asahi Glass Foundation for 'making major contributions in formulating and implementing many policies associated with improvements in energy use and conservation'.

Embassy of Brazil in London. Disponível em: <http://www.brazil.org.uk/press/pressreleases_files/20080626.html>. Acesso em: 14 out. 2009. (Fragmento.)

Brazil's President Lula subject of talk

Luiz Inácio Lula da Silva, known as "Lula", is the first Brazilian president to come from the working class. A former metalworker who left school at 12, Lula led strikes in the 1970s that caused some to call him the Lech Walesa of Brazil. With a group of fellow labor leaders and intellectuals, he founded the Workers Party and ran unsuccessfully for president three times before winning in 2002 with the largest margin of victory in Brazilian history.

Harvard Gazette Archives. Disponível em: <<http://www.hno.harvard.edu/gazette/2005/04.07/19-lula.html>>. Acesso em: 14 out. 2009. (Fragmento.)

Brazilian architect Niemeyer celebrates 100 years

Dec 15, 2007 10:31pm

RIO DE JANEIRO (Reuters) – Renowned Brazilian architect Oscar Niemeyer celebrated his 100th birthday on Saturday with family, friends and well-wishers in the House of the Canoas in Rio de Janeiro, one of his many creations.

"I am just a human being like any other, nothing special. I don't know why I have lasted so long", told reporters as he enjoyed a cigarette and glass of champagne.

Reuters. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/idUKN1530105520071215>>. Acesso em: 14 out. 2009. (Fragmento.)

Figura 26: Lides de notícias sobre personalidades brasileiras (Coleção Viver, Aprender, vol.4, p. 97).

O primeiro deles diz respeito ao fato de que José Goldemberg, de 80 anos, professor de física da Universidade de São Paulo (USP) na época, recebeu um prêmio

ambiental por suas contribuições na formulação e implementação de políticas associadas a melhorias no uso e conservação de energia; o segundo, por sua vez, refere-se à comemoração do centésimo aniversário do arquiteto Oscar Niemeyer, que celebrou a data no Rio de Janeiro, junto de familiares e amigos; o terceiro, por fim, faz menção à popularidade do então presidente Lula, o primeiro oriundo da classe trabalhadora. Nas linhas iniciais do texto, disponibilizadas pelo material, expõe-se um breve resumo da trajetória política do ex-metalúrgico que foi eleito com a maior margem de vitória na história do país para, posteriormente, em um trecho não contemplado no LD, disponível apenas na fonte original do texto, dizer-se que sua atuação política tem sido muito comentada em outros países.

Após a reprodução dos excertos, ao contrário do verificado na obra anterior, não são propostos exercícios que visam à identificação de informações pontuais dos textos, nem a tradução deles, mas solicita-se que o aluno produza um texto em língua portuguesa, no qual teça comentários sobre as três personalidades mencionadas nas notícias – o cientista José Goldemberg, o arquiteto Oscar Niemeyer e o ex-presidente Lula – fazendo uso das informações veiculadas nos textos oferecidos pelo material.

Não é especificado nenhum gênero para a atividade escrita, pede-se apenas que a produção final contenha título, introdução, desenvolvimento e conclusão. Apesar de assumir essa perspectiva que não condiz com as recomendações dos documentos oficiais no que concerne à prática da escrita, ao sugerir a produção de um texto em português a partir do que o aluno compreendeu de notícias em inglês, a proposta revela uma interdisciplinaridade com os conteúdos típicos de língua portuguesa, atendendo a um dos pressupostos básicos do capítulo expressos no Manual do Educador.

Os textos da esfera jornalística, nesse caso, são adotados também com o intuito de demonstrar a imagem de alguns brasileiros que a mídia internacional veicula, o que, de certa forma, revela a opinião de determinados veículos de comunicação sobre esses sujeitos e demonstra que, por mais que se pretenda divulgar as informações isentas de juízo de valor, alguma referência de ordem subjetiva sempre se revela no texto, mesmo implicitamente. Esse é um dos poucos momentos em que alguns aspectos intrínsecos ao gênero em si e, em especial, ao seu estilo de linguagem, são aludidos, pois na maioria dos casos eles são adotados unicamente como material de apoio para o desenvolvimento de estratégias de leitura.

Ao analisar os textos explorados no componente curricular de Língua Inglesa, podemos notar ainda que as obras da *Coleção Viver, Aprender* apresentam-se comprometidas com a ideologia do atual governo. Isso pode ser observado uma vez que os textos trabalhados tocam em questões intimamente relacionadas à gestão em exercício, como é o caso do Movimento dos Sem Terra (MST), da valorização do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, citado em mais de uma notícia, bem como de outras personalidades brasileiras, a saber, José Goldemberg, professor de física da USP, e Oscar Niemeyer, arquiteto conhecido pelo trabalho que desenvolveu no planejamento de prédios públicos de Brasília.

O segundo exercício, por sua vez, propõe a leitura de uma notícia completa relacionada ao caso Jean Charles de Menezes, jovem brasileiro assassinado por engano pela polícia londrina no ano de 2005. O próprio comando da atividade destaca que seu objetivo ultrapassa a simples prática da leitura, pretende-se, também, levantar uma discussão sobre o ocorrido, uma vez que os policiais de Londres são conhecidos por utilizar armas de fogo somente em casos extremos e, no entanto, cometeram um equívoco que acabou culminando na morte de um inocente:

2. Para a leitura deste texto, baseie-se no que você consegue entender de imediato sobre o caso do brasileiro Jean Charles de Menezes, assassinado em Londres, em 2005. A intenção nesta seção é a prática da leitura com base em estratégias que vão além de simplesmente entender palavras ou fazer uma leitura linear – palavra por palavra e linha por linha. Pretende-se também, levantar a discussão sobre esse caso tão polêmico. A polícia londrina é famosa por não portar armas de fogo e utilizá-las apenas em casos extremos. Nesse caso, no entanto, mataram uma pessoa por engano, julgando que fosse um terrorista. Leia o texto e responda às questões.

Police gun victim Menezes memorial for Stockwell

BBC News, 10 December 2009

A permanent memorial to Jean Charles de Menezes will be placed at the south London Tube station where he was shot dead by police.

Transport for London has given the go-ahead for a mosaic of the 27-year-old Brazilian at Stockwell station. The mosaic will replace an improvised pavement shrine of flowers, candles, pictures and newspaper articles. Mr de Menezes was shot seven times by counter-terrorist officers on a Tube train at the station, on 22 July 2005. The officers were hunting for would-be suicide bomber Hussain Osman on the day after the failed 21 July attacks. Last year coroner Sir Michael Wright recorded an open verdict at the end of a multimillion-pound inquest, after a jury rejected the police account of the shooting.

'Memory kept alive'

The family of Mr de Menezes accepted a six-figure compensation deal from the Metropolitan Police last month. His cousin Vivian Figueiredo said she was pleased at the decision to develop the mural, designed by local artist Mary Edwards, next year.

She said: "The pain of never achieving justice for Jean's killing continues to haunt us every day. "But knowing his memory will be kept alive in the local community through this memorial is a tribute we could not have dreamed of."

Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/england/london/8405967.stm>. Acesso em: 14 dez. 2009.

Figura 27: Notícia sobre o caso Jean Charles de Menezes (Coleção Viver, Aprender, vol.4, p. 99).

O texto trata, especificamente, da construção de um memorial permanente para Jean Charles na estação de metrô onde ele foi morto a tiros pela polícia, após ser confundido com um terrorista suicida, o qual substituirá um santuário improvisado construído no local com flores, velas, fotografias e artigos de jornal publicados sobre o fato.

Após a exposição do texto, pede-se que o aluno faça um mapeamento dele, identificando nomes de pessoas, locais e instituições, no intuito de levá-lo a compreender a que(m) se referem esses nomes, ou seja, a tarefa consiste em identificar aspectos típicos do assunto e, ao mesmo tempo, do estilo do gênero, o qual, por meio dessas citações precisas, organizadas em uma construção composicional determinada, busca não só transmitir um efeito de verdade, mas também informar o leitor sobre o que aconteceu, atendendo a um requisito do tema do gênero. Logo em seguida, solicita-se que o estudante localize qual é a principal informação veiculada pela notícia, isto é, a construção do memorial, e, por fim, que encontre o trecho específico do texto que apresenta uma informação sobre o assassinato do rapaz, a saber, a terceira linha.

A proposta de leitura e análise da notícia, como podemos notar, é norteada por meio da identificação de alguns aspectos pontuais que remetem aos elementos básicos da constituição do gênero. Não se pretende que o aluno leia o texto todo fluentemente, pelo contrário, a expectativa é a de que ele consiga compreender o fato noticiado de forma geral, sem que seja necessário traduzir palavra por palavra. Nesse caso, o fato de o assunto da notícia fazer parte de seu conhecimento de mundo certamente o ajudará a identificar as informações solicitadas pelo exercício.

Para finalizar, o material propõe a leitura de outros dois lides de notícias, ou seja, fragmentos da composição do gênero: um referente a um encontro realizado entre Lula e o presidente da Venezuela, no qual ambos pretendiam estreitar as relações político-econômicas entre as nações; e outro sobre uma viagem feita por Lula a Cuba, com o mesmo objetivo. Após a exposição dos textos, pede-se, inicialmente, que o aluno aplique todas as estratégias de leitura que ele teve conhecimento ao longo da obra, isto é, identificação de palavras cognatas, nomes, dados numéricos etc., aspectos referentes ao assunto e ao estilo do gênero, para tentar compreendê-los.

Em seguida, solicita-se que ele selecione outro texto, não necessariamente uma notícia, o qual aborde algum assunto de seu interesse, desenvolva o mesmo processo de

leitura instrumental e, em seguida, observe atentamente em que tempo os verbos foram empregados – presente, passado ou futuro – de modo a estabelecer uma comparação com o texto noticioso, que normalmente apresenta título com verbos no presente, para conferir atualidade ao relato, e desenvolvimento com verbos no passado, uma vez que o fato noticiado normalmente já está concluído.

Esse é o único momento em que algum aspecto da estrutura da língua inglesa passa a ser focado. Nesse sentido, a proposta destacada no início do capítulo de trabalhar também com as questões linguísticas do idioma não é contemplada de maneira pormenorizada ao longo das atividades, uma perspectiva possivelmente assumida uma vez que o material se destina ao Ensino Fundamental, etapa na qual estão matriculados alunos com pouca maturidade em relação à disciplina em questão.

Após concluir o estudo do trabalho proposto pela coleção, podemos dizer que a abordagem do gênero notícia no componente curricular de Língua Estrangeira, em suma, apresenta vários objetivos. Dentre eles destacam-se o estabelecimento de um contato entre o aluno e textos que circulam socialmente em outro idioma; a tentativa de mostrar a imagem que agências de notícias internacionais veiculam a respeito de certas personalidades brasileiras, em especial o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, focalizado em mais de uma notícia; além de proporcionar o aprimoramento de técnicas de leitura essenciais à compreensão de textos redigidos em língua inglesa, uma habilidade desenvolvida de maneira enfática e adequada ao público da EJA, uma vez que os textos escolhidos valorizam e permitem o uso de conhecimentos prévios dos alunos. Entretanto, salientamos que o material desconsidera as condições de produção e circulação do gênero, aspectos que contribuem muito para a produção de sentidos.

4.7 ARTES

Os documentos oficiais que regulamentam o ensino de Artes, seguindo a perspectiva dos apresentados até o momento, sugerem que os textos da esfera jornalística sejam usados como fonte de pesquisa e informação a respeito de atividades artísticas da região habitada pelo aluno da EJA, ou até mesmo que os conteúdos das notícias publicadas, ou seja, elementos intimamente relacionados ao tema do gênero, sejam adotados como ponto de partida para a realização de dramatizações: “Conteúdos

de teatro: experimentação na adaptação em roteiros de: histórias, **notícias**, contos, fatos históricos, mitos, narrativas populares [...] (BRASIL, 1998f, p.91) (grifos nossos).

Entretanto, ao longo das oito obras que constituem as coleções indicadas pelo PNLD EJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental, nenhuma ocorrência de notícia ou proposta de trabalho que tome esse gênero como ponto de partida foi encontrada. O máximo que os materiais propõem é a leitura de textos de outros gêneros, como é o caso da entrevista com pessoas famosas e de letras de canções, os quais possuem relação com o conteúdo programático da disciplina de Artes. Isso demonstra que, apesar das recomendações dos documentos oficiais, a notícia não tem encontrado espaço no conteúdo programático do componente curricular em questão nas obras analisadas, o que pode estar acontecendo em virtude da falta de familiaridade dos elaboradores desse componente curricular com a questão dos gêneros do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, é preciso deixar claro que o processo reflexivo desenvolvido ao longo desta pesquisa não visou à exaustividade e à completude. Evidentemente, análises de outras ordens, sob diferentes prismas, poderiam e ainda podem ser desenvolvidas tendo em vista a rica materialidade sobre a qual nos debruçamos: as duas coleções didáticas indicadas pelo primeiro PNLD EJA para o segundo segmento do Ensino Fundamental, obras multidisciplinares que seguem, também, a perspectiva de um projeto pedagógico interdisciplinar. Esse material, vale lembrar, foi elaborado e distribuído para todo o Brasil – o que implicou um grande investimento por parte do Estado – com o intuito de contribuir com o trabalho dos profissionais que atuam nessa modalidade educacional, os quais, em boa parte do país, até a implantação dessa política governamental, faziam uso de apostilas e materiais produzidos por eles mesmos em suas aulas.

Adotando como suporte as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, a teoria dos gêneros do discurso e uma bibliografia sobre a notícia, nos propusemos verificar como o gênero em questão é abordado em todos os componentes curriculares presentes nas obras que constituem essas coleções, pois o texto e, conseqüentemente, os gêneros, não constituem um material de trabalho exclusivo da área de Língua Portuguesa. Nesse sentido, ambos caracterizam-se por apresentar uma natureza tipicamente interdisciplinar.

Nesse contexto, procuramos verificar, especificamente, a) se a abordagem proposta pelo componente curricular de LP permite a instrumentalização necessária para que o aluno se torne leitor crítico desse gênero; b) se o estudo da notícia favorece o desenvolvimento de práticas de produção de textos coerentes com as propostas pedagógicas oficiais para a EJA; c) se os livros didáticos valorizam o primeiro suporte material em que o gênero notícia foi veiculado, isto é, o jornal impresso; d) se ao transformar a notícia em objeto de ensino, as coleções procuram resgatar as condições de produção e circulação desse gênero enquanto atividade social; e) com qual objetivo os demais componentes curriculares incluem a notícia em seu conteúdo programático.

Ao final da pesquisa, é possível afirmar que, no componente curricular de Língua Portuguesa, somente a *Coleção Tempo de Aprender* desenvolve atividades

capazes de formar um leitor crítico desse gênero, conforme recomendam os documentos oficiais, mas nenhuma delas atua de forma significativa na tentativa de estimular a prática de produção de textos a partir do estudo da notícia. Ao propor a leitura de primeiras páginas de jornais que possuem ideologias distintas e fazem uso de linguagem e imagens igualmente diversas, o material da IBEP procura conscientizar o estudante a respeito dos recursos que jornais mais ou menos sensacionalistas usam para atrair o público leitor, perspectiva não assumida pela *Coleção Viver, Aprender*, da Editora Global.

Entretanto, ambas oferecem poucas oportunidades para que o aluno se familiarize com a prática da redação de notícias, atendendo a proposta dos PCN e das diretrizes da EJA, segundo a qual o processo de escrita deve apresentar um momento de planejamento, um de execução e outro de revisão, atividade dificultada, inclusive, pela carência de modelos e, por vezes, da exposição deficiente de características referentes ao conteúdo temático, estilo e composição típicos do gênero. Desse modo, o silenciamento de traços peculiares do texto noticioso e a falta de atividades de planejamento da escrita surgem como empecilhos que precisam ser superados pelo professor.

Embora em ambas as coleções a maior parte das ocorrências de notícias seja oriunda do ambiente virtual, que facilita a localização de textos que abordam assuntos específicos, as duas, a seu modo, valorizam o jornal impresso. O material da Global limita-se a expor a reprodução de uma primeira página, sem discutir os aspectos que a compõem ou os recursos utilizados para chamar a atenção do leitor, enquanto o da IBEP apresenta pelo menos três primeiras páginas, contextualizando aspectos como estilo de linguagem e preferência por imagens chocantes, os quais demonstram maior ou menor tendência do jornal ao sensacionalismo, conforme comentamos acima.

Ao transformar a notícia em objeto de ensino, no entanto, poucos são os momentos em que as coleções procuram resgatar as condições de produção e circulação desse gênero enquanto atividade social, isso acontece de maneira mais enfática apenas no componente curricular de História da *Coleção Tempo de Aprender*. Desse modo, percebemos que o gênero, a partir do momento em que é adotado como objeto de ensino, torna-se demasiadamente escolarizado, pois, além de muitas vezes sofrer cortes

que descaracterizam ou prejudicam sua composição, perde o contato com a realidade social que possibilitou seu surgimento.

Os usos do gênero notícia por parte dos componentes curriculares que compõem as obras, por sua vez, são variados. Em Língua Portuguesa, como era de se esperar, ambas as coleções pretendem apresentar o gênero ao aluno, fazê-lo tomar conhecimento de suas características e finalidades, já que, embora o texto esteja presente nos conteúdos de todas as disciplinas, cabe ao professor de língua portuguesa a responsabilidade maior de situar o aluno com relação aos gêneros do discurso. Nesse processo, porém, conforme pontuamos no decorrer do trabalho, existem algumas omissões e simplificações que prejudicam a plena abordagem da notícia em ambas as coleções.

Em Matemática predomina o estudo de notícias que veiculam resultados de pesquisas realizadas por determinadas entidades, como é o caso do IBGE, uma vez que textos dessa natureza apresentam grande concentração de dados pertinentes ao trabalho com conhecimentos típicos desse componente curricular. A partir disso, a *Coleção Tempo de Aprender*, de modo mais enfático, adota notícias como objeto de ensino na tentativa de promover o letramento matemático do aluno por meio do estudo das mais diferentes representações numéricas que nelas constam, isto é, salienta-se um traço característico do estilo de linguagem do gênero, responsável por conferir-lhe objetividade e credibilidade. Ao trabalhar com essas representações, instiga-se o aluno a realizar uma compreensão mais profunda do texto, prática por vezes não desenvolvida nem mesmo em LP.

No componente curricular de História predominam notícias e, por vezes, reproduções de primeiras páginas de jornais, cujo assunto esteja relacionado a um acontecimento importante da História. Os aspectos do gênero valorizados, nesse caso, são o conteúdo temático e suas condições de produção e circulação, pois, ao publicar notícias sobre algum fato que marcou época, os jornais funcionam como registro do cotidiano e permitem que as considerações do LD sejam comprovadas, já que, para ocupar as páginas dos periódicos, é preciso que o relato possua o mínimo de veracidade.

Seguindo uma perspectiva parecida, a disciplina de Geografia seleciona, para compor seu conteúdo programático, notícias que contemplem tópicos intimamente relacionados ao assunto abordado no capítulo em que elas se inserem, ou seja, o

material faz uso do gênero em função de elementos relacionados ao seu tema. O objetivo de transportar representantes desse gênero para o LD, entretanto, é propiciar momentos de discussão, reflexão ou ampliação de conhecimentos a respeito das considerações tecidas em cada unidade dos volumes que constituem ambas as coleções, perspectiva igualmente constatada em Ciências Naturais. No componente curricular de Geografia, porém, vale ressaltar que há várias notícias classificadas inadequadamente como reportagens, o que demonstra um dos problemas de abordar gêneros do discurso em disciplinas que não lidam frequentemente, de maneira técnica, com esse tipo de conteúdo: a confusão entre gêneros parecidos, pertencentes à mesma esfera de circulação.

O componente curricular de Língua Inglesa, por sua vez, só apresenta ocorrências de notícia na *Coleção Viver, Aprender*, a qual adota o gênero primordialmente com o intuito de desenvolver estratégias de leitura instrumental. A opção por trazer para o material didático textos que circulam socialmente em idioma estrangeiro sem dúvida é muito significativa, mas a opção por priorizar o trabalho com técnicas de leitura instrumental leva as obras a valorizar somente sua materialidade linguística, sem fazer referência ao contexto de produção e circulação das notícias, o qual contribui muito para a produção de sentidos.

Em Artes, como vimos, não é contemplado nenhum representante do gênero notícia, porém, ao analisar os conteúdos das demais disciplinas, pudemos verificar o quanto a matéria prima do jornalismo pode contribuir com situações de ensino das mais diversas áreas. Vale ressaltar, entretanto, que o trabalho com os gêneros do discurso se tornará mais significativo à medida que o professor, seja ele de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Inglês ou Artes, tenha conhecimento e boa vontade para complementar a proposta sugerida pelos livros que compõem as coleções, adaptando-os à realidade de sua sala de aula.

Concluída a pesquisa, esperamos que as reflexões por nós desenvolvidas possam, de alguma forma, auxiliar os professores da Educação de Jovens e Adultos que desejam formar alunos conscientes, capazes de lançar um olhar crítico sobre os mais diversos veículos de comunicação que publicam notícias diariamente. Neste momento, nos debruçamos sobre a materialidade que constitui o material fornecido pelo Estado, procurando compreender como o estudo de um gênero em particular é proposto nessas

obras recém produzidas, que chegaram às escolas no ano de 2011, a partir disso, acreditamos que pesquisas futuras possam dedicar-se não só à abordagem de outro gênero, mas também a investigar como esse material será transposto, na prática, para as modalidades específicas que constituem a EJA.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BAGNO, M.; GAGNÉ, G.; STUBBS, M. (Eds). *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BALTAR, M. A. R.; COSTA, D. R. Gênero textual exposição oral na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo horizonte, v.10, n.2, p. 387-402, 2010.

BARBOSA, J. P. *Trabalhando com os gêneros do discurso: relatar: notícia*. São Paulo: FTD, 2001.

BAZZONI, C. et al. Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. *Coleção Viver, Aprender Integrado*. Vol. 1, 2, 3 e 4. 1.ed. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009a.

_____. Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. *Manual do Educador*. Vol. 1, 2, 3 e 4. 1.ed. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009b. (Coleção Viver, Aprender Integrado).

BEISIEGEL, C. R. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BENTES, A. C. Gêneros e ensino: algumas reflexões sobre a produção de materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 83-106.

BENITES, S. A. L. *Contando e fazendo história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência: Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.53-68.

_____. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002.

BRAIT, B. Estilo. In: _____. (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.79-102.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *A educação no Brasil na década de 90: 1991-2000*. Brasília: Inep/MEC, 2003. 264 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000271.pdf> Acesso em 03 dez. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Guia de Livros Didáticos: PNLD 2011: EJA*. Brasília: MEC; SECAD, 2010.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. 3º e 4º ciclos. Brasília: MEC /SEF, 1998a.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. 3º e 4º ciclos. Brasília MEC /SEF, 1998b.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia*. 3º e 4º ciclos. Brasília MEC /SEF, 1998c.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais*. 3º e 4º ciclos. Brasília MEC /SEF, 1998d.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira*. 3º e 4º ciclos. Brasília MEC /SEF, 1998e.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes*. 3º e 4º ciclos. Brasília MEC /SEF, 1998f.

_____. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acesso em 19 jul. 2011.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em 18 jul. 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: Introdução* / Secretaria de Educação Fundamental, 2002a. 148 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Língua Portuguesa. Segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)*. Brasília, 2002b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Matemática*. Segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Brasília, 2002c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: História*. Segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Brasília, 2002d.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Geografia*. Segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Brasília, 2002e.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Ciências Naturais*. Segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Brasília, 2002f.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Língua Estrangeira*. Segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Brasília, 2002g.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. *Resolução nº. 51 de 16 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/arq...2009/25-res05116092009/download. Acesso em 19 jul. 2011.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. *Resolução FNDE nº. 38 de 15 de outubro de 2003*. Institui o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2003/...res03815102003/download. Acesso em 19 jul. 2011.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. *Resolução nº. 18, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos. Disponível em: ftp://200.130.5.12/web/resolucoes_2007/res018_24042007.pdf. Acesso em 19 jul. 2011.

_____. Senado Federal. *Lei nº. 5.379 de 15 de dezembro de 1967*. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117865>. Acesso em 16 jul. 2011.

CASSIANO, C. C. F. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul./dez. 2005.

CASTRO, A. *Redação jornalística de bico*. Ed. Universitária Champagnat: São Paulo: IBRASA, 1991.

CAVALCANTI, J. *O jornal como proposta pedagógica*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1999.

CEREJA, W. Significação e tema. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p.201-220.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº. 699, de 28 de julho de 1972. *Ensino supletivo*. Brasília, DF, 1972.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº. 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jun. 2000. Seção 1e, p. 15. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13252:parecer-ceb-2000&catid=323:orgaos-vinculados Acesso em 16 ago. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº. 5, de 7 de maio de 1997. Proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 de maio de 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13252:parecer-ceb-2000&catid=323:orgaos-vinculados Acesso em 16 ago. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº.1 de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/lres1_00.htm Acesso em 16 ago. 2011.

Decreto nº. 91.542 de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=39:decreto-no-91542-de-190885&catid=20:legislacao&Itemid=31. Acesso em 7 jul. 2011.

Decreto nº. 7.084, de 27 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-legislacao>. Acesso em 15 jul. 2011.

DURAN, G. R. *O gênero discursivo questão interpretativa em contexto de formação docente inicial*. 135f. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ERBOLATO, M. L. Notícia: matéria-prima do jornalismo. In:_____. *Técnicas de codificação em jornalismo: Redação, captação e edição no jornal diário*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

FARIA, M. A.; ZANCHETA, J. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

FARIA, M.A. *Como usar o jornal na sala de aula*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FAZENDA, I. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.

FERRARI, P. *Jornalismo digital*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: FTD, 2007.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Site oficial*. <http://www.fnde.gov.br>.

FONSECA, P. Inglês Instrumental: desmistificando alguns recursos de leitura. *Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas*, Ourinhos/SP, Nº 03, 2005.

FRANCESCHINI, F. Notícia e reportagem: sutis diferenças. *Comum*. Rio de Janeiro. v.9. nº.22. p.144-155-jan./jun.2004.

FRIEDRICH, M. et al. Trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, nº14, p.108-130, 2000.

HÖFLING, E. M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, São Paulo: Cedes. n. 70, p. 1-232, 2000.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e Patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Linguagem jornalística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual do usuário. *Em aberto*, Brasília, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996.

LOPES-ROSSI, M. A. (Org.) *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO. *O Globo*. São Paulo: Globo, 1992.

MARTINS, E. *Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEDEIROS, E. M. S. *Leitura, Literatura e a Educação de Jovens e Adultos*. 2002. 159f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

MEDITSCH, E. *Teorias do Rádio: Textos e Contextos*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

MELLO, P. E. D. *Material didático para Educação de Jovens e Adultos: história, formas e conteúdos*. 2010. 254 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENDONÇA, M. Análise linguística no Ensino Médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.) *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NOVO MANUAL DE REDAÇÃO. *Folha de S. Paulo*. 6. ed. Folha de São Paulo, 1996. Primeira edição: 1992.

OLIVEIRA, J. B. A; GUIMARÃES, S. D.P. *A política do livro didático*. SP: Summus, 1984.

PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa*. Curitiba, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. *Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba, 2006.

RODRIGUES, R. H. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. 356 f. Tese (Doutorado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ROJO, R. H. R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.184-207.

ROMÃO, J. E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. 8.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

SILVA, G. J. *A construção do texto polêmico na mídia eletrônica: o sistema de cotas em questão*. 2006. 181f. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

SANTOS, H. R. *O texto publicitário na sala de aula*. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SILVA, C. O. et al. Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. *Coleção Tempo de Aprender*. Vol. 1, 2, 3 e 4. 2.ed. São Paulo: IBEP, 2009a.

_____. Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental.. *Manual do Educador*. Vol. 1, 2, 3 e 4. 2.ed. São Paulo: IBEP, 2009b. (Coleção Tempo de Aprender).

SILVA, E. T. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. *Em aberto*, Brasília, v. 16, n. 69, p. 10-15, 1996.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 25, p.5-17, 2004.

_____. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. (Org.). *Leitura: perspectivas disciplinares*. São Paulo: Ed. Ática, 2000. p. 18-29.

SOBRAL, A. U. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

TAKEUCHI, M. R. *Análise material de livros didáticos para Educação de Jovens e Adultos*. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no Português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: EDUFU, 1985.

WALKER, S. D. *O gênero notícia no livro didático de Português*. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

ZANCHETTA, J. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: UNESP, 2004.

ZANELATO, V. L. T. Um caminho na formação do leitor proficiente no gênero discursivo notícia na área da computação. In: LOPES-ROSSI, M. A. (Org.) *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002. p. 159-179.